Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fernando da Silva Rodrigues

Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946

Rio de Janeiro
2008

Fernando da Silva Rodrigues

Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R696 Rodrigues, Fernando da Silva
Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946/ Fernando da Silva Rodrigues. - 2008.
268 f.

Orientadora: Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia: f. 223-231.

1. Educação militar – Aspectos políticos – 1905-1946 – Teses. 2. Política e cultura – Brasil. Exército – 1905-1946 - Teses. 3. Anti-semitismo – Brasil. Exército – 1905-1946 – Teses. 4. Discriminação racial – Brasil. Exército – 1905-1946 – Teses. I. Lemos, Maria Teresa Toríbio Brittes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU-981”1905/1946”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

_____ _____

Assinatura Data

Fernando da Silva Rodrigues

Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovado em 30 de julho de 2008.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Drª. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Prof. Dr. Robert S. Rose
Northern Arizona University

_____

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos
Faculdade de História da UFRJ

_____

Profª. Drª. Marilena Ramos Barboza
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

_____

Prof. Dr. Paulo Roberto Seda Gomes
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

À minha esposa Andréa, e minha filha Karen pela vivência do compromisso solidário, pelo aprendizado da humildade e pelo exemplo de amor e fé.

AGRADECIMENTOS

A Profª Drª Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos, minha orientadora e amiga, pela presença segura, competente e estimuladora.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que direta ou indiretamente influenciaram nessa tese, principalmente, o Prof. Dr. Paulo Roberto Seda Gomes presente na Banca do Exame de Qualificação, e que junto ao Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos, do IFCS/UFRJ, deram boas dicas, fazendo com que esse trabalho pudesse se tornar uma realidade.

A Profª Drª Denise Salim Santos, docente de Língua Portuguesa da Universidade Iguaçu, e membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica Cadernos da FaEL, pela revisão ortográfica efetuada nessa tese.

A todos os integrantes do Arquivo Histórico do Exército, que em muito apoiaram e estimularam a manter o caminho desta conquista. No entanto, tenho o dever e a sabedoria de abrir espaço para dois nomes em especial que muito contribuíram nas correções e debates históricos realizados nas dependências da Divisão de História do AHEx, que são: Capitão QCO Francisco José Corrêa Martins e Capitão QCO Alcemar Ferreira Junior.

A minha esposa Andréa Vasconcelos da Silva Rodrigues e minha filha Karen Vasconcelos da Silva Rodrigues, peças fundamentais para que eu pudesse chegar ao final, sabendo compreender as dificuldades e os momentos difíceis desse percurso.

RESUMO

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946.** 2008, 268f, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta pesquisa sobre política e cultura no universo militar procurou investigar como, na História das Instituições de Ensino Superior Militar, a reforma de seus regulamentos e normas internas visou a construção de um projeto de modernização profissional do Exército Brasileiro, moldando atores políticos a fim de consolidar a Instituição e o regime republicano através da reorganização constante do modelo de ensino empregado nas suas Escolas de Formação de Oficiais. As constantes mudanças no sistema de educação estavam contextualizadas pelos momentos históricos e políticos que o Estado brasileiro atravessava durante a primeira metade do século XX, e, principalmente, pelo medo do movimento comunista que interferiu na construção do Estado autoritário de Vargas ao longo dos anos 1930. Com efeito, o estudo propõe compreender quais modelos de organização a Escola Militar adotou no processo de seleção e de formação do quadro de Oficiais ao longo da primeira metade do século XX. Para fundamentar esta pesquisa, fez-se necessário adotar um procedimento empírico cujo levantamento documental privilegiou diversas fontes, a saber: processos individuais para o ingresso na Escola Militar, regulamentos que organizaram o funcionamento do ensino militar, documentos internos Institucionais, acervos pessoais, artigos de revistas militares, livros e artigos de memória da Instituição. A análise do corpus documental permitiu identificar que os modelos de ensino e as reivindicações de militares nas mudanças dos regulamentos estavam em consonância com cada momento histórico vivido. Na fase de 1905 a 1913, os regulamentos prescreveram, ainda, que o ensino fosse ministrado a partir de modelos cujas bases teóricas precediam os exercícios práticos. Estes ficaram em segundo lugar em relação às bases teóricas, o que implicou conseqüências na formação do Oficial do Exército, mantendo frágil o limite ente a esfera civil e a militar. Na fase de 1913 a 1929, os modelos foram encadeados e propuseram que o ensino fosse teórico-prático ou mais prático do que teórico e que o conhecimento fosse apreendido do concreto para o abstrato. Os resultados de tal empreendimento transitaram da formação de um modelo educacional teórico-cientificista em que predominavam a matemática e as ciências naturais, que os afastava das questões militares, para um modelo profissional mais prático e objetivo, o que suscitou mudanças na cultura política institucional que levaram nos anos 1930 e 1940 à construção de padrões de discriminações no processo de seleção dos candidatos às Escolas Militares.

Palavras-chave: Militares. Política. Ensino e discriminação.

ABSTRACT

This thesis on politics and culture in the military universe investigates the History of the Military Academies, showing that the purposes that oriented the reform of its rules and internal regulations aimed at the construction of a professional modernization project, therefore molding new political actors in order to consolidate the institution and the republican regime, thus constantly reorganizing the teaching pattern used in the Military Academies. The constant changes in the educational system were contextualized in the political and historical moments that the Brazilian Government was experiencing along the first half of the 20th century, principally the fear towards the communist movement, a fact that enhanced the authoritarian scope of the Vargas period, all through the 30's. This thesis will show, indeed, which models of organization were adopted by the Military Academy along the selection process as well as the educational process of the Officers Staff throughout the first half of the 20th century. In order to justify the arguments raised, an empiric procedure was essential to establish the assumptions here defended. This empiric procedure was based on a documental survey that emphasized the following sources: the individual process for admission in the Military Academy; the norms that ruled the functioning of the military teaching; internal institutional documents; personal files; articles published in military magazines; and, finally, books and articles that comprise the institutional records on this subject. The analysis of these *corpora* helped proving that the educational models, in agreement with the military officers' claims for changes in the regulations, corresponded to each period of the nation's history. From 1905 to 1913, those regulations also determined that the instruction had to be based on models whose theoretical assumptions preceded the practical exercises which became secondary regarding theoretical axes, thus with consequences to the education of the military officers of the army, therefore keeping the boundaries between the civil and military sectors fragile. From 1913 to 1929 the models were connected, and a more theoretical-practical or even more practical teaching instead of a more theoretical one were proposed. Learning should then be apprehended from the concrete to the abstract. The results of these changes varied from a theoretical-scientific model, in which mathematics and the natural sciences were predominant, thus keeping officers distant from the military issues, causing changes in the institutional political culture, to another model that that led to the construction of discrimination patterns in the admission process of the candidates to the Military Academies in the 30s and the 40s.

Keywords: Militaries. Politics. Teaching and discrimination.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação da primeira turma de instrutores nomeados para Escola Militar do Realengo em 1918 (“Missão Indígena”)	115
Gráfico 2	Relação dos Oficiais selecionados como instrutores para Escola Militar do Realengo, entre 1919 e 1922	116
Gráfico 3	Lista nominal dos Oficiais pronunciados judicialmente por participarem do movimento político de 1922, que faziam parte da “Missão Indígena”	119
Gráfico 4	Relação dos integrantes da Missão Militar Brasileira (Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França, em 1917)	121
Gráfico 5	Despesas efetuadas pelo governo do Maranhão com o serviço de prevenção e repressão ao comunismo, em 1935	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AIB	Ação Integralista Brasileira
AN	Arquivo Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CMRJ	Colégio Militar do Rio de Janeiro
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas
DI	Divisão de Infantaria
EMB	Escola Militar do Brasil
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
EMPV	Escola Militar na Praia Vermelha
EMR	Escola Militar do Realengo
EPC	Escola Preparatória de Cadete
IGEE	Inspetoria Geral de Ensino do Exército
IS	Inspeção de Saúde
JMS	Junta Militar de Saúde
LSN	Lei de Segurança Nacional
MMA	Missão Militar Americana
MMF	Missão Militar Francesa
REM	Regulamento das Escolas Militares
RI	Regimento de Infantaria
RM	Região Militar
BC	Batalhão de Caçadores

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1.	**FUNDAMENTOS TEÓRICOS**	22
1.1	**Discussão teórica**	22
1.1.1	Estado e Forças Armadas	22
1.1.2	Racismo, Teoria das Elites e a Profissão Militar	35
1.1.3	Formação do Pensamento Autoritário no Brasil	60
1.2	**Discussão historiográfica**	64
2.	**CRÍTICA AO CIENTIFICISMO: A ESCOLA MILITAR DE 1905 A 1917**	73
2.1	**O Regulamento da Escola Militar de 1905**	75
2.2	**O Serviço Militar Obrigatório: a problemática e a busca de soluções**	89
2.3	**Os Jovens Turcos e o projeto de modernização profissional do Exército**	98
2.4	**O Regulamento da Escola Militar de 1913**	107
3.	**RENOVAÇÃO E REVOLTAS: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1918 A 1930**	111
3.1	**O Regulamento da Escola Militar do Realengo de 1918 e o de 1919**	111
3.2	**A Missão Indígena a caminho da Escola Militar do Realengo**	114
3.3	**A Atuação da Escola Militar do Realengo no Movimento Tenentista**	117
3.4	**A Influência da Missão Militar Francesa**	119
3.5	**O Regulamento da Escola Militar de 1924 e 1929**	124
4.	**CERCO À CIDADANIA: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1931 A 1937**	131
4.1	**O Regulamento da Escola Militar do Realengo de 1934**	138
4.2	**O "Grande Medo" nos Anos 1930**	148

5. **PADRÕES DE DISCRIMINAÇÃO: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1937 A 1945** 162

5.1 **De elite institucional a elite social: construção dos padrões de discriminação no processo seletivo dos oficiais do Exército Brasileiro** 163

5.2 **Processos individuais para seleção da Escola Militar: coleta e análise de dados através de pesquisa empírica** 175

5.3 **O Regulamento das Escolas Militares de 1940 e 1942** 208

CONCLUSÃO 212

REFERÊNCIAS 223

ANEXOS 232

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar o acesso à Instituição de Ensino responsável pela formação dos oficiais do Exército Brasileiro, no período de 1905 a 1946, tempo esse balizado pela última revolta na Escola Militar do Brasil (EMB) sediada na Praia Vermelha, e pela entrada em vigor da Constituição Federal de 1946, base legal do Estado de Direito, após o período autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas.

O fechamento da Escola Militar do Brasil em 1904 foi a condição para o estabelecimento da formação dos oficiais em Porto Alegre, em Rio Pardo e no subúrbio carioca de Realengo, no caso desta última, por quase quarenta anos. Depois de 1944, a Escola Militar foi transferida e encontra-se atualmente na cidade de Resende.

Durante o período de 1905 a 1946, os Institutos Militares de Ensino Superior sofreram diversas reformas com o objetivo de acompanhar a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1905[1], contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904 foi mais uma tentativa para eliminar o excesso do chamado ensino teórico do currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional. A reforma de 1913, como a anterior, buscava dar o máximo de atenção ao ensino prático. As reformas de 1918 e de 1919 foram consideradas por Jehovah Motta[2] como dois Estatutos Gêmeos, pois estes regulamentos apareceram muito próximos no tempo, nas idéias e nos propósitos, e foram articulados ao desenvolvimento e ao fim da Primeira Guerra Mundial que, em tese, afetou muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformas substanciais de estrutura, como o aumento de orçamentos da União. Essas reformas tornaram-se um marco na divisão do Exército antes (antigo) e depois (novo) da Primeira Grande Guerra, fator que serviu para estimular uma política de fortalecimento das Instituições Militares. A reforma de 1924, foi contextualizada pela necessidade de mudanças na estrutura do ensino verificada após a sedição na Escola Militar do Realengo em 1922 e responsável por abrir espaço para penetração da Missão Militar Francesa (MMF) em 1924. A reforma de 1929, que quase nada alterou

[1] Durante esse primeiro período (1905 – 1912) após a sedição de Novembro de 1904 na Escola Militar do Brasil, a formação do oficial do Exército foi dividida em quatro Escolas: duas no Rio Grande do Sul e duas no Rio de Janeiro, sendo que em 1913 a formação dos oficiais seria concentrada na Escola Militar do Realengo.

[2] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 249.

o que já estava estabelecido, pois cerca de noventa por cento dos seus artigos repetiam o texto de 1924. A reforma de 1934, que foi suspensa em 1935[3]. A reforma de 1940, apesar de promover poucas modificações, alterou em especial o tempo de duração do curso de formação de oficiais, que passou de três para quatro anos. Finalmente, a reforma de 1942, contrariando a reforma de 1940, retorna à duração de três anos do curso de formação de oficiais.

No entanto, podemos perceber que as reformas no sistema de ensino militar em nenhum momento acompanharam qualquer reforma de ensino feita no país, principalmente a reforma de 1931, de Francisco Campos e a de 1942, de Gustavo Capanema, que não fizeram qualquer ingerência no ensino militar do Brasil. Ao contrário, causaram um isolamento com relação ao sistema de ensino civil e problemas de equiparação nas estruturas do ensino militar e civil brasileiro, que até hoje permanecem.

A melhor interpretação para essas constantes reformas seria, em um primeiro momento, a necessidade de o Exército Brasileiro preparar melhor seu Corpo de Oficiais, buscando essas mudanças dentro do movimento da História Política Brasileira. Em um segundo momento, podemos dizer que a Escola Militar serviu como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse momento foi estabelecido com base na influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena[4], e da Missão Militar Francesa, marcado por revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais.

Junto às constantes reformas no modelo de ensino, também foram constantes as mudanças de localização sofrida pela Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro, desde a segunda metade do século XIX, quando foi instalada na Praia Vermelha permanecendo lá até o final de 1904. Em 1905, o curso foi fragmentado: duas escolas funcionavam no Rio de Janeiro e outras duas, no Rio Grande do Sul.

Posteriormente, o curso de formação de oficiais foi unificado no Estado do Rio de Janeiro, na Escola Militar localizada no bairro de Realengo, em 1913, lá permanecendo até a primeira metade da década de 1940[5], quando a Escola foi

---

[3] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº192, de 20 de junho de 1935.

[4] Formada por alguns oficiais que estagiaram no Exército alemão no início do século XX, e que apesar de pouco numerosos, se fizeram muito atuantes, seja nas comissões assumidas, seja através da **Revista A Defesa Nacional**, espaço reservado por esse grupo desde a fundação em 1913, para lançar em suas páginas os problemas da Instituição, de forma persuasiva e vibrante.

[5] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

transferida definitivamente para a cidade de Resende no próprio Estado do Rio de Janeiro onde se encontra até os dias atuais.

Nosso principal interesse neste estudo foi analisar a formação de uma elite militar no Exército Brasileiro no período de 1931 a 1946. No entanto, tornou-se necessário ampliar o marco cronológico inicial deste estudo para o ano de 1905, de maneira que pudéssemos entender melhor as tensões na construção histórica das relações políticas, sociais e culturais na Escola Militar. Nessa época, é possível detectar padrões de discriminação (principalmente de racismo e de anti-semitismo) no momento que era feita a seleção para o ingresso na Escola Militar do Realengo (EMR)[6].

Verificamos que depois da Revolução[7] de 1930, principalmente sob a influência de dois militares que combateram na Primeira Guerra Mundial, ao lado dos Exércitos aliados, a formação dos oficiais foi modificada, seguindo a direção da modernização e da profissionalização do Exército.

Esses militares foram o Ministro da Guerra José Fernandes Leite de Castro (1930 – 1932) e o Coronel de Cavalaria José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, sendo o último nomeado comandante da EMR no período de 1930 a 1934. Após participar da vitória da Revolução de 1930, tornou-se grande empreendedor das principais reformas executadas na escola e na formação do oficial do Exército Brasileiro, passando o curso por uma fase de predomínio dos aspectos profissionais, os quais foram responsáveis pela formação de um novo pensamento político na Instituição.

Pretendemos problematizar então, através das fontes e da bibliografia consultada, o contexto histórico e a diversidade que envolveu o processo de seleção para o ingresso na Escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946. Observamos que, desde 1931, vinham sendo instalados, na EMR, instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada, num primeiro momento, de candidatos indiferentes ao novo modelo exigido para ser oficial do Exército Brasileiro, ou seja, candidatos que fossem indisciplinados e associados à política; e, num segundo

[6] A partir de agora será utilizada a sigla EMR ao nos referirmos à Escola Militar do Realengo.

[7] Segundo Gianfranco Pasquino, "Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de substituí-las, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica. A Revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócio-econômicos. Além disso, enquanto a rebelião ou revolta é essencialmente um movimento popular, o golpe de Estado é tipicamente levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite, sendo, por conseguinte, de caráter essencialmente cimeiro". PASQUINO, Gianfranco. **Revolução**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p.1121.

momento, depois das mudanças executadas pelo Coronel José Pessoa, de comunistas, de negros, de judeus e de islâmicos, grupos considerados subversivos ou inferiores para a formação de uma elite militar.

Dentro de um contexto maior, no período analisado, o modelo político do Estado nacional brasileiro transitava do liberalismo[8] da Primeira República para o intervencionismo estatal, culminando com a instalação do Estado Novo de Vargas, que estabeleceu um regime autoritário adotando ideais racistas e anti-semitas, com padrões de discriminação na formação de uma elite brasileira.

De 1937 a 1945 foi o momento em que o Estado nacional tornou-se intervencionista de fato, após um longo período de desmobilização do sistema federalista e do regime liberal. Dentro do contexto de um Estado forte, a EMR teve como desdobramento do pensamento político do período anterior (1930-37), a restrição ao ingresso de negros e judeus, com o objetivo de se construir uma elite institucional homogênea.

Uma das relevâncias deste estudo consiste na contribuição historiográfica mais detalhada e inovadora ao apresentar questões discriminatórias fundamentadas no acesso às Escolas de Formação de Oficiais, no contexto histórico do Exército Brasileiro durante o Estado Novo, contribuindo para compreensão da formação social brasileira. Em si, o tema relacionado ao racismo e ao anti-semitismo não é inédito. O ineditismo encontra-se na articulação do pensamento político de formação de uma elite militar em um Instituto de Ensino Superior da Instituição, e nos tipos de discriminação que foram detectados ao se analisar o acesso dos candidatos, buscando compreender as relações com a sociedade brasileira, e compreender melhor a cultura corporativa dentro da Instituição.

Essas questões são contextualizadas pela necessidade de se compreenderem os mecanismos de poder que conduzem às possibilidades políticas da República brasileira, principalmente de regimes políticos autoritários, e também pela necessidade

---

[8] Segundo Nicola Matteucci, "o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa. Á história do Liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia, sendo que o Liberalismo é justamente o critério que distingue a democracia liberal das democracias não-liberais (populistas e autoritárias). Ainda hoje a palavra liberal é tão equivocada que assume diferentes conotações conforme os diversos países: em alguns países (Inglaterra, Alemanha), indica um posicionamento de centro, capaz de mediar conservadorismo e progressismo, em outros (EUA), um radicalismo de esquerda defensor agressivo de velhas e novas liberdades civis, em outros, ainda (Itália), indica os que procuraram manter a livre iniciativa econômica e a propriedade particular". MATTEUCCI, Nicola. **Liberalismo**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p.686. Para N. Bobbio, o liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. A noção corrente que serve para representar o primeiro é o Estado de direito; a noção corrente para representar o segundo é o Estado mínimo. BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.17.

de se perceberem as suas resistências possíveis, os mecanismos de solidariedade que conseguem sobreviver em uma estrutura política de intolerância e de força coerciva.

Como pesquisador e integrante do AHEx, o acesso aos documentos foi viabilizado de maneira a facilitar o desenvolvimento desta tese. Mesmo antes de iniciar este estudo, já tínhamos contato com as principais fontes que foram aqui utilizadas, além da realização constante de pesquisas no campo da História da Instituição e de seus atores políticos.

Os objetivos apresentados neste estudo consistiram em atender a problemática apresentada. Por isso nos propusemos a: comprovar padrões de discriminações para o ingresso na EMR, no período de 1931 a 1944, com a implantação de um projeto político de formação de uma elite no Exército; contribuir para o conjunto de estudos historiográficos, colocando na pauta da discussão os questionamentos ideológicos dentro de uma instituição pública que teve projeção política durante toda a vida republicana do Brasil; analisar o interesse institucional na formação dessa elite profissional e suas conseqüências na formação de uma liderança política; e, empreender uma investigação científica, procurando aprofundar a discussão de questionamentos discriminatórios dentro do contexto do Exército brasileiro no período do Estado Novo, contribuindo para compreensão da formação social brasileira.

Para a consecução deste estudo, formulamos hipóteses que foram sendo desenvolvidas ao longo dos capítulos, com a finalidade de se comprovar a problemática construída.

Assim, consideramos que: a seleção para admissão nas Escolas de Formação de Oficiais fazia parte de um projeto de transmissão do pensamento elitista da sociedade brasileira; as Instituições Militares da América Latina constituem setores profissionais do aparelho de Estado que possuem valores e interesses próprios, além de forma de funcionamentos particulares, promovendo mais os interesses do Estado do que da sociedade; a profissionalização das Instituições militares e o caminho ao autoritarismo dos Estados na América Latina respondiam a necessidade de acúmulo capitalista em um contexto de subdesenvolvimento e, finalmente; a política discriminatória implantada no acesso da Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro a partir de 1938, na gestão do General Dutra, Ministro da Guerra, não corresponde às propostas profissionalizantes e modernizadoras do Coronel José Pessoa quando Comandante dessa Escola no período de 1931 á 1934, o qual pretendia mudar hábitos e costumes com o objetivo de formar uma elite institucional.

Os métodos utilizados na análise da documentação e da bibliografia foram desenvolvidos na introdução. No primeiro capítulo foram desenvolvidos os conceitos

teóricos que fundamentaram nossa análise. Os conceitos utilizados foram aplicados de acordo com a evolução do texto.

Com relação aos procedimentos metodológicos este trabalho utilizou principalmente os documentos impressos e manuscritos da série Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército e Escola Militar do Realengo, além dos Acervos Pessoais dos Generais Dutra, Góes Monteiro e José Pessoa, relativos ao período de 1905 a 1946, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército.

Dessa forma, colocamos, na pauta da discussão os questionamentos ideológicos dentro de uma instituição pública que teve projeção política durante a vida republicana do Brasil, mas fundamentalmente analisamos o interesse institucional na formação de uma elite militar.

O uso da documentação escrita (manuscrita e impressa) e das estatísticas elaboradas durante a investigação muito contribuíram para a confecção deste trabalho, apesar de termos sido limitados em nossa pesquisa por restrição de acesso imposta por normas legais, conforme o Art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil e concomitante com o Art. 23, Parágrafo 1º e 3º da Lei N. 8159 (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências), de 08 de janeiro de 1991 (restrição ao acesso de documentos que envolvam informações de caráter privado referente à honra e à imagem das pessoas ou produzidos com menos de 100 (cem anos). As consultas a tais documentos só poderiam ser feitas com a autorização formal das famílias daqueles cujas informações neles se encontrassem ou fossem buscadas.

É importante frisar que o acervo no qual trabalhamos, até os dias atuais, teve pouca procura para realização de trabalhos acadêmicos. As fontes documentais que não tinham sido analisadas ainda por estarem classificadas como reservadas e sigilosas podem trazer grande contribuição para a historiografia republicana brasileira, pois tratam tanto da História da Instituição quanto da História de militares na condição de agentes políticos, e também por revelarem modelos de discriminação, como racismo e anti-semitismo, além, é claro, do fato de serem fontes inéditas.

A maior parte de nossas fontes que está localizada no Arquivo Histórico do Exército, sendo de origem pública e oficial, podem ser divididas em: a) fontes manuscritas, que englobam várias séries como a do Ministério da Guerra, do Estado-Maior do Exército, da Inspetoria Geral de Ensino do Exército e da Escola Militar do Realengo; b) os acervos pessoais de militares como General Góes Monteiro, Dutra e José Pessoa; c) as fontes impressas, como revistas de assuntos militares, leis, decretos e regulamentos militares; d) as fontes secundárias, que se constituem de livros escritos

no período que deverão revelar o pensamento político dos militares que participaram da vida política da Instituição e do Estado.

As fontes pesquisadas receberam tratamento tanto em nível quantitativo (História Serial) como em nível qualitativo, através de uma análise intratextual. As origens das fontes históricas são diversas, pois foram usados tanto documentos privados como oficiais, sendo as últimas a principal origem da documentação utilizada neste trabalho.

A abordagem qualitativa, realizada através da análise intratextual, visou investigar as fontes bibliográficas, as revistas militares, os acervos pessoais, as correspondências oficiais e os relatórios emitidos pelos diversos órgãos do Ministério da Guerra, cujos textos deverão ser observados enquanto discurso de época a ser compreendido e questionado quanto à formulação dos atores políticos, ao papel da elite militar e à construção do Estado.

Para uma abordagem quantitativa, realizamos uma análise serial das fichas individuais, constantes do processo de seleção para as Escolas Militares, principal instrumento de inscrição para o ingresso na EMR, a partir de 1937, de forma que pudéssemos construir uma tabela com características do candidato (procedência, situação familiar, origem étnica, religião, origem social etc.). Existem, no Acervo das Escolas Militares do Arquivo Histórico do Exército, cerca de 20.000 fichas de inscrições, desde o início do século XX, quando a formação dos oficiais foi dividida em quatro Escolas, distribuídas pelo Rio Grande do Sul e pelo Rio de Janeiro, a partir de 1905, até o ano de 1944, quando a Escola Militar no Realengo é transferida para Resende. Nosso interesse se concentra nos anos 1930 e 1940, principalmente, no período de 1938 a 1942, intervalo que será analisado de forma mais profunda por ser o momento em que o acesso à Escola se radicaliza e torna-se mais complexo, além de existir, nesse período, o maior percentual dessa fonte, cerca de 16.000 fichas de inscrições. Da ficha individual, constam dados pessoais do candidato: nome, data de nascimento, nacionalidade, nome dos pais, profissão dos pais, nacionalidade dos pais, uma fotografia de frente colada no alto da ficha, além de outros documentos que compõem o processo e deveriam ser entregues por ocasião da solicitação de inscrição no concurso de admissão.

Utilizamos também uma vasta bibliografia de apoio que serviu para balizar as nossas discussões teóricas, metodológicas e historiográficas e contextualizar a construção dessa tese. As obras de apoio foram encontradas na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Exército, no Arquivo Histórico do Exército e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A tese foi organizada em cinco capítulos, nos quais realizamos uma análise mais profunda do acesso à principal Escola de Formação de Oficiais do Exército, a Escola Militar, balizada pelas constantes mudanças no regulamento de ensino dentro do contexto histórico e político do Brasil na primeira metade do século XX (1905-1946).

No primeiro capítulo, foi realizada uma discussão teórica e historiográfica a partir das fontes encontradas e da literatura histórica que aborda o conceito de Estado, de elite, de profissionalismo, de autoritarismo e de racismo no contexto da formação dos oficiais no Brasil e na América Latina.

No segundo capítulo, analisamos a Escola Militar no período de 1905 a 1917, contextualizada pela revolta militar de seus alunos em 1904, que leva a entrada em vigor do Regulamento de 1905; pela discussão institucional sobre o melhor modelo de educação militar a ser adotado pelo Exército, modelo que transitava do cientificismo teórico do século XIX para um modelo mais prático dos militares do século XX; pela influência do movimento de renovação profissional dos Jovens Turcos; pela influência dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial nos Exércitos latino-americanos[9]; e pelas mudanças ocorridas na Escola, junto com a entrada em vigor dos regulamentos de 1913, e de 1914.

No terceiro capítulo, analisamos as renovações e revoltas que houve na EMR no período de 1918 a 1930, quando serão verificadas a influência doutrinária da Missão Indígena, e posteriormente, a influência doutrinária da Missão Militar Francesa na Escola a partir de 1924; as crises políticas dos anos 1920, principalmente o movimento revoltoso de seus alunos em 1922; e as mudanças ocorridas na Escola, após a entrada em vigor dos regulamentos de 1918, 1919, 1924, e 1929.

No quarto capítulo, analisamos a EMR no período de 1931 a 1937, sendo verificadas as bases para formação de uma elite institucional articulada à construção de uma cultura política no Exército Brasileiro baseada na criação de tradições como o culto a “Caxias” e o medo comunista, que acabaram gerando uma prática de denúncias

[9] A experiência da Primeira Guerra Mundial significou para os militares a renovação de muitos conceitos bélicos, particularmente o de Defesa Nacional. A intensidade do conflito europeu foi responsável pelo envolvimento de todos os setores da sociedade no esforço de guerra. Os estrategistas militares europeus acreditavam em 1914 que seria uma guerra rápida, ilusão desfeita diante do amplo poder de destruição dos países beligerantes. O conflito que durou mais de quatro anos mobilizou milhões de homens para compor os Exércitos. Para equipá-los, foi necessária uma intensa mobilização nacional de recursos em suprimentos de uniformes, de alimentos, de viaturas e de armas. A produção agrícola e industrial passou a ser dirigida para suprir as exigências da Grande Guerra. Mulheres passaram a ocupar postos de trabalho reservados antes aos homens. Os Estados beligerantes adquirem a excelência do planejamento econômico e da produção. No campo militar cria-se um novo conceito de defesa nacional, envolvendo como constituintes da estratégia militar todos os aspectos relevantes da vida de um país, incluindo a estrutura militar propriamente caracterizada até o desenvolvimento de indústrias estratégicas para a defesa, como a siderurgia e o controle das fontes de energia. SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e Poder: o Exército e a construção da nação (1930-1937)**. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2005, p. 30.

dentro da Instituição e da sociedade brasileira. Na formação desse pensamento político buscaremos analisar a dialética do pensamento político do General Góes Monteiro e do General Dutra durante o governo Vargas, dentro de uma disputa institucional pelo poder político.

No último capítulo, analisamos a formação do oficial do Exército Brasileiro na EMR no período de 1937 a 1946, articulando a idéia de formação de uma elite institucional à instalação de padrões de discriminação no acesso à Escola Militar dentro do contexto de um governo autoritário chefiado por Getúlio Vargas e tendo como Ministro da Guerra o General Dutra.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1.1 – DISCUSSÃO TEÓRICA:

1.1.1 – Estado e Forças Armadas:

A nossa discussão teórica tomou como base a análise da função do Estado Moderno nas sociedades capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, dentro do contexto histórico-político de transição dos regimes liberais para regimes autoritários intervencionistas, com enfoque no poder do Estado e na formação de elites institucionais como mecanismo de controle da sociedade.

Conforme Pierangelo Schiera[10], a história do surgimento do Estado moderno é a história da tensão do sistema policêntrico e complexo dos senhorios de origem feudal

[10] SCHIERA, Pierangelo. **Estado Moderno**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 426.

com a chegada ao Estado territorial concentrado e unitário, através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições materiais-históricas.

Para aprofundarmos a discussão teórica sobre o Estado, escolhemos trabalhar com a obra *Estado e Teoria Política*, de Martin Carnoy, que analisa a função do Estado tanto nas sociedades capitalistas desenvolvidas quanto nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, especificamente quanto a sua importância nos aspectos políticos, econômicos, ideológicos e como força legal (Polícia, Forças Armadas) no contexto da dinâmica fundamental de uma sociedade.

Para Martin Carnoy[11], o desenvolvimento capitalista e o Estado sempre estiveram muito ligados. No século XIX, havia uma maior limitação quanto à participação do Estado nas sociedades capitalistas, por conta da grande dinâmica do capitalismo naquela ordem econômica mundial. Para o autor, a produção das empresas privadas, até o final dos anos 1920, foi a principal força propulsora das economias capitalistas.

O autor procura discutir em sua obra os conceitos de Estado, a partir de uma perspectiva de classe, com base nas diversas teorias políticas existentes: norte-americana, marxista tradicional, marxista pós-leninista e dos Estados dependentes.

Em nossa análise da obra, procuramos aprofundar mais a discussão da teoria dos Estados Dependentes. As análises do autor mostram que o Estado no Terceiro Mundo desenvolve-se em condições diferentes do que nos países capitalistas avançados, principalmente devido à ação do capital estrangeiro nos países periféricos e ao resultante enfraquecimento da burguesia local. Esse enfraquecimento dificulta o estabelecimento da hegemonia local e cria condições para o surgimento de regimes autoritários altamente coercitivos e burocráticos.

Qualquer definição de hegemonia é complicada pelo uso da palavra em dois sentidos diametralmente opostos: primeiro, significando domínio; segundo, significando liderança e tendo implícita alguma noção de consentimento. Para Gramsci, hegemonia significa o predomínio ideológico das classes dominantes (valores e normas burguesas) sobre a classe subalterna na sociedade civil, sendo o próprio Estado encarregado de incluir a hegemonia da burguesia na superestrutura. Segundo Martin Carnoy[12], e tomando como base as sociedades capitalistas desenvolvidas, o conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil quando parte importante da classe

[11] CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, Papirus, 1986, p. 9.
[12] CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, Papirus, 1986, p. 93.

dominante exerce controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante; o segundo, quando as classes dominantes exercem sobre as dominadas sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal. Essa textura de hegemonia é tecida pelos intelectuais que, segundo Gramsci, são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade. Logo, para Gramsci, o Estado é ao mesmo tempo um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante (sociedade civil) e uma força repressiva (sociedade política) que mantêm os grupos subordinados fracos e desorganizados.

Martin Carnoy[13], em seu estudo sobre o Estado nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas (Estados Dependentes), afirma que essas regiões não se caracterizam pela democracia parlamentar, por estarem em uma condição temporária associada a fases específicas do desenvolvimento capitalista, ou pelo fato de terem um fraco desenvolvimento industrial em relação às economias capitalistas mais avançadas, que as mantêm na condição de Estados periféricos.

Para o autor[14], as visões marxistas do Estado em países com fraca industrialização são discutidas principalmente com base no desenvolvimento desses países e sua função dentro de uma ordem econômica mundial.

Segundo as análises de Carnoy[15], o Estado, na América Latina, antes de 1930, fundamentalmente expressava os interesses da burguesia exportadora e dos proprietários de terra e atuava como agente para o investimento estrangeiro, especialmente nas economias exportadoras de bens primários. No entanto, após a crise econômica capitalista mundial de 1929, o Estado, nessas regiões subdesenvolvidas, interveio para estipular tarifas protecionistas, a fim de transferir a renda do setor de exportação para o setor doméstico e para criar a infra-estrutura necessária com a intenção de manter uma indústria de substituição de produtos importados.

Após os anos 1930, o Estado se caracterizou por uma divisão de poder entre a nova burguesia nacional e a velha oligarquia. Em alguns Estados subdesenvolvidos, o aparelho burocrático foi usado para formar um grupo industrial que, posteriormente, dividiu as funções empresariais entre as empresas pertencentes ao Estado. O processo de industrialização, por sua vez, criou os deslocamentos populacionais do campo para as cidades, bem como as sociedades urbanas de massa, composta de um operariado assalariado e uma população de não assalariados, centro de revoltas sociais.

---

[13] Ibid, p. 219.
[14] CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, Papirus, 1986, p. 234.
[15] Ibid, p. 247.

Por outro lado, o aparecimento do autoritarismo é explicado como tendência lógica de uma burguesia financeira e monopolista regional frágil em resposta a uma crise econômica capitalista mundial e a luta entre e no meio de classes que têm em vista a sua participação nos benefícios da divisão internacional de trabalho. E ainda, é a pressão proveniente das burguesias e Estados metropolitanos no sentido de expandir a acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido que força novas medidas, como o militarismo, cujo objetivo é extrair o excedente, por uma fração crescente dos benefícios que provêm da produção. Observamos que o militarismo é acionado pelas burguesias metropolitanas como forma de estabelecer a ordem e aumentar a acumulação capitalista[16]. Logo, o problema da hegemonia, que a interação política foi incapaz de resolver, é solucionado através do recurso ao autoritarismo, principalmente, frente à crise de acumulação, quando as formas democráticas e outras formas de Estado burguês não são mais adequadas a satisfazer as necessidades do capital doméstico estrangeiro e quando uma coalizão capitalista atua para substituir estas formas por regimes autoritários.

O aparecimento do autoritarismo no mundo subdesenvolvido não é somente uma resposta dita necessária para uma crise, uma forma das burguesias frágeis do mundo subdesenvolvido e do poder do capital estrangeiro sobre aqueles Estados, mas pode ser a fase anterior da institucionalização do militarismo no Estado subdesenvolvido que, ocorrendo, pode se manter a longo prazo.

Para discutirmos os papéis das forças armadas no Estado, optamos por analisar *O Estado na Sociedade Capitalista*, de Ralph Miliband, obra que analisa, no quinto capítulo, a função dos Servidores do Estado, na qual buscaremos enquadrar, em nossa tese, os militares do Exército como elementos que fazem parte dessa categoria social[17], ou como diria o autor:

---

[16] Ibid, p. 242.

[17] Segundo a socióloga Heloísa Fernandes, a análise da situação de categoria social dos militares depende da determinação da origem social do grupo. Por falta de dados, achou difícil afirmar a tese da origem de classe média das Forças Armadas, defendida por vários estudiosos que analisam a intervenção na política pelos militares. A autora propõe nesse trabalho, preencher a lacuna da origem social dos militares, pesquisando por comparação a origem dos alunos da Academia de Polícia Militar de São Paulo em 1970, por tratar-se de uma Instituição com hierarquia militar e com funções bastante semelhantes, no que se refere à manutenção da ordem interna. Para seus estudos, a autora fundamentou, na primeira parte do trabalho, sua análise teórica, com base no conceito de categoria social, com diferentes perspectivas e marcada por certa concepção da relação Estado e sociedade. Esse conceito sociológico, que procura dar conta dos militares na sociedade capitalista, foi construído por diversos autores (MaxWeber, Mannheim, Gramsci, Althusser e Poulantzas) e de formas diversas. O conceito é construído em dois momentos: no primeiro, quando localiza o seu objeto no interior da divisão social do trabalho, ou seja, o lugar da categoria social, seu lugar no Estado; segundo, a seleção de sua determinação básica, pela sua função na super-estrutura (dominação e direção), ou seja, pela função de manutenção/reprodução da ordem social. Logo, o conceito se constrói pela seleção de suas determinantes principais: lugar e função (que delimitam seu espaço). Por elas se realiza uma dupla localização: de quem se trata e para que servem. Portanto, pelo lugar e pela função procede-se à delimitação do seu espaço no social. O conceito de categoria social (como grupo organizado) é impensável sem o conceito de aparelhos de Estado, lugar da sua organização. Em síntese, a categoria

> Os homens competem pela atenção do Estado ou pelo controle do mesmo e é contra o Estado que os homens encontram, em escala cada vez maior, quando enfrentam outros homens. Eis por que, como seres sociais, eles são também seres políticos, quer saibam ou não[18].

O autor toma como base para sua análise, os países capitalistas avançados, nos quais, a maior parte das atividades econômicas está sob propriedade e controle privado, como é o caso dos Estados Unidos da América.

No entanto, procuramos, dentro das possibilidades científicas de nossa tese, enquadrar esse estudo na perspectiva dos países subdesenvolvidos, como o Brasil.

Para Miliband[19], nos países capitalistas avançados, geralmente os altos funcionários do governo parecem ser apolíticos e apartidários. Necessariamente não são neutros em relação à política, podendo ser defensores dos interesses do Estado, desempenhando papel importante no processo de decisão política e na configuração do poder em sua sociedade. No caso dos países atrasados como o Brasil, após 1930, serão os militares principalmente que, na condição de funcionários públicos do Estado, desempenharão o papel de defensores dos interesses políticos de um novo Estado, intervindo no processo de construção do poder.

O autor[20] discute a questão das mudanças no quadro político e as mudanças de grupos no poder do Estado, após um processo revolucionário. Para o autor, o novo governo estabelecido, naturalmente deverá realizar mudanças de longo alcance dentro do aparelho administrativo, trocando antigos servidores por novos servidores em que possa confiar, pois, senão o fizer, fatalmente herdará um quadro de funcionários que podem desestabilizar ou desorganizar as ações do novo governo.

Poderíamos aplicar a discussão acima ao caso brasileiro, após a Revolução de 1930, no caso dos diversos expurgos que houve, tanto de militares do Exército quanto de civis, no período de 1930 a 1937, que ajudaram na legitimação de uma nova elite política e militar constituída por elementos como o General Dutra e o General Góes Monteiro.

Segundo José Murilo de Carvalho[21], será após a Revolução de 1930 que o Exército se viu instalado no centro do poder político nacional. Os conflitos intra-oligárquicos da política nacional abriram espaço para o avanço da burocracia militar,

---

social refere-se a grupos sociais organizados – aparelhos e suas práticas – que não estão inscritos na produção. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1979.

[18] MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.11.

[19] MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.147.

[20] Ibid, p.149.

[21] CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política, 1930 – 1945**. In: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 62.

que buscará resolver os seus antagonismos ideológicos internos através dos expurgos que consolidaram uma nova liderança militar. A nova liderança hegemônica consolidará o poder militar através do apoio ao Estado estabelecido.

Apesar de ser lançado no meio dos acontecimentos de 1930, o Exército se encontrava fragilizado e fragmentado pelas crises políticas dos anos 1920. Na realidade, a Revolução de 1930 havia sido um movimento político civil que contara com a participação de alguns setores militares. A maioria dos Oficiais não havia participado do movimento e alguns aderiram no último momento, quando a revolução estava praticamente vitoriosa. Com a vitória revolucionária, era necessário ter uma cúpula militar que apoiasse o novo regime.

Um dos atos de Getúlio Vargas, durante o Governo Provisório, foi conceder anistia a todos os Oficiais revoltosos dos anos 1920, que foram reintegrados ao Exército e passaram a ocupar postos importantes no governo. A participação dos tenentes rebeldes no poder revirava a hierarquia militar e aumentava as tensões entre a baixa e alta oficialidade.

Além da anistia, Getúlio Vargas promoveu vários Oficiais que participaram da revolução, como foi o caso de Góes Monteiro[22], que era Tenente-Coronel e foi sendo promovido com interstício mínimo, galgando todos os postos até o de General-de-Divisão, o mais alto grau hierárquico dos Oficiais na época, em curto período de três anos. Esse oficial, posteriormente foi peça importante no Golpe de 1937 junto com o General Dutra. Apesar de Dutra[23] ter se mantido na condição de legalista não aderindo a Revolução de 1930, posteriormente, essa sua postura de neutralidade comum nos indivíduos conservadores fez com que apoiasse o Estado na repressão da Revolução Constitucionalista de 1932 e na repressão do Levante Militar de 1935, sendo escolhido mais tarde para ser o Ministro da Guerra no momento em que o Estado varguista organizava um Golpe para instalar o governo autoritário do Estado Novo.

Analisando o Almanaque de oficiais do Exército de 1931, podemos perceber a extensão das ações do Governo Provisório, com relação aos expurgos de militares do Exército, os quais não foram acompanhados da imediata promoção de outros militares, a fim de preencher os claros abertos com a Revolução. Tomamos por base para essa análise que, normalmente, as depurações são feitas de cima para baixo, principalmente

[22] AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1933. Pedro Aurélio de Góes Monteiro, promoções: Aspirante – 2 Jan 1910; 2º Tenente – 29 Abr 1914; 1º Tenente – 8 Jan 1919; Capitão – 23 Jan 1924; Major – 19 Out 1926; **Tenente-Coronel** – 25 Jul 1929; **Coronel** – 10 Mar 1931; **General-de-Brigada** – 7 Mai 1931; **General-de-Divisão** – 6 Out 1932.

[23] AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1936. Eurico Gaspar Dutra, promoções: Aspirante – 14 Fev 1908; 2º Tenente – 20 Jan 1910; 1º Tenente – 12 Jul 1916; Capitão – 2 Ago 1921; Major – 5 Mai 1927; **Tenente-Coronel** – 16 Mai 1929; **Coronel** – 17 Dez 1931; **General-de-Brigada** – 22 Set 1932; **General-de-Divisão** – 9 Mai 1935.

nos Altos Escalões, posições chaves no aparelho de Estado. Logo, escolhemos analisar os expurgos dos oficiais generais que estavam na ativa antes da Revolução de 1930. Dos onze Generais-de-Divisão constantes do almanaque, nove foram reformados administrativamente[24], sobrando apenas, dois, os generais Augusto Tasso Fragoso, e o general João de Deus Menna Barreto, que fizeram parte da Junta Militar que derrubou o presidente Washington Luís. Dos vinte e cinco Generais-de-Brigada constantes do almanaque, sete foram reformados administrativamente, restando dezoito. Percebemos, que a reforma da alta cúpula dirigente foi acompanhada da homogeneização da organização, obtida através dos expurgos dos oficiais discordantes.

Com relação às promoções[25] no imediato pós-1930, podemos destacar que, para General-de-Divisão, nenhum militar foi promovido com o objetivo de ocupar um dos sete claros existentes, mantendo apenas os dois generais que participaram da derrubada do antigo governo. Para General-de-Brigada, foi promovido apenas um militar, general Maximino Barreto, e recolocado outro no Almanaque, o general Izidoro Dias Lopes, que participou das rebeliões tenentistas dos anos 1920, permanecendo cinco claros abertos. As vagas abertas de generais foram sendo preenchidas de acordo com os interesses políticos do novo grupo que se instalou no poder.

Em maio de 1932, Getúlio Vargas enfrentou uma grave crise militar que determinou a demissão do Ministro da Guerra, o General Leite de Castro, empossado após o movimento revolucionário de 1930, que foi substituído pelo General da Reserva Espírito Santo Cardoso.

Segundo a pesquisadora do CPDOC / FGV, Dulce Pandolfi[26], a crise ficou conhecida como o caso dos “picolés” e “rabanetes”. Eram chamados de “picolés” os tenentes que se mostraram frios diante da adesão, no último momento, de oficias à Revolução de 1930. Por outro lado, chamavam os que aderiram no último momento de “rabanetes”, por serem vermelhos por fora, mas branco por dentro. A crise se intensificou quando o Ministro da Guerra considerou, para efeito de promoção, os “picolés” mais antigos do que os “rabanetes”. Os Oficiais prejudicados protestaram e foram punidos disciplinarmente. A tensão foi solucionada com a criação de quadros

---

[24] Ver anexo I, relação de generais reformados administrativamente, de acordo com o Almanaque de Oficiais do Exército de 1930 e 1931.

[25] AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1931.

[26] PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. *Livro 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24-25.

paralelos de promoção para os “picolés”, cujas promoções por antiguidade se fariam sem o preenchimento de vagas, logo, sem prejuízo para os “rabanetes”, que tinham o mesmo tempo de serviço militar. No entanto, a punição dos “rabanetes” gerou revolta nas guarnições militares de diversos estados da federação e aumentou o clima de agitação política.

No mês de julho de 1932, eclodiu, em São Paulo, a Revolução Constitucionalista. O Estado de São Paulo se sentia prejudicado com o resultado da Revolução de 1930, que levou ao estabelecimento de uma política centralizadora pelo governo federal. Os paulistas, em armas, passaram a exigir o fim do regime estabelecido e maior autonomia para o seu Estado. O conflito durou três meses. No dia 2 de outubro, os rebeldes foram cercados por tropas legais e se renderam. Os principais líderes foram presos, tiveram seus direitos políticos suspensos por três anos ou foram deportados.

Com a Revolução de 1932, tivemos mais um momento de expurgos das elites civis e militares, pois a repressão não se dirigiu apenas aos revoltosos do Estado de São Paulo. Foi estendida a uma parcela da liderança do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais que havia participado da Revolução de 1930, como foi o caso de Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Epitácio Pessoa, entre outros, por terem apoiado o movimento paulista. Conforme análise de José Murilo de Carvalho[27], cerca de 500 oficiais e 500 praças do Exército foram expulsos ou reformados administrativamente.

Após o movimento revolucionário de 1932, Getúlio Vargas viu a necessidade de continuar fazendo a reestruturação das Forças Armadas e de fazer dos militares atores políticos importantes para o governo. Para tanto, foi necessário continuar eliminando antigos Generais nomeados pelos governos anteriores a 1930, principalmente, nesse novo momento, aqueles que participaram da Revolução Paulista.

A partir de 1932, teremos a ascendência de novos Generais, como foi o caso de Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Francisco Ramos de Andrade Neves, Álvaro Guilherme Mariante, Raimundo Rodrigues Barbosa, José Sotero de Menezes Junior, Cesar Augusto Pargas Rodrigues, João Guedes da Fontoura, Valdomiro Castilho de Lima, Cristovão de Castro Barcelos, Constancio Deschamps Cavalcanti, Emilio Lucio Esteves, Francisco José da Silva Junior, entre outros[28].

---

[27] CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política, 1930 – 1945**. In: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 85.

[28] AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1933.

No caminho para o estabelecimento do Estado Novo, tivemos o Levante Comunista de 1935, que sublevou algumas guarnições militares no Brasil (Natal, Recife e Rio de Janeiro), o qual foi violentamente debelado, e representou mais um momento no processo político de depuração da elite civil e militar vitoriosa em 1930.

Depois do Levante, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos aqueles considerados opositores ao regime. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, como foi o caso do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, um dos articuladores da Revolução de 1930. Centenas de Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados foram expulsos do Exército.

O Levante Comunista serviu de pretexto para o fechamento do regime e, no dia 10 de novembro de 1937, foi instalado o Estado Novo, regime autoritário, que durou até 1945.

O passo seguinte do novo regime instalado com o Estado Novo foi consolidar os expurgos iniciados com a Revolução de 1930, os quais foram acompanhados da imediata promoção de outros militares, a fim de substituir os claros abertos com o Golpe[29]. Para tanto, quatorze generais foram reformados - compulsoriamente ou pela idade - ou passados a reserva, sendo, oito Generais-de-Divisão dos quinze existentes, e seis generais-de-brigada dos vinte e cinco existentes. Com relação às promoções, podemos destacar que, para o quadro de General-de-Divisão, foram promovidos três militares, e mantidos dois claros abertos. Para o quadro de General-de-Brigada, foram promovidos dez militares, ocupando todos os claros existentes.

Logo, podemos entender que, para governos revolucionários, não deve haver o bom-senso de se esperar certa neutralidade das antigas elites administrativas que estavam no poder. Não poderiam contar com o apoio que necessitariam para estabilizar o novo governo. No máximo, um dirigente político centralizador, com idéias firmes, com o apoio de seus colegas e de uma parcela da administração pública, conseguiria negociar obstáculos a sua maneira. Boris Fausto[30] crê que a Revolução de 1930 no Brasil deve ser entendida como o resultado de disputas intra-oligárquicas fortalecidas por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira. No entanto, em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva, e com a falência da política da burguesia do café, abriu-se um vazio de poder, que teve como resposta o Estado de compromisso, Estado que se abre a todas as pressões sem se subordinar

[29] AHEx. Almanaque de Oficiais do Exército de 1937 e 1938.
[30] FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. Historiografia e História. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 104-111.

necessariamente a nenhuma delas. Suas principais características são uma maior centralização, com a subordinação das oligarquias ao poder central, a ampliação do intervencionismo, que deixa de ser restrito ao setor cafeeiro, além do estabelecimento de certa racionalização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional.

Do ponto de vista ideológico e político o que se verifica é um progressivo abandono do modelo liberal pelos quadros dirigentes e uma aproximação com matrizes de pensamento autoritário.

Para Miliband, *os altos funcionários civis constituem, dentro do sistema estatal, a voz de cautela e da moderação e o seu motto permanente é <<pás trop de zéle>>, pelo menos em relação a uma reforma radical*[31].

Ralph Miliband, além da discussão da incompatibilidade com a noção de neutralidade, em geral atribuída à função que o servidor público civil dos altos escalões administrativos exerce nos países capitalistas avançados, atenta para o fato de que o conservadorismo desses funcionários deve ser encarado em termos específicos, na defesa de uma ordem social particular, com definições de configuração de classe e hierarquia, ou seja, são aliados conscientes ou inconscientes das elites econômicas e sociais existentes, devendo portanto, ser desmobilizados nos casos de movimentos revolucionários que levam à mudança de governo.

A principal razão que sustenta a discussão anterior fica em torno da origem social e da formação educacional que fazem com que eles participem de um meio social específico, cujas idéias, preconceitos e concepções, provavelmente compartilharão, e, estarão destinados a influir, na verdade a definir, como sua imagem de interesse nacional.

Além disso, a seleção e o sistema de promoção passam a ser feitos de maneira diferente de quando eram realizados com base na origem social ou filiação religiosa em alguns casos, pois como Ralph Miliband explica, "*Espera-se que eles se situem dentro de um espectro de pensamento no qual o conservadorismo rígido está num dos extremos e um débil reformismo no outro*"[32]. A opção para a escolha dos servidores do Estado passa a ser o mérito intelectual na construção da carreira, com provas, cursos, conceitos valorizando a carreira, instituídos desde o processo seletivo até a conquista dos mais altos cargos administrativos. No caso dos países subdesenvolvidos, esses crivos seletivos podem servir na construção de um grupo mais homogêneo e determinar o uso de modelos discriminatórios, pois, pela justificativa oficial, o modelo

[31] MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.151.
[32] Ibid, p.152.

é necessário, a fim de excluir os riscos na segurança da política estatal, principalmente nas instituições estratégicas, como o caso das pastas militares.

Percebe-se que essa noção de risco de segurança construída com base na política dos países desenvolvidos, e que pode ser utilizada para os países subdesenvolvidos, é bastante flexível e pode ser facilmente estendida para atingir quem quer que tenha opiniões e idéias contrárias ao sistema político estabelecido, a fim de manter a ordem social, fortalecendo, uma postura conservadora do funcionalismo público.

Miliband[33] conclui que, no caso estudado, a burocracia estatal não constitui um elemento impessoal, não ideológico ou apolítico em sua sociedade. Esse grupo, formado por altos funcionários civis, cujos interesses específicos normalmente se identificam com os das elites econômicas, constituem um elemento crucialmente importante e engajado na manutenção e defesa da estrutura de poder e de privilégio inerentes ao capitalismo avançado.

Com relação a sua análise sobre os militares na função de servidores do Estado, o autor trabalha teoricamente de maneira oposta a Samuel Huntington[34]. Ralph Miliband, que faz sua análise com base na divisão centro e periferia, diz que, em países desenvolvidos, os militares que ocupam altos postos na burocracia estatal não estão livres de uma adesão ideológica ou política. A imagem de dedicação exclusiva a um interesse nacional e às virtudes militares (honra, coragem, disciplina), livre de influência partidária, foi alimentada e fortalecida pelo fato de que os militares, em países de economia capitalista avançada, se mantêm, normalmente, fora da política, pelo menos no envolvimento direto na parte aberta e visível do processo político daquele país.

Para o autor[35], os oficiais de alta patente em países avançados constituem um elemento profundamente conservador e mesmo reacionário dentro do sistema político e na sociedade de maneira geral, além do que, muitas vezes, sua origem social, e principalmente o seu interesse profissional, os tem conduzido a encarar o caráter e o conteúdo da política democrática com receio, suspeita, até mesmo com hostilidade.

No caso de alguns países subdesenvolvidos, como o Brasil nos anos 1930, parte do Corpo de Oficiais foi movido por impulsos modernizadores radicais conservadores, apoiando movimentos destinados a derrubar, ou pelo menos reformar, estruturas sociais, econômicas e política consideradas atrasadas.

---

[33] MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.158.

[34] HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

[35] MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.159.

Prosseguindo a discussão, Ralph Miliband trata da questão relacionada ao conservadorismo dos militares. Para o autor, normalmente esse conservadorismo assume um caráter específico, pois implica não só a aceitação das Instituições vigentes, ou de valores particulares, mas também de um sistema econômico e social específico e uma oposição igual a qualquer alternativa ao sistema vigente. Ralph Miliband cita o caso em que, em época anterior da História do capitalismo, as elites militares olhavam com desdém aristocrático a burguesia empresarial interessada em obter grandes lucros.

No caso do Exército Brasileiro, o conservadorismo aristocrático é fato presente desde o início do século XIX, principalmente com a instituição do cadetismo, uma das formas de seleção dos oficiais, que exigia título de nobreza para o ingresso na força. Ao longo do século XIX, o conservadorismo aristocrático vai se flexibilizando, principalmente com as tentativas de profissionalização do Exército. A partir de 1931, temos um novo momento de retomada do interesse aristocratizante no Exército, junto às reformas estabelecidas na EMR pelo Coronel José Pessoa, Comandante daquele Instituto de Ensino Superior Militar.

Ralph Miliband[36] conclui que o mais relevante da sua discussão, não está no fato de os militares exercerem importante influência sobre a política do Estado. O mais significativo, é que tais influências serão fatalmente direcionadas a ações conservadoras das elites militares e, se poderá esperar o fortalecimento das tendências preconceituosas e conservadoras do governo estabelecido e o esforço possível para agir como mais um elemento na política interna de restrição e censura contra políticas que não correspondam a sua própria concepção conservadora de interesse nacional. Além do que, tomando por base a sua orientação ideológica, as elites militares deverão sempre apoiar com especial interesse as ações do poder civil no combate à subversão interna, principalmente contra militantes políticos da esquerda, e também atuar como agente coercitivo da ordem social vigente.

No caso do Brasil, os papéis das Forças Armadas no Estado podem ser analisados com base no texto *O Argumento da Força*, de João Quartim de Moraes, na coletânea de ensaios *As Forças Armadas no Brasil*.

Em sua discussão sobre as funções das Forças Armadas no Brasil, João Quartim de Moraes parte de duas questões essenciais referentes aos estudos sobre os militares, realizados nos anos 1980: a posição no aparelho do Estado e a relação com o poder

[36] MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.168.

político central[37]. No primeiro caso, a função das Forças Armadas é caracterizada como de autonomia, e no segundo caso, como de tutela sobre o poder político, sendo que o primeiro caso, o de disporem de autonomia no seio do Estado, condiciona o segundo, ou seja, o de tutela.

Para explicar a tutela das Forças Armadas, João Quartim de Moraes parte para a análise da autonomia do Estado, procedendo a um estudo com base em conceitos interpretativos de bonapartismo, cesarismo, crise de hegemonia, e fascismo, considerados como formas em que se desenvolve a dinâmica contra-revolucionária ao longo do século XX, levando, em diversas dimensões, ao processo de militarização do Estado.

Para João Quartim de Moraes[38], a autonomia das Forças Armadas na América Latina constitui um fenômeno transhistórico e transnacional, sendo classificada por alguns autores como "pretoriana", em referência à Guarda Pretoriana dos imperadores romanos. Segundo o autor:

> "Quando o poder foi usurpado por um chefe de guerra carismático, Júlio César, o mando militar (*imperium*) estendeu-se à esfera política. Surgia, sobre as ruínas da República, o cesarismo, isto é, a concentração de todos os poderes na pessoa do imperador. Mas como carisma não se transfere automaticamente, o poder imperial, após a morte de Augusto, o segundo césar, passou a depender cada vez mais do instrumento de coerção armada originariamente destinado a servir de guarda de corpo do imperador. O cesarismo degenerou em pretorianismo: a guarda de corpo do imperador tornou-se corpo da guarda do Império.
>
> O primeiro ensinamento desta matriz histórica é que o pretorianismo pressupõe o cesarismo, isto é, a usurpação do poder político pela corporação das armas tem na concentração imperial dos poderes sua pré-condição. A lógica do processo é clara: num primeiro momento, o herói carismático arrebata o poder à cidadania; num segundo momento, o poder assim arrebatado desliza das mãos do césar para as de sua guarda permanente.
>
> O segundo ensinamento é que a supressão do controle social sobre a corporação militar, isto é, sua autonomização, constitui um subproduto de uma supressão mais fundamental, a do controle social sobre o poder político. A autonomização do Estado precede e condiciona a autonomização de sua força armada[39].

Para o autor, é freqüente a comparação entre o cesarismo e o bonapartismo, como em Gramsci, que trata o bonapartismo como um exemplo histórico de cesarismo, observando no primeiro Napoleão um "cesarismo progressivo", e no segundo, um "cesarismo regressivo". O regime do primeiro Napoleão foi progressivo porque, ao assumir o poder no processo revolucionário, consolidou juridicamente as conquistas camponesas e burguesas. O regime do segundo Napoleão foi regressivo

---

[37] MORAES, João Quartim de. O Argumento da Força. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de {et. al.}. **As forças armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 11.
[38] Ibid, p. 12.
[39] Ibid, p. 12-13.

porque se serviu do poder discricionário do Estado para conservar, pela força, uma ordem social em crise e não para consolidar novas conquistas sociais, e serviu para a retomada do controle do Estado pela sociedade. O cesarismo progressivo resolve a crise de hegemonia criando novas instituições que tornam compatíveis os interesses sociais em disputa. O cesarismo regressivo se limita a mudar a forma do governo para preservar, pela força, os interesses constituídos que a crise de hegemonia colocara.

No Brasil, o Regime estabelecido após a Revolução de 1930, apoiado pelo Exército no objetivo de centralização do poder político no Estado, assumiu, na medida em que se consolidaram o poder e o prestígio personalistas de Vargas, o caráter de um "cesarismo progressivo", com a criação de um novo tipo de Estado capaz de compatibilizar as forças sociais em conflito. A partir de 1935, o impulso progressista foi deslocado para a Aliança Nacional Libertadora, cujos projetos de reformas sociais avançadas criaram as condições para a consolidação do grande medo contra o avanço comunista internacional. O Estado varguista aproveitou o momento estabelecido e organizou medidas repressivas que resultaram na Intentona Comunista de 1935, abrindo espaço para um "cesarismo policial", institucionalizado com o Estado Novo, em 1937.

Durante a elaboração da tese abordamos e discutimos ainda, os conceitos de elite, de autoritarismo, de profissionalismo e de racismo articulados à formação de um pensamento autoritário no Brasil, pela grande relevância que apresentam e para melhor compreensão da investigação científica que serviu para o desenvolvimento deste trabalho.

1.1.2 – Racismo, Teoria das elites e a profissão militar:

O racismo[40] contemporâneo, tal como se desenvolve em nível político, principalmente após a Primeira Grande Guerra, tem uma origem bastante remota e é resultante do encontro e fusão de três correntes diferentes de pensamento. A primeira corrente dedica-se ao estudo das raças. No final do século XVIII, com o progresso das ciências naturais fomentado pelo Iluminismo, iniciou-se a classificação das raças humanas com base no estudo do crânio ou do rosto, estabelecendo uma hierarquia entre elas, colocando a raça branca em primeiro lugar, a negra em último e entre elas, a amarela. Já no século XIX, esse conceito antropológico se desenvolve, tanto com a

[40] NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 313-328.

teoria da hereditariedade dos biólogos raciais, como com a livre interpretação do pensamento de Darwin e a teoria da seleção natural, cuja idéia central trabalha com a tese da sobrevivência da espécie que se adapta melhor ao ambiente e se transforma na sobrevivência da raça superior. Este modelo foi adaptado por políticas racistas, como a eugenia, e servirá para combater a chamada "degeneração racial", melhorando a "qualidade da raça", tornando-a mais pura. Nesse racismo, o perigo da mistura das raças torna-se obsessivo. A segunda corrente de pensamento é o nacionalismo, para o qual uma nação é superior às outras. No século XIX o nacionalismo justificará a política imperialista européia e o domínio colonial que deram novo impulso à difusão das teorias racistas. A terceira e última corrente, é uma atitude mística e irracional na política, como foi o caso do nazismo que colocou em prática uma política social a que chamou de "solução final", com o extermínio da raça judaica e de outros marginalizados, buscando uma arianização forçada da Alemanha, uma vez que, segundo o racismo arianista, os cruzamentos de raças diferentes só produziriam degenerados.

Ainda, com relação ao estudo da raça, analisamos o texto do antropólogo, Roberto da Matta[41], *Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira*, que procura destacar o problema do racismo no Brasil, contido no mito das três raças, observado tanto pelas teorias científicas, quanto pela experiência do cotidiano da sociedade.

Para o autor, o nosso sistema social hierarquizado seria o cerne da discussão com relação à origem do racismo brasileiro, pois estaria ele de acordo com o determinismo que acaba por apresentar o todo como algo concreto, fornecendo um lugar para cada coisa e colocando cada coisa em seu lugar. A proposta teórica do autor é de que o Brasil não é uma sociedade igualitária de feição clássica, pois convive bem com hierarquias sociais e privilégios. A sociedade brasileira não pode ser analisada segundo os modelos teóricos das sociedades modernas e individualistas ocidentais. O esquema interpretativo do autor reduz todas as demais esferas a uma espécie de "falsa consciência", representada pelo "mito da democracia racial" construído pelas elites e pelo Estado.

Com relação ao mito das três raças (branco, negro e índio), Da Matta coloca que é inegável a importância social dos três elementos. No entanto, haveria uma distância significativa entre a presença empírica dos elementos e seu uso como recursos

[41] DA MATTA, Roberto. *Digressão:* A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 58-85.

ideológicos na construção da identidade social no Brasil[42], o que acabava permitindo gradações que podiam pôr em risco aqueles elementos que tinham o pleno direito à igualdade. Uma análise comparativa mostra que o nosso caso foi diferente dos Estados Unidos da América, onde o recorte social da realidade empiricamente dada foi inteiramente diverso, com negros e índios sendo situados como inferiores e os brancos como superiores. Naquele país da América do Norte não há escalas entre elementos étnicos: ou você é índio, ou você é negro, ou você é branco.

No caso brasileiro parece ter havido uma união ideológica básica entre um sistema social hierarquizado e a sua legitimação ideológica num plano muito profundo, justificativa fundada na Igreja e no catolicismo formalista, que dava direito a explorar a terra e a escravizar negros e índios, unida por interesses religiosos, políticos e comerciais, e que organizava as categorias sociais, as quais correspondiam a direitos e a deveres bem marcados, sociedade em que ninguém era igual entre si ou perante a lei, nem senhores, nem escravos, nem subalternos.

Em Portugal, a categorização era geral[43], incluindo grupos étnicos diferentes, principalmente mouros e judeus, que eram controlados social e politicamente. Nas terras lusitanas, tínhamos uma sociedade familiarizada com formas de segregação social, legitimada pela origem racial e religiosa, que foi transportada e reconstruída no Brasil Colônia, de acordo naturalmente com as características históricas dos povos indígenas que habitavam o outro lado do Atlântico.

A rigidez hierárquica no Brasil estabelecida desde a época do descobrimento começou a ser abalada a partir do movimento de independência, que provocou toda uma reorientação dos sistemas de hierarquia vigentes no Brasil, onde a estrutura de poder tinha como ponto final a Corte no Rio de Janeiro.

Podemos observar com o texto de Da Matta que, mesmo considerando que nossa independência foi obra dos estratos dominantes e não de um movimento feito de baixo para cima, momento em que se poderia ter obtido uma alavanca para transformações sociais mais profundas, ela foi básica na medida em que mostrou à elite brasileira e regional a necessidade de construir suas próprias ideologias e mecanismos de racionalização para as diferenças internas do Brasil. Da nossa independência à busca da identidade, justificamos, racionalizamos e legitimamos as diferenças internas.

---

[42] DA MATTA, Roberto. *Digressão:* A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 62-63.
[43] Ibid, p. 67.

A elite brasileira foi buscar a ideologia necessária para justificar sua superioridade no mito das três raças, e no racismo à moda brasileira, condição para conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade. O marco histórico das doutrinas raciais brasileiras é o momento que antecede a Proclamação da República e a Abolição dos escravos, momento de crise profunda, em que se abalam as hierarquias sociais, pois a libertação dos cativos negros propunha a liberdade e transformação das hierarquias ao passo que o novo regime implantado foi um desfecho fechado e reacionário, destinado a manter o poder dos donos da terra.

O mito das três raças permitiu pensar o Brasil, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura, constituindo-se na mais poderosa força cultural do Brasil. Forneceu as bases de um projeto político e social para o país, apoiando-se na tese do branqueamento da sociedade como alvo a ser buscado. Se no plano político e social o Brasil era cortado por hierarquizações e motivações conflituosas, o mito das três raças unia a sociedade no plano biológico e natural.

Segundo Da Matta[44], as fontes científicas para o racismo brasileiro vêm da Europa do século XVIII, na forma das teorias evolucionistas e do século XIX, quando o racismo aparece na sua forma acabada, como instrumento do imperialismo e justificativa natural da supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o restante do mundo.

Com Carlos Linneo, naturalista do século XVIII, temos a consolidação da identidade dos grupos humanos, tomando como base os aspectos físicos e biológicos junto a traços comportamentais morais predominantes, e que acabou definindo as raças: o asiático, cruel e melancólico; o africano, malevolente e astuto; e o branco, genial e inventivo. Já em Gabineau percebe-se um continuísmo dessa teoria ao desenvolver seus estudos sobre as raças e suas desigualdades, sendo que a inovação vem com a denúncia de que o processo de miscigenação trazia a decadência das particularidades inerentes a cada raça.

Como verificamos, a biologia, como critério teórico legitimador e excludente, se impôs dentro do processo de desenvolvimento das ciências naturais durante o século XVIII e XIX. Foram os elementos científicos que preservaram a superioridade ocidental, agora nas categorias laicas e racionais, em substituição às categorias religiosas, tudo dentro da manutenção do discurso do outro, do diferente, que mantém a estabilidade da ordem desejada. O século XIX é o momento em que a Europa ocidental promove novo processo expansionista colonial ao mundo bárbaro, mantida

[44] DA MATTA, Roberto. *Digressão:* A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 70.

sob a proteção de um projeto missionário que leva ao outro o processo civilizador. O darwinismo científico que inspira o pensamento antropológico do século XIX legitima este novo colonialismo que, assim, não se caracteriza apenas como produto de certa conjuntura política, mas também de uma estrutura biológica, ou seja: a antropologia do século XIX justifica a Europa imperialista.

A segunda metade do século XIX e o início do XX referem-se ao momento de aprimoramento do conceito de raça, dentro de uma perspectiva científica biológica que foi aplicada aos modelos políticos europeus de colonização. Buscavam nas diferenças físicas entre os homens indícios de caráter e personalidade. O objetivo era legitimar os domínios, a tutela, o extermínio contra o atraso histórico das culturas não-ocidentais.

O discurso etnológico foi usado de maneira discriminatória e com conclusões implicitamente políticas. Seu principal pressuposto era, muitas vezes, a evolução linear, em que à frente da humanidade, estava a Europa, pioneira da civilização e, atrás, os povos primitivos da África, Oceania e Amazônia. O outro, o atrasado, o bárbaro, o selvagem é sempre diferente, hierarquizado pela sua diferença. A etnologia recebeu a missão de estudar essas culturas diferentes dentro do contexto dos interesses políticos europeus. Analista dessas sociedades inferiores, do folclore, a visão etnológica era muitas vezes tendenciosa e, na melhor das hipóteses, paternalista. O termo etnia é atribuído aos chamados povos sem escrita, marcado por preconceito racista. A etnografia é a coleta descritiva dos documentos. A etnologia é a síntese comparativa, que coloca em prática, conceitos herdados da História, como o estudo de grupos humanos, tendo como objeto específico o estudo das relações de parentesco que asseguram sua coesão interna e que são regras não escritas entre pessoas que não possuem arquivos nem passado.

O racismo do século XIX serviu de base doutrinária explicativa para muitos intelectuais brasileiros, que se apoiaram nas teorias racistas produzidas por Buckle, Gobineau e Couty, que mais influenciaram os nossos intelectuais.

Por teoria das elites, entendemos a teoria de uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Segundo Bobbio[45], a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu a partir do estudo das Elites políticas, e ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito grupo de pessoas: o poder de tomar e de

[45] BOBBIO, Norberto. **Teoria das Elites**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer a força, em última instância.

A formulação clássica desta teoria foi de Gaetano Mosca nos *Elementi di scienza política* (1896), considerado o precursor da teoria das Elites, segundo o qual, a organização é um instrumento para a formação da elite. A grandeza do termo Elite remonta a Pareto, que alguns anos depois, por influência de Mosca, enunciou, na introdução aos *Systèmes socialistes* (1902), a tese de que em toda sociedade há uma classe superior que detém geralmente o poder político e o poder econômico, a qual se deu o nome de aristocracia ou Elite.

Ainda, segundo Bobbio, a teoria das Elites, como a primeira teoria científica no campo da política, surge no contexto histórico-político do "grande medo" das classes dirigentes de países que viviam sob o espectro conflituoso dos movimentos socialistas e democráticos que se intensificavam. Em outras palavras, a sua aparição serviu como espaço para compartimentar todos os interesses antidemocráticos e anti-socialistas, provocados pelo aparecimento do movimento operário, e ainda permitiu construir a oposição entre a Elite e a massa.

Com relação ao profissionalismo, tomamos como base teórica a discussão de Samuel P. Huntington[46] sobre o oficialato como profissão, uma abordagem sociológica do trabalho, que caracteriza a profissão militar monopolizada pelo Estado como um tipo peculiar de um grupo funcional com características bastante especializadas.

Em um primeiro momento havíamos escolhido trabalhar com o conceito de militarismo como sinônimo de profissionalismo dos militares, mas, analisando outras obras, percebemos que havia outra abordagem, pois segundo J. J. Johnson[47], por militarismo entende-se o domínio dos militares em relação aos civis, a ênfase indevida sobre as exigências militares, ou qualquer transcendência dos verdadeiros objetivos militares pelas Instituições militares, que tem sido uma realidade da vida na América Latina. Consideramos o conceito de militarismo como uma deturpação das atividades da Instituição militar, tal como a intervenção na política.

Para Huntington, é o profissionalismo que diferencia o oficial de hoje do guerreiro do passado. O termo "soldado-profissional" significaria, no quadro dos oficiais de carreira, a vocação para a carreira, um sentimento que deveria identificar

---

[46] HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

[47] JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 38.

um grupo a serviço da sociedade, que não trabalha só pelos ganhos materiais. Na obra do autor, encontramos as características que deveriam distinguir uma profissão como um tipo especial de vocação: a especialização, a responsabilidade e a corporatividade.

Segundo Samuel Huntington, quanto mais complexo for o sistema político de um Estado e moderna a sua economia, menos facilidades para se estabelecer terão as intervenções políticas das forças armadas. Para o autor, o profissionalismo dos militares, que se enquadra no raciocínio dos “desenvolvimentistas”, os afastaria das questões políticas e os deveria manter sob o domínio da sociedade civil.

Na teorização de Huntington, por especialização, entende-se a idéia de que o profissional é um técnico com habilidade e conhecimentos especializados num campo significativo do esforço humano. Segundo Huntington, só pela educação e pela experiência prolongada é que se adquire a especialização, articulada à alternância de indivíduos entre o exercício profissional e o ensino, mantendo-se o contato entre a Academia e a prática profissional. A educação profissional constará de duas fases: uma que comunica um amplo e liberal conhecimento cultural; e outra que transmite as habilidades e os conhecimentos especializados da profissão, que será ministrada em Instituições especiais dirigida pela própria profissão ou a ela vinculada.

Por responsabilidade, entende-se que aquele profissional é um técnico militante que trabalha num contexto social e presta serviços essenciais ao funcionamento da sociedade. É a responsabilidade social que distingue o profissional de outros técnicos com habilidades apenas intelectuais. Nesse quadro, os ganhos monetários não deveriam ser a meta principal do militar enquanto profissional.

Quando os membros de uma profissão têm em comum a sensação de unidade orgânica e de autoconsciência como um grupo que difere dos leigos, temos a corporatividade. Essa identidade coletiva tem origem na disciplina diuturna, no treinamento indispensável à competência profissional, no vínculo comum de trabalho e na solidariedade com uma responsabilidade social única. O oficialato é uma profissão pública burocratizada.

A estrutura corporativa do corpo de oficiais inclui não apenas burocracia oficial, mas também sociedade, associações, escolas, publicações, costumes e tradições. O espaço profissional do oficial abrange proporções maiores de suas atividades. Normalmente trabalha longe do restante da sociedade. A linha divisória entre o militar e o civil é simbolizada pelo uso do uniforme e pelo uso das insígnias do posto.

Para Samuel P. Huntington, o oficialato é, ao mesmo tempo, uma profissão e uma organização burocrática. Na profissão, os níveis de competências são caracterizados pela hierarquia dos postos; na organização, os deveres se separam por

uma hierarquia de cargos. O posto é inerente ao indivíduo e reflete suas realizações profissionais medidas em termos de experiências, antiguidade, formação e qualidade. Já as designações para cargos são arbitrárias, sujeitas às influências externas.

No decorrer de nossa pesquisa, ampliamos o instrumental teórico da tese, aprofundando as leituras e a análise crítica sobre os autores mencionados, em virtude de existirem lacunas no que diz respeito ao processo de articulação entre a formação de elites dentro dos Exércitos latino-americanos no período de 1930 a 1945 e o autoritarismo, assim como também existe pouca informação sobre a questão das relações étnicas e raciais dentro do Exército Brasileiro. Em nossos estudos percebemos que, na Instituição, nas décadas de 1910 e 1920, as relações étnicas e raciais vão transformando o espaço de aceitação e integração do homem mestiço, tema abordado no discurso publicado na Revista "A Defesa Nacional" sobre o recrutamento de intelectuais, no qual destaca-se Olavo Bilac[48], posteriormente escolhido como patrono do serviço militar obrigatório no Brasil, em espaço de ascensão de discriminações dentro da Instituição, nos anos de 1930 a 1940.

No contexto dessa discussão intratextual, o Brasil, na primeira metade do século XX, é nitidamente marcado pela lenta mudança de uma economia predominantemente agro-exportadora, característica das economias dependentes que empregam diversos obstáculos contra a criação de novos modelos produtivos, para uma economia urbano-industrial conseguida somente nos 1950, fruto da modernização conservadora realizada a partir do Estado: uma industrialização induzida, sem revolução industrial, sem mudanças radicais na estrutura social. A crise econômica mundial de 1929 mais o prestígio ligado ao progresso da capacidade tecnológica deram aos países subdesenvolvidos uma nova mentalidade econômica, intensificando a vontade de se industrializarem. O problema econômico tornou-se o principal questionamento de alguns grupos sociais como o dos militares, interessados na modernização do setor a fim de que pudessem se acoplar ao desenvolvimento militar. Como vinha acontecendo desde a Primeira Guerra Mundial, e antes mesmo, as Instituições militares se identificavam com a industrialização. O conhecimento técnico dos militares fazia deles os principais agentes no interesse da modernização econômica. O grupo dos militares representados por seus oficiais tornou-se cada vez mais preocupados com o que considerava a fragilidade da Instituição, ou seja, a dependência econômica dos

[48] A Lei do serviço militar por sorteio foi aplicada de fato em 1916, pois a mesma já havia sido criada em 1908 (Lei Nº 1860, de 04 de janeiro). Esse serviço proporcionaria o treinamento aos recrutas sorteados, que retornariam para a sociedade civil na condição de reservista disseminador do civismo. McCANN, F. D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro.** Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 119.

Estados periféricos em relação aos grandes centros industrialmente mais avançados na obtenção de material bélico.

Segundo J. J. Johnson[49], os países latino-americanos vinham tomando uma nova orientação econômica que desde a Primeira Guerra Mundial foi um dos fatores que favoreceram o crescimento do deslocamento populacional. O processo de urbanização era resultado, em grande parte, da escassez de terra, da pobreza no meio rural, dos novos padrões de consumo e diversão, da centralização política por que alguns governos passavam, do contínuo crescimento da burocracia estatal e do conhecimento da vida urbana que o serviço militar obrigatório possibilitava.

A concentração do poder econômico e social, a rigidez das diferenças sociais e a perenidade das estruturas de dominação, inclusive nas sociedades mais urbanizadas e secularizadas, contribuíram para delinear, no continente latino-americano, em diversos graus, modelos de autoridade e tipos de relações específicas. A relação elite-massa é, de forma quase imutável em todos os países latino americanos, ao mesmo tempo paternalista, repressora e monopolizada, apesar das diferenças encontradas, às vezes, até em um único país. Desses dados deve-se considerar que os mecanismos de exclusão dos dominados são ambivalentes e têm lugar sucessiva e conjuntamente sob a forma de cooptação obrigatória e de marginalização.

Ao analisarmos o Exército como uma Instituição nacional no contexto político brasileiro, percebemos que as repetidas mobilizações dentro da força com objetivos políticos variavam o modo de operação conforme o período destacado, não podendo estabelecer-se um padrão geral e sim, diversos padrões ou modelos de intervenção. Isso é de fácil percepção, em virtude de que a organização militar, em cada momento histórico analisado, foi caracterizada principalmente pela individualidade e pela variedade interna e não pela organicidade e unidade, características que não estabelecem uma mentalidade uniforme, mas, pelo contrário, provocam constantemente lutas dentro das Instituições.

Morris Janovitz, em sua obra[50], estuda o prolongado treinamento a que é submetido o militar de maneira geral (oficiais e praças), que acaba adquirindo uma qualificação que lhe possibilita atuar em serviços especializados. A profissionalização do Exército, principalmente dos oficiais, é bem mais complexa e foi feita através de um processo lento e gradativo de reformas no sistema de ensino e de mudanças na estrutura da organização da Instituição.

---

[49] JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 61.

[50] JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967, p. 13.

Segundo Morris Janovitz, uma profissão é bem mais que um grupo com uma qualificação profissional adquirida por meio de um intenso treinamento. Um grupo profissional deve desenvolver um sentimento de identidade coletiva e um sistema de administração interna, ou seja, deve articular identidade e burocracia na construção de uma cultura política. A profissionalização significava a burocratização e a especialização. A primeira colocava os militares na condição de servidores do Estado e os levava a discutir problemas como: soldos baixos, promoções defasadas, pensões, quartéis precários e armamentos obsoletos. A segunda, conseguida principalmente com a ajuda de missões militares estrangeiras, proporcionou maior atenção ao sistema educacional nas Instituições de Ensino Militar, como a necessidade das velhas Escolas se modernizarem ou criarem-se novas Escolas.

O autor afirma que uma administração autônoma, que muitas vezes pode ser apoiada por uma política de Estado, implica a criação de um sistema ético e de um conjunto de padrões de realização.

Com relação à elite militar, Morris Janovitz diz que uma pequena proporção de homens dentro de uma profissão militar, como em qualquer outra, pode ser vista como uma "elite", ou seja, como aqueles que detêm a maior soma do poder real e potencial, se o poder for definido como um controle sobre o comportamento de outras pessoas. Devido à estrutura formal da Instituição, a elite militar compreende os oficiais de mais altas patentes, o que não significa que oficiais inferiores não possam desfrutar de considerável poder. O conceito de elite possibilita distinguir os membros que usam suas qualificações para alcançar fins políticos e sociais, daqueles que se satisfazem em exercer sua profissão por recompensas pessoais e imediatas.

Encontramos também na obra de José Murilo de Carvalho[51], *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, a aplicação do conceito de elite no Exército. O estudo de José Murilo de Carvalho, uma análise institucional através das mudanças internas e externas, valoriza o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação de quadros. Tentamos resgatar, no texto, o processo de profissionalização do Exército.

Para Gianfranco Pasquino[52], o processo de profissionalização ocorre quando um grupo de indivíduos adquire um conjunto de habilidades e conhecimentos técnicos e se organiza em uma Instituição com normas e regimentos próprios que o separam dos

---

[51] CARVALHO, J. M. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**.** In: CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

[52] PASQUINO, Gianfranco. **Militarismo**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

outros grupos e das outras Instituições presentes na sociedade. A Instituição militar, como qualquer outra organização profissional, pode regulamentar o acesso dos indivíduos, quer recrutando somente os que possuem determinadas habilidades e conhecimentos explicitamente estabelecidos, quer socializando os indivíduos recrutados com as normas, os regulamentos e até com os costumes vigentes dentro da Instituição. Logo, a profissionalização dos militares faz parte de um processo mais amplo de diferenciação estrutural que as sociedades atravessaram e ainda experimentam no decorrer da evolução do Estado.

J. M. de Carvalho distingue três correntes que definem o profissionalismo nas Instituições militares: a do soldado cidadão, a do soldado profissional e a do soldado corporativo. Segundo o autor, os soldados deviam ser considerados civis armados e não uma casta separada, pois o progresso industrial levaria um dia os Exércitos e suas armas de destruição aos museus e às páginas da História. Os interesses da Instituição deveriam ser conseguidos pela participação dos militares na política. A idéia de soldado-profissional significaria o afastamento dos militares da política. O termo "soldado-profissional" significaria, no quadro dos oficiais de carreira, a vocação para a carreira, um sentimento que deveria identificar um grupo a serviço da sociedade, que não trabalha só pelos ganhos materiais. Já o soldado corporativo aceitava a intervenção desde que ela fosse feita pelo Exército como um todo, sob a direção do Estado-Maior. Viam o papel do Exército como de um árbitro. A partir dos anos 1930, a intervenção passaria a ser controlada de cima para baixo.

José Murilo de Carvalho discute na obra *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, questão de que, no caso brasileiro, a hierarquia nas forças armadas tem, na origem, sua presença atrelada aos costumes que a administração portuguesa utilizava na sede da metrópole, ou seja, uma política centralizadora que foi sofrendo transformações ao longo do tempo. Tais transformações são vistas nesta obra, na qual o autor analisa os aspectos organizacionais das forças armadas como passo fundamental para se entender o comportamento político deste grupo nas diversas intervenções da história política da Primeira República no Brasil.

A primeira característica organizacional analisada pelo autor foi o processo de recrutamento, no qual está a origem do sistema hierarquizado que se mantém na estrutura da força até os dias atuais. Inicialmente em sua origem o Exército nacional, com um baixo nível de profissionalização e especialização[53], ia buscar na nobreza a

[53] Contudo percebemos que no século XIX, não era necessário um alto nível de profissionalização e especialização, por conta do baixo desenvolvimento das atividades militares e da baixa qualidade do

constituição de seu corpo de oficiais, e nas camadas baixas, as praças, mantendo o Exército relações sociais semelhantes a uma sociedade estamental. Essa estruturação foi responsável por identificar os oficiais com os grupos dominantes da sociedade, ao mesmo tempo que os afastava das praças. Esse mecanismo garantia a lealdade dos oficiais para com os grupos dominantes do Estado "Moderno" e impedia sua união a grupos inferiores e suas causas políticas.

No caso das Instituições militares brasileiras, a vinda da família real portuguesa em 1808 foi o fator principal para a importação da estrutura militar, que foi mantida posteriormente à ruptura política de 1822.

O recrutamento de muitos oficiais no Exército português do século XIX tinha sua origem na condição de sua posição nobiliárquica por terem passado pelo Colégio dos Nobres de Lisboa, pela Academia da Marinha ou por terem pertencido à Instituição do "Cadetismo", criada em 1757 e que tinha por objetivo favorecer a entrada de nobres no serviço militar pela concessão de privilégios que não eram dados a outros grupos sociais. Em Portugal, o sistema de "Cadetismo" foi abolido em 1832. O mesmo não aconteceu no Brasil, permanecendo o sistema ainda por muito tempo, até 1897.

O "Cadetismo" no Brasil era realizado através do reconhecimento de cadetes[54]. Sua manutenção exigiu certa flexibilização dos critérios de recrutamento, o que gerou a ampliação do acesso à formação de oficiais. Segundo José Murilo de Carvalho, *disposições de 1809 e 1820 ampliam a faculdade de se alistarem cadetes aos filhos de oficiais das forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas* [55]. O privilégio seria estendido, em 1853, aos filhos de oficiais da Guarda Nacional.

Após a independência do Brasil, a posição política desses oficiais não divergia dos interesses dos grupos políticos dominantes, pois se queixavam do antigo sistema colonial que os preteria na carreira militar em relação aos oficiais portugueses. No entanto, mantiveram-se leais ao governo monárquico estabelecido sem manifestar nenhuma reivindicação de ordem social. Nesta condição, no período regencial, apesar

---

material bélico. Com o avanço tecnológico da guerra, haverá a necessidade do aperfeiçoamento profissional da Instituição.

[54] ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. **Diccionaário Téchnico Militar de Terra**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. *Cadete significa mancebo nobre que servia como soldado primeiramente, para aprender o ofício das armas, passando a oficial. Eram de primeira ou de segunda classe, conforme o grau de sua nobreza; também se chamavam primeiros e segundos cadetes: estes usavam uma só e aqueles duas estrelas na parte superior do braço. Muitos filhos de portadores de título de nobreza eram reconhecidos cadetes ainda em criança, como foi o caso do Duque de Caxias, que foi reconhecido cadete aos cinco anos de idade*.

[55] CARVALHO, J. M. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**.** In: CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 16.

de Feijó reduzir o poder das Instituições militares, foi mantida a sua estrutura anteriormente estabelecida.

Durante o império, o recrutamento dos oficiais foi-se modificando de um modelo aristocrático para um modelo cada vez mais interno à organização, com a sucessiva exclusão da nobreza, outro momento em que se amplia o acesso ao oficialato. O reconhecimento de cadetes aos filhos de oficiais foi fator importante na profissionalização do Exército. Esse modelo de organização endógena facilitou o fechamento da Instituição militar sobre si mesma, criando o domínio institucional de algumas famílias militares como as dos Fonseca, dos Mena Barreto e outras mais.

Na prática, com o tempo, o título de nobreza dos militares foi-se esvaziando do seu conteúdo original e a seleção dos oficiais ao longo do Império e da República passaram a ser feita dentro da própria Instituição ou dentro de grupos sociais de renda mais baixa, principalmente nas camadas intermediárias, condição que permaneceu inalterada no século XX, pois a seleção da maioria dos oficiais continuou a ter como base as camadas intermediárias e baixas.

Nas décadas de 1910 e 1920, observamos o interesse de intelectuais e políticos na ampliação da cooptação, com o objetivo de estender o recrutamento em todos os níveis (graduados e oficiais) da Instituição, a outros segmentos da sociedade brasileira. Temos, nesse momento, uma tentativa intelectual de civis e militares de mudanças mais radicais, como a desmobilização de algumas famílias predominantes desde o período imperial; maior profissionalização dos militares para a atividade-fim (a guerra), separando daquela formação cientificista que privilegiava o estudo do chamado bacharel, comum da Escola Militar do Brasil; a extinção e absorção da Guarda Nacional, ocorrida em 1918[56], transformada em Exército de Segunda Linha em 1922[57]; e a idealização de um militar patriótico, formador de um exército nacional, defensor dos direitos políticos da nação e de seu povo.

Durante os trinta primeiros anos do século XX, com relação ao recrutamento e à formação dos quadros através do ensino militar, verificou-se principalmente a contínua reforma do método de seleção dos oficiais e de sua formação, que estava no centro da evolução militar. A formação dos oficiais deveria incluir militares com melhor nível profissional e tecnológico do conjunto dos graduados[58]. Para tanto, a formação de todos os oficiais deveria ter passagem obrigatória por uma escola militar para receber a patente, passando a ser a única forma de ascender na carreira. A

[56] AHEx. Diário Oficial Nº. 141, de 19 de junho de 1918.
[57] AHEx. Boletim do Exército Nº. 30, de 30 de junho de 1922.
[58] Formado por sargentos, cabos e soldados, graus hierárquicos considerados inferiores aos oficiais.

formação em um único molde teria por objetivo aumentar a homogeneidade e o espírito de corpo do quadro de oficiais[59]. É importante registrar que essa divisão entre oficiais e graduados existe desde a criação dos Exércitos nacionais, no caso brasileiro. A origem está atrelada à estruturação deixada pelo Exército português. Também é importante registrar que no século XIX muitos oficiais freqüentavam Escolas Militares, que tinham por objetivo formar profissionalmente esse grupo de militares.

No Brasil, depois de um período transitório no início do século XX, ser praça deixou de ser condição essencial para ascender ao oficialato e passaram a compor junto com civis, alunos dos Colégios Militares e alunos da Escolas Preparatórias de Cadetes, o universo de candidatos que disputavam o concurso para entrar nas Escolas Militares, o que vai criando mais ainda nos oficiais a consciência de pertencerem a uma elite que traz em si o sentimento de superioridade comum dos tempos do "Cadetismo".

A passagem obrigatória por um único modelo de formação implicava uma seleção segundo critérios teoricamente com objetivos universalistas[60]. Os alunos da Escola Militar, a princípio, são cooptados em função da imagem que estes têm do oficial mais antigo, principalmente dos instrutores, e das necessidades da Instituição.

De acordo com a documentação analisada referente à regulamentação para ingresso nas Escolas Militares, para tornar-se oficial, já em 1913, passou a ser exigido atestado de aprovação de matérias do ensino secundário, a fim de comprovar a escolaridade do candidato, o que parece ser o único limite de uma seleção aparentemente transparente. No entanto, quando é exigida uma determinada escolaridade, podemos pensar se a família do candidato possui recursos suficientes para arcar com as despesas da sua formação intelectual. E, na realidade, em países em que o analfabetismo é quase majoritário, o acesso aos estudos em certas Instituições da época, tais como; Colégio D. Pedro II, Colégios Militares, e alguns Institutos de Ensino regionais, verificado em alguns processos de inscrição para seleção na Escola Militar já é altamente discriminatório.

Segundo A. Rouquié[61], nos países subdesenvolvidos do século XX, as classes baixas de uma sociedade dificilmente estão representadas nas Escolas Militares de formação de oficiais e isso, sobretudo nas sociedades em que aquelas são mais marginalizadas. Com relação ao Brasil, nossa pesquisa tem mostrado que muitos

---

[59] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 104.
[60] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 106.
[61] Ibid, p. 106.

oficiais têm sua origem nas camadas intermediárias desde o século XIX. Faltaria estabelecer quais são os grupos que, segundo A. Rouquié, constituiriam as chamadas classes baixas, e se alguns grupos, que ele possivelmente classifica como média, na verdade não seriam classes baixas. As divergências podem se iniciar na própria forma de conceituar os setores médios de uma sociedade, ou seja, todas as formas de situações sociais compreendidas entre o proprietário do capital e os trabalhadores assalariados do campo e da cidade. Assim como não deixa de ser verdade que muitos são os oficiais que escolhem a profissão das armas mais por questões econômicas do que por idealismo, nada diferente do que acontecia no Exército imperial brasileiro do século XIX.

Segundo a historiadora Maria Cecília Spina Forjaz[62], que realizou uma análise do processo histórico-social de formação das camadas médias urbanas, a formação dessas camadas brasileiras, chamadas de "tradicionais", tem estreita vinculação com o processo de burocratização do século XIX ocorrido após a independência política do Brasil. Devido à alta concentração da propriedade da terra no Brasil, não houve a constituição de uma classe média de pequenos proprietários rurais (com exceção das áreas colonizadas por imigrantes europeus nos Estados do Sul). Essas camadas médias tradicionais se formaram no Brasil a partir de um processo de mobilidade social descendente. As camadas médias surgiram e se desenvolvem nas cidades, provindas de camadas aristocráticas decadentes da economia açucareira e preenchem as necessidades crescentes do aparelho burocrático civil e militar do Estado. Somente quando essas camadas são absorvidas em algum outro tipo de atividade econômica se pode visualizar o início da constituição de grupos intermediários entre os proprietários de terra e a grande massa de escravos.

Para J. J. Johnson[63], a origem social dos oficiais nos Exércitos mais democráticos seriam as camadas médias e, etnicamente, sua origem estaria vinculada aos grupos indo-europeus ou afro-europeus, não sendo de grande atração para as aristocracias. Os membros das elites que se tornavam oficiais do Exército freqüentemente o faziam porque consideravam o militarismo como o caminho mais curto para o êxito político. Quando a burocratização impôs uma vida militar mais moderada e profissional, e os conhecimentos da profissão se tornaram essenciais para as promoções[64], o Exército perdeu a atração para aqueles que não se sentissem

---

[62] FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 20.

[63] JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 55.

[64] Promoção por méritos profissionais e não por indicação política.

realmente inclinados para a carreira militar. Por outro lado, os elementos das camadas médias inferiores, foram superados nos novos Exércitos pelos filhos de camadas médias superiores (médicos, advogados, professores) de melhor educação e mais disciplinados. Esses jovens que evitavam a carreira militar sentiam-se agora atraídos pelo prestígio que as Instituições militares passaram a desfrutar como organização de defesa nacional, e não só como Força de polícia. Muitos jovens continuavam a entrar para a carreira com o objetivo de adquirir conhecimento científico e administrativo que lhes poderia proporcionar a oportunidade de passar para setores industriais e comerciais em expansão. Outros procuravam, ainda, a segurança proporcionada pela carreira de um serviço público estável e suas possibilidades de atuação em outras áreas.

A evolução do sistema de seleção dos candidatos ao oficialato pode estabelecer na América Latina uma escolha pouco democrática dos perfis sociais ou étnicos do candidato. No caso boliviano, a exigência de uma determinada altura para os candidatos podia eliminar praticamente de suas fileiras os filhos de indígenas. Na Argentina, A. Rouquié verificou que era realizada uma seleção social por meio de pesquisas sobre moralidade, realizadas nas famílias dos candidatos, a partir das quais eram eliminados aqueles cujos pais não se encontrassem em uma situação familiar regularizada ou que não fossem honrosamente conhecidos em seu bairro[65]. A esses modelos de seleção do oficial se devem acrescentar entrevistas às quais os candidatos eram submetidos e os exames médicos eliminatórios a que se deveria prestar, no qual o aspecto físico e a cútis tinham mais importância que estrutura física do candidato. O grupo militar estabelecido procura criar desta maneira uma imagem social mais homogênea. No caso brasileiro, essa postura é verificada nos anos 1930, principalmente com a indicação do Coronel José Pessoa para comandante da EMR (1931-1934) período em que são realizadas diversas mudanças naquela Instituição de Ensino. Em nosso estudo também verificamos que o Estado Novo no Brasil assume de forma velada uma postura discriminatória.

Ainda, segundo A. Rouquié[66], a construção do Estado estaria de acordo com os interesses das classes dirigentes exportadoras. A necessidade de organização socioeconômica, de construção de infra-estruturas, de expansão dos serviços e da administração pública concorreram para a edificação do Estado. Nas nações que não completaram a sua integração ao comércio internacional, que viviam voltadas para a

[65] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 107.
[66] Ibid, p. 53.

pequena produção, nas quais nenhum produto exportável permitisse a emergência de uma burguesia forte e o aparecimento de um poder social estabelecido, a cristalização do Estado demorava muito a se produzir, e as convulsões civis se prolongavam.

A. Rouquié não compartilha em suas discussões com a teoria de que nos países desenvolvidos, que possuem, segundo o autor, um complexo sistema político e uma moderna economia, as forças armadas teriam menos facilidades para se estabelecer e intervir na política.

Segundo Samuel Huntington[67], o profissionalismo dos militares deveria afastá-los das atividades políticas, o que os manteria sob o controle da sociedade civil, teoria esta que se perdeu com o processo de modernização profissional dos Exércitos nos Estados latino-americanos. Ao analisar a aplicabilidade da teoria de S. Huntington nos dias atuais, observamos que, no Brasil, essa teoria não funcionou, pois o Estado brasileiro no século XX se desenvolveu a partir de um governo conservador ou autoritário, e foi o Exército profissionalizado que assumiu ou apoiou o poder com intervenções políticas desde o final do século XIX. Ou seja, a descrição de S. Huntington sobre profissionalismo[68] não se aplicaria ao Exército Brasileiro.

Segundo F. D. McCann[69], cinco anos depois do clássico *The soldier and the state*, S. Huntington publicou um artigo no qual observou que, quando o Exército se concentrava mais em conflitos domésticos do que em guerras contra outros países, podia surgir um padrão de relações entre civis e militares diferente do que ele havia descrito na obra anterior. Temos com o caso brasileiro o perfeito entendimento dessa complementação teórica realizada por S. Huntington ao analisarmos a participação do Exército Brasileiro em conflitos como o de Canudos e do Contestado durante o período republicano.

---

[67] HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

[68] McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982. Nesse trabalho, McCann analisa o Exército brasileiro como uma Instituição complexa, sendo que no capítulo IV, o autor realiza uma abordagem do profissionalismo (Raízes do novo profissionalismo), a partir da discussão bibliográfica das obras de Alfred Stepan, *Os Militares na Política*. *As mudanças de padrões na vida brasileira,* de 1975*,* como paradigma de um novo profissionalismo, o da Segurança Interna e do desenvolvimento nacional que politiza os militares, e de que maneira ele contribui para a expansão do papel dos militares na política; e da obra de Samuel P. Huntington, **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares,** de 1957, como paradigma do velho profissionalismo, o da defesa externa, que deixaria os militares politicamente neutros, sob o controle da sociedade civil por causa da intensa especialização que seria incompatível com habilidades políticas. Quando se analisa o papel dos militares brasileiros na política, dentro do contexto pós-1964, o "novo profissionalismo" de A. Stepan seria razoável. No entanto, uma abordagem da questão a partir de uma análise histórica das Instituições militares em períodos anteriores perde a razão de ser por conta da complexidade, e do contexto nacional em que a Instituição está enquadrada historicamente.

[69] McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 112.

No capítulo “Em busca das Américas: sociedades e poderes”, do livro *O Estado Militar na América Latina,* A. Rouquié analisa o poder militar e o papel dos militares na vida pública dos países da América Latina, a partir das sociedades em que eles se inserem e sobre quais poderes se impõem ou se sobrepõem.

O autor enquadrou as nações analisadas na condição de países periféricos, dominados, dependentes, em relação aos países industrializados ocidentais. Afirma ainda que esses países apresentam histórias paralelas, mas não idênticas, na medida em que conheceram, de modo geral, as mesmas etapas em seu desenvolvimento.

Segundo o autor, o poder militar na América Latina não pode ser analisado fora do contexto político do Estado: primeiro, como Instituição que pertence ao Estado; segundo, como força política de apoio aos interesses do Estado. Em contrapartida, podemos dizer que o Estado contribui para erigir e estabelecer grupos sociais dominantes, de acordo com seus interesses políticos, que podem se desvincular da rede de poder e estabelecer-se isolado, intervindo diretamente na política, como no caso dos diversos golpes militares contra o Estado[70].

Para A. Rouquié[71] as forças armadas atuais, a Marinha, o Exército, e a Aeronáutica, são consideradas Instituições públicas a serviço do Estado, não devendo ser analisadas de forma isolada, fora do sistema político. Como Instituições militares, os Exércitos estatais latino-americanos são permanentes e responsáveis na maioria das vezes pelas diversas intervenções na política, muitas delas com o objetivo de corrigir possíveis anomalias ocorridas dentro do sistema político, sempre em consonância com os interesses das elites civis.

Com relação à sociabilidade, A. Rouquié[72] acredita que, em conseqüência do treinamento exaustivo durante o período de formação do corpo de oficiais a que é submetido em regime de internato, além de outras especificidades da Instituição de Ensino Militar a que pertence e que o forma, o oficial se isola da sociedade civil e de outros grupos de militares, nesse caso dos graduados. Como categoria social se situa e se determina mais em relação à Instituição Militar a que pertence que a seu grupo familiar de origem.

Ao que tudo indica em A. Rouquié[73], a origem do Poder Militar está em suas novas responsabilidades cívicas e nacionais e na margem de autonomia que adquiriram através de sua organização mais evoluída. Tanto suas funções como suas

---

[70] No Brasil, em 1889, 1930, e 1964.
[71] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 59.
[72] Ibid, p. 108.
[73] Ibid, p. 122.

histórias incitam a uma participação na “coisa pública”. O setor militar da burocracia estatal passa a ter interesse em atingir alguns objetivos, tais como: busca da centralização do poder, colocando assim um ponto final à dispersão geográfica ou a impotência do federalismo, como no caso brasileiro em que houve a necessidade de se realizar o processo civilizador com o objetivo de integrar as suas nações indígenas e ocupar o sertão centro-oeste e norte desconhecidos; e controlar as fronteiras territoriais para manter a soberania nacional, na maioria das vezes feito por expedições militares ou guarnições de militares estabelecidas nessas regiões, na condição de representantes dos interesses do Estado. No entanto, a tarefa de construção do Estado e da nacionalidade não predispõe uma neutralidade e a indiferença cívica. A importância das funções de defesa em nações que raramente se engajaram em conflitos internacionais banaliza, de alguma maneira, as intervenções políticas como forma de prolongamento de suas atividades específicas.

Estratégias e políticas institucionais são estabelecidas de acordo com os problemas apresentados pelo Estado. Quando os problemas são internos, ou seja, quando os perigos são domésticos, relacionados a questões sociais ou políticas, é solicitada a ação das Instituições militares no controle do problema. No Brasil, foi o Exército que sufocou os movimentos contestatórios do mundo rural no sertão de Canudos e do Contestado. No entanto, foram, principalmente, oficiais intermediários (Capitães e Tenentes) que pegaram em armas para lutar contra a política estabelecida constitucionalmente na República Velha.

Achamos importante frisar que o estudo de A. Rouquié é bastante generalista e discute brevemente se houve ou não influência das missões militares estrangeiras no ativismo político de seus discípulos. Por falta de prova, o autor acha difícil fazer uma correlação estrita no nível individual entre a exposição à influência francesa ou à influência alemã com as intervenções dos militares na política. No entanto, nos dias atuais, observando os espaços destinados à guarda do acervo sobre o assunto, verificamos que no Brasil existe uma boa produção textual sobre a MMF que foi pouco explorada, tomando por base o acervo que se encontra no Arquivo Histórico do Exército assim como o acervo da Missão que se encontra no Arquivo Militar Francês que continuam a ser pesquisados atualmente.

Outro fato importante discutido por A. Rouquié é que os oficiais que atingem o profissionalismo do início do século XX, no contexto dos Exércitos mais modernos, entregam sua lealdade à Instituição militar considerando que dessa maneira estão

servindo ao Estado[74], tornando essa discussão desnecessária, uma vez que essa aproximação com a política acabaria por estabelecer uma conexão com articulações nas áreas do poder, o que facilitaria a intervenção dos militares. Para A. Rouquié[75], esse comportamento pode levar a uma usurpação militarista. Para as forças armadas, a tomada do poder pelos militares membros do aparelho do Estado é apenas uma forma de reajuste interno. Portanto, um golpe de Estado feito pelos militares é uma intervenção do próprio Estado nele mesmo, provocando uma ruptura, na qual a parte é tomada como o todo, um setor da burocracia estatal, tornando-se governante.

Analisando o caso brasileiro, A. Rouquié[76] diz que particularmente com a implantação de um ensino militar sistematizado houve o aumento da homogeneidade do corpo de oficiais, começada no início do século XIX, através de uma seleção mais aristocrática (cadetismo), e que irá assegurar posteriormente, com as mudanças conjunturais, o fechamento institucional sobre si mesmo, através de uma seleção mais endógena e menos aristocrática. A instrução dos oficiais, em escolas onde recebem uma formação específica, separada do meio civil, de seus valores e referencial, além de elevar o nível de conhecimento na sua profissão, cria uma ética militar. A passagem obrigatória por essas escolas deveria propiciar aos oficiais recursos morais, ideológicos e institucionais que permitissem a sua libertação da tutela civil. Muitas academias de formação de oficiais foram criadas no século XIX, como foi o caso do Exército Brasileiro (1810). No entanto, somente nos primeiros vinte anos do século XX, principalmente com a chegada das missões militares estrangeiras, essas academias começam a se destacar na formação profissional de seus oficiais.

No começo do século XX, os Exércitos nacionais de vários países latino-americanos efetuaram saltos qualitativos[77]. A evolução militar mundial deveria enquadrar também a profissionalização de seus quadros. As reformas que visam organizar e estruturar a capacidade de um Estado recrutar sem exceções e sem renunciar à existência de um Exército profissional (ideologia da Nação em Armas), desde o século XIX, faz da militar uma profissão permanente, de tempo integral e remunerado, que exige estudos, preparação física e intelectual longas e que submete seu desenvolvimento a regras burocráticas estritamente codificadas. O mais interessante é que o profissionalismo que, segundo Samuel P. Huntington, deveria afastar os militares da política, na América Latina acaba por aproximá-los do processo

[74] Segundo S. Huntington no livro, **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**, o profissionalismo afasta os militares da política.
[75] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 128 e 129.
[76] Ibid, p. 84.
[77] Ibid, p. 91.

intervencionista. Esse questionamento é de fácil percepção porque a obra de Samuel P. Huntington foi construída tomando como base uma nação desenvolvida economicamente, no caso os Estados Unidos da América, cujo modelo não pode ser aplicado a nações subdesenvolvidas como o Brasil e outros países latino-americanos.

Na condição de organização complexa, as Instituições militares têm como objetivo, senão a razão de ser, o uso da violência autorizada pelo Estado no caso da guerra. Dentro dessas Instituições, os valores organizacionais são aqueles que emanam da sua constituição hierarquizada, da centralização do comando e que tornam possíveis as decisões diante do combate.

O estabelecimento de uma organização desse tipo tem por objetivo a obtenção de um alto nível de auto-suficiência, de uma socialização específica e conseqüente de seus membros permanentes, além da institucionalização da carreira militar através de uma contínua formação técnica dispensada em uma rede de escolas próprias.

No caso dos países subdesenvolvidos, uma Instituição militar moderna, símbolo de progresso, pode ser considerada um instrumento de centralização e de reforço, enfim, de apoio na construção do Estado. O prestígio dessa Instituição bem organizada e bem preparada reflete sobre o próprio Estado. Percebemos que as Instituições militares latino-americanas vão adquirindo essa condição a partir do contato com as missões militares estrangeiras, principalmente da França e da Alemanha. No Brasil, no início do século XIX, houve a busca da profissionalização através de Escolas Militares e da presença de militares estrangeiros nos diversos pontos da estrutura militar.

Na Argentina, também no século XIX, houve a profissionalização do corpo de oficiais[78]. O *Colegio Militar de La Nacion Argentina*, Instituto de formação dos oficiais do Exército, foi criado em 11 de outubro de 1869, pela Lei Nº 357 (Poder Executivo) durante a presidência de Domingo Faustino Sarmiento e, referendado pelo Ministro de Guerra General Martín de Gainza, teve como primeiro diretor um coronel de origem húngara, *D. Juan F. Czetz*. Mesmo considerando que as Instituições militares francesas eram o espelho das Instituições militares argentinas até 1904, o armamento utilizado era o alemão, como os canhões *Krupp* e os fuzis *Mauser*. No entanto, já a partir de 1900, a influência alemã vai dominando a formação militar Argentina. A *Escuela Superior de Guerra* (ESG)[79] surge no início do século XX por iniciativa do Tenente General *Luis María Campos*, Ministro de Guerra do Presidente

[78] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 99.

[79] A ESG tinha por objetivo contribuir em forma permanente com a formação do Pensamento Militar Argentino, mediante o ensino superior e investigações científicas sobre defesa nacional, estratégia e historia militar.

Julio Argentino Roca, sob o patrocínio da Alemanha, com seu corpo docente composto por oficiais alemães. Essa escola, que formava os diplomados do Estado-Maior, permanece em atividade até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, sob a influência militar alemã.

No caso argentino, o processo de germanização teve maior impulso a partir de 1904 com o envio maciço de vários oficiais para estagiar em regimentos do Exército alemão. Essa situação não era bem vista por oficiais brasileiros, que temiam intensa modernização militar por que passava a Argentina[80] com a aquisição de armamento e contratação de instrutores alemães, Estado considerado inimigo em potencial do Brasil na região do Cone Sul[81] desde o último quartel do século XIX, após a Guerra da Tríplice Aliança, quando as duas nações disputavam a hegemonia política na região sul. A influência alemã penetrou profundamente na sociedade militar da Argentina através das publicações militares oficiais da Alemanha traduzidas para o espanhol.

No Brasil, com o fim do Império e início da República, uma parcela da oficialidade do Exército era formada na Escola Militar da Capital Federal (1889 – 1898), local que continuava a ser um centro militar de estudos de matemática, de ciências físicas e naturais, desde 1858, com a criação da Escola Central[82], local em que se ministrava um ensino basicamente científico, deixando o ensino militar profissional em segundo plano.

A Escola Militar da Capital Federal foi substituída pela Escola Militar do Brasil (1898 – 1905), que manteve as mesmas características de suas antecessoras. As diversas mudanças ocorridas no ensino desde o século XIX não impediam que a supervalorização da ciência deixasse esses oficiais distante do que seria o objetivo de uma Instituição militar, ou seja, a preparação para guerra.

Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em

---

[80] A tradicional rivalidade com a Argentina nesse período pode servir de base para entender a formação da idéia de um "perigo alemão", que consistia em acreditar que os países sul-americanos seriam anexados ao *Reich* alemão, no caso da vitória alemã na guerra. A porta de entrada para a invasão militar seriam os países de colonização germânica fixadas no continente, principalmente as do sul do Brasil. Esse medo já existia entre os países europeus desde o final do século XIX, por conta das intervenções imperialistas alemães junto aos povos africanos e asiáticos. Durante a Primeira Guerra Mundial, esta idéia ganhou impulso, passando a ser largamente debatida como forma de campanha contra os alemães. PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias. São Paulo: USP, 1999, p. 49-50.

[81] DUVAL, Major Armando. **A Argentina, potência militar**. Rio de Janeiro, 1922. Tomo 2, p.368.

[82] AHEx. Anuário da Escola Militar de 1914. A Evolução do Ensino Militar no Brazil. O decreto nº. 2.116, de 1º de março de 1858, reformou as Escolas Militares, criando a Escola Central, a Escola Militar e de Aplicação, e a Escola Militar Preparatória da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. A Escola Central era destinada ao ensino de matemática, ciências físicas e naturais, e doutrinas próprias da engenharia civil. A Escola Militar e de Aplicação eram destinadas ao ensino teórico e prático das doutrinas militares para os oficiais e praças de prét das diferentes armas do Exército. A Escola Militar Preparatória destinava-se ao ensino das doutrinas preparatórias exigidas para os cursos das diferentes armas e a instrução elementar e prática dos exercícios das armas de Infantaria, Cavalaria, e Artilharia.

quatro escolas[83]: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como idéia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo.

Historicamente, a Escola Militar no Realengo passou um período de grandes agitações políticas, de 1922 a 1930, quando muitos alunos da Escola e oficiais intermediários (capitães e tenentes) foram punidos em virtude de sua participação no Movimento Tenentista, causando uma grande tensão entre um grupo de oficiais que pretendia isolar os militares de participações políticas, preferindo ver seus membros envolvidos com a prática profissional (soldado-profissional[84]) e outro grupo que apoiava a participação na política (soldado-cidadão).

Em 1905, nas novas Escolas de formação de oficiais (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), o ensino passaria a ser quase todo ele baseado em estudos militares, com ênfase na prática profissional, como também se tornou mais rígida a disciplina dos seus alunos. Como verificamos, no Brasil, são principalmente os oficiais que desejam a reforma das Instituições militares. O mau desempenho do Exército Brasileiro na Campanha de Canudos (1897), que precisou de quatro expedições militares para debelar um movimento de sertanejos no interior da Bahia, movimento formado por gente pobre, sem preparação para a guerra, assim como a desconfiança em relação à política externa da Argentina, dita a necessidade de reorganização e do esforço de modernização da tropa e do equipamento militar.

Desde o final do século XIX, França e Alemanha disputavam o fornecimento de armamento ao Brasil. No início do século XX, no período de 1910 a 1912, alguns oficiais brasileiros foram enviados para estagiar nos Corpos de Tropas da Alemanha. Ao voltarem, foram responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã através da Revista *A Defesa Nacional* e foram integrados a diversas unidades para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa. Posteriormente alguns desses oficiais fizeram parte da chamada “Missão Indígena”, cujo objetivo era instruir os alunos da

---

[83] **Revista do Clube Militar**. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan – mar de 1961, nº. 158.

[84] Segundo F. D. McCann existem diversas definições da idéia de soldado profissional. Uma característica comum de qualquer definição seria retratá-lo como um administrador ou manipulador da violência controlada. Para o autor, o contexto nacional determina as missões atribuídas aos militares. Entretanto, os Exércitos nacionais apresentam algumas características comuns: o profissionalismo de um determinado Exército é relativo às suas missões e à maneira pela qual ele se desincumbe delas. McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 112-113.

Escola Militar no Realengo de acordo com o modelo germânico. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a vitória dos aliados levou à contratação, em 1919, da MMF, sob a chefia do General Gamelin.

Conforme analisa A. Rouquié[85], no século XX uma das características das Instituições militares francesas, que se traduziu nas ações de suas missões, era a intensa preocupação com a defensiva, com as fortificações, e com a vigilância das fronteiras. Os franceses, em seus relatórios e diretrizes, inspirados em sua experiência colonial, insistiam, sobretudo nos transportes, nas comunicações, na presença militar junto à população e no conhecimento do país, estratégia militar amplamente usada pelo Exército Brasileiro no final da década de 1920.

A aquisição de armamento foi importante, mas foi no domínio da organização militar, no treinamento e nas carreiras (formação e especialização) que a influência francesa foi particularmente marcante.

O modelo dispersivo dos efetivos pelo território à maneira de Corpos de Polícia sucedera a formação de grandes unidades prontas para realizar qualquer manobra, coordenadas por um Estado-Maior concebido segundo o modelo francês. Os oficiais, que antes recebiam educação teórica e científica generalista, passam a receber uma sólida formação militar, com ênfase na prática dos instrutores franceses, inclusive na Escola Militar no Realengo, a partir de 1924. O mérito e a formação profissional passam a ter uma atenção especial nas carreiras das armas dentro da Escola Militar. Com relação ao processo das promoções que são codificadas por lei[86], só a partir de 1931[87] teremos uma Lei que tentará evitar as influências políticas nas promoções.

É conclusivo notar que as tarefas de uma missão estrangeira não se limitam à transferência de tecnologia e à consultoria de especialistas. A preparação da defesa nacional e a elaboração de uma doutrina de guerra acaba atingindo o domínio político.

Percebemos que, no caso brasileiro, o trabalho de renovação profissional na força iniciou-se com os Jovens Turcos e foi completado pela Missão Militar Francesa que chegou ao país em 1920, e realizou profundas modificações na organização do Exército. No início, suas tarefas não foram direcionadas para a Escola Militar no Realengo, mas principalmente para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) que passou a ser permanente para o posto de capitão e tenente, para o Curso de

---

[85] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 101.

[86] AHEx. Lei de Promoções de 1891, publicada na Ordem do dia Nº. 173, de 25 de Fevereiro de 1891.

[87] AHEx. Lei de Promoções de 1931, publicada no Diário Oficial da União Nº. 19, de 23 de Janeiro de 1931.

Estado-Maior[88], e para o Curso de Revisão de Estado-Maior, para aqueles oficiais que já tinham o referido curso.

A nova organização facilitou o movimento de centralização e interação do Exército. As atividades militares continuavam a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica, agora composta por oficiais com o curso de Estado-Maior que foi separado do curso da Escola Militar. Em 1920, por influência da Missão Militar Francesa, foram estabelecidos o novo Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais, com o objetivo de controle coletivo e individual dos elementos da Instituição, de forma que se tentava reduzir a possibilidade de quebra da hierarquia nos diversos escalões, principalmente nos intermediários e baixos.

1.1.3 – Formação do Pensamento Autoritário no Brasil:

Por autoritarismo, entendemos um poder empregado na estrutura dos sistemas políticos, regimes que privilegiam a autoridade governamental, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as Instituições representativas. Nesse quadro, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos normalmente são reduzidas à expressão mínima ou extintas e as Instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou desmobilizadas. Segundo Mario Stoppino[89], a centralidade do princípio de autoridade é um caráter comum do autoritarismo. Em conseqüência, também a relação entre comando apolítico e obediência incondicional caracteriza o autoritarismo. O poder autoritário é entendido em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionado por uma estrutura política bastante hierarquizada, escorada na desigualdade entre os homens, que exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e emprega diversos meios de coerção para impor a obediência.

O regime autoritário, produto também das condições políticas vigentes na primeira metade do século XX, caracterizou-se pelo pouco investimento no campo social, pela inexistência de uma associação entre o Partido e o Estado, e pela restrição

[88] O curso era direcionado para os oficiais a partir do posto de Capitão.

[89] STOPPINO, Mario. **Autoritarismo**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

à mobilização das massas. O autoritarismo tende a ser mais conservador, ligado às tradições do passado. O autoritarismo é um conceito, assim como ditadura e totalitarismo que surgiram e foram utilizados para contrapor a democracia.

Com relação ao processo de formação do pensamento autoritário no Brasil, iniciamos nossa análise pelo contexto sociopolítico como espaço para ascensão de um pensamento. O momento é do avanço das idéias revolucionárias de direita e a implantação de regimes autoritários ou totalitários na Europa, após o término da Primeira Guerra Mundial. A crise econômica capitalista mundial, associada ao medo dos movimentos operários e do comunismo, facilitou a penetração das idéias de direita, com suas diversas matrizes.

No Brasil, Estado subdesenvolvido da América Latina, a formação do pensamento autoritário tem seu início nos anos 1920, diante de um Estado Liberal dominado pelas oligarquias regionais, sistema político adotado com a República proclamada em 1889. Diante disso, o liberalismo foi associado às práticas oligárquicas, principalmente com a descentralização política que enfraquecia o poder da União. Os anos 1920 representaram o momento de crise, no qual diversos movimentos vão se opor ao sistema político dominante: operários, militares, políticos e intelectuais. O período que vai dos anos 1920 aos anos 1930 (com a implantação do Estado Novo em 1937), foi de intensa fermentação ideológica. A Revolução de 1930 representou para alguns intelectuais o momento de se repensar o Brasil, e o Estado Novo, o apogeu das ideologias autoritárias, que estiveram presentes nos mais diversos campos, como o da economia, da política e da cultura.

Segundo Boris Fausto[90], os pensadores autoritários, com marcas próprias, inserem-se nessa moldura geral. Oliveira Viana[91], Azevedo Amaral[92] e Francisco Campos[93], fazem parte de um grupo de intelectuais que ajudaram a construir o pensamento autoritário no Brasil. Os três tinham uma idêntica avaliação do momento em que viviam e possuíam propostas iguais para os problemas do Brasil. Identificaram como o grande problema do país a questão da construção nacional. Compartilhavam da idéia de que existia no Brasil um povo, mas não uma nação e nem uma identidade nacional. O regime autoritário era reconhecido como o caminho para se criar a nação, com uma perspectiva culturalista e tradicional em Oliveira Viana; mais modernizante

---

[90] FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 30.
[91] VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: 1920.
[92] AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1938.
[93] CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, 2001.

em Azevedo Amaral, um defensor do capitalismo industrial; e Francisco Campos adotando um meio termo entre os dois.

Oliveira Viana e Azevedo Amaral abandonaram os escritos de História Política Tradicional e realizaram uma leitura histórica estrutural, o que lhes permitiu identificar outra fisionomia do país, com auxílio de disciplinas como a geografia, a antropologia, a psicologia e falsos entendimentos sobre o estudo das raças. Ambos os autores tinham uma visão pessimista da formação brasileira e, uma crítica contundente ao liberalismo e ao federalismo, eram favoráveis à centralização do poder, como forma de concluir a construção da nacionalidade e a integração do país. Francisco Campos acreditava no tema da integração das massas, através da relação de cima para baixo entre as elites e as massas.

O Estado brasileiro, no final do século XIX tinha como proposta política construir uma nação soberana e civilizada. A busca da cidadania não se concretizara, dificultando a formação de uma nação no sentido republicano, ou seja, uma nação na qual seus cidadãos fossem livres e iguais, que tivessem um sentimento coletivo de identidade e com certo nível de participação. Logo, entendemos que uma das fases da construção da nacionalidade passou pela intervenção do Estado no processo civilizador, de forma a garantir a soberania sobre o território. Havia a necessidade de se ter um povo brasileiro, o qual seria a base para a formação da nação, mas no final do século XIX eram suficientes para manter o Estado os homens livres, que tinham alguma posse, com algumas características culturais e biológicas de homem civilizado, se possível alfabetizado e de pele clara.

A forte miscigenação da população brasileira era considerada pela elite um obstáculo ao processo civilizador, ou mesmo uma vergonha frente às nações européias, pois de acordo com as teorias evolucionistas do século XIX, a idéia de civilização está vinculada à raça branca ou, pelo menos, à sua hegemonia sobre outras raças. A questão racial no Brasil criou diversos problemas com relação à nação que se queria. Um questionamento está relacionado à condição de negros e índios tornarem-se cidadãos, ou então, como lidar com uma população de não-brasileiros que habitam as terras brasileiras. A solução de parte do problema da nação foi resolvida pela emancipação dos negros e da civilização dos grupos indígenas, estabelecendo-se assim, certa homogeneidade social e cultural que ampliou as bases demográficas do Brasil.

Os ideólogos do autoritarismo promoveram o culto do Estado como única Instituição capaz de construir a nacionalidade. O regime autoritário deveria reprimir os inimigos externos e internos, a fim de garantir a segurança nacional. Esses intelectuais

defendiam a implantação de regimes de força. Sob esse aspecto, Francisco Campos foi quem mais se destacou como teórico ou como formulador de legislação repressiva.

O pensamento autoritário no Brasil teve na questão racial papel importante para sua consolidação. A influência das teorias racistas importadas via Gabineau, Lapouge e outros exerceram influência importante em vários intelectuais brasileiros, mas não podiam determinar apenas a separação de raças e a superioridade do homem branco. Para a realidade do Brasil, era necessário sustentar outro caminho para reorganizar a sociedade brasileira: o do embranquecimento da raça feito por meio da entrada de imigrantes brancos europeus e a proibição da entrada de novos contingentes de negros e asiáticos[94].

Tanto Oliveira Viana quanto Azevedo Amaral deram ao fator racial papel relevante nas explicações sobre o Brasil. Oliveira Viana, desde os seus primeiros trabalhos, defendeu a necessidade do branqueamento do povo para torná-lo capaz de construir a nação. Azevedo Amaral deu à questão racial papel especial nas suas formulações. Para Amaral, a formação de um tipo étnico, condizente com a tarefa de se construir a nação, era um dever do Estado, a quem caberia, através da promoção da eugenia, incentivar as uniões convenientes e a seleção das etnias interessantes no processo de imigração estrangeira. Na obra *O Estado autoritário e a realidade nacional*, a questão étnica é considerada a chave do destino da nacionalidade brasileira. Logo, sustenta a necessidade do embranquecimento da população e o apuramento civilizatório com a crescente injeção de sangue europeu.

1.2 - DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA:

Neste estudo, analisamos principalmente, a historiografia que aborda a questão da construção de uma elite política, como foi o caso das obras de José Murilo de Carvalho e Alfred Stepan, e a historiografia que trata da construção de uma elite profissional, nesse outro caso, com as obras de Jehovah Motta e Samuel P. Huntington. Para a análise do Estado Novo e da política discriminatória, discutimos obras de autores como Maria Luiza Tucci Carneiro, pertencente a um grupo de intelectuais mais atuais que abordam o tema de maneira a discutir a existência de uma

[94] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto n. 528, de 28/06/1890. Art. 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, excetuando os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

política discriminatória durante o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e Azevedo Amaral, de um grupo de intelectuais, dos anos de 1930 e 1940, na tentativa de justificar a existência das políticas discriminatórias dentro de um Estado autoritário. Por fim, fizemos uma discussão mais aprofundada da obra *O Estado Militar na América Latina*, de Alain Rouquié, uma das que realiza uma análise comparativa sobre os militares e o poder nos países latino-americanos.

Para a discussão sobre a formação do oficial do Exército Brasileiro, no contexto da formação de uma elite profissional, nos apoiamos em José Murilo de Carvalho (2005), *Forças Armadas e Política, 1930-1945*, que analisou a participação do Exército Brasileiro na política do período em que Getúlio Vargas esteve presente no cenário do poder nacional, como Chefe do governo provisório, após a Revolução de 1930 até tornar-se presidente do regime autoritário que só retornaria à rota de uma democracia liberal em 1945.

Conforme Carvalho, após a Revolução de 1930, o Exército emergiu como uma organização fragmentada que consolidará seu poder – no contexto de conflitos internos e externos à força – com um golpe, o de 1937, ou, mais precisamente com a derrota do integralismo, em 1938. Essa consolidação será conseguida em meio às mudanças na estrutura interna da organização militar, nas relações da organização entre o Estado e a sociedade, e na sociedade em geral.

O clima de agitação política pelo qual o Exército passou após a Revolução de 1930 foi listado na obra como revoltas, principalmente de praças, e conspirações (agitações e protestos), que são consideradas golpes políticos da cúpula militar (formada por oficiais de altas patentes).

Esse clima de agitação denunciava a fragilidade da disciplina da organização e a deficiência no sistema de poder, que só seria resolvido com a criação de novas lideranças hierárquicas, principal preocupação da ala vencedora da Revolução de 1930.

O autor também discutiu a profunda divisão ideológica por que passava o Exército. De um lado, a separação entre oficiais e praças estabelecida pela manutenção da hierarquia e da disciplina; de outro, a separação de oficiais intervencionista-reformistas dos neutralistas. Os conflitos ideológicos entre os oficiais e a dificuldade de domínio de uma ala sobre a outra levaram ao fortalecimento de uma terceira ala, a do intervencionismo controlador, calcada na aliança entre os defensores de um Exército profissional e os defensores da intervenção na política.

O intervencionismo controlador pregava a interferência do Estado em todos os setores da sociedade como condição para a defesa externa e a segurança interna;

eliminação dos conflitos sociais e políticos relacionados ao nacionalismo; uma industrialização nacional; e a liderança das Forças Armadas na condução das mudanças.

Com relação à organização do Exército, Carvalho discutiu a questão do material, dos efetivos e da mobilização de pessoal e, neste último caso, abre nova frente na discussão ao tratar das relações com a sociedade, seja pelo fluxo de entrada (recrutamento), seja pelo de saída de pessoal do Exército para a sociedade.

Especial atenção foi dada à seleção dos oficiais, a partir do seu ingresso nas Escolas Militares. Carvalho cita um caso em que o General Góes Monteiro reclama, junto ao Congresso Nacional, que a Escola Militar atraía mais alunos pobres motivados por questões econômicas do que pela vocação das armas, simbolizando, com esse discurso, uma preocupação com a formação de um grupo que estivesse motivado moralmente pela carreira militar.

Em seu texto, o autor não se aprofundou na análise das medidas utilizadas para selecionar os candidatos para todos os estabelecimentos de ensino militar, constantes de um relatório secreto do Ministro da Guerra, de 1940. Dentre aquelas medidas, observamos, com maior cuidado, os itens que impediam o ingresso no Colégio Militar e nas Escolas Preparatórias de Cadetes: não ser católico, judeu, filho de imigrantes, negros, filho de pais não legalmente casados e os filhos de pais cuja idéia política fosse contrária ao do regime instalado.

Com relação ao trabalho de Alfred Stepan (1975), no livro *Os militares na política*, o autor procurou analisar a formação acadêmica dos oficiais (do período de 1945-1964) articulando-a com a vida profissional daqueles que ocuparam cargos na burocracia estatal na década de 1960 e, principalmente, com os que participaram do Golpe Militar de 1964. Esse estudo, que também trata da formação dos oficiais, serviu para reorganizar a idéia de soldado-profissional, ou de profissionalização militar, após a experiência da Missão Militar Francesa e do Movimento Tenentista, de maneira que percebemos melhor a relação entre a formação de uma elite profissional com a formação de uma elite política (lideranças políticas).

Outra obra analisada foi a *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810 – 1944*, de Jehovah Motta (1998), na qual o autor busca analisar a formação do oficial do Exército Brasileiro, através de um ensaio histórico debatendo temáticas pedagógicas que, em essência, abordam as questões das bases da estrutura intelectual dos oficiais. O livro apresenta a evolução do ensino superior militar desde a sua criação, em 1810, com a Real Academia Militar até a Escola Militar de Resende, em 1944 (Atualmente Academia Militar das Agulhas

Negras). Fixamos maior atenção ao quinto capítulo, “A Era do Realengo", por ser objeto de nosso estudo e revelar pontos interessantes na nossa pesquisa.

Segundo Motta, nas quatro décadas de funcionamento da Escola, que começou apoiada no Regulamento da Escola Militar de 1905 (Reforma Mallet – Argolo), concebido como uma reação enérgica contra os padrões de ensino da Escola Militar do Brasil, tido por demais negativo para o preparo técnico e moral do Oficial, o Exército Brasileiro fez diversos experimentos com relação à formação dos seus oficiais, contextualizados pelas preocupações do Ministro Mallet, pelas reformas estruturais do Ministro Hermes da Fonseca, pelas influências da Missão Indígena, da Missão Francesa, e também pelo momento político do Estado Novo.

A Escola passou por cinco reformas de seu regulamento, o que nos revela sua condição de laboratório experimental na busca do melhor caminho para a formação dos oficiais dentro dos modernos padrões militares da época, principalmente no que tange ao enquadramento militar e ao currículo das disciplinas oferecidas.

Na primeira parte do capítulo, o autor faz um balanço da situação militar dentro do contexto político republicano, discutindo as insatisfações dos oficiais perante o descaso das autoridades políticas para com a força. Insere na discussão a situação do Exército desde o Império, que reivindicava aumento de efetivos, modernização estrutural e aquisição de armamentos. Tinha como principal obstáculo a deficiência do recrutamento e as dificuldades financeiras do país, que destinava orçamentos minguados aos interesses militares.

Segundo o autor, a História do Exército na república pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da Primeira Guerra Mundial. Esta guerra, para Motta foi o divisor de águas que influenciou não só as reformas posteriores e colocou em prática orçamentos mais generosos, como também fez ser aplicada, de fato, a Lei do Sorteio Militar[95], em 1916, tão negligenciada anteriormente.

Na segunda parte do capítulo, o autor analisa as reformas ocorridas, desde 1905 até 1945, no Regulamento da Escola Militar, fato que reflete uma permanente busca de novos padrões para o ensino militar.

O Regulamento de 1905 foi uma tentativa de eliminar o excesso do chamado ensino teórico-científico e fazer do ensino militar profissional a base do currículo.

O Regulamento de 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, assim como o de 1905, foi concebido segundo a idéia básica de dar o máximo à instrução prática profissional. Para tanto, reduziria o número de escolas, de quatro para duas, e reduziria

[95] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Lei Nº 1.860, de 04 de janeiro de 1908.

o tempo de estudo de algumas áreas, (artilharia e engenharia) tidas por demais teóricas. Em relação ao regime militar, o Regulamento repete o de 1905. Somente seriam admitidas matrículas de praças e estas, com menos de seis meses de serviço militar, em caso de tropa.

Nos anos de 1918 e 1919, houve seguidamente dois Regulamentos que, além de próximos no tempo, eram também muito próximos nas idéias e propósitos.

O Regulamento de 1918 reflete três pensamentos básicos: primeiro, recolher lições da Grande Guerra que terminava; segundo, acentuar ainda mais o ensino profissional-militar; e, por último, adotar procedimentos e normas defendidas pelos oficiais que estagiaram no Exército alemão.

Já o Regulamento de 1919 surge num contexto de várias novidades: novo governo da República; chegada da Missão Militar Francesa para instrução do Exército e estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a defender e enquadrar o problema da segurança nacional; o trabalho da Missão Indígena; e a sistematização dos cursos do ensino militar, colocando os estudos do oficial, ao longo da carreira, sob uma perspectiva geral e única. O estatuto de 1919 objetivou ao máximo aproximar a Escola da tropa.

No entanto, o movimento revolucionário de 1922 na Escola levou à revisão do programa de ensino, desencadeando o Regulamento de 1924, que trouxe de volta a cultura geral[96], sendo que agora, esta caminharia junto com o ensino profissional. Também é necessário ponderar que foi neste momento que a Missão Militar Francesa penetrou na EMR.

A Revolução de 1930 marca um novo momento da Escola com mudanças de certo porte e significação, principalmente, com a chegada ao comando do coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. É o momento do estabelecimento de uma nova cultura no ensino militar. O novo comandante procurou criar um ambiente que julgava indispensável às estimulações educacionais adequadas à formação do oficial, com base na educação física, na cultura geral científica e no profissionalismo. Dessa forma, começou a idealizar um novo local para sediar a escola que tinha por objetivo isolar os militares da agitação política que o centro do Rio de Janeiro proporcionava. Era o lançamento de um projeto que se concretizaria em Resende, em 1944.

Segundo Motta, os dispositivos criados pelo novo Comandante e que passaram a regular a matrícula na Escola e a ação educativa de seus alunos teriam como objetivo

[96] Sua base repousa no manejo da língua, na História, na Geografia, nos conhecimentos científicos, sendo uma imposição da sua vida em sociedade. Para alcançar esse resultado – uma primeira bagagem mínima necessária – devia-se trabalhar muito e estar sempre a par das novidades literárias, políticas, históricas e científicas.

aprimorar qualidades e não corrigir defeitos sociais, pois no pensamento do coronel José Pessoa, o requisito para ser um bom oficial vinha de berço e não do resultado do trabalho escolar. No entendimento do comandante da escola, duas condições seriam imprescindíveis para o futuro oficial: a robustez física e a procedência familiar e social. Para tanto, um Aviso[97] do Ministro da Guerra, de novembro de 1931, aprovou proposta de um exame de saúde mais rigoroso no candidato à escola, feito por meio do estudo de uma ficha sanitária com uma numerosa quantidade de itens a serem avaliados. Além dos aspectos biológicos, manteve-se o exame de procedência social constante do Regulamento de 1924, segundo o qual o candidato à matrícula deveria possuir as condições de honorabilidade que afiançassem a sua situação de futuro oficial do Exército, com o endosso de sindicâncias feitas pelo próprio comandante da escola. Durante o período do Estado Novo, estas normas inspiraram outros desdobramentos tais como a restrição ao ingresso de negros, judeus e islâmicos.

Com relação às políticas discriminatórias no Estado Novo, escolhemos trabalhar principalmente com a obra de Maria Luiza Tucci Carneiro (1988), *O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, de maneira que pudéssemos analisar um dos modelos de discriminação utilizados no período referente ao nosso estudo.

Em seu trabalho, Tucci Carneiro aborda questões relacionadas ao autoritarismo e ao anti-semitismo na Era Vargas, através das atividades de Osvaldo Aranha, no período em que esteve à frente ao Ministério das Relações Exteriores, reveladoras de concepções e práticas de anti-semitismo, que também foram apropriados por diversos movimentos autoritários que surgiram nos anos 1930 e 1940.

O governo Vargas, de 1930 a 1945, foi o principal momento de diversas manifestações contra os judeus. Segundo a autora, no caso brasileiro, o anti-semitismo aproxima-se do padrão tradicional, modelo segundo o qual a visão negativa do povo judeu se dá pelos aspectos relativos à religião e à economia. O contexto político do momento (instabilidade, descrença no liberalismo, instalação do Estado Novo) contribuiu para que uma parte da elite política e intelectual encontrasse nos judeus a origem dos problemas do mundo. O anti-semitismo moderno, que pode ser considerado essencialmente político, amparou atitudes contra os judeus, como a prisão e deportamento, além de restringir a entrada no país, durante o governo Vargas.

---

[97] ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. **Diccionário Téchnico Militar de Terra**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. *Aviso é a notícia, ordem que se faz saber; no sentido de opinião, conselho*.

O trabalho de Tucci Carneiro foi dividido em quatro partes. Na primeira parte, a autora dedica-se à análise do movimento anti-semita. Na segunda parte, discute o anti-semitismo no contexto da política nacional, sendo a parte mais extensa, e para o nosso caso, a mais importante, pois, ao resgatar o conteúdo racista existente nas diversas obras analisadas, especialmente da Primeira República, pode-se verificar a influência na adoção de uma política exterior que tentou restringir a imigração de judeus no período de governo Vargas (1930-1945). E mais ainda, essa conjuntura política irá privilegiar os modelos ideológicos que apoiaram a formação de um pensamento racista no Brasil.

Na terceira parte, *Propaganda, imagem e simbolismo*, a autora analisa os conteúdos anti-semitas nas obras de intelectuais da Ação Integralista Brasileira (AIB), em especial na de Gustavo Barroso, em documentos de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores e em alguns periódicos da época.

Na última parte, *As lembranças e emoções dos judeus imigrantes*, Maria Luiza revela a memória de judeus imigrados da Europa pela perseguição nazista.

Já Azevedo Amaral, em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, obra escrita em 1938, destinada a ressaltar as virtudes do autoritarismo e do Estado Novo, compartilha de pensamentos modernizadores civilizatórios e da necessidade de uma nação dominar seus grupos inferiores, se quiser ser reconhecida como um Estado civilizado e desenvolvido. Para tanto, ele acreditava que o autoritarismo seria o caminho para defender os interesses nacionais e a evolução do Estado e da sociedade. No entanto, é preciso esclarecer que o Estado autoritário bom para o autor era o republicano nacionalista, pois a monarquia seria considerada um regime político exótico, deficiente, distante da nossa realidade política.

Outra obra significativa foi *O Estado Militar na América Latina*, de Alain Rouquié (1984), que nos mostra uma análise comparativa da relação entre as instituições militares, o poder e a sociedade do mundo ibérico na América. O autor nos revela que a militarização dos sistemas políticos latino-americanos não é recente, com uma efetiva construção hegemônica do poder militar sobre nações do novo mundo que pertencem culturalmente ao Ocidente, por força da língua, da religião, das normas jurídicas e das Instituições. O autor realiza ainda, uma análise dos Exércitos latino-americanos como Instituição, mais especificamente da formação dos oficiais como parte integrante da construção do poder militar e sua influência na sociedade civil, principalmente em regimes autoritários nos quais o Exército é o principal instrumento do poder instituído.

Após essa discussão inicial, percebemos que a maior parte da literatura sobre a ação dos militares na política procura discutir o processo intervencionista, buscando aprofundar este conhecimento através de estudos da história da Instituição dentro de um contexto mais amplo da história do Estado e do mundo, mas principalmente vai buscar esse entendimento na formação dos oficiais, como foi o caso de José Murilo de Carvalho, em *Forças Armadas e Política: 1930-1945;* de Jehovah Motta, em *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810 – 1944*; e de Celso Castro (1990), em *O Espírito Militar*, que realiza um estudo antroposocial na Academia Militar das Agulhas Negras com o objetivo de captar a visão de mundo e a escala de valores características do espaço militar através do exame do processo de socialização de seus alunos (cadetes). Outros autores buscaram criar modelos explicativos que são apresentados para a sociedade como foi o caso de Alfred Stepan em *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira,* e de Samuel Huntington em *O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares* (1996) e *A ordem política nas sociedades em mudança,* especificamente no capítulo IV – "Pretorianismo e decadência política", bibliografia que trata do Exército e daqueles que os autores consideram como seus sujeitos políticos, os oficiais.

Para a discussão e análise da Instituição e da participação dos militares na política, tivemos como base a obra de Nelson Werneck Sodré (1979) *A História Militar do Brasil; de* Alain Rouquié *Os partidos militares no Brasil;* e a obra de Edmundo Campos Coelho (1976) *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira,* que, ao estudar o Exército Brasileiro como tema principal de sua análise, nos traz uma contribuição útil ao conhecimento da realidade política nacional.

Percebemos, em todas as discussões bibliográficas realizadas, a falta de uma análise mais profunda da documentação interna do Ministério da Guerra, do Estado Maior do Exército (principalmente as que não foram ainda utilizadas, por serem documentos secretos, confidenciais e sigilosos) e das Escolas de Formação de Oficiais do Exército como espaço de formação de uma elite profissional que utilizou padrões de discriminação para o ingresso nesse estabelecimento de ensino no período de 1937 a 1945, articulando principalmente burocracia e educação militar (requerimentos para ingresso na escola, registros internos, currículos, e outros) a uma política nacional, de forma que se possa construir melhor a história da formação de um grupo elitista institucional dentro de um Estado intervencionista, que utilizou tanto propostas político-ideológicas quanto propostas racistas e anti-semitas.

Logo, a originalidade deste trabalho está no fato de que a maioria dos autores que selecionamos para apoio utiliza como fonte documental alguns processos de matrícula dos alunos para escolas militares (como foi o caso de Stepan) ou as próprias atividades dos alunos nessas escolas (como foi o caso de Celso Castro) e deixa de analisar principalmente os processos daqueles que foram impedidos de entrar na escola, conforme constatamos nos processos individuais de candidatos para ingresso na EMR no período de 1931 a 1944 e nos documentos trocados entre o Ministro da Guerra, o Estado Maior do Exército e os Comandantes da Escola Militar.

CAPÍTULO II – CRÍTICA AO CIENTIFICISMO: A ESCOLA MILITAR NO REALENGO DE 1905 A 1917.

Segundo o Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo[98], uma das causas que mais profundamente afetavam o organismo do Exército, enfraquecendo-o, era a defeituosa organização dos estabelecimentos de ensino militar.

Um dos questionamentos feito pelo Ministro era que o civil matriculava-se na Escola Preparatória, ali permanecia três, dois, ou até um ano apenas, conforme o número de matérias de que necessitasse para fazer exame; passava para a Escola Militar do Brasil, onde, no fim de dois anos, era nomeado Alferes-aluno da arma de engenharia, e, ao cabo de cinco anos, saía bacharel em Matemática, em Ciências Físicas e Engenheiro Militar. Durante todo o tempo escolar, o aluno das armas científicas (Engenharia e Artilharia) gozava de regalias que o colocavam em condições excepcionais, muito diferentes das dos oficiais combatentes (Infantaria e Cavalaria) e praças arregimentados nos Corpos de Tropa. Ao fim do curso levava um ano praticando em comissões de construção de estradas de ferro, linhas telegráficas etc. Terminado o período de seis anos, no mínimo, a Escola formava um oficial inteiramente estranho à verdadeira profissão militar, sem o hábito da disciplina e subordinação, com pronunciada tendência a discutir e criticar as ordens recebidas, e que, por todos os meios, procurava esquivar-se de uma vida, cujos misteres considerava pouco compatíveis com o seu preparo teórico e o seu título científico.

O General Argollo argumentava, ainda, que não havia dúvida de que da Escola Militar saíam oficiais bem preparados em todas as Ciências e aptos a tratar de qualquer assunto a que elas se referissem, mas não acreditava que era propriamente para isso que estavam sendo criados e mantidos os estabelecimentos militares de ensino, cujo único fim deveria ser formar verdadeiros soldados profissionais e competentes.

Observando dessa forma o ensino militar no ano de 1904, o General Argollo determinou, aos comandantes dos Institutos militares de ensino que, ouvidas as congregações, indicassem que modificações poderiam ser feitas nos respectivos regulamentos. Os projetos apresentados foram submetidos à apreciação do Chefe do Estado Maior que, após minucioso estudo, apresentou parecer, ao qual anexou um conjunto de alterações a serem feitas e o programa julgado conveniente para substituir o que estava em vigor. O estudo e a comparação das autorizadas opiniões deixavam transpirar o justo receio de que talvez nenhuma delas, que viesse a ser aceita

[98] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. 7.

resolvesse a questão da instrução militar dentro do Exército, cuja principal falha, como geralmente se reconhecia, consistia no excessivo desenvolvimento dos conhecimentos teóricos com prejuízo do ensino profissional. Relatava, ainda, que não havia entre os diversos regulamentos que tinham tido as Escolas, um único em cujo programa não se encontrasse mencionado com profusão o ensino militar e, no entanto, na execução de todos eles reconhecera-se a permanência daquela falha, o que mostrava com evidência que a questão não era de programas ou de distribuição e combinação das mesmas matérias pelos diferentes anos que consistiam os cursos. O Ministro conclui que, a não ser que se fizesse uma reforma radical em que as Escolas militares se reduzissem a estabelecimentos de ensino destinados a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Estado-Maior e Engenharia Militar, e não cientistas e bacharéis, o melhor seria deixá-las como estavam, evitando as repetidas reorganizações que aconteciam desde o século XIX, e que na maior parte das vezes, em nada melhorava o sistema, apenas contribuía para perturbar ainda mais o que estava feito. Toda reforma que conservasse na Escola um curso de bacharel em Matemática e Ciências Físicas combinado com os cursos técnicos militares, sem dúvida alguma, teria como conseqüência, na prática, o sacrifício do ensino profissional.

Como podemos perceber, os oficiais "científicos" - como eram chamados os militares oriundos da Escola Militar do Brasil, mais conhecida pela historiografia brasileira como Escola Militar da Praia Vermelha - tinham um ensino em que predominavam a matemática e as ciências físicas e naturais, ao invés de um ensino mais profissionalizante. Na tese de Leonardo Trevisan[99], verificamos que a idéia de oficiais científicos está relacionada à formação de um Corpo de Engenheiros militares desde a época colonial, quando a defesa do território brasileiro normalmente era feita através da construção de fortificações que também deveriam garantir a posse do território. Segundo o autor, para alguns historiadores confundir o ensino militar com a formação de engenheiro teve início a partir da atividade desses engenheiros militares especialistas em fortificações, com certeza é uma definição mais precisa e abrangente do que oficiais "positivistas".

Longe das questões militares, esses oficiais preferiram a participação política que o interesse pela carreira na Instituição, modelo profissional que J. M. de Carvalho define como soldado-cidadão. As novas escolas militares de formação de Oficiais estabelecidas no subúrbio do Rio de Janeiro e em Porto Alegre, logo após o

[99] TREVISAN, Leonardo N. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993, p. 5.

fechamento da Escola na Praia Vermelha, utilizando o Regulamento implantado em 1905[100], tinham como idéia principal abandonar o academicismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo à formação do oficial do Exército.

Como descreve Jehovah Motta:

> O Regulamento de 1905 foi concebido, já o dissemos, como o instrumento capaz de colocar o ensino prático, profissional, no devido lugar dentro do plano de estudos de candidato a oficial. Seu objetivo central era a formação do *troupier* dotado de forte espírito militar, adestrado no curso das armas, na prática do tiro, na evolução tática, nas regras do serviço em campanha. Segundo os seus idealizadores isto seria conseguido mediante: a) um regime disciplinar e um enquadramento severo, exercidos sobre um corpo de alunos compostos exclusivamente de praças de pré; b) um currículo em que as disciplinas profissionais predominassem sobre as acadêmicas ou teóricas, e estas tivessem programas modestos, circunscritos àquelas noções diretamente relacionadas com as necessidades da carreira militar; c) uma complementação dos estudos em escolas de aplicação, para adestramento final[101].

2.1 – O Regulamento da Escola Militar de 1905.

O novo regulamento assinado pelo Marechal Francisco de Paula Argollo, Ministro da Guerra no período de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906, era também uma tentativa de se evitar a repetição dos acontecimentos de quatorze para quinze de novembro de 1904[102], ocasião em que os alunos da Escola Militar do Brasil realizaram uma sedição militar selando o futuro de uma das principais Instituições de Ensino Superior Militar no país. Conforme a Ordem do Dia[103] 46, do General José Alípio Macedo da Fontoura Costallat[104], comandante da Escola, que registrou o fato com pesar e tristeza, por acreditar ser a rebelião um crime hediondo contra o Exército, contra a honra, contra a classe e contra a República e suas Instituições constituídas. A

---

[100] AHEx. Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905, que aprova os regulamentos para os Institutos Militares de Ensino. Boletim do Exército Nº. 452, de 20 de outubro de 1905.

[101] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 239.

[102] Segundo Nicolau Sevcenko, o levante militar durante a Revolta da Vacina estava previsto para acontecer no dia 15 de novembro, por duas razões consideradas decisivas. Primeiro, porque os militares rebelados pretendiam dar início a uma nova República, que retornasse ao modelo original de seus fundadores positivistas, em particular Benjamin Constant e seus alunos da Escola Militar do Brasil. O dia 15 de novembro, data simbólica da primeira vitória desse grupo, em 1889, marcaria o renascimento do espírito perdido e alterado pela politicagem dos civis, liderados pela elite paulista. Segundo, porque nesse dia deveria haver desfiles militares em comemoração a data cívica, e como caberia ao General Silvestre Travassos, um dos líderes do levante, o comando das tropas em parada, ele as incitaria à rebeldia, recebendo a adesão com grande entusiasmo dos oficiais já articulados com o movimento, impondo assim, anuência dos vacilantes e desarmando os refratários. SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p.28.

[103] Ordem do Dia é meio de comunicação escrito oficial pelo qual o Comando de uma organização militar trata de assuntos de relevante interesse da Instituição, devendo ter a mais ampla divulgação.

[104] AHEx. Acervo da EMR. Livro de Registro das Ordens do Dia do Comando da Escola Militar do Brasil de 15 de novembro do ano de 1904.

sublevação dos alunos foi considerada, ainda pelo comandante, como um repugnante atentado à paz pública, à ordem institucional do país e ao regime.

Segundo Nicolau Sevcenko[105], a revolta estava sendo liderada por militares que representavam resíduos do jacobinismo florianista, mas a margem do movimento era financiada às ocultas pelos monarquistas, que haviam sido excluídos da política republicana, representados principalmente pelo Visconde de Ouro Preto, por Andrade Figueira, Cândido de Oliveira e Afonso Celso. O Deputado Alfredo Varela era o principal elemento de ligação entre os militares e os civis, e o seu jornal, *O Commercio do Brazil*[106], bastante contundente em suas críticas contra o governo federal, era o principal instrumento de agitação dos conspiradores. Para Sevcenko, os monarquistas incentivavam a conspiração contra o governo esperando herdar o poder, talvez como único elemento capaz de restaurar a ordem após o caos estabelecido pelo confronto entre as duas forças republicanas. Por isso, os monarquistas, sem refletir sobre os acontecimentos, incentivaram a agitação popular que, durante a revolta, teve intensidade ilimitada, que, no entanto, segundo José Murilo de Carvalho[107], pode revelar aspectos da mente do povo de difícil captação na rotina do quotidiano. Por outro lado, para que o movimento tivesse êxito, era necessário ter algum apoio popular, fosse para legitimar o golpe, fosse para criar condições psicológicas com o objetivo de convencer os indecisos no meio da elite civil e militar.

Com relação a esse fato verificamos que o Ministro da Guerra, General Argollo, tratou do assunto em seu relatório, no ano de 1905[108]. Dizia o Ministro, que pelos acontecimentos ocorridos no final do ano de 1904, na Escola Militar do Brasil, chegava-se à conclusão de que não podia aquela Instituição de Ensino ser modificada por simples resoluções legislativas ou por atos do poder Executivo. Ele acreditava ser absolutamente indispensável o concurso de todos, militares e civis, para que a Instituição se mantivesse inteiramente à parte das lutas partidárias e entendia que a sua mais legítima e digna aspiração deveria ser restrita escrupulosamente ao papel que lhe estava traçado na Constituição, procurando conquistar a veneração pública pela

---

[105] SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p.28.

[106] Segundo J. M. de Carvalho, o deputado Alfredo Varela envolvido na conspiração fundara em maio de 1904, o jornal *O Commercio do Brazil*, com auxílio financeiro de monarquistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, no qual passou a atacar com violência a política do governo. Entre 7 e 14 de novembro (o jornal foi fechado no dia 14), reproduziu na primeira página um artigo intitulado "Direito à Resistência", pelo qual pregava a recusa à vacinação obrigatória por se tratar de uma lei inconstitucional. No dia 7 de novembro publicou matéria intitulada "A Bala" que noticiava a formação por Lauro Sodré no Centro das Classes Operárias, de uma organização para resistir a vacinação por meios legais ou pela força. CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.97 e 127.

[107] CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.91.

[108] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905, p. 3-21.

correção do seu procedimento, pela inflexibilidade no cumprimento do dever, indiferente aos aplausos mentirosos e efêmeros dos exploradores políticos, que longe de prestígio, só concorriam para que a Instituição se constituísse em objeto de desconfiança e temor das classes conservadoras da sociedade, de cujos interesses deveriam ser a maior e mais sólida garantia.

A necessidade do afastamento dos militares da política e da adoção de um modelo profissional voltado para as questões militares discutida nesse momento pode ser a origem do pensamento autoritário no Exército, pois, esse modelo que J. M. de Carvalho chama de soldado-profissional, tem como ponto forte de sua discussão a ineficiência do sistema político liberal, que corrompe a disciplina militar e resulta na desobediência e na desordem.

Para o General Argolo, uma das piores conseqüências deixadas pelo sistema escravista foi associar inseparavelmente, no espírito nacional, a submissão e a obediência à condição de escravo, levando-nos a uma extravagante noção de liberdade, em que essas duas virtudes, que fizeram a grandeza de Esparta e constituíam o segredo do formidável poder militar japonês, eram substituídas por uma predisposição mórbida para discutir e criticar todas as ordens, procurando iludir a sua execução, a sofismar e tentar burlar todas as leis.

O Ministro da Guerra diz ainda que ninguém sabia a arte dificílima da obediência, todos tinham a pretensão e achavam-se habilitados na arte difícil de comandar; geralmente só pelo receio do castigo se conseguia obter o que, espontaneamente, deveria ser o resultado da submissão. Este grave defeito de educação concretizava-se na frase característica “não pode” que fatalmente surgia ao tratar-se do cumprimento de uma ordem ou da execução de uma disposição de lei, frase que era a fórmula popular da rebeldia do espírito nacional. Embora se estabelecesse a obediência como condição fundamental e indispensável à existência da Instituição Militar, ela ficava restrita, vagamente, aos limites da lei, autorizando, desse modo, a discussão e a crítica das ordens recebidas, colocando a sua observância na dependência da apreciação daqueles que tinham de executá-la, estabelecendo implicitamente para o superior a necessidade de procurar conhecer previamente a opinião do subordinado sobre a legalidade ou ilegalidade da ordem que pretendesse dar-lhe, para ter certeza de que ela seria cumprida.

Continua seu relatório, registrando que tais restrições em um país como o Brasil, em que muitas das vezes as mais simples, claras e positivas disposições de lei dificilmente encontram completo acordo de opiniões sobre o modo de interpretá-las e aplicá-las, daria às relações entre superiores e subordinados o caráter arbitrário,

inteiramente incompatível com a disciplina e a subordinação militar. E mais, afirma que a lei que deveria procurar corrigir o defeito do caráter nacional transigia com ele, enfraquecendo moralmente os que comandam, tornando explícita a falta de confiança no seu critério e na sua retidão e abria uma porta larga à natural insubmissão dos que tinham de obedecer.

Segundo o General Argollo, faltavam ao Exército as qualidades fundamentais que caracterizavam o espírito do verdadeiro soldado, e daí a dificuldade que teria de enfrentar para formá-lo, agravada pela vocação quase que exclusiva de seus oficiais para os estudos teóricos, para as especulações puramente abstratas, de que resultava lamentável inaptidão para os trabalhos práticos e para os misteres profissionais e a franca aversão pelo regime militar, embora entusiasticamente apaixonados por todas as suas brilhantes exterioridades.

Acredita o Ministro que a educação e a instrução militar, no Exército, exigiam, pois, forçosamente, uma radical transformação moral e intelectual do indivíduo sob pena de ficar a Instituição com soldados caracterizados unicamente pelo uniforme que vestiam. O problema militar do Exército era, portanto, muito mais complexo e delicado do que à primeira vista parecia para aqueles que julgavam a sua solução na dependência exclusiva de reforma, de organização e de regulamentos. Além da resistência espontânea do indivíduo, da modificação moral e intelectual que lhe impunha, o Exército teria de lutar contra a ação funesta do meio influenciado pela ação anárquica de alguns homens da política e de parte da imprensa diária, sem contar com uma reação suficientemente enérgica para modificar a situação.

Em sua crítica ao modelo de ensino militar adotado, o General Argollo coloca, afinal, que, em geral, o civil atingia o primeiro posto do oficialato, sem que o regime acadêmico tivesse conseguido transformá-lo em soldado. Iniciava sua carreira como aluno da Escola Preparatória, ia para Escola Militar, e em poucos anos depois era promovido à oficial, com o mesmo espírito teórico e insubmisso que tinha ao alistar-se.

Com relação à ação de alguns políticos, o Ministro da Guerra registra crítica contundente ao que chama de “alguns chefes políticos mal orientados”[109] os quais, na ausência de partidos, faziam convergir impatrioticamente as suas ações para os elementos militares, cujas fraquezas exploravam habilmente, procurando desviá-los do papel que lhes era traçado na Constituição, para transformá-los em perigosos instrumentos de suas desordenadas ambições. Todas as medidas, todos os esforços

[109] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905. p. 6 e 7.

empregados para normalizar uma situação que não podia continuar eram tornados sem efeito pela desmoralizadora influência de alguns políticos. Instigava-se diretamente a força armada à revolta, sem fingimento, com o desembaraço de que estava procedendo com a mais natural e patriótica correção.

Alguns fatos descritos no relatório do Ministro da Guerra podem ser confirmados em parte pela pesquisa de Nicolau Sevcenko[110], ao descrever a conjuração de militares e políticos que se reuniram, às pressas, no dia 14 de novembro de 1904, no Clube Militar, para deliberar sobre o curso a ser dado ao movimento diante das circunstâncias criadas pela agitação popular. Estavam presentes na reunião os generais Sylvestre Travassos, Olympio da Silveira, o ex-Tenente-Coronel e Senador Lauro Sodré, o Major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e o Capitão Antônio Augusto de Morais, que decidem aproveitar o momento de turbulência que mantinha o governo ocupado com as agitações populares, para sublevar os alunos das Escolas Militares e com eles marchar em direção ao Catete para depor o presidente da República.

Segundo Argollo, esses políticos excitavam nos oficiais a vaidade, apresentando-a como o único elemento cuja intervenção direta e indispensável seria capaz de salvar a república; estimulavam o orgulho pela desmoralização dos que comandavam; aproveitavam o despeito de qualquer oficial, mais ou menos influente entre os seus camaradas, para constituí-lo em centro de onde deveria irradiar para todos os outros o gérmen da revolta; apresentavam-no como a personificação da dignidade e dos brios da classe ofendida, espezinhada e ludibriada pelas autoridades superiores, contra as quais direcionavam o despeito e o ódio dos subordinados.

Para o General Argollo, essa revoltante obra de destruição da ordem fora feita escancaradamente nas ruas, nos bondes, nos cafés e nos artigos da imprensa diária que eram lidos e comentados nos quartéis por oficiais e praças.

O Ministro da Guerra registra ainda[111] que a oposição política que se manifestou no final do ano de 1904, apresentando-se aparentemente como pretexto a obrigatoriedade da vacina[112], preocupava a administração da pasta da Guerra,

---

[110] SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p.29.

[111] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905. p. 8.

[112] Para Nicolau Sevcenko, O pretexto imediato foi a campanha de vacinação em massa contra a varíola. Os setores da oposição política, que a algum tempo vinham articulando um golpe contra o governo, aproveitaram-se das reações de indignação da população a fim de abrir caminho para o seu intento furtivo. Essas oposições eram constituídas basicamente de dois grupos. Um grupo, muito difuso, composto do núcleo de forças que ascenderam e se impuseram ao país durante a primeira fase do regime republicano, nos governos de Deodoro da Fonseca e no de Floriano Peixoto, principalmente, este último. Tratava-se primeiramente de uma jovem oficialidade (Capitães e Tenentes), formada na Escola Militar situada na Praia Vermelha (ver Anexo B dessa Tese). Acompanhavam essa jovem oficialidade, um complexo mosaico que faziam parte dos setores sociais urbanos, como: trabalhadores do serviço público, funcionários do Estado, profissionais autônomos, pequenos empresários, bacharéis desempregados e uma vasta multidão de locatários de imóveis, arruinados e desesperados com a

sobretudo, pela insistência do boato corrente de que ela era apenas o sintoma precursor de um pronunciamento de parte da força militar, boato cuja veracidade, numa observação atenta dos fatos, de dia para dia se acentuava.

Para Argolo, quando a perturbação da ordem se restringe ao elemento civil, sempre se consegue obter, pelo serviço de polícia, um conjunto de informações suficiente para formar-se uma idéia mais ou menos precisa da situação, que desde então se tornava clara e definida, permitindo agir com segurança e firmeza: sabia-se onde estava o mal e resolutamente se empregava o meio de que se dispunha para debelá-lo. A questão, porém, muda inteiramente de aspecto quando o elemento afetado é a força militar, segundo o Ministro, a Instituição criada para a garantia da ordem, defesa da Pátria e da República. A informação era substituída pelo boato, que se tornava vago e indeciso. Sentia-se o perigo por todos os lados, sem que se pudesse precisar a sua extensão e intensidade. Enfrentava-se o imprevisto, o desconhecido, que gerava na alma a dúvida, o receio, a desconfiança, sem ponto de apoio, sem objetivo, sem limites.

Estão também no relatório críticas contundentes ao que chama de "paixão política personificada" do Tenente-Coronel Lauro Sodré e do Deputado Alfredo Varella, que encontraram nos generais Antônio Olympio da Silveira e Sylvestre Rodrigues da Silva Travassos, despeitados por motivos que nada adiantava apurar, o prestígio militar que faltava para a Revolta.

Embora as conclusões a que se chegara pela observação dos fatos, comparações e deduções determinassem a convicção de que os dois generais constituíam o centro em torno do qual estava sendo organizada a Revolta, não forneciam, entretanto, base suficiente para justificar qualquer procedimento contra eles. Os boatos espalhados para desnortear as autoridades superiores, as cartas anônimas escritas denunciando diferentes individualidades com o fim de provocar contra elas irritantes medidas repressivas, a falta de dados positivos, concorriam, para restringir a ação da administração militar a uma prudente atitude de expectativa, completada por medidas gerais de precaução.

Segundo Argollo, as greves, a invasão da cidade por um grupo que classifica de "horda de desclassificados", verdadeiros bárbaros[113], entregando-se a inauditas

---

reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro na administração do Prefeito Pereira Passos (desapropriações para construção da Avenida Central, demolições, alargamento de ruas paralelas no Centro da cidade). O outro grupo de conspiradores era formado pelos monarquistas depostos pelo novo regime. SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p.10 e CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.95.

[113] Apesar do discurso civilizador do Ministro da Guerra contra o "outro" e contra os danos materiais causados pelos "bárbaros", podemos perceber a intensidade da revolta, pela análise feita por Nicolau

violências contra pessoas e propriedades, inutilizando os lampiões da iluminação pública, destruindo e incendiando os veículos de transporte, foram os sintomas com que mascararam a Revolta que só no dia 14 de novembro manifestou-se francamente quando, após a reunião de que participaram diferentes oficiais nela implicados, realizada no Clube Militar, o General Olympio da Silveira se dirigiu ao Palácio para exigir a demissão do Ministro da Justiça.

Assim como Nicolau Sevcenko[114], podemos perceber que as instituições públicas insistiam em denegrir e descaracterizar aqueles que participaram da revolta, certamente com o objetivo de ocultar o fracasso político que significaria admitir que os manifestantes rebelavam-se contra aquelas autoridades. Havia, entretanto, motivo mais importante, pois, ao desqualificar os participantes da revolta, o governo abria espaço para legitimar o movimento de repressão contra os rebeldes. Os relatórios institucionais visaram referendar os procedimentos policiais e administrativos em andamento, pois, de maneira lógica, podemos entender que o compromisso dos chefes da burocracia estatal era prioritariamente com o Estado.

Para Argollo, os elementos do Exército que cederam à criminosa influência do prestígio dos Generais explorados pelos especuladores políticos foram justamente os dos estabelecimentos de educação e de instrução militar, Institutos que por sua natureza deviam se apresentar para todas as outras organizações militares como os mais perfeitos modelos de disciplina e subordinação. Na Escola Preparatória e Tática do Realengo[115], o comandante, General Hermes da Fonseca, conseguiu dominar o movimento, prendendo um dos líderes, o Major Gomes de Castro, e um civil que o acompanhava, obrigando o outro, Capitão Antônio Mendes de Moraes, a fugir, deixando os alunos rebeldes na contingência de abandonar o estabelecimento, com destino à Estação ferroviária de Cascadura.

Já na Escola Militar do Brasil, o comandante, não dispondo de elementos para reagir, foi deposto pelo General Sylvestre Travassos, acompanhado do Tenente-Coronel Lauro Sodré e do Deputado Alfredo Varella. Os rebeldes foram reprimidos pela ação das forças comandadas pelo General Piragibe, na Rua da Passagem, em

---

Sevcenko. Segundo o autor, a cidade ressurgiu da revolta, irreconhecível. O calçamento de paralelepípedos fora revolvido, muitas casas destruídas, janelas estilhaçadas, portas arrombadas, trilhos arrancados, restos de bonde, carros e carroças quebrados ou incendiados nas ruas, grandes buracos feitos pelo uso de dinamites e petardos, ruínas de prédios incendiados, lâmpadas quebradas, postes, bancas, relógios e estátuas arrancadas, barricadas improvisadas dos mais variados materiais, barreiras de arame farpado, perfurações feita a balas por toda parte, manchas de sangue, cavalos mortos, perdas e danos materiais incalculáveis, ou seja, uma atmosfera de total terror que permaneceria na sensação do povo por mais dois anos após a revolta. SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p. 35.

[114] SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p.72.

[115] Ver anexo G - Diagrama sobre a evolução da Escola de Formação de Oficiais em Realengo.

Botafogo, ainda na noite de 14 de novembro. O General Travassos, gravemente ferido, foi retirado do local da luta, o Deputado Alfredo Varella desaparecera, e os alunos, vendo-se sem liderança, retraíram para o prédio da Escola, onde foram presos no dia 15 de novembro.

O discurso do General Argollo é de total crítica às ações rebeldes e articulado à sua visão das inversões de valores dentro do movimento. Em seu relatório, registra com pesar as ações do General Travassos que, após ter deposto o comandante de um estabelecimento superior de educação militar, se apresentou sob direção de um Tenente-Coronel, um inferior na hierarquia militar, e de um civil, exercendo o comando por criminosa anuência dos seus subordinados, à frente de uma força constituída por alunos oficiais e praças em inqualificável promiscuidade. Em uma situação em que dois oficiais bandearam-se para o lado dos rebeldes, com os contingentes de força cujo comando lhes fora confiado para combatê-los, a ação desmoralizadora do exemplo era tão brutalmente impressionante e de tal modo empolgante para o espírito militar, que seria insensatez procurar apurar correção no procedimento daqueles que tiveram de cumprir a difícil missão de enfrentá-la e dominá-la, e que o fizeram tão bem quanto lhes permitiram as condições do momento.

Em nossas análises dos relatórios do Ministério da Guerra, descobrimos que as revoltas militares do final do ano de 1904, não se restringindo ao Rio de Janeiro. No dia 18 de novembro, um alferes do 9º Batalhão de Infantaria na Bahia, depois de ter assassinado o comandante, o Major Fabrício de Mattos, conduziu as praças a uma revolta, e com eles saiu do quartel para a cidade, sem que se pudesse precisar a finalidade do que fazia. Em seu encalço, seguiu o 16º Batalhão de Infantaria, comandado pelo Coronel Sotero de Menezes que, vendo desobedecidas as suas intimações, mandou fazer fogo sobre os rebeldes, ferindo gravemente o alferes que os comandava e obrigando as praças a renderem-se.

Com o fim da revolta, o governo desencadeou repressão enérgica contra aqueles que participaram do movimento de agitação, principalmente, a população civil indigente da cidade do Rio de Janeiro, pois os alvos de perseguição policial eram todos os miseráveis, excluídos da sociedade por falta de moradia, emprego e documentos[116].

Além da repressão policial, a enorme massa popular, formada por indesejáveis (trabalhadores, desempregados, vadios compulsórios) foi sendo empurrada para o alto dos morros no entorno da cidade e para os subúrbios do Rio de Janeiro, ao longo da

[116] SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993, p.70.

Estrada de Ferro D. Pedro II. A "limpeza social" do centro do Rio de Janeiro continuou com a valorização do mercado imobiliário da região, acompanhado igualmente pela continuada valorização imobiliária da Zona Sul, beneficiada pelos investimentos prioritários das autoridades municipais e federais na política de urbanização. Nesse novo espaço civilizado, talvez fosse necessário ampliar a purificação e eliminar os elementos que poderiam concorrer com a agitação contra o governo. Após o fechamento da Escola Militar na Praia Vermelha, as autoridades militares e civis concordaram com a transferência da sede da Escola para o subúrbio do Rio de Janeiro, e para duas outras cidades do Rio Grande do Sul. O interesse dos militares era afastar seus alunos da instabilidade política que a região oferecia.

Juridicamente, com relação aos militares que participaram da Revolta, obteve-se um procedimento de acordo com os princípios estabelecidos para os casos comuns contra a ordem, instaurando inquérito, conselhos de investigação e de guerra, contrariando as pretensões do Ministro da Guerra, que queria que fossem observadas as leis militares em tempo de guerra, de conformidade com o Art. 2º do Decreto de 24 de outubro de 1838 sobre crimes de guerra, e não estabelecendo o regulamento processual militar, processo especial para casos como o de 14 de novembro.

Reconhecendo-se no correr da formação da culpa dos diferentes indiciados, que a reunião no Clube, os acontecimentos nas Escolas e na Fortaleza de São João não eram mais que manifestações diferentes de revolta militar, convocou-se um Conselho Geral de Investigação[117], que, avocando todas as outras parciais, estabeleceu a unidade de julgamento exigida pela indivisibilidade do crime. Subordinado às regras do processo comum, inútil e prejudicialmente complicado pelas exigências do grande número de formalidades, o julgamento do caso deixou de ser rápido e imediato como queria o Ministro da Guerra.

Independentemente dos processos jurídicos em andamento, foram excluídos do Exército, a bem da disciplina, por envolvimento nos acontecimentos de 14 de novembro de 1904, 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos da Escola Militar do Brasil. O Exército deixou de excluir, naquele momento, 10 (dez) alunos porque ainda faltavam seus depoimentos, e 07 (sete) outros alunos que foram mortos ou feridos em ação, que estavam em tratamento no Hospital Central do Exército[118].

---

[117] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905. No Anexo F do relatório do Ministério da Guerra contém a relação nominal dos oficiais e praças que se achavam respondendo ao Conselho Geral de Investigação, que avocou os diversos conselhos de investigação parciais a que respondiam pelos acontecimentos de 14 de novembro.

[118] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905. Anexo F (Partes e relações nominais de oficiais e praças referentes aos acontecimentos de 14 de novembro de 1904).

Ainda segundo Argollo[119], a defesa nos conselhos de guerra, geralmente exigindo a apreciação, a crítica e a censura dos atos das autoridades militares para procurar justificar a conduta dos que se desviaram do caminho do dever, incompatibilizava inteiramente o militar com o exercício das funções de advogado perante esses tribunais.

Constatamos que alguns políticos e autoridades militares percebiam, na Revolta ocorrida na Escola Militar do Brasil durante a Revolta da Vacina, questões mais ousadas em relação a uma política intervencionista. Viam-na como agitação política na tentativa de derrubar o poder instituído dentro de um Estado de Direito.

Não foi por acaso que, por ordem do governo federal, a Escola Militar do Brasil foi fechada[120] até segunda ordem, em virtude dos graves acontecimentos ali ocorridos, após o decreto nº. 1.270, de 16 de novembro de 1904, que declarou em Estado de Sítio por trinta dias o Distrito Federal, na comarca de Niterói e no Estado do Rio de Janeiro. O Congresso Nacional, reconhecendo os defeitos de todo o serviço de ensino militar no Exército, autorizou o governo, pelo Art. 10 da Lei Nº. 1.316, de 31 de dezembro de 1904, a reorganizá-lo, no que se refere às disciplinas e cursos, reformando o regime escolar em vigência, conforme fosse julgado mais conveniente, e concernente às Escolas, dividindo, suprimindo e criando novas disciplinas que julgassem melhor.

Em 1905 foi organizado um novo Regulamento para os Institutos Militares de Ensino[121]. Como novidade, trouxe os seguintes itens, importantes para analisar a reforma profissional que se pretendia instalar no Exército Brasileiro: primeiro, matrícula exclusiva de praças de prét[122] na Escola inicial (Escola de Guerra) que já tivessem pelo menos seis meses de efetivo serviço em um dos corpos do Exército; segundo, ter revelado aptidão para o serviço militar e ser de conduta irrepreensível, o que seria atestado pelo respectivo comandante de corpo; terceiro, ter a precisa robustez física, provada em inspeção de saúde a que seria submetido na Escola, antes da matrícula; quarto, ter mais 17 e menos de 22 anos de idade; quarto, ser solteiro ou viúvo sem filhos; quinto, não seria mais permitida a matrícula de oficiais; sexto, extinção do título de alferes-aluno[123] (Art. 205, do R.E.M. de 1905), vantajosamente

---

[119] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905. p. 12.

[120] AHEx. Boletim do Estado-Maior do Exército. Ordem do Exército Nº. 386, de 16 de novembro de 1904.

[121] AHEx. Boletim do Exército Nº. 452, de 20 de outubro de 1905. Decreto Nº. 5698, de 02 de outubro de 1905. Aprova os Regulamentos para os Institutos Militares de Ensino.

[122] ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. **Diccionário Téchnico Militar de Terra.** Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. Praça rasa, soldado raso. Cidadão que foi recrutado para o serviço militar obrigatório.

[123] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. A patente de alferes-aluno data de 1840, Lei nº. 149, de 27 de agosto, que garantia melhor soldo, distinção na hierarquia do corpo de alunos, e era obtida, num primeiro momento, pelos alunos aprovados nos dois primeiros anos; e num segundo momento (lei nº.

substituído, quer sob o ponto de vista militar, quer econômico, pelo título de Aspirante-a-Oficial, pois, profissionalmente o aluno terminava os estudos militares necessários que o habilitavam a exercer as funções de Oficial do posto de Tenente; e por último, criação da patente de Aspirante-a-Oficial, elo entre a escola e a tropa, cuja ordem hierárquica dentro do quadro de oficial do Exército seria disposta ao aluno que concluísse a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, por ordem de merecimento intelectual.

A matrícula exclusiva de praças de prét tinha como objetivo igualar todos os alunos na condição inicial de soldados, acabando com as diferenças existentes no passado, em que se separava o aluno-oficial (alferes-aluno) do aluno-praça, facilitando também o alcance da disciplina militar. Muitas dessas mudanças adotadas já haviam sido preconizadas pelo Ministro da Guerra, Marechal José Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898 – 1902), influenciado pelo impacto do progresso industrial sobre o armamento, a arte militar, o transporte, a mobilização de pessoal e a mobilidade dos novos Exércitos. O progresso exibido pelo mundo desenvolvido valia como imperativo para renovação da instrução dos quadros e da tropa.

Com relação aos itens dois, três, quatro e cinco do novo Regulamento, verificamos o interesse do Exército em selecionar pessoas que tivessem uma verdadeira aptidão para a carreira militar, que também tivessem uma estrutura corporal compatível com os exercícios e às atividades militares, assim como, não estivessem em situações que os obrigassem a dar assistência familiar. O Regulamento determinava um processo seletivo mais homogêneo, base para a profissionalização da Instituição.

O novo Regulamento visava eliminar o excesso do chamado ensino teórico e buscava implantar um ensino militar mais profissional (valorização da prática), ou seja, a eliminação do ensino meramente teórico; para tanto, houve a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um Batalhão de Infantaria, unidade de tropa destinada, numa guerra, às ações de combate. De acordo com esse modelo, desde o início, o aluno da Escola Militar era enquadrado no quotidiano de uma unidade combatente.

Segundo o Ministro da Guerra[124], General Argollo, as novas reformas, postas em vigor deveriam corrigir todos os graves vícios e defeitos do regime de ensino em

190, de 24 de agosto de 1841), pela aprovação nos dois primeiros anos com grau pleno, ou seja, aprovação nas matérias teóricas “com distinção”.

[124] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1905. p. 16.

vigor anteriormente, não só na parte relativa à instrução, como também no que diz respeito à educação militar.

Além disso, no seu relatório de 1906[125], registrou crítica aos jovens oficiais que muito cedo constituíam família, ainda no primeiro posto. Vivendo exclusivamente dos vencimentos que recebiam, estes, no fim de pouco tempo, tornavam-se insuficientes para satisfazer as necessidades, forçando os jovens oficiais a abandonar o corpo a que pertenciam em procura de comissões melhor remuneradas ou guarnições cujas condições de vida estivessem mais de acordo com os recursos de que dispunham.

Segundo o General Argollo, os encargos de família, logo no começo da carreira, aumentavam as dificuldades de viver, restringiam a liberdade de ação, arrefeciam o amor e o entusiasmo pela profissão e, absorvendo inteiramente o espírito do oficial, acabavam sobrepujando o interesse pelo serviço público. Observamos no relatório que um dos atos mais comuns no Exército era a solicitação de oficiais pedindo para servirem adidos a um Batalhão ou Regimento por motivo de moléstia da esposa ou dos filhos, e uma das dificuldades que mais freqüentemente se apresentava era a transferência de um oficial da guarnição do Estado em que constituía família para outra guarnição. Ou então, quando o oficial era designado para servir em guarnições como as do Mato Grosso e do Amazonas, e que não sendo acompanhado da família pela impossibilidade de poder mantê-la naqueles Estados devido à insalubridade, via-se na contingência de dividir os seus vencimentos, já onerados por diferentes descontos, ficando em condições de tal modo precárias que, no fim de pouco tempo, as privações por que passavam, agravadas pelas preocupações morais, fatalmente determinavam o mal que o obrigava a retirar-se, e que muitas vezes era somente atribuído à insalubridade do clima da região.

Para dar continuidade às reformas, como complemento da orientação prática e profissional pela qual estava passando o ensino nas Escolas Militares, e com o fim de formar instrutores perfeitamente habilitados para lecionar nestes estabelecimentos, o governo autorizou o envio à Europa, onde estagiaram por dois anos no Exército alemão, os seguintes oficiais: Capitão Emílio Sarmento e tenente Constancio Deschamps Cavalcante, da arma de Infantaria; 1º Tenente Cassiano de Silveira Mello Mattos, 2º Tenente Bento Marinho Alves, e o 2º Ten Manoel Bougard de Castro e Silva, da arma de Artilharia; e o Tenente Estellita Augusto Werner, da arma de Cavalaria. Essa pode ser considerada a primeira turma de oficiais estagiários do Exército alemão que influenciariam as mudanças doutrinárias no Exército

[125] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1906. p. 6 e 7.

Brasileiro[126], principalmente, a partir de 1913, com o retorno da terceira turma de estagiários (1910-1912), que posteriormente seriam chamados de Jovens Turcos.

Com o regulamento de 1905, o Exército teve a formação dos oficiais dividida por quatro escolas, as quais voltaram a ser reunidas em uma só Escola no ano de 1913, com o nome de Escola Militar do Realengo[127]: **Escola de Guerra de Porto Alegre[128]**, oriunda da Escola Militar do Brasil, era destinada à instrução militar preliminar teórica e prática, das armas de Infantaria e Cavalaria, com duração de dois anos, cuja instrução seria completada na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria; **Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria[129]** (Rio Pardo/RS), curso obrigatório a todos os alunos que obtivessem aprovação na Escola de Guerra de Porto Alegre, destinado a estudos profissionais, práticos, aplicativos[130], com duração de dez meses quando, ao término do curso, o aluno era declarado Aspirante a Oficial. A classificação de antiguidade do aspirante era feita segundo ordem de merecimento obtida com as médias dos graus de aprovação da Escola de Guerra e da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria. Desligados da escola, os aspirantes eram mandados apresentarem-se no Estado-Maior do Exército, e, posteriormente, eram distribuídos na tropa para auxiliarem os oficiais subalternos nos serviços; **Escola de Artilharia e Engenharia** (Realengo/RJ), destinada aos estudos teóricos e práticos de Artilharia e Engenharia, local a serem matriculados os Aspirantes a Oficial que freqüentaram os dois cursos anteriores, com duração de dois anos para o curso de Artilharia e de três anos para o curso de Engenharia; e **Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia** (Curato de Santa Cruz/RJ), local de complemento dos estudos iniciados na Escola de Artilharia e Engenharia, essencialmente práticos e aplicativos, com duração de dez meses[131].

O tempo destinado aos estudos militares na escola de formação de oficiais, alterado pelo Regulamento de 1905, continuou, na prática, com o predomínio das

---

[126] Entre as turmas enviadas em 1906 e 1910, foi enviada uma turma de Oficiais estagiários à Alemanha, em 1908. O período de estabelecimento da segunda turma de estagiários, na Alemanha, coincidiu com a visita do Ministro da Guerra brasileiro, General Hermes da Fonseca, que fora convidado por Guilherme II, para assistir as manobras de guerra do Exército alemão.

[127] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Lei Nº 1860, de 04 de janeiro de 1908. O Art. 138 autorizava o governo: a) a fechar as Escolas de Guerra, de Artilharia e de Engenharia até que tivessem desaparecido os 2º Tenentes excedentes dos quadros.

[128] Ver Anexo D - sobre a evolução da Escola Militar em Porto Alegre.

[129] Ver Anexo E – sobre a evolução da Escola Militar no Rio Pardo.

[130] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº. 6.876, de 12 de março de 1908, transferiu a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria do Rio Pardo para Porto Alegre. Em 1909, a Escola de Guerra de Porto Alegre e a de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, são transferidas para o bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro.

[131] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº. 8.042, de 2 de junho de 1910, transferiu para Realengo, ficando anexa à Escola de Artilharia e Engenharia, a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

Armas "científicas"[132] (Artilharia e Engenharia). A reforma do ensino teve por objetivo profissionalizar os cursos e não reduzi-los, ou seja, teve como principal objetivo a formação do "troupier", uma categoria social mais voltada para as questões militares, menos preocupada com as questões políticas, ao mesmo tempo em que o mundo civilizado ficava mais complexo por conta das inovações tecnológicas e requeria um profissional cada vez mais especializado.

As mudanças no Regulamento de 1905 podem ser vistas como uma continuação dos Regulamentos que foram adotados no início da República brasileira (1890 e 1898), talvez pela falta de mudanças mais radicais, ou, pela manutenção de uma longa tradição de formação de oficiais desde o século XIX. Contudo, os Regulamentos das Escolas Militares, adotados em 1913 e 1918 foram mais intensos com relação às mudanças no ensino militar brasileiro do que o Regulamento de 1905.

Na parte disciplinar do Regulamento de 1905 houve um rígido controle das faltas dos alunos, verificadas pelos guardas da Escola (Art. 157 do Regulamento da Escola), pelo corpo docente e pelos instrutores. As faltas seriam punidas com pontos perdidos até chegar ao desligamento da Escola. Foram instituídas as penas correcionais, que variavam da repreensão em particular à exclusão, impostas pelo Comandante da Escola. Os professores e instrutores poderiam impor penas aos alunos por faltas cometidas durante a lição ou exercícios que variavam de repreensão em particular à retirada da aula ou exercício. A falta à aula ou ao exercício, sem motivo justificado, praticada por um grande número de alunos, era punida com mais rigor. Esse fato pode estar relacionado à tentativa de se evitar aglutinações de alunos que poderiam gerar ações sediciosas ou mesmo desordem interna. Acrescente-se o fato de que o Art. 179 do Regulamento analisado estabeleceu que todo dano a qualquer parte do estabelecimento de ensino e, em geral, de qualquer objeto pertencente à Fazenda Nacional, seria reparado à custa de quem a tivesse causado, sendo, o autor passível de punição combinada com o Art. 173 do Regulamento, conforme a importância e gravidade do caso.

2.2 – O Serviço Militar Obrigatório: a problemática e a busca de soluções.

[132] GRUNENNVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005, p. 101.

Para F. D. McCann[133] foi o serviço militar obrigatório que possibilitou importantes mudanças no Exército Brasileiro e facilitou a expansão do seu papel na sociedade e na política. Apesar da primeira Lei do Serviço Militar obrigatório ser de 26 de setembro de 1874, esta nunca vigorou, sendo que, somente em 1908, a lei necessária à sua aplicação (Lei nº. 1.860, de 04 de janeiro, que exigia um ano de serviço militar com seleção por sorteio) foi aprovada, após diversas reclamações encaminhadas ao Congresso Nacional e registradas nos relatórios anuais apresentados ao Presidente da República pelos Ministros da Guerra, General Argollo, e General Hermes da Fonseca[134]. De fato, a lei só entrou em vigor em 1916, quando houve o primeiro sorteio militar, no dia 10 de dezembro, no Quartel General do Exército, na presença do Presidente da República Venceslau Brás, do Ministro da Guerra General José Caetano de Farias, e de diversas autoridades civis e militares.

Segundo Edmundo Campos Coelho[135], os debates no início do século XX sobre o serviço militar obrigatório permitiu que se fixassem três formulações distintas a respeito das funções do Exército na sociedade brasileira: duas concepções civis, a de Olavo Bilac, a de Alberto Torres; e uma concepção militar, a dos Jovens Turcos.

Durante a Primeira Guerra Mundial, quando se especulava sobre a participação do Brasil na Guerra, o poeta, antimilitarista da política, e representante da intelectualidade urbana Olavo Bilac iniciou uma campanha nacional em favor do serviço militar obrigatório, que apelava menos à razão que aos sentimentos patrióticos, tese que defendia a importância do serviço como elemento fundamental para organização nacional. Seu argumento girava em torno da questão de que faltava ideal às classes dirigentes e sobrava apatia as massas populares. Não havia união na nação, condição para formar um organismo, pois, faltavam disciplina e inspiração patriótica, solução que poderia ser encontrada nos quartéis que considerava expressão mais acabada da democracia, local que nivelaria as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional, fundindo o civil com o militar e afastando o perigo de formação de uma casta militar. Para Olavo Bilac, a missão do Exército seria a de educação cívica do cidadão, o que requeria militares comprometidos e profissionais, ao invés de um Exército transformado em partido político.

---

[133] McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 16. Fato importante a ser registrado é que no final do ano de 2007, o autor lançou o livro, **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**, obra com 706 páginas que teve por objetivo ampliar a sua discussão anterior sobre o Exército brasileiro. Apesar de recente, optamos por manter a análise sobre o ensaio anterior visto que na parte que estamos pesquisando pouca coisa foi alterada com relação ao conteúdo histórico pesquisado, mantendo a discussão original.

[134] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1907, p. 3 e 4.

[135] COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, p. 75.

Para Edmundo Campos Coelho[136], o grande opositor de Olavo Bilac foi Alberto Torres, político que se destacou como um dos melhores analistas das instituições políticas do Brasil. Para Alberto Torres, o quartel educava o soldado para a faina do soldado, viciando o indivíduo, pervertendo o homem de família, deseducando o indivíduo da comunidade nacional. Na hipótese de uma guerra externa, achava ingênuo confiar a segurança do Estado aos militares, pois nem o Exército nem a Armada tinham condições de enfrentar as nações melhor armadas.

Segundo Alberto Torres, o problema da organização nacional precederia o da organização de defesa e seria um absurdo sem fundamento tentar a solução do segundo antes de solucionar o primeiro. Defendia o "movimento ruralista" que concebia o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, opondo-se assim a qualquer fantasia de industrialização do país. Nacionalista, defendia o fortalecimento do Executivo, convocando os intelectuais a participar da organização da sociedade. A nação, segundo suas palavras, deveria organizar-se como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do país. Os pontos básicos de sua concepção a respeito da inutilidade do Exército eram iguais aos que a elite política brasileira adotara após a independência em 1822.

A campanha de Olavo Bilac pelo serviço militar obrigatório coincidiu com a ação de um grupo de oficiais, alguns deles ex-estagiários no Exército da Alemanha, durante o governo de Hermes da Fonseca, que mais tarde seriam chamados de "Jovens Turcos", por causa da intensa campanha pela modernização profissional do Exército[137]. Para os "Jovens Turcos", o serviço militar obrigatório era visto como um elemento importante da defesa militar, que deveria ser desenvolvido em tempo de paz. Esses militares contaram com apoio da Revista *A Defesa Nacional*, importante veículo de suas idéias.

Ao que tudo indica, a luta pela aprovação do serviço militar obrigatório e sua implementação foi resultado do esforço de alguns oficiais e de alguns integrantes das camadas médias urbanas do Brasil. Também é fato que, no final do século XIX e início do XX, movimentos sociais como a Revolta de Canudos e problemas de fronteira no Estado do Amazonas[138] mostravam a necessidade de se organizar o

---

[136] Ibid, p. 76.

[137] COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, p. 78.

[138] Segundo McCann, a incapacidade de mobilização tornou-se muito clara quando o Exército enviou soldados à Amazônia durante os incidentes do Acre e do Peru deixando os quartéis vazios ou desfalcados. McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 33.

Exército, pois, segundo o Ministro da Guerra[139], General Francisco de Paula Argollo, como em outras épocas, não se podia confiar somente na eficácia da diplomacia para resolver os problemas da política externa brasileira com relação à garantia dos territórios e ao reconhecimento de seus direitos.

Para o General Argollo, os países fracos viviam condenados a uma aviltante tutela dos países fortes, que se julgavam no direito de aconselhar, dirigir e mesmo admoestá-los, transformando, em verdadeira ficção a sua independência e autonomia. Continuando sua crítica, o Ministro da Guerra registra que nos países fracos, além do desprestígio, as Instituições Militares são consideradas como fonte permanente de despesas incalculáveis.

O Ministro cita o exemplo do Japão que, segundo ele, deixou de ser considerado um país atrasado, de categoria muito inferior. Deixou de ser uma simples presa, cobiçada por todos, e passou a ser tratado com respeito e até admiração pelas nações civilizadas do mundo, depois que mostrou, de maneira brilhante, que possui um poder militar bastante forte para resistir e mesmo lutar contra qualquer nação, como foi o caso da guerra Russo-Japonesa, no nordeste asiático (Oceano Pacífico), pela disputa dos territórios da Coréia e Manchúria, em 1904 a 1905, conflito ganho pelo Japão.

Em seu relatório, o Ministro ainda argumenta que, sob pressão das dificuldades, sacrifícios e decepções de uma situação inevitável ou imprevista, estimula-se o nosso patriotismo, protesta-se com veemência contra um estado deplorável de coisas que todos lamentam, organizam-se planos de reforma, arquitetam-se projetos os mais variados; mas, passado o momento, esmorece o ânimo, aparece a prudência e a ponderação, surgem os doutrinários humanistas, discute-se a paz universal, o barbarismo do regime militar, arruinador das forças vivas da nação e nada se faz; permanece tudo como era antes, e se alguém ainda continua a ocupar-se com a questão da defesa nacional, em geral, o faz mais por oposição política ao governo estabelecido do que por convicção da necessidade de organizá-la.

E coloca ainda que, se o Exército se encontra em péssimas condições, não é porque se ignoram as suas necessidades e o que é preciso fazer para elevá-lo ao nível dos que mais se recomendem pela sua organização, mas unicamente pela falta de firmeza, resolução e coragem de parte da Instituição Militar para realizar aquilo que se reconhece e se confessa ser indispensável.

Assim, a primeira medida que se impõe antes da reorganização da Instituição, aquela que mais esforços exige, pois tem que vencer preconceitos e modificar, até

[139] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. 3-13.

certo ponto, a índole de um povo, mas da qual depende a dignidade da profissão militar, é tornar uma realidade o serviço militar obrigatório. Da manutenção dos Batalhões e Regimentos com um efetivo cuja insuficiência torna impossíveis os exercícios, manobras e instrução do pessoal, e cujo corpo de Oficiais, em sua maior parte, procura, por todos os meios, esquivar-se do serviço arregimentado[140], reduzido a assistir à leitura de documentos como a Ordem do Dia e ao comando de guardas, não se poderia esperar obter uma corporação capaz de garantir a defesa nacional, no dia de perigo, independente de qualquer que seja a organização dada a essa Instituição.

A questão a resolver, portanto, não era, tão simples como parecia a muitos: não se tratava unicamente de corrigir os defeitos e lacunas de uma organização imperfeita. Era mais profundo o mal a remediar, afetava os elementos que procuravam organizar e cuja fraqueza e desmantelo tornavam inúteis todos os esforços que se tentassem fazer nesse sentido.

No início de 1915, o Ministro da Guerra, General José Caetano de Farias apresentava seu relatório anual ao Presidente da República, referente ao ano de 1914[141] e continuava com as mesmas críticas de seus antecessores com relação à perfeita execução do serviço militar obrigatório. Muito se tentava, porém pouco se fazia de fato, conforme o trecho abaixo do seu relatório:

> Em um paiz, como o nosso, em que o serviço militar, isto é, a aprendizagem para a defeza da Pátria, ainda não está nos hábitos da população, a formação das reservas indispensáveis ao exercito deve ser facilitada por todos os modos. Por isso julgo de grande utilidade o restabelecimento da instrução militar obrigatória nos estabelecimentos de instrução secundaria e superior, bem como nos de educação profissional, quer sejam federaes, estadoaes ou municipaes.
>
> Seria também de grande vantagem que, por lei, se reservasse um certo numero de empregos nas repartições e officinas do Estado para as ex-praças que concluíssem seu tempo de serviço.
>
> A caderneta de reservista deveria ser sempre um motivo de preferência para qualquer cargo de nomeação official.

[140] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1904, p. 6. Segundo o Ministro da Guerra, dos meios de que se utilizavam os oficiais para afastarem-se do serviço, o que ia se tornando mais comum era eleição para os cargos de membros das Câmaras e Intendências estaduais, que tinham como conseqüência a disponibilidade, isto é, a situação privilegiada de ficarem de fora da jurisdição das autoridades militares, recebendo, entretanto, soldo durante as sessões e mais etapas, quantitativo para criado e um terço de gratificação nos intervalos, contando tempo para todos os efeitos, e, o que ainda era mais, concorrendo com os seus camaradas nas promoções por merecimento. Cita como exemplo os inconvenientes da disponibilidade generalizada que se tornaram patentes por ocasião da ocupação militar do território do Acre, ocasião em que diversos oficiais deixaram de seguir com os seus Batalhões por fazerem parte de Câmaras e Intendências estaduais, chegando o abuso a ponto de serem alguns eleitos depois de terem recebido a ordem de partida, conseguindo assim esquivarem-se ao cumprimento do dever militar. Um Batalhão que mudou de parada teve de seguir sem nenhum dos seus capitães, porque todos se achavam no exercício de cargos de eleição popular, outro partiu de Belém para o Alto Purus comandado por um Major, pois o Coronel fora eleito senador em um dos Estados do norte do país.

[141] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1915, p. 7 e 8.

Apesar do sistema de sorteio não funcionar muito bem, ele ofereceu o mecanismo e a justificativa para a ampliação das instalações existentes e a construção de novas instalações militares em todos os Estados brasileiros para o recebimento e treinamento dos sorteados e voluntários. Com o serviço militar obrigatório viria a necessidade de quartéis mais higiênicos e confortáveis e de mais campos de instrução.

Segundo o General Hermes da Fonseca[142], a maioria dos Corpos militares nos primeiros anos do século XX estava aquartelada em casarões que não preenchiam as exigências de conforto e de sociabilidade indispensáveis à vida dos conscritos, entre os quais se encontrava o mais rude camponês com o maior culto intelectual.

No entanto, segundo F. D. McCann[143], no período entre 1915 e 1916, o momento político não era propício ao funcionamento do Serviço Militar por sorteio, em virtude das diversas agitações que ocorreriam no país, tais como: a revolta dos Sargentos no Exército, na Marinha, no Corpo de Polícia e no Corpo de Bombeiros, conspirações que tinham raízes socioeconômicas e objetivos reformistas mais amplos e de grande alcance, relacionados, principalmente, à melhoria para o grupo como a promoção, pagamentos em dia e o direito de matrimônio[144].

Para o Ministro da Guerra[145], General José Caetano de Farias, a revolta dos sargentos foi mais uma perturbação da ordem pública na Capital Federal feita por inferiores, conforme texto abaixo extraído do seu relatório:

> Esses inferiores, cedendo á suggestão de pessoas extranhas ao exercito, e sob o pretexto de trabalharem a favor de um projecto de lei, a elles referente, apresentado á Camara dos Deputados, tomaram a parte em reuniões, nas quaes se discutiam questões políticas e se preparava um movimento de perturbação da ordem pública.
>
> A vigilancia das autoridades militares, secundada pela das autoridades civis, não permitiu que se desse começo á execução dos planos, que incontestavelmente trariam graves perturbações e sacrifícios de vida, sem contudo haver possibilidade de êxito final.
>
> Foram presos os primeiros indicados como fazendo parte do movimento, e aberto um inquérito, que provou estarem nelle envolvidos, com maior ou menor culpabilidade, 243 sargentos e 14 praças de menor graduação. O numero, embora grande, em absoluto, é todavia menor do que a metade dos sargentos em serviço nos corpos desta Capital, onde havia mais de 600 inferiores.
>
> Não se tendo chegado a iniciar o movimento sedicioso, foram essas praças castigadas com o maximo das penas disciplinares, e,

---

[142] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1907, p. 4.

[143] Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 41-42.

[144] AHEx. Boletim do Exército Nº. 29, de 20 de junho de 1916. Dispõe sobre concessão a inferiores de licença para casamento. O Ministro da Guerra, de acordo com a Lei Nº. 1860, de 4 de janeiro de 1908, em seus artigos 66 e 69, pelos quais os voluntários ou sorteados e engajados não se poderão casar enquanto servirem no Exército ativo, e, não podendo tais disposições da lei serem contrariadas pelas determinações de um regulamento, resolve: conceder licença de casamento ao sargento engajado, com cinco ou mais anos de serviço, independente de conclusão do tempo de engajamento, dando-lhe, porém, baixa como conseqüência daquele ato.

[145] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1916, p. 16 e 17.

> em seguida, excluídas, por não convir á disciplina do exercito sua permanência nas fileiras.
>
> É, por certo, lamentável este acto, de indisciplina, mas convém notar, para honra do exercito, que, sendo os sargentos os intermediários entre os officiaes e as praças, não conseguiram interessar nos seus planos um unico official, nem tiveram prestigio para arrastar os soldados de suas unidades, que se conservaram fieis aos seus deveres, cumprindo sem vacilações todas as ordens relativas á prisão e escolta dos seus sargentos culpados; mesmo um destes, que tentou sublevar a guarda que comandava, foi nisso obstado pelo cabo da mesma.

Consta, também, no relatório do General José Caetano de Farias (1916), que o cabo envolvido na prisão do sargento que tentou sublevar a sua guarda foi promovido imediatamente à graduação de 3º Sargento, justificando que o mesmo já estaria legalmente habilitado e que recebera as divisas de seu novo posto em formatura da 5ª Brigada de Infantaria, à qual compareceu, comandando a mesma guarda que, às suas ordens, tinha se conservado obediente ao dever. As ações das autoridades civis e militares estavam envolvidas em um pretenso exemplo a ser dado a outras tentativas de sublevações, as quais seriam tratadas de maneira bastante rígida. Também mostravam como deveriam ser recompensados aqueles que se mantivessem fiéis aos princípios da Instituição e da ordem social constituída.

No Exército, a exigência dos sargentos de ascender ao oficialato foi recusada, como também o direito de casamento. Segundo as autoridades militares as despesas com as famílias de sargentos oneraria muito as despesas da Instituição. O argumento utilizado pelo Comando do Exército era o de ser impossível considerar a promoção, pois eles não tinham instrução suficiente, nem mesmo para garantir legalmente a permanência como sargentos.

O resultado final da revolta foi a prisão e exclusão de 256 sargentos do Exército, os quais foram exilados em várias partes do país, (no norte, no sul, no nordeste) para cumprirem suas penas. Fato analisado por McCann é que, na mais perfeita burocracia, após o afastamento dos conspiradores, o Ministro da Guerra, General Caetano de Farias, procurou eliminar uma das causas da insatisfação, regulamentando a admissão de sargentos ao quadro de oficiais administrativos[146], feita através de exames de seleção, em substituição às antigas nomeações ministeriais.

A partir do novo regulamento, muitos sargentos puderam tornar-se oficiais, como foi o caso, do Sargento Joaquim Nunes de Carvalho citado por McCann, que chegou ao posto de Coronel e foi reformado como General.

---

[146] AHEx. Boletim do Exército Nº. 429, de 10 de janeiro de 1922. Decreto Nº. 13.232, de 31 de Dezembro de 1921, aprova o regulamento para o Quadro de Oficiais Contadores do Exército, pelo qual era unificada a função de Tesoureiro e de almoxarife no novo Quadro, de acordo com os princípios dominantes na remodelação geral da administração interna das organizações militares.

Podemos afirmar que o caso pesquisado por McCann não foi um fato isolado, e citamos em nosso estudo o caso analisado do General de Divisão Reformado Asdrúbal Euritysses da Cunha[147], que começou a carreira militar como voluntário para o serviço militar inicial em janeiro de 1914, no 4º Regimento de Cavalaria, no Rio Grande do Sul, foi promovido a 3ª Sargento em 1917, por concurso interno, e ascendeu ao cargo de Aspirante a Oficial em 12 de dezembro de 1925, após ser selecionado e concluir curso do Quadro de Oficiais Contadores, criado em 1921. Pelos relevantes serviços prestados como Sargento no Serviço de Intendência do Destacamento de Operações no Sul do país, atuando no combate aos revoltosos da Coluna Paulista que se instalaram na região de Foz do Iguaçu e de Catanduvas, e antes de entrar para o oficialato, já havia sido comissionado no posto de 2º Tenente. Seu último posto como oficial do Exército na ativa foi o de Coronel, sendo reformado como General por força da Lei que permitia militares que pagavam o Montepio Militar serem promovidos na reserva a um ou dois postos acima da sua última promoção.

Com relação ao casamento, uma circular do Ministro da Guerra, de 30 de outubro de 1920, autorizava os comandantes das Regiões e Circunscrições Militares a deferirem os requerimentos em que os inferiores do Exército, com 05 ou mais anos de serviço, pedissem licença para contrair matrimônio, sem que este ato determinasse a exclusão do militar, ficando sem efeito o Aviso Nº. 687, de 14 de junho de 1916, em face do Art. 424, Nº. 38, do Regulamento, 2ª edição, que baixou com o decreto Nº. 14.085, de 03 de março de 1920 (Aviso Nº. 637, de 30 de outubro de 1920)[148].

Socialmente, segundo Olavo Bilac, o serviço militar geral era o triunfo completo da democracia; era o nivelamento das camadas sociais, a escola da ordem, da disciplina, da coesão, o laboratório da dignidade própria e do patriotismo.

A instrução primária era obrigatória; a educação cívica obrigatória; o asseio obrigatório; a higiene obrigatória; a regeneração muscular e psíquica obrigatória. Para o poeta as cidades estavam cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos do aprender e da higiene, de homens, tinham apenas a natureza da maldade. Para estes homens, que ele chamava de rebotalho da sociedade os quartéis seriam a salvação. O serviço militar os purificaria, devolvendo-os à sociedade como novos brasileiros, conscientes e dignos. Nos quartéis, ser-lhes-iam oferecidas a disciplina e a ordem necessárias para reconstruir o Brasil, melhorando a situação de milhões de desgraçados[149].

---

[147]AHEx. Divisão de Acervos Documentais. Fé-de-Ofício, pasta Nº I-16-36 A e B.
[148]AHEx. Boletim do Exército Nº. 345, de 10 de novembro de 1920.
[149] McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 39.

Apesar de considerar as oligarquias rurais as principais responsáveis pelo estado deplorável do povo brasileiro, os pensamentos de Bilac demonstram uma concepção cujo modelo também é elitista ao perceber nas camadas médias urbanas e nos militares a salvação da sociedade. Talvez um pensamento intervencionista no qual devesse ser levado em conta o processo civilizador dirigido às camadas baixas da sociedade que somente renovadas poderiam fazer parte da nação brasileira. Não é à toa que o poeta pregava a idéia do serviço militar obrigatório para todas as camadas sociais, e também a reforma, a reestruturação e a reorientação do Exército, o qual passaria a ser a Nação.

Para Olavo Bilac, o Exército era somente o seu Corpo de Oficiais, a alma da Instituição, que deveria se afastar da política, pois a função do Oficial seria regenerar e disciplinar, as camadas médias urbanas deveriam dirigir o Estado.

O problema do serviço militar obrigatório só seria resolvido ao longo dos anos 1930 e 1940 com a obrigatoriedade jurídica estabelecida com o Decreto Nº 23.125, de 21 de agosto de 1933[150] (Lei do Serviço Militar), que tornou a Caderneta Militar documento público de identificação pessoal indispensável para que o brasileiro pudesse praticar qualquer ato da vida pública, exercer qualquer profissão ou emprego público, obter diploma, título e passaporte, assinar contratos com os governos federal, estadual ou municipal, matricular-se em Escola Superior ou ser promovido de ano letivo quando fosse maior de 18 anos. A obrigatoriedade da Caderneta Militar foi incorporada pela Constituição Federal de 1937[151], e apoiada ideologicamente pelo Estado Novo através do Decreto-Lei Nº 1908, de 26 de Dezembro de 1939, que instituiu o Dia do Reservista, com a finalidade de reavivar o espírito militar dos reservistas do Exército e da Armada, criando no imaginário social um sistema complexo e interativo que abrangeu a produção e a circulação de imagens e textos, que incorporaram sistemas simbólicos diversificados e atuaram na construção de representações diversas.

Por fim, o Decreto-Lei 7.343[152], de 26 de fevereiro de 1945, extinguiu o sorteio militar e tornou obrigatório o alistamento e a apresentação de todo brasileiro no ano em que completasse 21 anos, nos lugares e datas fixadas pelo Ministério da Guerra, a fim de atender à convocação geral da classe para a prestação inicial do serviço militar.

2.3 – Os Jovens Turcos e o projeto de modernização profissional do Exército

[150] AHEx. Boletim do Exército 62, de 10 de novembro de 1933.
[151] Artigo 164 – Nenhum brasileiro poderá exercer função pública sem a prova de que haja cumprido as obrigações e os encargos que lhe incumbem para com a segurança nacional.
[152] AHEx. Boletim do Exército 09, de 03 de março de 1945.

No início do século XX, (no Exército Brasileiro) havia, entre a maioria dos oficiais, um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional[153].

No Alto Comando Militar percebeu-se a necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado. Segundo o Marechal Odylio Denys[154], foram providências importantes para as futuras mudanças[155]: a Lei de Reorganização do Exército de 1908[156]; a reorganização do Estado-Maior do Exército (EME)[157] mais compatível com a preparação para a guerra; a criação de Grandes Unidades permanentes[158], no início chamadas de Brigadas Estratégicas, posteriormente, substituídas pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria; a Lei do Serviço Militar Obrigatório de 1908[159]; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas

---

[153] Assim como F. D. McCann, em nossos estudos percebemos que a idéia do soldado profissional do final do século XIX e início do XX criou um sentimento intervencionista, que se baseava no ressentimento por parte do Corpo de Oficiais que se sentia ignorado pelos políticos, que mantinham baixos salários, promoções demoradas, armamento defasado, ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer uma fraca participação do Exército na política do Estado, através do aumento do poder das Forças de Polícia e da Guarda Nacional.

[154]DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985. Nº. 718, p. 8-9.

[155]Analisando o relatório do Ministro da Guerra de 1908, percebemos que essas mudanças foram executadas a partir de dois projetos, um versando sobre o serviço militar obrigatório e o outro sobre a organização e administração das forças de terra que vinham sendo amplamente discutidos no Congresso Nacional, desde o início do século XX.

[156]AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Lei Nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908. O título IX desta Lei trata da reorganização do Exército – do Art. 105 ao Art. 139. O Art. 105 regulava que o Exército seria organizado sobre as seguintes bases: 1) das forças de 1ª linha ou Exército ativo e sua reserva; 2) das forças de 2ª linha e sua reserva. Art. 108 regulava que além do Comando-Chefe, que é exercido pelo presidente ou seu delegado, no caso de guerra, o Exército teria também o comando hierárquico, que seria exercido pelos oficiais à testa das grandes e pequenas unidades. Art. 109 regulava que o Ministério da Guerra seria o órgão imediato do comando superior, servindo órgãos mediatos, isto é, dependentes daquele: a) o Estado-Maior; b) as Inspeções. O ministro, como auxiliar do Chefe de Estado, participava das funções de comando, ficando a sua função, em época normal, adstrita a subscrever os atos do Presidente da República e a presidir o Exército, de acordo com o Art. 49 da Constituição Federal (Art. 110).

[157] O EME foi criado pela Lei Nº. 403, de 24 de outubro de 1896, publicada na Ordem do Dia da Repartição do Ajudante-General do Exército Nº. 778, de 31 de outubro de 1896, cuja função era preparar a Instituição para a defesa da Pátria, para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa. No entanto, somente em janeiro de 1899, mais de dois anos depois de sua criação, o EME tornou-se realidade, com a extinção da Repartição do Ajudante-General do Exército, pelo Decreto Nº. 3.189, de 06 de janeiro de 1899, que aprovou seu primeiro Regulamento publicado no Diário Oficial de 09 de janeiro de 1899. As causas dessa demora podem ser encontradas nos esforços concentrados que tiveram que ser feitos para debelar a Revolta de Canudos. Pelas normas desse Regulamento esteve o EME subordinado até 1909, quando passou a vigorar outro regulamento. A Lei Nº. 1.860, de 04 de janeiro de 1908, que regulou o alistamento e sorteio militar, e reorganizou o Exército em seus artigos 111 a 115 estabeleceu novas bases para a reorganização do EME e extinguiu de vez o Corpo de Estado-Maior, abrindo o quadro aos oficiais de todas as Armas. Essas modificações se corporificaram no Regulamento aprovado pelo Decreto Nº. 7.389, de 29 de abril de 1909. ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996, p. 23.

[158] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº. 7.054, de 06 de agosto de 1908, cria cinco Brigadas Estratégicas e três Brigadas de Cavalaria.

[159] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Lei Nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regula o alistamento e o sorteio militar, e reorganiza o Exército. O Art. 1º dispunha que todo cidadão brasileiro, desde a idade de 21 á de 44 anos completos, é obrigado ao serviço militar, na forma do Art. 86 da Constituição da República e de acordo com as

destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento; e o reaparelhamento das fábricas.

Todas essas providências foram tomadas no governo do Presidente Afonso Augusto Moreira Pena (15 de Novembro de 1906 – 14 de junho de 1909) que, pela situação de prosperidade econômica do país depois do período de saneamento do Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales (1898 – 1902), pôde criar as condições para reformas estruturais de profundidade[160].

No período, o Ministro da Guerra era o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca[161] (15 de Novembro de 1906 a 06 de Agosto de 1908 / 06 de Novembro de 1908 a 27 de Maio de 1909), responsável pela aplicação das significativas mudanças renovadoras da Instituição. O Marechal Hermes da Fonseca, quando comandante do 4º Distrito Militar, promovera as primeiras grandes manobras do Exército, em 1905, na gestão do Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo, realizadas nos campos de instrução do Curato de Santa Cruz, Estado do Rio de Janeiro, quando, após 22 dias (16 de setembro a 08 de outubro) de exercícios e manobras militares, ficaram evidenciadas as precariedades da tropa: calçados de baixa qualidade, barracas muito pequenas, insuficiente estoque de alimentos devido a dificuldades de transporte, armamento velho e insuficiente, mochilas excessivamente pesadas e com um sistema de alças que dificultava a circulação nos braços, cintos que se abriam constantemente e cartucheiras de couro que não resistiram ao peso da munição[162].

Além da fragilidade do material, verificaram-se problemas com relação aos combates simulados, tais como: indecisão dos soldados nos combates; incompetência de comando; grande consumo de munição sem resultado apreciável, pois os soldados faziam fogo à grande distância sem preocupação com a pontaria; a entrada de carros de munição na linha de fogo, contrariando o disposto no regulamento provisório do serviço em campanha e previsto nas instruções regulamentares para a Infantaria[163].

---

prescrições desta lei. No entanto, só a 10 de dezembro de 1916 se realizou pela primeira vez no País o sorteio militar em todas as regiões militares.

[160] É importante registrar que somente dois pontos do plano do Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, teve êxito: a constituição de grandes unidades e a aquisição de armamento.

[161] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1907. No dia 06 de agosto de 1908, o Marechal Hermes da Fonseca deixa provisoriamente o Ministério, quando embarcou em viagem à Europa, de agosto a outubro, para visitar a Alemanha, passando a responder interinamente pela Pasta da Guerra o Marechal João Pedro Xavier da Câmara.

[162] AHEx. Relatório do General de Divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, Comandante do 4º Distrito Militar ao General Francisco Antônio Rodrigues Salles, Chefe do Estado-Maior do Exército, de 16 de fevereiro de 1906.

[163] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1906. Relatório da comissão de árbitros na manobra que teve lugar no dia 03 de outubro de 1905 no Curato de Santa Cruz. A comissão de árbitros foi composta pelos Generais Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, Marciano Magalhães, e Modestino Augusto de Assis Martins. A manobra foi dirigida pelo General de Divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, constituindo-se de uma Brigada Mista sob o comando do General de Brigada José Alípio Macedo da Fontoura Constalat, contra outra Brigada Mista, sob o comando do General de Brigada José Caetano de Faria.

O Comandante do 4º Distrito Militar percebeu que o Exército não estava preparado para realizar suas atividades militares e necessitava de reformas radicais. Como Ministro da Guerra, além de organizar as grandes unidades e os seus quadros, incluindo o de intendentes[164], dividiu o país em regiões de inspeção e reforçou as guarnições do sul e do Mato Grosso[165].

Segundo o texto de Denys, no orçamento do Ministério da Guerra para o ano de 1906, foi registrada uma emenda que permitia mandar oficiais brasileiros que desejassem ir a qualquer país da Europa com o objetivo de aperfeiçoarem seus conhecimentos em Escola ou Corpo de Tropa, durante dois anos. A falta de coordenação das atividades acabou fazendo com que os interesses Institucionais se dispersassem sem que pudesse ter sido feito um trabalho que beneficiasse o Exército, e não os interesses individuais.

Entre 1908 e 1910, diversos Oficiais do Exército Brasileiro preferiram ter como destino, ir para a Alemanha como estagiários em seus Corpos de Tropa.

A 15 de novembro de 1910, assumiu a chefia do Estado brasileiro o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, que havia sido Ministro da Guerra do Presidente Afonso Pena.

Logo depois de eleito presidente (1º de março de 1910), o Marechal voltou à Alemanha. Após o retorno do Marechal Hermes da Fonseca da Alemanha, o qual fora convidado pelo *Kaiser* Guilherme II, para visitar as instalações do Exército alemão e assistir às grandes manobras militares em Tempelhoff, abriu-se a possibilidade para que novamente oficiais brasileiros fossem recebidos nos Corpos de Tropas alemães, a fim de servirem como arregimentados, em estágio de dois anos, acompanhando a instrução militar em todas as suas fases.

Para Odylio Denys, o regresso em 1912, dos oficiais que estagiaram na Alemanha[166] serviu para dar maior intensidade à nova orientação profissional no Exército. Foram eles os elementos que lançaram a campanha renovadora da Instituição. Para tanto, fundaram a Revista *A Defesa Nacional* e foram distribuídos conforme solicitação ao Ministro da Guerra, General-de-Divisão Vespasiano

---

[164]CAETANO M. de F. e. **Diccionário Téchnico Militar de Terra**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. Intendente é aquele que é encarregado da administração de alguma coisa, superintendente, agente dos serviços administrativos do Exército. Palavra que apareceu na linguagem militar, na França, no tempo de Luiz XI, que criou o intendente, correspondente ao *missi domini*, do tempo de Carlos Magno. Intendente Geral do Exército ou da Guerra é a mais elevada autoridade da hierarquia administrativa do Exército; é um preposto, um comissário geral do Ministro da Guerra, de quem diretamente recebe ordens, sem que deixe de estar sob a autoridade do Comando do Exército; intendente militar, comissário de depósitos, pagador.

[165]PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Organização e Administração do Ministério do Exército**. Brasília: Bibliex, 1994. p. 100.

[166]Ver Anexo F - a relação dos oficiais que estagiaram na Alemanha com as organizações Militares que pertenciam.

Gonçalves de Albuquerque e Silva (30 de maio de 1912 a 15 de novembro de 1914), pelos Corpos de Tropa das suas respectivas Armas, recebendo em um primeiro momento por parte de oficiais mais antigos a denominação de "Jovens Turcos"[167], como maneira de depreciar esses militares e suas ações ditas renovadoras. De apelido pejorativo no início, terminou, com o tempo, servindo de símbolo a uma causa.

Uma grande parcela da nova geração de oficiais brasileiros, formados a partir do Regulamento das Escolas Militares de 1905, com ênfase na prática, irá aderir aos novos conhecimentos trazidos pelos oficiais que estagiaram na Alemanha.

Com relação às publicações, o espaço principal para divulgação das novas idéias trazidas da Alemanha foi o Boletim do Estado Maior do Exército (espaço público e oficial da Instituição) e a Revista *A Defesa Nacional* (espaço privado).

A Defesa Nacional era uma revista de assuntos militares fundada em 1913, pelos seguintes militares: Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brasilio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade. Dos doze membros fundadores, apenas os quatros últimos não eram ex-estagiários no Exército Alemão, mas, sim, adeptos da nova campanha de renovação do Exército. Os redatores iniciais da revista foram os Primeiros-Tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis.

Na Revista *A Defesa Nacional,* os oficiais apresentaram farto material sobre estudos e análises executados na Alemanha, tais como: tradução de Regulamentos militares, confecção de guias de instrução, de notas, de relatórios, tudo tendo como único objetivo facilitar a compreensão dos ensinamentos militares aprendidos no exterior.

Ao que parece, a divulgação, no meio militar, acabou atraindo a atenção de oficiais, a quem o Marechal Odylio Denys chama de "oficiais de espírito progressista", alguns superiores hierarquicamente ao grupo que se estabelecia nesse espaço de difusão da idéia de transformação renovadora. Antes das reformas realizadas após a Primeira Guerra Mundial, não havia, no Exército, um período de treinamento estabelecido e havia poucos manuais de organização e emprego das armas que fossem atualizados, para padronizar a instrução militar. Normalmente, as praças recrutadas eram treinadas quando chegavam à Organização Militar do modo que os oficiais da unidade decidissem.

[167]Referência aos jovens oficiais da Turquia de Mustafa Kemal que buscaram transformar e levar a modernização ao estagnado Exército daquele país.

Ao analisarmos o discurso registrado no Editorial do primeiro número publicado pelo grupo de oficiais do Exército Brasileiro, em 10 de Outubro de 1913, percebemos um pouco daqueles personagens que, na História e na Política nacional, atuariam nas transformações que ocorreriam no país, desde as crises políticas dos anos 1920 aos anos 1940, mais precisamente, até os limites desta pesquisa, em 1946.

Já na construção do título, "A Defesa Nacional", vê-se o objetivo de estabelecer os interesses do grupo, ou seja, iniciar uma literatura militar renovadora da Instituição no país e o de estabelecer uma discussão sobre os interesses na defesa do território contra os problemas externos e internos. Ao longo do discurso, vão se colocando na condição de servidores dos interesses gerais do povo brasileiro, representantes dos interesses da sociedade e da coisa pública, vendo-se como mantenedores da estabilidade social.

Em outra parte do editorial, discursam, a partir de uma posição norteadora, que existiria no mundo uma dominação estabelecida dos países capitalistas desenvolvidos em relação aos países atrasados. No caso do Brasil, algumas características o colocavam na condição de país atrasado material e socialmente, condição essencial para que o Exército não exercesse suas funções puramente militares, como ocorria no caso dos grandes povos ou das nações mais desenvolvidas do mundo. Em nações subdesenvolvidas ou nascentes, como eles preferem colocar, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente na formação de um povo, o Exército seria a única força verdadeiramente organizada no interior de uma sociedade desestabilizada política e socialmente. Logo, seria dever do Exército, além dos fatores profissionais, tornar-se fator decisivo de transformação política e de estabilidade social.

O que foi discutido nesse primeiro momento é importante para entender que esse grupo de militares, dois terços dos quais estagiou no Exército alemão, estavam impregnados pelos interesses de uma modernização interventora feita pelo Estado, como única alternativa de modernização do Exército nacional. No Editorial, criticavam abertamente o regime liberal instituído que não aceitava as intervenções militares na evolução social dos povos, mais uma vez se expressando como adeptos do intervencionismo militar, como no trecho abaixo extraído do editorial do primeiro número da Revista *A Defesa Nacional*[168]:

> ...é um facto histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grao já elevado de civilisação ellas conseguem emancipar-se da tutella da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira funcção.

[168] AHEx. **Revista A Defeza Nacional**. Nº 1. Editorial, p. 1.

Ainda com relação à política, tratam a questão de que o Exército precisa estar aparelhado e preparado para a função conservadora e estabilizadora da ordem política, estando pronto para corrigir perturbações internas que são tão comuns nas sociedades em transformação.

Com relação à política externa, tratam a questão como um problema a ser resolvido, não menos complexo que a política interna. Colocam, como pauta da discussão, a situação de fertilidade do país, com suas imensas costas marítimas e linhas de fronteiras terrestres, espaços próximos a outros países em formação que por si sós já possuem suas agitações políticas e processos de desenvolvimento do Estado. No entanto, o mais interessante é o fato de colocarem como evidência e admitirem como hipótese a possibilidade de o Brasil, naturalmente, ter aspirações a um desenvolvimento integral, o que teria como obstáculos as jovens nações do outro lado das fronteiras terrestres. Podemos avaliar essa colocação como pretensas aspirações de controle das fronteiras do Estado brasileiro ou de interesses de expansão extraterritorial.

Com relação a possíveis intervenções externas, colocam-se na posição defensiva e de alerta principalmente contra os países fronteiriços, pois com relação a futuros conflitos internacionais esse dia poderia estar próximo, e não se saberia de que lado viria o perigo, podendo vir do Norte, do Sul, do Oriente, ou mesmo do Ocidente. O Brasil deveria estar preparado para contar apenas com sua própria força, com suas organizações militares que, segundo os autores do Editorial, ainda estavam muito abaixo do ideal de uma grande potência, devendo dar maior ênfase à sua efetiva modernização.

Os editores analisam que, embora a maioria das questões de fronteiras internacionais fosse solucionada através da arbitragem, muitas vezes as negociações falhavam e era utilizada a violência para conquistar o objetivo, como a ampliação do território. O crescimento dos Exércitos era justificado como sendo do interesse da soberania nacional. O novo conceito do militar como instrumento da política externa desenvolvia a corrida armamentista e também aguçava o interesse pela profissionalização militar nos países latino-americanos.

O Editorial nos revela os interesses em difundir um terceiro aspecto dessa questão, a de que o Exército, em um país como o Brasil, não é só fator de transformação político-social, e nem o principal elemento da defesa externa, mas teria igualmente uma função educativa e organizadora da massa geral de cidadãos.

De acordo com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891, era cidadão todo brasileiro com as seguintes qualidades e direitos: serem eleitores os maiores de 21 anos, que não fossem mendigos, analfabetos, e praças de prét; igualdade perante a lei; direito de associação sem o uso de armas; inviolabilidade de sua casa; livre manifestação de pensamento; e direito à propriedade. Logo, deveríamos pensar que cidadão estaria expressando o editorial do primeiro número da Revista. Talvez fosse a idéia de uma massa disforme na sociedade brasileira que necessitasse de educação (militar) e de uma nova organização. Segundo percebemos nesse pequeno trecho, o interesse na formação de uma elite Institucional que teria o dever de conduzir as massas de "cidadãos" brasileiros.

Analisando o pensamento político dos Jovens Turcos, podemos enquadrá-los em um projeto que tinha como objetivo a construção da nacionalidade e do Estado, aliado ao interesse de estabelecer a ordem interna, a defesa nacional, e o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Sendo que, o Exército como fator principal de estabilidade social, deveria sofrer mudanças estruturais pelas quais pudesse intervir nas mudanças da sociedade brasileira. O Exército deveria agir como corporação e não individualmente.

Percebemos que, para o grupo, prevalece a idéia de que um bom Exército é uma escola de disciplina, justamente para preparar para a disciplina social.

No caso da hierarquia militar, entendemos que ela não é um conceito pronto e, sim, um modelo que foi trazido junto com a administração colonial portuguesa em 1808, e modelado pelo Estado brasileiro ao longo de todo o século XIX e XX, de acordo com as características históricas e políticas. A Hierarquia militar (do grego *hierós* – sagrado e *arché* – comando) é a base da organização do Exército e compõe a cadeia de comando a ser seguida por todos os integrantes da Instituição em sua estrutura organizacional.

O Exército subsistiu com base nos princípios da disciplina, da hierarquia, da autoridade, da ordem e na existência de um cerimonial próprio. A disciplina se preserva na obediência que o inferior deve prestar ao superior e na integral observância dos regulamentos militares. Com relação ao princípio da disciplina, podemos dizer que ela se tornou o fim a que se destinava a Instituição Militar; e a hierarquia, o meio para se atingir este fim. A disciplina é um instrumento de sobreposição de uma vontade individual a uma vontade coletiva, é o eixo de ligação e de união do efetivo militar. Segundo Michael Foucault[169], a disciplina procede à

[169]FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977, Terceira Parte: Disciplina.

distribuição dos indivíduos no espaço e, ao mesmo tempo em que ela é massificadora, é também individualizadora, ou seja, onde todos estão sujeitos às mesmas obrigações num lugar determinado. Foucault diz, ainda, que a disciplina, arte de pôr os homens em fila, individualiza e torna os "corpos dóceis".

Além de instituir a base da renovação militar através da disciplina, os editores trabalham também com a idéia de que o Exército é uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Patriotismo esse que eles acreditam ser um instrumento para inserir na sociedade interesses coletivos, dentro de uma sociedade que vive sob a égide do individualismo, e sob a influência do liberalismo conforme se percebe no trecho abaixo[170]:

> (...) Um exercito bem organisado é uma das creações mais perfeitas do espírito humano, porque nelle se exige e se obtem o abandono dos mesquinhos interesses individuaes, em nome dos grandes interesses collectivos; nelle se exige e se obtem que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfigure na abstração *dever*; nelle se exige e se obtem o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de *pátria*.
>
> Comprehende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relevo, fortalece aquillo que há de nobre e de heróico, e de sublime no barro comum – tem que exercer forçosamente uma influencia salutar sobre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.

O patriotismo[171] do discurso é acompanhado de aspectos bastante interessantes no final do trecho acima. Entendemos como o estabelecimento de uma mentalidade elitista de um grupo que se diz superior aos demais do país e que tem por pura finalidade a intervenção na transformação do indivíduo e da sociedade. Talvez tenhamos aqui a origem do pensamento elitista e autoritário no meio militar, que se consolidará nos anos 1930 e 1940, sob a influência dos regimes totalitários. Esse pensamento toma como base o desenvolvimento dos Exércitos nas sociedades desenvolvidas européias, civilizações e sociedades tão antigas em sua formação que, segundo os redatores, servem de modelo a um país como o Brasil, que tem por necessidade a formação e transformação de uma sociedade considerada retardada e informe.

Logo, no discurso, é estabelecida como necessidade fundamental a construção de um Exército que corresponda às suas legítimas aspirações de desenvolvimento e de

---

[170]AHEx. **Revista a Defeza Nacional**. Nº 1. Editorial, p. 2.

[171]Segundo F. D. McCann, psicologicamente, os oficiais buscavam uma compensação pelo seu status inferior, contrabalançando-o com a crença na sua superioridade espiritual. Havia generalizada convicção de que os homens de farda eram puros, eram sãos, eram patriotas; ao passo que os civis eram corruptos, eram podres, despidos de todo sentimento público. Os oficiais se viam como "salvadores da pátria", com a obrigação não só de defender seus próprios direitos e interesses, mas também salvar a pátria dos políticos civis que a corrompiam. McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro.** Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 115.

progresso, que devem ser acompanhadas da instalação de um modelo político que estabeleça as transformações desejadas.

No final do discurso, verificamos em que condições a Instituição se encontrava, ou seja, um Exército que não correspondia às suas necessidades, apesar das várias tentativas de mudanças que vinham acontecendo desde o dia 15 de Novembro de 1889. Segundo conclusão do Editorial da Revista, o país estava completamente indefeso. Daí para frente, o objetivo principal das publicações dessa revista voltada para a literatura militar seria criticar o sistema estabelecido com forte embasamento na formação teórica e apontar a necessidade de uma verdadeira transformação rumo a uma formação militar mais prática. Para eles, o progresso seria obra dos dissidentes, dissidência com ordem, a princípio sem o uso da força, com total disciplina e com a lenta, mas eficaz virtude de espera da disseminação das novas idéias que fossem lançadas através dos Corpos de Tropas.

A Revista *A Defesa Nacional* tornou-se um meio de divulgação dos ideais de renovação do Exército. Desde o início, seus redatores procuraram obter colaboração de seus superiores hierárquicos, como forma de estabelecer uma relação com a legalidade na veiculação de suas publicações. A ida do Tenente Estevão Leitão de Carvalho para o Gabinete do Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria (15 de novembro de 1914 á 15 de novembro de 1918), abriu espaço para consolidar a divulgação dos interesses profissionais desses ex-estagiários do Exército alemão.

Conforme o Marechal Odylio Denys[172], a partir dos resultados satisfatórios obtidos na instrução da tropa, após o recebimento daqueles oficiais que estagiaram na Alemanha, o Alto Comando do Exército percebeu a necessidade da uniformização da instrução em todo o Exército, a partir da EMR como lugar de difusão de uma nova forma profissional de se trabalhar na Instituição. Para tanto, era preciso formar uma nova geração de oficiais, capazes de serem bons instrutores nos corpos de tropa, disciplinadores e de estarem em condições de bem representar as organizações militares em que fossem servir. O que transparece no discurso desse momento é a preocupação com as aparências e com a boa apresentação da tropa em relação aos civis.

2.4 - O Regulamento da Escola Militar de 1913.

[172]DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 14.

Conforme nos esclarece Jeohvah Motta[173], o Regulamento de 1913 para a Escola Militar[174], assinado pelo Marechal Presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, foi idealizado para continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional de seus oficiais, conforme estabelecia o Regulamento de 1905. A reforma do ensino militar, de certa maneira, foi a repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa do Exército alemão, de 1910 a 1912, por uma renovação da cultura militar no Brasil. Durante a gestão do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, General de Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30 de maio de 1912 a 15 de novembro de 1914), fora estabelecida uma Comissão para elaborar o novo Regulamento, composta pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Divisão José Caetano de Faria[175] (Presidente da Comissão), pelo Major de Artilharia Melchisedeck de Albuquerque Lima, e pelo Major de Engenharia Samuel Augusto de Oliveira, todos do Estado-Maior do Exército.

A Comissão trabalhou com questões, ditas essenciais para a manutenção de um ensino profissional e de melhor qualidade: a redução do tempo de estudos teóricos para o curso de Artilharia e de Engenharia; um melhor enquadramento dos programas de ensino dos interesses da profissão militar, ou seja, não deveria haver ensino puramente teórico, ou seria teórico-prático (teoria seguida da prática), ou somente prático. Por último, a redução do número de escolas de quatro para duas, realizada conforme o Art. 9º do Regulamento para os Institutos Militares de Ensino de 1913, suprimindo as seguintes escolas: Escola Militar de Guerra, Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, Escola de Artilharia e Engenharia, e Escola da Aplicação de Artilharia e Engenharia. Portanto, passavam a existir a Escola Militar[176] e a Escola de Prática[177], ambas com funcionamento em Realengo. Posteriormente as Escolas se

---

[173]MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 242.

[174]AHEx. Decreto Nº. 10.198, de 30 de abril de 1913. Publicado no Boletim do Exército Nº. 273, de 30 de abril de 1913, alterado pelo Decreto Nº. 10.832, de 28 de março de 1914.

[175] "Quando o General. José Caetano de Faria assumiu as funções de Chefe de Estado-Maior em 1910, então denominado Grande Estado-Maior, à semelhança da Alemanha que visitara nessa função e depois como ministro da Guerra de 1914 a 1918, vários estudos foram desenvolvidos visando à reforma militar, durante os quase dez anos em postos de comando do Exército. A continuidade da ação reformadora do Exército de 1907 a 1918 envolvendo o Mal. Hermes da Fonseca e o Mal. Caetano de Faria é a expressão de continuidade inspirada no Grande Estado-Maior Alemão, mola propulsora da hegemonia militar prussiana conquistada entre 1817 e 1914." (GRUNENNVALDT, 2005:112-113).

[176]Funcionava em regime de internato, sendo destinada a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para sua matrícula na Escola Prática do Exército, onde lhe seria passado atestado de curso.

[177] A Escola Prática do Exército tinha por finalidade completar e aperfeiçoar, dando-lhe um caráter eminentemente prático, em todos os sentidos, os conhecimentos das praças que tenham um curso qualquer da Escola Militar, habilitando-o assim para o desempenho das funções de oficial em cada uma das quatro armas do Exército (Art. 1º do Regulamento de 1913 para os Institutos Militares).

fundiram na EMR[178]. A redução do número de escolas tomou como base a questão da pouca verba orçamentária destinada para o Ministério dos Negócios da Guerra. Além disso, o tema já havia sido discutido pelo Marechal Hermes da Fonseca no ano de 1907, quando era Ministro da Guerra.

Pelo novo regulamento para os Institutos Militares de Ensino quanto à parte didática, isto é, aos programas de ensino, as Escolas ficavam subordinadas ao Chefe do Estado-Maior do Exército, e, sob o ponto de vista administrativo e disciplinar, ficavam subordinadas ao Ministro da Guerra.

Essas medidas parecem tentar identificar uma forma ideal para o estabelecimento de um ensino profissional, articulando os interesses de material e de pessoal da Instituição. A reforma procurou estabelecer um maior controle sobre os professores da Escola Militar, evitando distorções do programa. Executava-se um modelo de ensino militar mais envolvido com as questões práticas, apesar da existência do modelo teórico.

A situação da Europa com a proximidade da Grande Guerra que incentivou a corrida armamentista, a participação de oficiais do Exército Brasileiro como estagiários nos Corpos de Tropa da Alemanha, as reformas do período Hermes da Fonseca, todos esses fatos criaram espaços e influenciaram o pensamento dos oficiais do Exército para criação do Regulamento de 1913.

No entanto, é importante frisar que essas mudanças na direção do profissionalismo militar esbarravam na tradição do bacharelismo, como no caso do Decreto Nº. 2.712, de 31 de dezembro de 1912, que concedia certificado de engenharia militar aos alunos que concluíssem o curso de Engenharia, de acordo com o regulamento de 02 de outubro de 1905.

O Regulamento de 1913 manteve como condição essencial à matrícula na Escola de formação de oficiais a exclusividade de o candidato ser praça de prét, aqueles militares que tivessem no mínimo seis meses de serviço na tropa, os quais comporiam as Companhias de Alunos da Escola Militar. Além disso, a partir desse Regulamento, o candidato à seleção deveria preparar um requerimento a ser apresentado na secretária da Escola Militar, até 31 de janeiro de cada ano, dirigido ao Ministro da Guerra, junto com os seguintes documentos: certidão de idade ou documento equivalente, provando ser o candidato maior de 17 e menor de 21 anos, referida a idade ao primeiro dia útil do ano da matrícula; documento provando que o candidato era solteiro ou viúvo, sem filhos; certificado de que o candidato não sofria moléstia contagiosa ou infecto-

[178] A Escola Militar do Realengo é o resultado da fusão da Escola de Guerra, da Escola de Artilharia e Engenharia e da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

contagiosa; certificado de vacinação; atestado de boa conduta; e, atestado de aprovação nas seguintes matérias, feitos em um dos Colégios Militares[179]: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física e Química e noções de Mecânica, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Corografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria retilínea, e Desenho Linear.

Na parte disciplinar, o Art. 74 do Regulamento continuava bastante minucioso com relação às punições adotadas para o corpo discente. As penas impostas pelo comandante da Escola aos alunos variavam de uma simples repreensão em particular até a exclusão[180]. Os docentes e instrutores continuavam impondo punição aos alunos, por faltas cometidas durante a lição ou exercício, que variavam de repreensão em particular à retirada da aula ou do exercício.

Por fim, o Regulamento de 1913 sofreu alterações de seus artigos em 1914[181], ainda na gestão do General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, Ministro da Guerra do Presidente Hermes Rodrigues da Fonseca. Com relação à matrícula do candidato na Escola Militar manteve o previsto no Regulamento de 1913.

No entanto, em 1916, o Decreto Nº. 11.912, de 26 de janeiro, inclui importante alteração de artigos do Regulamento da Escola Militar referente à matrícula, estabelecendo privilégios. O Primeiro Parágrafo do Art. 60, determina que um terço das matrículas passaria a ser destinado aos candidatos que tivessem o curso integral dos Colégios Militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, sendo o restante das vagas disputado entre os civis e as praças de prét. O Quarto Parágrafo do mesmo Artigo ainda previa que, em condições de igualdades, as praças do Exército teriam

[179] No período em questão analisado existiam o **Colégio Militar do Rio de Janeiro**, criado em 9 de março de 1889 através do Decreto Nº 10.202, que criou o Imperial Colégio Militar da Corte (Ainda naquele ano, após a Proclamação da República, passou a ser denominado Colégio Militar do Rio de Janeiro); o **Colégio Militar de Porto Alegre** criado pelo Decreto Nº 9.397, de 28 de fevereiro de 1912; e o **Colégio Militar de Barbacena** criado pelo Decreto Nº 9.507, de 3 de abril de 1912. O Colégio Militar de Barbacena foi extinto em 27 de março de 1925, pelo Decreto Nº 16.851. De acordo com o Decreto Nº 10.198, de 30 de abril de 1913, que aprovou os regulamentos para os institutos militares de ensino, publicado no Boletim do Exército Nº 273, de 5 de maio de 1913, os Colégios Militares eram internatos destinados a educação dos filhos dos oficiais efetivos e reformados do Exército e da Armada, dos honorários por serviços de guerra, das praças de pré mortas em combate, dos órfãos netos de militares, e dos filhos de civis, nas condições estipuladas pelo regulamento (contribuintes).

[180] Como podemos perceber as punições eram impostas de acordo com a gravidade dos problemas, sendo que os casos mais graves eram punidos pelo Comandante da Escola, e os casos mais brandos eram punidos pelos docentes e instrutores.

[181] AHEx. Decreto Nº. 10.832, de 28 de março de 1914, que altera artigos dos regulamentos dos colégios militares e Escola Militar, Prática do Exército e de Estado-Maior. Nos referido Institutos não haveria ensino puramente teórico: todo ele seria ou teórico-prático ou prático unicamente; a expressão teórico-prático significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, ser escolhida com um fim útil e, sempre que possível, seguida de exemplos práticos (Art. 3º). Publicado no Boletim do Exército nº. 342, de 5 de abril de 1914.

preferência sobre os civis[182]. Com essa retificação do Regulamento, a seleção para EMR deixava de ser essencialmente entre as praças de prét e abria-se ao civil.

Percebemos que, apesar da manutenção da preferência por praças de prét, o decreto de alteração de 1916 trazia inovação com relação às vagas destinadas aos concludentes do Curso no Colégio Militar, que poderia ser uma tentativa do Chefe do Estado-Maior, General Caetano de Faria, de utilizar um elemento mais integrado aos conhecimentos teóricos gerais, para estabelecer um equilíbrio entre o ensino totalmente prático pretendido pelos adeptos da doutrina alemã e ensino centrado em conhecimentos teóricos.

CAP III – RENOVAÇÃO E REVOLTAS: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1918 A 1930.

O ano de 1918 representou, entre tantas outras coisas, o final da Primeira Grande Guerra, vista como um momento específico para análise dos ensinamentos militares, pois muitos conceitos de combates mudaram, assim como regras tradicionais de conduta na guerra. No Brasil, a definição do conflito mundial era analisada na expectativa de pôr em práticas reformulações no Regulamento das Escolas Militares de 1913, pensamento reconhecido tanto pelos oficiais que estagiaram na Alemanha e seus adeptos quanto pelos oficiais que se opunham à renovação iniciada por aquele grupo. Havia necessidade de reformular o regulamento para a Escola Militar e o próprio ensino militar, para se adaptarem às novas realidades do campo de batalha.

3.1 – O Regulamento da Escola Militar do Realengo de 1918 e o de 1919.

Segundo Jehovah Motta[183], o Regulamento para Escola Militar de 1918 e de 1919 além de muito perto no tempo eram também muito parecidos nas idéias e propósitos. Ambos foram sendo construídos no momento em que se encerravam os conflitos da Primeira Guerra Mundial.

---

[182] AHEx. Em 19 de maio de 1920, decreto Nº. 14.176, alterou alguns dispositivos do regulamento para os Colégios Militares, sendo que o Art. 7º passa a permitir a transferência para a Escola Militar, desde que tivessem bom comportamento e média resultante dos graus em todos os exames finais do curso teórico-prático que corresponde a um grau de aprovação plena; com aprovação simples concorreriam às vagas existentes na condição estabelecida no respectivo regulamento.

[183] MOTTA, Jehovah**. Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 249.

A reforma do ensino feita através do regulamento da Escola Militar de 1918[184], quando Wenceslau Braz Pereira Gomes (15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918) era o Presidente do Brasil e o General de Divisão José Caetano de Faria era o Ministro da Guerra (15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918), seguiu a linha da reforma de 1913, não pretendendo ser uma ruptura, mas sim uma atualização do antigo Regulamento. Dentro dessa perspectiva, foi mantido o rígido controle sobre os docentes e instrutores da Escola para que não houvesse distorções do programa, além do incremento do sistema disciplinar que variava da perda do salário até o afastamento, no caso dos civis, ou prisão, no caso dos militares. O novo Regulamento determinou para o ensino militar apenas duas categorias que consagraram os ideais de profissionalização de um grupo de oficiais que investia nesse movimento como forma de renovação da Instituição, principalmente daqueles oficiais que estagiaram na Alemanha ou daqueles ligados aos ex-estagiários do Exército germânico, ou seja, o ensino teórico-prático e o ensino prático.

A reforma de 1918 teve como ponto central o predomínio da prática sobre a teoria. A Escola continuava a adotar o regime de internato, sendo destinada a ministrar aos alunos os conhecimentos necessários para o desempenho das funções de oficial de tropa de cada uma das quatro Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia). O ensino na Escola passaria a compreender cinco cursos: um fundamental, destinado a todas as Armas, e quatro especiais, sendo um para cada Arma.

Para matricular-se na Escola Militar, o candidato deveria preencher uma das seguintes condições, constante do Art. 51 do Regulamento para a Escola Militar: a) ser reservista de 1ª categoria do Exército ativo; b) ter caderneta de reservista obtida fora da caserna e, neste caso, ainda com três meses de serviço no Exército ativo; c) ter seis meses de praça e efetivo de serviço em um Corpo do Exército; d) ter curso integral de um dos Colégios Militares, contanto que assente praça na Escola uma vez requisitado para a matrícula; e) ser Praça do Exército, voluntário e sorteado, com mais de seis meses de serviço.

Nos casos “b” e “c” do Art. 51, o candidato deveria se apresentar no Corpo de Tropa que tivesse escolhido como voluntário e seria admitido pelo Comandante, se provasse que satisfazia às exigências constantes do Art. 52 do Regulamento.

De acordo com o Art. 52, era preciso que o candidato desse entrada com um requerimento na secretária da Escola, até o dia 31 de dezembro de cada ano, dirigido

[184] AHEx. Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918, que aprova o Regulamento para a Escola Militar. Seria um internato que se destinava a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para o desempenho das funções de oficial de cada uma das quatro armas. Não seria permitido em hipótese alguma que fossem matriculados oficiais na Escola Militar (Art. 1º, parágrafo único).

ao Ministro da Guerra, juntamente com os seguintes documentos: certidão de idade ou documento equivalente provando que o candidato era maior de 16 anos e menor de 20 anos; documentos provando que o candidato era solteiro e sem filhos; certificado de que o candidato não sofria de moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa; certificado de vacinação; atestado de boa conduta; e, atestado de aprovação nas seguintes matérias ou exames finais feitos em um dos Colégios Militares ou em estabelecimentos cujos exames preparatórios fossem considerados válidos para a matrícula nas escolas civis de ensino superior da República, ou a elas equiparados: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física, Química, noções de Mecânica, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Corografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria retilínea, e Desenho Linear.

Por fim, os candidatos à matrícula deveriam ser submetidos na Escola Militar, a partir do primeiro dia útil da segunda quinzena de fevereiro, a uma rigorosa Inspeção de Saúde e, em seguida, a um concurso de admissão que constava de prova escrita das disciplinas: Português, noções fundamentais de Geometria Analítica, noções fundamentais de Geometria Descritiva e Desenho correspondente; e, prova prática falada de uma das línguas estrangeiras constantes do atestado de aprovação de matérias.

Na parte disciplinar repete o disposto no Regulamento de 1913, mantendo a rigidez do sistema punitivo. No Regulamento de 1918, o Art. 169 previa que aos sábados e nas vésperas de feriados, concluídos os trabalhos escolares, o Comandante da Escola podia liberar os alunos que quisessem e que tivessem nota 3,5 (três e meio) em cada matéria do ensino teórico-prático e nota de aproveitamento na parte prática, devendo o aluno comparecer no primeiro dia útil à primeira formatura. Pelo novo Regulamento, sobrava muito pouco tempo para o aluno estar fora do meio militar em contato com a sociedade e com as atividades políticas externas à Instituição, devendo integrar-se totalmente à vida militar, modelo de profissional chamado de soldado-profissional, aquele que não devia intervir na política.

Já o Regulamento da Escola Militar de 1919[185], quando Delfim Moreira da Costa Ribeiro era o Presidente do Brasil e o General Alberto Cardoso de Aguiar era ainda o Ministro da Guerra, definiu que, nos estabelecimentos de ensino militar, deveriam ser ministrados apenas conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de Capitão. A reforma de 1919 obrigava o oficial a manter

[185] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919, que cria um novo Regulamento para a Escola Militar.

constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.

Analisando a mudança no regulamento da Escola Militar do ano de 1919, vê-se que, além da tentativa de aprimoramento do Regulamento de 1918 com o fim da Grande Guerra, tem-se o momento em que a cultura militar prussiana consolidou o seu domínio sobre a formação do oficial do Exército Brasileiro, conquistando o interior da EMR e principalmente os currículos escolares, com o predomínio do ensino prático sobre o teórico. Atingia-se o objetivo que vinha sendo buscado desde 1905: uma Escola modelada segundo padrões militares de currículo (ensino mais prático do que teóricos) e de disciplina rígida.

3.2 A Missão Indígena a caminho da Escola Militar do Realengo

O decorrer da Primeira Guerra Mundial foi fator preponderante para trabalhar o problema de modernização do ensino militar. Segundo o Alto Comando do Exército, havia a necessidade de colocar a instrução na EMR nos mesmos moldes da instrução militar dos países mais desenvolvidos da Europa. Segundo o Marechal Odylio Denys[186], foram figuras importantes nas iniciativas das transformações ocorridas os seguintes militares: Generais José Caetano de Faria, Alberto Cardoso de Aguiar[187], Bento Ribeiro, Tasso Fragoso; e os Capitães Joaquim de Souza Reis Neto, Bertholdo Klinger, Genserico de Basconcelos, Epaminondas de Lima e Silva, Brasilio Taborda, Silio Portela, Estevão Leitão de Carvalho e Euclides Oliveira Figueiredo; além dos civis Barão do Rio Branco[188], Olavo Bilac e Pandiá Calógeras[189].

---

[186] DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 15.

[187] Dentre as diversas ações podemos ressaltar: a contratação da Missão Militar Francesa em 1919, para instrução no Exército e assessoramento do Estado-Maior, encomenda de aviões e de armamentos, reorganização do quadro de oficiais, e o início do processo seletivo para instrutores da EMR em 1919.

[188] Segundo a historiografia, esse contexto favorável às questões militares teve como centro principal o incentivo dado pelas ações do Barão do Rio Branco, quando Ministro das Relações Exteriores (1902 – 1912), o qual insistia que o Brasil só poderia se projetar internacionalmente a partir de Instituições militares fortes (TREVISAN, 1993:254-255).

[189] Ministro da Guerra, de 1919 a 1922, no governo do Presidente Epitácio Pessoa, apesar de ser civil era conhecido no país como um dos principais conhecedores dos problemas militares no Brasil, como a falta de cobertores, ponchos, uniformes, quartéis, transportes e pagamentos atrasados. Foi responsável pela reorganização do Exército em 1921, aprovada pelo Decreto 15.235, de 31 de dezembro. Os principais pontos dessa reorganização foram: 1) melhor estruturação das grandes unidades; 2) criação dentro das Divisões, das unidades especiais de carro de combate e de aviação; 3) aumento das dotações de armas automáticas e peças de Artilharia; 4) construção de diversos quartéis e encomenda de compra de armas automáticas, canhões de montanha, e Artilharia de Montanha; 5) e aumento do efetivo do Exército em tempo de paz. No tempo de sua administração, evitou que a reorganização ficasse só no papel, dando condições para execução de fato. Na verdade Pandiá Calógeras consolidou a expansão numérica e espacial das Instituições militares com esse ambicioso programa de construções entre 1920 e 1921, o maior programa do gênero antes do Estado Novo. Ele iniciou a construção de 56 novos quartéis em 49 localidades diferentes do Brasil, além de reformar e ampliar 45 outros em 41 lugares. (MOTTA, 1998, 222-223; McCANN, 1982, 123).

Em 1918, foi tomada uma das principais providências para desencadear a renovação do ensino militar na EMR. O Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, abriu um processo de seleção para um quadro de instrutores naquela Escola de Formação de Oficias, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão[190]. Esse grupo de instrutores, que ficou conhecido como "A Missão Indígena", começou seus trabalhos fora da Escola, no segundo semestre de 1918, e, na prática, em 1919, assumiram toda a estrutura de ensino militar do Exército.

O nome da missão talvez esteja relacionado à tentativa de se estabelecer um grupo de instrutores nacionais partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria do Brasil, apesar de terem como base de sustentação ideológica o aprendizado no Exército alemão, que ajudou na construção da nova cultura que tentava se impor na Instituição.

A primeira turma de instrutores nomeados, por concurso, para Escola foi constituída pelos seguintes oficiais:

Militar	**Arma**
1º Tenente Eduardo Guedes Alcoforado	Infantaria
1º Tenente Newton de Andrade Cavalcanti	
1º Tenente Demerval Peixoto	
1º Tenente João Barbosa Leite	
2º Tenente Odylio Denys	
Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo (ex-estagiário no Exército alemão)	Cavalaria
1º Tenente Renato Paquet	
1º Tenente Orosimbo Martins Pereira	
1º Tenente Antônio da Silva Rocha	
Capitão Epaminondas de Lima e Silva (ex-estagiário no Exército alemão)	Artilharia
1º Tenente Luiz Correa Lima	
1º Tenente Mario Ary Pires	
1º Tenente Artur Joaquim Panfiro	

No entanto, não poderíamos nos furtar a uma análise mais profunda da afirmação de Leonardo Trevisan em sua tese de doutorado[191] de que **todos** os ex-estagiários do Exército alemão e seus discípulos mais diretos participaram do primeiro concurso para

[190] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Lei 3.719, de 15 de janeiro de 1919 que instituiu o concurso com provas práticas para os candidatos a instrutores e seus auxiliares da Escola Militar.

[191] TREVISAN, Leonardo N. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993, p. 304.

instrutores dominando, depois disso, o quadro de docentes daquela Instituição de Ensino Militar. Ao analisarmos o quadro acima constituído da primeira turma de instrutores nomeados para a EMR, verificamos que dos dezesseis oficiais que estagiaram no Exército alemão apenas dois deles estão presente na lista dos selecionados. Na lista seguinte disposta nesse trabalho com o nome dos instrutores selecionados posteriormente, verificamos que nenhum ex-estagiário no Exército alemão está presente na lista.

Pelas informações obtidas no artigo do Marechal Odylio Denys, na Revista *A Defesa Nacional*, o número de selecionados na primeira turma de instrutores não foi suficiente para preencher os claros existentes na Escola, o que foi ocorrendo ao longo do período marcado pelos anos de 1919 a 1922. Na relação abaixo registramos o nome de outros oficiais que foram selecionados para exercer a função de instrutores na EMR:

Militar	**Arma**
Capitão Outubrino Pinto Nogueira	Infantaria
1º Tenente José Luiz de Morais	
1º Tenente Mario Travassos Penedo Pedras	
1º Tenente Henrique Duffles Teixeira Lott	
1º Tenente Victor César da Cunha Cruz	
1º Tenente Olimpio Falconiere da Cunha	
1º Tenente Filomeno Brandão	
1º Tenente Joaquim Vieira de Melo	
1º Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima	
1º Tenente Tristão de Alencar Araripe	
1º Tenente Cyro Espírito Santo Cardoso	
1º Tenente Illydio Rômulo Colônia	
1º Tenente Arlindo Murity da Cunha Menezes	
Capitão Milton de Freitas Almeida	Cavalaria
1º Tenente Gomes de Paiva	
1º Tenente Brasiliano Americano Freire	
1º Tenente Aristóteles de Souza Dantas	
Capitão Eduardo Pfeil	Artilharia
Capitão Pompeu Horácio da Costa	
1º Tenente Álvaro Fiúza de Castro	
1º Tenente José Agostinho dos Santos	
Capitão Othon de Oliveira Santos	Engenharia
1º Tenente Luiz Procópio de Souza Pinto	
1º Tenente Juarez do Nascimento Fernandes Távora	
1º Tenente Edmundo de Macedo Soares	

No ano de 1919, o Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, recebia a apresentação do primeiro grupo de instrutores com o seguinte discurso:

> Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros Oficiais, como há muito deveria ter sido feito. Participo, conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não vos falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil mas não há motivo para o esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; para seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino, ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos Oficiais têm passado pela Escola Militar como Instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional.
>
> Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo terão na Escola Militar, se bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para a formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações.[192]

O Alto Comando do Exército abria a porta da Escola Militar para um importante passo na modernização do ensino e da organização do Exército. Os novos instrutores, tinham como função divulgar, generalizar, unificar e consolidar a instrução militar no Exército, através da eficiência crescente e definitiva, que deveria ser acompanhada do progresso constante na arte da guerra verificado nos países mais desenvolvidos do mundo. Procurava-se, com isso, valorizar mais o militar dos Corpos de Tropa.

Também é interessante analisar que homogeneidade se queria atingir com a entrada desses novos instrutores na Escola Militar. Talvez a homogeneidade dos ex-estagiários do Exército alemão de 1910 a 1912. De acordo com o texto do Marechal Odylio Denys[193], o nome de "Missão Indígena" foi dado em conseqüência da proximidade da chegada da Missão Militar Francesa, contextualizada pela seleção de oficiais nacionais para compor o quadro de instrutores da Escola Militar. Esses instrutores administraram os ensinamentos dos ex-estagiários do Exército alemão, buscaram trazer para Escola Militar as inovações ocorridas na Europa, mais propenso aos ensinamentos práticos do que teóricos.

Podemos dizer que os instrutores da "Missão Indígena", sem querer, abriram espaço para o avanço interventor dos conhecimentos da Missão Militar Francesa na EMR.

3.3 – A Atuação da Escola Militar do Realengo no Movimento Tenentista

---

[192] DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 16.
[193] Ibid, p. 17.

O início dos anos 1920, além de testemunhar as diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na História brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política no contexto do surgimento das chamadas "cartas falsas", supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito e reconhecido Presidente da República em substituição a Epitácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se, em 05 de julho de 1922, a Escola Militar, o Forte Copacabana, e a Guarnição Federal do Mato Grosso. Apesar de tudo isso, Arthur Bernardes tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da independência do Brasil.

Segundo o Marechal Denys, ao que tudo indica, a rigidez disciplinar da "Missão Indígena" e o ensino militar com predominância de um modelo mais prático que teórico na EMR não foram obstáculos suficientes para que seus alunos participassem dos eventos do 5 de julho de 1922, para demonstrar todo seu descontentamento com as mudanças ocorridas na Escola e no ensino.

No entanto, esse discurso fica inconsistente por conta das diversas reações governamentais formadas contra os alunos e instrutores da Escola. Disciplinarmente, a reação do Comando do Exército foi enérgica, expulsando todos os alunos envolvidos no acontecimento.

O Ministro da Guerra declarara que, em face do inquérito[194] aberto sobre os acontecimentos no dia 5 de julho de 1922 em que foi envolvida a Escola Militar, o Governo resolvera desligar imediatamente, a bem da disciplina, 256 (duzentos e cinqüenta e seis) alunos envolvidos e que continuaram presos; 333 (trezentos e trinta e três) alunos que foram distribuídos pelas unidades das diversas regiões militares para serem desligados do serviço ativo do Exército; e 58 (cinqüenta e oito) restantes mencionados que foram postos em liberdade. Houve também, o afastamento do comandante da Escola[195] e de todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena. Isso facilitou a aceitação da presença na Escola da Missão Militar Francesa em 1924, já na gestão do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que realizou, na época, nova reforma no Regulamento da Escola Militar.

---

[194] AHEx. Boletim do Exército Nº. 36, de 31 de Julho de 1922. Aviso Nº. 567, de 22 de julho de 1922. Diversas ordens sobre alunos da Escola Militar.

[195] AHEx. Boletim do Exército Nº. 36, de 31 de julho de 1922. Aviso Nº. 583, de 26 de julho de 1922. O Ministro da Guerra declarou que o Tenente-Coronel Álvaro Guilherme Mariante ocupou militarmente a Escola Militar, assumindo o respectivo comando na manhã de 5 de julho de 1922, em virtude da rebelião dos alunos daquele estabelecimento.

Ponto interessante nesse caso foi que, analisando a lista de processados[196] no movimento de 1922, constatamos a presença de alguns instrutores que integraram a "Missão Indígena" na EMR no período de 1919 a 1922, conforme verificamos abaixo:

Lista Nominal dos Oficias Pronunciados pelos acontecimentos de 1922, que faziam parte da "Missão Indígena", especificando-se sua situação na época.

Nº de Ordem	Posto	Nome	Situação
01	1º Tenente	Odílio Denys	Em liberdade em Pádua
02	1º Tenente	Arlindo Maurity da Cunha Menezes	Desertado
03	1º Tenente	Braziliano Americano Freire	Desertado
04	1º Tenente	Illydio Rômulo Colônia	Em liberdade no RJ
05	1º Tenente	Juarez do Nascimento Fernandes Távora	Desertado
06	1º Tenente	Cyro do Espírito Santo Cardoso	Em liberdade em S. J. Del Rei
07	1º Tenente	Aristóteles de Souza Dantas	Em liberdade no RJ
08	1º Tenente	Edmundo Macedo Soares e Silva	Desertado

3.4 – A Influência da Missão Militar Francesa.

Ao realizarmos esse estudo sobre as formas de acesso à Escola Militar no período de 1905 á 1946, tomando principalmente como base as diversas reformas que seu Regulamento teve nesse período, podemos perceber que o processo de estruturação de um ensino militar profissional na Instituição, teve nos anos 1910, forte influência daqueles oficiais ex-estagiários do Exército alemão, adeptos da doutrina militar prussiana que se instalaram nos Corpos de Tropa e posteriormente na Escola Militar através da "Missão Indígena" e de alguns oficiais do alto escalão do Exército, como General Caetano de Faria que foi Chefe do Estado-Maior do Exército, Ministro da Guerra e colaborador da Revista *A Defesa Nacional*. Foi um processo que articulou a reforma da Escola Militar com um projeto de construção de um novo Exército que tivesse como base a doutrina militar alemã.

Nesta nossa pesquisa, pela análise bibliográfica realizada, vimos que as pretensões de mudanças e renovação tiveram em contrapartida o surgimento de um grupo de oficiais contrários às mudanças que aproximavam em muito o Exército Brasileiro do modelo alemão e que iria buscar uma alternativa de instrução militar para a formação profissional de nossos militares.

[196] AHEx. Fundo Estado-Maior do Exército. Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922, realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar.

No ano de 1917, já na fase final da Primeira Guerra Mundial, e no meio da influência que desempenhavam os Oficiais brasileiros ex-estagiários do Exército alemão[197], começaram as discussões sobre a possibilidade de contratação de uma Missão Militar estrangeira de instrução como solução para os problemas de instrução e de ensino, ação essa concretizada na gestão do General Cardoso de Aguiar na condição de Ministro da Guerra que também concretizara o envio da "Missão Indígena" para a Escola Militar, cujo propósito pode ser considerado o maior obstáculo à chegada da Missão Militar Francesa na Escola Militar naquele momento.

Do relatório dos trabalhos do EME de 1917, extraímos o registro referente à Grande Missão Militar, o qual analisa a necessidade de reforma do ensino militar e do próprio Estado-Maior, através da contratação de uma Missão Militar Estrangeira de grande envergadura para integrar os Altos Estudos militares nos estabelecimentos de ensino, assim como iniciar a Instituição nos segredos dos serviços do Estado-Maior.

Segundo o relator, o General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, nomeado por decreto de 17 de Fevereiro de 1915, faltava muito do espírito militar prático, em parte culpa do modelo de ensino adotado nas antigas escolas militares onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujava a tudo. Apesar da crítica de alguns oficiais que combatiam a idéia de se contratar uma missão estrangeira, por que decretaria o fim dos brios militares, do prestígio e do patriotismo, o relator atenta para o resultado extremamente positivo que Missões Estrangeiras conseguiram na organização militar da Argentina, do Chile e do Peru.

Ao que tudo indica, outro ponto fundamental na escolha da Missão Militar Francesa foi a visita, em outubro de 1916, do Marechal Hermes da Fonseca aos campos de batalhas em que a França atuava. O militar fora recebido pelo Estado-Maior francês com todas as pompas de ex-Ministro da Guerra e ex-chefe de Estado, cujas aproximações e articulações foram estabelecidas pelo Adido Militar na França, Major Alfredo Malan d'Angrogne, empossado no cargo em abril de 1916.

Outro ponto importante foi o envio da Missão Militar[198], chefiada pelo General-de-Brigada Napoleão Fellipe Aché, que entrou em funcionamento em Fevereiro de

---

[197] Nesse momento é importante frisar que o Brasil havia cortado as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha em 11 de abril de 1917, pois em 4 de abril de 1917 um bloqueio naval imposto pela Alemanha à Grã-Bretanha, França, Itália e todo o Mediterrâneo Oriental levou ao torpedeamento do navio brasileiro Paraná, que navegava nas águas bloqueadas. Em 26 de outubro de 1917, o Presidente da República, pelo Decreto Nº 3.361, fez saber que o Congresso Nacional decretou e ele sancionou, reconhecendo e proclamando o estado de guerra contra a Alemanha e autorizava o Presidente da República a tomar medidas de defesa nacional e segurança pública que julgasse convenientes para esse fim; conforme publicado no Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil Nº 249, de 27 de outubro de 1917.

[198] AHEx. Boletim Reservado Nº 6. Aviso Ministerial Reservado Nº 957, de 13 de dezembro de 1917, que contém as Instruções para a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na

1918, com o objetivo de estudar as inovações tecnológicas ocorridas nos armamentos durante a Primeira Grande Guerra. A Missão foi composta por vinte e seis oficiais brasileiros[199] dos mais diversos postos, desde tenente até general, conforme o quadro abaixo, e que seguiu destino ao território francês para estudos e compra de material.

Subcomissões	**Militar**
Subchefe da Comissão	Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro
Secretário	2º Tenente Infantaria Octávio Monteiro Ache
Serviço de Estado-Maior	Major João Batista de Oliveira Brandão Júnior
	1º Tenente Álvaro Áreas
Serviço de Administração	1º Tenente José Nery Eubanck da Câmara
Serviço de Veterinária	Major Médico Joaquim Moreira Sampaio
Aviação	1º Tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima
	1º Tenente Mário Barbedo
	2º Tenente Bento Ribeiro Carneiro Monteiro
Artilharia	1º Tenente Demócrito Barbosa
	1º Tenente Sebastião do Rego Barros
	2º Tenente Carlos de Andrade Neves
Infantaria	Major Tertuliano de Albuquerque Potyguara
	Capitão Praxedes Theodulo Silva Júnior
	2º Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima
Cavalaria	Major Firmino Antonio Borba
	1º Tenente Izauro Reguera
	1º Tenente José Pessoa Cavalcante de Albuquerque
	1º Tenente Christóvão de Castro Barcellos
Corpo de Saúde	Major Rodrigo de Araújo Aragão Bocão
	Capitão Cleómenes Lopes de Siqueira Filho
	Capitão João Affonso de Souza Ferreira
	Capitão Alarico Damázio
	Capitão João Florentino Moreira
	Capitão Manoel Esteves de Assis
	1º Tenente Carlos da Rocha Fernandes

De um modo geral, esses oficiais integraram unidades de combate do Exército da França por cerca de três meses, de setembro a novembro de 1918. Antes de serem incorporados àquelas unidades e desde a sua chegada à Europa, realizaram estágios em diversas Escolas Militares, inclusive em Saint-Cyr. Naquela oportunidade, iniciaram a

França, e o Aviso Ministerial Reservado Nº 994, de 21 de dezembro de 1917, que cria a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França e nomeia seus membros.

[199] Alguns desses oficiais ficaram à disposição do Exército aliado e foram autorizados a servir em qualquer ponto e ser empregados em combates. As subcomissões formadas tinham como tarefa, de um modo geral, o estudo em detalhe dos assuntos ligados a cada ramo de suas especialidades, completando-os e utilizando todas as informações e ensinamentos que pudessem ter aplicação no Exército brasileiro.

atualização dos conhecimentos doutrinários relativos às suas especialidades, dentro das subcomissões.

De maneira geral, podemos dizer que os membros da Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França contribuíram para um melhor julgamento e análise que instruíram o processo de contratação da Missão Militar Francesa, a qual influenciou decisivamente e de forma marcante o Exército Brasileiro até a Segunda Guerra Mundial.

Como resultado da Missão Militar Brasileira, tivemos, no retorno, o grande interesse pela estruturação da Aviação Militar, cuja ação direta seria o contrato da Missão Militar Francesa de Aviação[200], destinada especificamente a estabelecer e organizar uma Escola de Aviação Militar e toda a base necessária para o desempenho de suas missões. Com relação a esse primeiro contato, não podemos esquecer os interesses que foram despertados nos militares brasileiros pela doutrina francesa de guerra. Outro resultado direto foi a organização e o envio de uma Missão Médica Especial[201] à França durante o período de 26 de setembro de 1918 a 19 de fevereiro de 1919, dirigida pelo Coronel Nabuco de Gouveia, composta de oitenta e três médicos, sendo cinco do Exército, e cinco da Marinha, instalados em Paris. Suas instalações e equipamentos, ao término da Guerra foram doados integralmente à Escola de Medicina de Paris.

A 28 de maio de 1919, o Decreto Nº. 3.741 autorizou o Governo do Brasil a contratar na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército. A assinatura do contrato para uma Missão Militar Francesa de Instrução (MMF)[202] ocorreu em 08 de setembro de 1919. No entanto, somente em março de 1920 desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores (da França), chefiados pelo General Maurice Gamelin. O General Chefe da MMF seria posto à disposição do Chefe do EME como assistente técnico para a Instrução e a Organização. A MMF seria incumbida especialmente da direção da Escola de

---

[200] Em 10 de outubro de 1918, foi assinado o contrato por *Clémenceau*, Presidente do Conselho e Ministro da Guerra da França, e Olyntho de Magalhães, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris, que propiciou a vinda para o Brasil de um grupo de instrutores franceses denominado Missão Militar Francesa de Aviação. O seu principal objetivo, conforme estava previsto no contrato, era desenvolver e organizar os serviços da aviação militar no Exército brasileiro. A missão seria incumbida de criar, em primeiro lugar, as escolas de aviação necessárias à instrução do pessoal: pilotos, mecânicos e observadores; em segundo lugar, ela prosseguiria pela organização dos serviços aeronáuticos no Exército brasileiro, inspirando-se nos métodos em vigor nas Forças Armadas Francesas. **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.72-73.

[201] AHEx. Boletim do Exército Nº 181, de 31 de julho de 1918, publica o Decreto Nº. 13.012, de 10 de julho de 1918, que cria uma missão médica especial para atuar na França, de caráter militar. A missão foi criada, com o intuito de auxiliar o serviço de saúde do Exército Aliado, além de manter um Hospital temporário na zona de guerra.

[202] **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.85-87.

Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior).

A Missão Militar Francesa só chegou à EMR em 1924, na gestão do General Setembrino de Carvalho, novo Ministro da Guerra[203], junto com um novo Regulamento de ensino, construído por conta dos acontecimentos ocorridos em julho 1922 naquele estabelecimento de ensino causado, talvez em parte pelos excessos disciplinares que a "Missão Indígena" impusera a seus alunos. Do ponto de vista político, a revolta na Escola Militar significava o retorno de movimentos rebeldes como o que acontecera em novembro 1904, quando os alunos da Escola na Praia Vermelha fizeram uma sedição militar. Não é à toa que posteriormente foi se consolidando o pensamento reformista no seio do Exército Brasileiro com intuito de realizar mudanças no ensino militar, considerado por demais teórico e pouco prático, o que a princípio caracterizava o caráter pouco militar da Instituição.

Apesar da relevância dos serviços prestados pela MMF, desde o seu primeiro contrato para a Aviação, em 1919, o Chefe do EME, General Tasso Fragoso, em seu relatório de trabalhos referente ao ano de 1929, expressa a necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da MMF[204]. O argumento principal estava baseado na já proficiência dos instrutores brasileiros. No entanto, o relator é incisivo quanto ao fato de existir um processo de decadência no nível de instrução ministrada pelos franceses, inclusive assinalando irregularidades no que se refere às férias dos membros da Missão. O relator registra que os membros da Missão tinham direito, após dois anos de permanência no Brasil, a uma licença de quatro meses, excluindo o tempo de viagem, com todos os vencimentos; *em geral são cinco meses e, as vezes, mais o tempo que alguns instrutores levam fora do Brasil*. Cita, ainda o caso do Diretor de estudos da Escola de Estado-Maior que se ausentou do Brasil com destino à França, em Novembro de 1928, sem que as aulas tivessem acabado, ou os exames começados, e só regressou ao Brasil às vésperas de ser iniciado o ano letivo de 1930.

Dentro desse contexto, em 1929, o Chefe do Estado-Maior do Exército colocava em evidência a necessidade da criação de uma Inspetoria de Ensino para discutir e sanar os diversos problemas inerentes ao ensino militar.

3.5 – O Regulamento da Escola Militar de 1924 e 1929

[203] O General Fernando Setembrino de Carvalho comandou o Exército brasileiro na "Campanha do Contestado" (1914-1916), na região da fronteira dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

[204] **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.139-142.

Segundo Motta[205], o Regulamento para a Escola Militar de 1924[206], assinado pelo Presidente Arthur da Silva Bernardes (15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926) e pelo Ministro da Guerra, General-de-Divisão Fernando Setembrino de Carvalho (15 de novembro de 1922 a 15 de julho de 1924) foi uma tentativa de se retornar à ordem quebrada pelo movimento revolucionário de 5 de julho de 1922.

O Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras (03 de outubro de 1919 a 15 de novembro de 1922) colocava agora de forma imperativa a necessidade de revisão do programa de ensino. Pela sua análise, seria importante a mudança no modelo nitidamente prático que se estabelecera com a reforma de 1919 e o retorno do ensino de cultura geral, que seria aplicado junto com o ensino prático de forma a assegurar, na formação dos oficiais, elementos que pudessem solucionar os diversos problemas da profissão.

Em 1923, o novo Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, acompanhava o mesmo pensamento de seu antecessor ao registrar a necessidade do retorno de disciplinas de cultura geral:

> ...era hora de deixar para traz os fantasmas da Escola Militar do Brasil localizada na Praia Vermelha, cujas revoltas e o cientificismo tanto irritavam os militares defensores de um Exército estritamente profissional e menos político. Cogitava-se agora um ponto de equilíbrio entre o ensino prático e o teórico[207].

Ponto comum entre o antigo e o novo Ministro da Guerra, foi a necessidade da EMR receber os instrutores da MMF, a fim de estabelecer uma formação intelectual de maneira mais homogênea do quadro de oficiais, de acordo com o modelo de instrução militar que vinha sendo implantado em vários setores do Exército (no EME, no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, e na Aviação Militar) desde 1919. A Missão Francesa chegou à Escola em 1924[208], junto com a reforma do ensino militar, que colocava como ponto inicial a necessidade do aperfeiçoamento dos oficiais ao longo da carreira e não de forma maciça em uma única Escola.

Ao que tudo indica foi um período de calmaria na Escola, embora fora dali o país vivesse um segundo momento do Movimento Tenentista (5 de Junho de 1924) e,

---

[205] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 265.
[206] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto 16.394, de 27 de fevereiro de 1924, que aprova o Regulamento da Escola Militar.
[207] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 265.
[208] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 266.

posteriormente, as ações pelo território brasileiro da Coluna Costa-Prestes, que a princípio não afetaram o quotidiano da EMR.

O Regulamento de 1924 colocava como condição essencial à matrícula dos candidatos os seguintes requisitos: ser brasileiro nato, solteiro e ter mais de 16 e menos de 22 anos; ter observado boa conduta anterior atestada pela autoridade policial do distrito em que residir, e possuir as condições de honorabilidade que afiançassem sua situação de futuro oficial, conforme certificado de pessoas respeitáveis, inclusive de oficiais do Exército que conhecessem seus antecedentes; ter o curso dos colégios militares[209], ou possuir atestado de aprovação das matérias[210] feitas em estabelecimentos cujos exames preparatórios fossem considerados válidos para a matrícula nos Institutos Superiores de Ensino, ou a eles equiparados.

Além das condições estabelecidas pelo Regulamento de 1924, os candidatos à matrícula na Escola Militar passaram a ser submetidos a rigorosa inspeção de saúde e a concurso de admissão[211]. Ainda por esse Regulamento, os candidatos portadores do curso completo dos Colégios Militares foram privilegiados, sendo dispensados do concurso de admissão. No entanto, deveriam ser submetidos à inspeção de saúde exigida para o ingresso na Escola Militar.

A classificação dos candidatos que eram relacionados numa lista obedecia à ordem decrescente da soma das notas obtidas no concurso. O candidato requeria a matrícula na Escola Militar de acordo com a sua classificação meritória e que estivesse enquadrado no número de vagas estipuladas pelo Ministério da Guerra, o qual poderia excluir qualquer matriculado por motivo de "ordem reservada". A preferência, no caso de igualdade de notas no concurso era, primeiro, para os candidatos que fossem praças do Exército, e segundo, para aqueles que possuíssem maior idade.

A exigência da passagem obrigatória pelo Corpo de Tropa já não aparece no Regulamento de 1924. Para sua substituição, o novo Regulamento trouxe outras idéias que teriam mais tarde desdobramentos discriminatórios. Passa a ser exigida a condição de honorabilidade do candidato a qual consideramos extremamente perigosa, pois

---

[209] O Regulamento da Escola Militar exigia: "ter o 5º ano do curso do Colégio Militar ou o Curso Preparatório da Escola Militar". É importante frisar que, desde a reforma de 1924, o Curso Preparatório voltou a ser oferecido pela Escola Militar. Os Regulamentos da década de 1920 estabeleceram que, por conveniência do recrutamento dos candidatos a oficial do Exército ficava instituído um Curso Preparatório na Escola Militar, destinado a ministrar o ensino para a matrícula no primeiro ano do Curso Fundamental daquele Instituto de Ensino Superior Militar. As Escolas Preparatórias serviriam para selecionar os elementos em condições de seguirem na carreira de oficial do Exército.

[210] Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física e Química, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Corografia e História do Brasil.

[211] O concurso de admissão abrangia as seguintes disciplinas: Aritmética, Álgebra, Geometria (Plana e Espacial) – Curvas usuais (elipse, parábola, hipérbole e hélice) e Trigonometria retilínea, e Desenho Linear. O Regulamento de 1929 incluiu o exame de Português com provas escritas e orais de: ditado, leitura expressiva e interpretação de texto, análise léxica.

como poderia ser descoberta no candidato, em sua maioria adolescentes (entre 16 e 22 anos), essa condição? Problema complexo, em parte resolvido de maneira muito simples, pois o candidato deveria apresentar, já na matrícula para o concurso, certificado da condição de honorabilidade assinado por uma autoridade civil ou militar, pessoas que tivessem respeitabilidade na sociedade.

A Escola Militar só teria um novo Regulamento em 1929[212], assinado pelo Presidente Washington Luís Pereira de Sousa (15 de novembro de 1926 a 23 de outubro de 1930) e pelo Ministro da Guerra, General de Divisão Nestor Sezefredo dos Passos (15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930), mas, antes houve um esforço concentrado do Poder Legislativo do Brasil em dispor sobre o ensino militar de forma a sistematizá-lo na chamada *lei do ensino*. A lei do ensino era um estatuto que estabelecia as regras e os aspectos gerais do ensino militar. Segundo Motta[213], a lei deveria classificar níveis e categorias, através da enumeração de estabelecimentos, e definindo os direitos e os deveres de seus alunos.

A primeira Lei do Ensino Militar[214], datada de 1928, dispunha como medida principal que a Escola Militar era destinada à formação de oficiais combatentes, sendo que a EMR seria enquadrada num conjunto de doze escolas ou centros de instrução de oficiais, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Estado-Maior e a Escola de Engenharia Militar[215]. Esse conjunto de escolas era dividido conforme a modalidade de ensino para a formação do oficial ao longo da carreira, ou seja, de forma gradual e contínua, atendendo não só à instrução prática como também à teórica conforme estabelecia o Regulamento da Escola Militar de 1924, de acordo com a disposição abaixo:

1. Formação (Escola Militar);
2. Aperfeiçoamento (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Estado-Maior, Escola de Engenharia Militar[216]);

---

[212] AHEx. Decreto 18.713, de 25 de abril de 1929, que aprova o Regulamento para Escola Militar.

[213] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 276.

[214] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto 5.632, de 31 de dezembro de 1928, que dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências. Nova Lei do Ensino Militar seria aprovada em 1933, no contexto do Governo Provisório de Getulio Vargas, pelo Decreto Nº. 23.126, de 21 de agosto, tendo em vista a formação e eficiência do pessoal no cumprimento de suas missões, de acordo com a organização do Exército.

[215] Com a criação dessa Escola, o Exército volta a formar engenheiros militares, com qualificações típicas da Engenharia Civil, o que não acontecia desde 1913, quando a reforma do ensino extinguiu esse Curso (MOTTA: 1998, 277).

[216] A 3 de abril de 1930, o Decreto Nº 19.154 aprovou o regulamento para a Escola de Engenharia Militar nos termos do Decreto Nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928. A Escola Militar de Engenharia destinava-se a ministrar aos oficiais do Exército os conhecimentos fundamentais que os habilitásse ao desempenho das funções técnicas reclamadas pelos serviços do Exército, que seriam completados com um tirocínio prático feito no País ou no estrangeiro (Art. 1º). Os oficiais diplomados por esta Escola continuavam a pertencer às suas Armas respectivas, cabendo, no entanto, o desempenho de suas

3. Especialização (Centro de Artilharia de Costa e o Centro de Instrução de Transmissões).

Outra disposição da lei de 1928 foi a determinação para que as Escolas procedessem à revisão de seus regulamentos. Em conseqüência, em 1929, houve a entrada em vigor de um novo Regulamento das Escolas Militares que em quase nada mudou o Regulamento de 1924, com exceção da redução do curso fundamental básico para todas as Armas de dois para um ano e a criação do cargo de Diretor do Ensino Militar, com as funções de orientação, planejamento, coordenação e controle do ensino, designado a um oficial francês enquanto o ensino estivesse sendo orientado pela MMF. O Estatuto de 1929 manteve os três anos de estudos previstos na Escola Militar para o ensino fundamental e o ensino militar relativo a cada uma das Armas que compreendia conhecimentos gerais de teoria e prática indispensáveis para sua especialização.

O Regulamento de 1929 das Escolas Militares tratou ainda, dos candidatos à Aviação Militar, assunto que não havia sido abordado pelo Regulamento da Escola Militar de 1924. O novo Regulamento estabelecia que, na Escola Militar, fosse ministrada apenas uma parte do ensino fundamental e os conhecimentos militares gerais indispensáveis a nova Arma, cuja formação seria completada na Escola de Aviação Militar[217].

No entanto, a calmaria que reinava no país seria abalada pelos ventos fortes da Revolução de 1930 que, além de afetar as estruturas políticas do país, foi forte o suficiente para fazer mudanças de grande vulto na EMR. A expansão do Exército certamente ajudou na preparação do terreno para uma crescente intervenção no governo federal.

---

funções nas comissões, estabelecimentos e repartições técnicas da sua especialidade, bem como dos que nas diretorias dos serviços não fossem reservados aos oficiais de Estado-Maior. Os oficiais de Engenharia providos dos títulos de engenheiros militares e os de Artilharia, que concluíssem o curso da respectiva Arma pelos regulamentos vigentes até 1918, inclusive, continuariam a ser aproveitados em suas especialidades (Parágrafo 1º). A Escola estaria sob a dependência direta do Chefe do EME, do ponto de vista didático, isto é, quanto a compêndios, programas e modo de os executar, e sob a dependência do Ministro da Guerra em tudo quanto concerne à administração e disciplina (Art. 101 e Art. 103). Ao aluno que concluísse qualquer um dos quatro cursos da Escola, seria conferido o diploma de: a) engenheiro artilheiro; b) engenheiro químico; c) engenheiro eletricista; d) engenheiro construtor. (PONDÉ: 1994, 233).

[217] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº. 17.817, de 2 de junho de 1927. Aprova o Regulamento para Escola de Aviação Militar. É um instituto de Aviação Militar de ensino que tem por fim: a) formar oficiais e praças do pessoal diplomado da aviação; b) aperfeiçoá-los; c) preparar e aperfeiçoar oficiais instrutores e sargentos monitores, a fim de estabelecer na Arma indispensável unidade de instrução; d) cooperar para a formação e aperfeiçoamento dos oficiais das outras Armas e do Estado-Maior, assim como a do pessoal especialista da aviação (não diplomado) e a dos oficiais e sargentos da Arma de Artilharia especializados no emprego do material de defesa aérea (canhões e projetores).

A 24 de outubro de 1930[218], em virtude de resolução do Governo Revolucionário, o General-de-Divisão Nestor Sezefredo dos Passos, Ministro da Guerra, foi destituído e preso, assumindo a função o General-de-Brigada José Fernandes Leite de Castro.

Como já discutimos no primeiro capítulo, a Revolução de 1930 representou o início de importantes expurgos de pessoal e mudanças na estrutura administrativa e de ensino do Exército Brasileiro.

A 11 de novembro de 1930, o Chefe do Governo Provisório baixou o Decreto Nº. 19.338 que, pelo Art. 1º autorizava-o a exercer arbitrariamente, em toda sua plenitude, as funções atribuídas não só ao Poder Executivo, mas também ao Poder Legislativo, até que fosse eleita a Assembléia Constituinte, e estabelecesse a reorganização constitucional do País. O parágrafo único do Art. 1º do Decreto estabelecia que todas as nomeações e demissões de funcionários ou de qualquer cargo público, quer fossem efetivos, interinos ou em comissão, competiam exclusivamente ao Chefe do Governo Provisório. Pelo Art. 2º, era confirmada, para todos os efeitos, a dissolução do Congresso Nacional, das atuais Assembléias Legislativas dos Estados (quaisquer que fossem as suas denominações), Câmaras ou Assembléias Municipais e quaisquer outros órgãos legislativos ou deliberativos, existentes nos Estados, nos Municípios, no Distrito Federal ou Território do Acre e dissolvidos os que ainda o não tivessem sido de fato. Pelo Art. 3º, o Poder Judiciário Federal, dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal continuaria a ser exercido na conformidade das leis em vigor, com as modificações que viessem a ser adotadas de acordo com a presente lei e as restrições que desta decorressem. Mesmo com todas essas modificações, continuaram em vigor a Constituição Federal e as Constituições Estaduais (Art. 4º). No entanto, pelo Art. 5º, ficavam suspensas as garantias constitucionais e excluída a apreciação judicial dos decretos e atos do governo provisório ou dos interventores federais, praticados na conformidade do presente decreto ou de suas últimas modificações.

A arbitrariedade do novo Governo, e as mudanças e expurgos no Exército ocorriam simultaneamente.

[218] No dia 24 de outubro de 1930, formava-se no Rio de Janeiro uma Junta Governativa, composta pelo Almirante Isaías Alves de Noronha, pelo General-de-Divisão Tasso Fragoso e pelo General-de-Brigada João de Deus Mena Barreto. Assim, nesse dia, o Presidente Washington Luís Pereira de Souza (15 de novembro de 1926 a 23 de outubro de 1930) submeteu-se à intimação, tentando antes resistir, sendo recolhido ao Forte de Copacabana. O Ministro da Guerra da Junta era o General Fernando Leite de Castro, Comandante da Artilharia de Costa. A Junta, entrando em entendimento com as facções em luta, resolveu aguardar Getúlio Vargas como Chefe da revolução, que foi investido como Chefe do Governo Provisório em 3 de novembro. (PONDÉ: 1994, 237).

O Decreto Nº. 19.610, de 20 de janeiro de 1931, que dispunha sobre promoções dos quadros das Armas e Serviços do Exército e dava outras providências, determinava que o acesso aos quadros do Exército nacional seria feito pela última lei de promoções, como prêmio ou recompensa e não como escolha dos que fossem julgados em melhores condições para o desempenho das funções do posto imediato, a fim de satisfazerem os indispensáveis requisitos morais, intelectuais e físicos; que a referida lei, ainda em estudo, estabelecia normas para sua aplicação, o que a tornava impraticável naquele momento por exigir prazos longos de apreciação da atividade do oficial; e, entre outras considerações, que, em virtude da situação política e administrativa do País, anterior a 03 de novembro de 1930, uma parte da oficialidade do Exército permaneceu privada da faculdade de adquirir os requisitos para promoções exigidas pela lei em vigor, quer em conseqüência da agregação aos respectivos quadros, quer por lhe ter sido negada a matrícula aos cursos necessários ou ainda por ter sido recusada a arregimentação. De acordo com o Art. 1º desse Decreto, ficou resolvido que a promoção dos oficiais das Armas e Serviço do Exército continuava a ser regulada, durante o ano de 1931, pela legislação em vigor com as alterações estabelecidas nesse Decreto e que, pelo Art. 2º ficavam dispensados, temporariamente, os requisitos para promoção exigidos pelo Art. 8º da Lei Nº. 5.168, de 13 de janeiro de 1928. O Art. 3º reduzia a um ano os interstícios mínimos no posto, fixados no Art. 7º da Lei Nº. 5.108, de 13 de janeiro de 1927. Pelo Art. 5º, não seria promovido, ainda que ocupasse o primeiro número da escala de antiguidade, o oficial de qualquer Arma ou Serviço do Exército que, a juízo do Chefe do Governo Provisório, não satisfizesse os requisitos de idoneidade moral. O oficial que incorresse nessa disposição seria transferido para a reserva de 1ª classe, sem prejuízo da apuração judiciária dos atos políticos que lhe fossem imputados.

A 19 de fevereiro de 1931, o Governo Provisório baixou o Decreto Nº 19.713, que instituiu no Exército uma Comissão Técnica Militar sob a presidência efetiva do Ministro da Guerra e elaboração direta do Estado-Maior do Exército para estudar e projetar remodelações na organização dos quadros e da tropa, no ensino, na instrução e na educação física militar; nas leis de reforma e promoção; no serviço militar obrigatório; na organização judiciária; nos códigos penal, processual e disciplinar e regime penitenciário; nos regulamentos internos dos corpos e dos serviços auxiliares; na administração do Exército e outros assuntos de técnica militar que fossem indicados pelo Ministro da Guerra. Era um projeto gigantesco que, apesar do decreto permitir subcomissões, demandaria muitos anos e, como acontecera diversas outras vezes, muita coisa não seria resolvida.

CAP IV – CERCO À CIDADANIA: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1931 A 1937

O nosso interesse nesta parte da pesquisa foi analisar a construção de uma nova cultura política no Exército Brasileiro nos anos 1930 e a idéia de formação de uma elite militar no período de 1931 a 1946, articulados aos movimentos políticos que o Brasil atravessava naquele momento histórico. Nesse período foi possível detectar padrões de discriminação política no ingresso para a EMR, local de formação do oficial do Exército Brasileiro, desde 1913 que, dentro da lógica institucional, seguiam as diretrizes políticas e ideológicas estipuladas pelo Estado-Maior do Exército, órgão subordinado ao Ministério da Guerra, responsável pela direção, organização e fiscalização do ensino militar[219].

Depois da Revolução de 1930, principalmente sob a influência de dois militares brasileiros que combateram na Primeira Guerra Mundial, nos Exércitos Aliados, a formação dos oficiais brasileiros foi modificada, continuando na direção da modernização e da profissionalização do Exército iniciada com os "Jovens Turcos", com a "Missão Indígena" e com a "Missão Militar Francesa". Estes militares foram o

[219] Até o ano de 1937, o ensino militar (programas de disciplinas e o modo de execução) era regulamentado pela 2ª Sub-Seção da 2ª Seção do EME, chefiada por um Major ou Tenente-Coronel, enquanto as questões administrativas e disciplinares eram de competência do Ministério da Guerra. Esse modelo de subordinação didática ao EME pode ser constatado no Regulamento das Escolas Militares de 1905 e 1913. A partir de 1937 é criada a Inspetoria Geral de Ensino do Exército (Decreto Nº. 1.833, de 24 de julho de 1937) subordinada diretamente ao Ministro da Guerra, comandada por um General, que coordenaria e fiscalizaria todo o sistema de ensino no Exército, como parte de um modelo de centralização política que vinham sendo instalado pelo Estado brasileiro.

Ministro da Guerra – General José Fernandes Leite de Castro[220] - e o Coronel de Cavalaria José Pessoa Cavalcante de Albuquerque[221] - sendo o último nomeado comandante da EMR no período de 1930 a 1934, pelo Decreto de 19 de Novembro de 1930, de acordo com o Art. 96 do Regulamento das Escolas Militares (REM), logo após o fim da República Velha no Brasil, tornando-se o grande empreendedor das principais reformas executadas na escola e na formação do oficial do Exército Brasileiro, passando o curso por uma fase de consolidação dos aspectos profissionais.

Já no discurso de assunção como comandante da Escola Militar, no dia 15 de janeiro de 1931, publicado no Boletim Escolar Nº 13[222], da mesma data, o Coronel José Pessoa definia as ações que viria a concretizar no processo de reforma daquele estabelecimento de ensino militar, conforme transcrição de parte do discurso feita abaixo[223]:

> CADETES:
> O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. Disso sabeis, perfeitamente, pela contribuição que vos coube na jornada de abnegação e renúncia que culminou com a gloriosa arrancada de 24 de outubro.
> Vossa contribuição, nos moldes da feição technico-profissional da Escola Militar do presente, traduziu a medida justa do vosso valor, em nada menor ao da Escola Militar do passado. [...]
> Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exacto. A República está salva, resta salvar a Nação.
> Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim.
> Revalidada a forma de governo, cumpre restaurar-se o Brasil.
> .....
> Assim é que a Revolução ainda não terminou. Esperam-nos luctas das mais tremendas, desde as luctas intimas de consciência até as mais encarniçadas luctas de forças políticas e sociaes de toda a espécie. Sob a forma de Revolução, teremos todos de combater não mais os inimigos da Republica porém os inimigos da Pátria, aquelles, que por desastrada miopia e apesar de tudo, só podem ver deante de si os propios interesses. Reedução dos indivíduos e das collectividades, das elites e das massas, eis de como a Revolução continuará.
> .....
> Ainda mais. Assim como o Exercito foi o factor decisivo da Revolução, outro papel essencial caber-lhe-há no período de Renovação, na phase de Reeducação que se vae iniciando.
> Os processos é que vão variar. Enquanto que para fazer a Revolução o Exercito teve que sahír da órbita rigorosamente traçada por seus attributos, para o novo período, para a nova phase revolucionaria, sua melhor actuação será no âmbito preciso daquella órbita.
> É que, victoriosa a Revolução, preciso se torna que todos os valores

[220] AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1918. Como Tenente-Coronel esteve no front no 120º Regimento de Artilharia Pesada, do 20º Grupo de Exército do General-de-Divisão Berdoulat. Assumiu a função de Ministro da Guerra do Governo Provisório de Getúlio Vargas em 24 de outubro de 1930, e demitiu-se do cargo em 27 de junho de 1932.

[221] AHEx. Fé-de-Ofício do Marechal José Pessoa. Sendo praça de 18 de março de 1903 e Aspirante de 2 de Janeiro de 1909. Freqüentou o Curso de Formação de Infantaria e Cavalaria (Regulamento de 1905) na Escola de Guerra de Porto Alegre. Como 1º Tenente José Pessoa realizou curso no Centro de Estudos de Carros de Combate e Estágio na Escola Militar de Saint-Cyr, na França, durante a Primeira Guerra Mundial. Participou da Campanha de Flandres no 4º Batalhão de Dragões Franceses, como Comandante de Pelotão.

[222] AHEx. Boletim Interno da Escola Militar. 1º Trimestre de 1931.

[223] Ver Anexo A – Discurso de posse do Coronel José Pessoa na EMR.

voltem ás respectivas zonas de ação que lhes são normaes.

Só desse modo se tornará valida a finalidade reconstructora, o que representará a consolidação da própria Victoria.

O Exercito, como instituição democrática por excellencia, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua efficiencia.

Urge remodelal-o, apparelhal-o, sobretudo, retomar em mão os seus quadros, tarefas que todos esperamos do Exmo. Snr. General Ministro da Guerra e do Estado Maior. Desse conjunto resalta a revalidação dos quadros, questão a que está estreita e directamente ligada a Escola Militar, como fonte geradora de nossos officiaes.

É nosso dever fazer a mais rigorosa seleção dos homens aos quaes o Brasil confiará a defesa de sua integridade no exterior e a manutenção de suas leis no interior.

Cadetes: da certeza de vosso relevo na vida nacional, assim condicionado, isto é, atravez o Exercito, cujos quadros ireis per lustrar, mais do que tudo é do que desejo fiqueis profundamente convencidos.

.....

Não me faltaram honrosos convites para postos de relevância, para funções brilhantes e menos afanosas. Dentre todas preferi o commando da Escola Militar que hoje assumo e que será a maior honra de toda a minha vida.

.....

.....

Em seguida, reuni a necessária documentação para fundamentar remodelação integral por que passará a Escola Militar. WEST-POINT, SAINT-CYR, SANDHURST, serão os moldes de onde sahirão as linhas geraes da reforma dos processos de vossa formação militar.

Disto já vos posso dizer alguma coisa.

A formação do official brasileiro em seu primeiro lance na Escola Militar, terá como base a educação physica, como meio a cultura geral scientifica e como fim a mais rigorosa preparação profissional. Desse tríplice aspecto resultarão, seguramente, as qualidades Moraes indispensáveis ao officialato e que deveis cultivar desde já.

"A guerra é uma arte toda de execução" e do que o Exercito precisa é de officiaes aptos ao serviço, officiaes robustos, energicamente conhecedores da profissão, convictos de sua missão militar, social e política, como officiaes de verdade.

Minha gestão não vae ser outra coisa senão prever e prover medidas e os meios para attingir plenamente essa soberba realisação, apoiado como estou pela vontade do Governo Provisório expressa pela palavra do Exmo. Snr. General Leite de Castro, Ministro da Guerra.

- - : - -

A complexidade dessas medidas e desses meios não permitirá uma solução instantânea. Estudos e ensaios deverão ser feitos, para que passo a viver em vosso ambiente. Créditos especiaes devem ser destinados á execução material do emprehendimento.

Basta considerar-se a escolha de um novo local para a Escola Militar, em que ao par de clima apropriado á vida intensa dos alunnos se lhes assegure meio social condigno; a construção de installações que proporcionem aos alunnos o conforto necessário a sua vida laboriosa, physica e intellectual; a organisação do estabelecimento como modelar instituto de ensino; os numerosos e variados recursos materiaes para garantir o Maximo de rendimentos ao ensino militar, tudo isso representa um mundo de energias e de recursos financeiros que se não podem jogar de chofre no taboleiro ingrato das realidades.

Estou certo, porém, que havemos de realisal-o. Não sou dos que pretendem para si todas as glorias. Basta-me a honra de dirigir a definitiva remodelação da Escola Militar, de coordenar o esforço que todos deverão fazer para tornar a Escola Militar a verdadeira propulsora do Exercito Nacional, como fonte de recrutamento do primeiro posto que é.

Principalmente de vossa collaboração é que muito espero.

A grande obra que temos a realisar comporta, como é natural, extenso plano, cuja execução requerá alguns annos. Entretanto, sem que tomemos o emprehendimento como um ideal, na mais ampla acepção do termo, nada se fará. O plano de remodelação ficará inerte se não lhe insuflarmos a vida de no enthusiamo, de nossa fé, dos nossos innumeros sacrifícios, pequenos e grandes, como num verdadeiro ideal.

> Cadetes: a partir de hoje, vivamos a mentalidade na nova Escola Militar, da Escola Militar que vamos construir.

Analisando o discurso acima, percebemos desde o primeiro momento, que o Comandante da Escola já começa suas mudanças ao utilizar a palavra Cadete, título que seria instituído posteriormente, no lugar de aluno e que talvez tivesse por objetivo resgatar o grau de nobreza para os alunos das Escolas de Formação de Oficiais do século XIX.

No texto, várias palavras foram sublinhadas pelo autor, o que poderia demonstrar seu interesse político, institucional e ideológico na função de Comandante da Escola e de reformulador do ensino militar no Brasil, pois estava certo de que a Revolução salvara a República instalada pelos militares em 1889. Faltava salvar ainda, a Nação, talvez por demais heterogênea politicamente, vulnerável na sua soberania e na manutenção da ordem interna.

Deveria impor-se uma nova educação que modelasse e criasse uma elite militar nacional que agiria como vanguarda dos anseios do novo Estado instalado com a Revolução subsidiada pelo Exército. Elite que se estabeleceria tomando por base as principais culturas do mundo desenvolvido economicamente, tais como Estados Unidos da América, França e Inglaterra, representadas especialmente por suas Escolas de Formação de Oficiais (WEST-POINT, SAINT-CYR, SANDHURST).

Conforme discurso do novo comandante e seguindo a análise dos diversos Boletins Escolares publicados no ano de 1931, encontramos várias vezes assuntos relacionadas à aquisição de material e reforma das estruturas físicas da EMR, além de melhorias das condições materiais consideradas extremamente precárias pelo seu novo Comandante, tais como: canalização da rede de esgoto; drenagem de terrenos encharcados; modificação do sistema de coleta de lixo; pintura de cozinha e dormitório; substituição do mobiliário; construção de áreas para prática de esportes; construção de salas de estudo silenciosas, bem iluminadas e bem aparelhadas; construção de sala de lazer para oficiais e cadetes[224].

As modificações nas condições materiais da Escola buscavam assegurar aos cadetes ambiente higiênico, asseado, limpo e, muito mais importante que isto, transformar mentalidade, hábitos, costumes, através de medidas imaginadas pelos comandantes que o precederam e que, segundo o Coronel José Pessoa, deveriam dar dignidade e responsabilidade consciente ao cadete, futuro oficial do Exército. Como exemplo dessas medidas, podemos citar o almoço de cerimônia aos sábados na Escola,

---

[224] CASTRO, Celso. “Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar”. **Revista de Estudos Históricos**, vol. 7, nº. 14, jul-dez / 1994, p. 231-240.

antes do licenciamento semanal, em uniforme de passeio (uniforme utilizado para entrar e sair da Escola), com mesas presididas pelos oficiais instrutores e pela direção da Escola, inclusive pelo Comandante, ao som da orquestra da banda de música, que executava números selecionados de peças erudita[225].

Como comandante da Escola, José Pessoa propôs e encontrou apoio do Ministro da Guerra, o General Leite de Castro[226] para diversas outras inovações como: instalação de um rigoroso processo de seleção dos candidatos ao oficialato; concessão do título de Cadete[227] a todos os alunos da Escola Militar; criação, em 25 de agosto de 1931[228], do Corpo de Cadetes como corporação de elite, hierarquizada, e que reunia todos os alunos da Escola numa entidade altamente disciplinadora; separação do cadete punido do soldado punido; criação dos uniformes históricos do cadete[229], apoiado nos desenhos do Álbum de Uniformes do Exército Brasileiro[230], como elo entre o Exército do passado com o do presente e poder fardar o Cadete de modo inconfundível; criação do Espadim de Caxias[231], cópia fiel em escala da espada de Campanha do Duque, como o próprio símbolo da honra militar e arma distinta e privativa do Cadete do Exército; criação do Estandarte e do Brasão do Corpo de Cadetes. Por fim, idealizou a transferência desta Escola de Formação de Oficias do subúrbio carioca, local próximo das agitações políticas que impregnavam a capital do Brasil, que muito desagradava a militares como o Coronel José Pessoa, para a cidade isolada de Resende, às margens do Rio Paraíba do Sul, com a instalação de uma Escola Militar, que projetou e viu concretizar em 1944.

O Coronel José Pessoa afirmava ainda que as modificações adotadas seguiam os modelos das escolas militares americana, francesa e inglesa, sendo que a formação do oficial do Exército Brasileiro teria como princípio base a educação física; como meio, a cultura geral científica; e, como fim, uma rigorosa preparação profissional.

---

[225] **Revista do Clube Militar** Nº 272 (Edição Especial Mar José Pessoa). Setembro – Outubro de 1985. p. 15.

[226] AHEx. Aviso nº 1, de 2 de janeiro de 1931, do Ministro da Guerra.

[227] O título de Cadete foi reabilitado pelo Decreto-Lei Nº. 20.307, de 20 de agosto de 1931.

[228] Conforme analisa Celso Castro, no livro **A Invenção do Exército Brasileiro**, o dia 25 de agosto não é uma data por acaso, é o dia do nascimento do Duque de Caxias, que desde 1923 vinha sendo comemorado no Exército como "Dia do Soldado".

[229] Foi criado, com o auxílio dos desenhos de José Wasth Rodrigues, um plano de uniformes do Corpo de Cadetes da Escola Militar, aprovado pelo Decreto Nº. 20.438, de 24 de setembro de 1931, adotando-se elementos retirados dos uniformes do Império, principalmente da campanha militar de 1852 contra a Argentina de Rosa: barretina de 1852, cordões com palmatória e borlas, charlateiras de palma, palmatória azul turquesa e emblema simbólico para a cobertura. AHEx. Publicado no Diário Oficial da União de 8 de Outubro de 1931.

[230] AHEx. Seção de Iconografia. Álbum de Uniformes do Exército Brasileiro de Gustavo Barroso e Jose Wasth Rodrigues, de 1922.

[231] O que se percebe é que estas medidas adotadas pelo comandante da escola tinham por objetivo um forte interesse na criação de tradições (uniformes, o espadim, o título de cadete) de maneira a criar, primeiro, uma identidade coletiva entre os novos oficiais que se formavam na EMR; segundo, criar o ideal de elite no grupo.

Analisando as reformas implantadas pelo Coronel José Pessoa, percebemos que o padrão de socialização dos alunos do curso de formação de oficial assumiu um formato que permanece até os dias de hoje, criando a mística do oficialato e estabelecendo a distinção social do cadete, futuro oficial, das praças e dos civis.

Na condição de pesquisadores, não podemos nos furtar a uma análise mais profunda dessas diversas transformações, pois essa intensa preocupação em dotar o Cadete de uma distinção social, através de uma educação de trato fino próprio de ambientes requintados, não esconde o antagonismo de intenções aristocratizantes adotadas sobre uma base social heterogênea da maioria de seus alunos, o que repercutirá, a longo prazo, no plano político.

Estas construções simbólicas são encontradas em vários países e contextos históricos e também podem ser realizadas por grupos sociais que identificam os acontecimentos mais importantes, recordando os fatos passados e transformando-os em acontecimentos memoráveis. São construídos símbolos, comemorações e heróis com a finalidade de sempre serem lembrados, de se criar identidade coletiva e a coesão de um grupo. Segundo Eric Hobsbawn[232], as "tradições inventadas" correspondem a um conjunto de normas, símbolos e cerimônias que se repetem com a finalidade de relembrar o passado, associando-os ao presente para garantir sua permanência durante várias gerações, com objetivo de inserir certos valores e comportamentos em uma determinada sociedade ou grupo. Assim, as invenções de símbolos na EMR deveriam caracterizar o pertencimento dos cadetes a uma tradição que estava vinculada aos valores nacionais mais profundos, atingindo seu corpo e sua alma.

Como dissemos no começo desse trabalho, nossa investigação científica pretendeu entender, através das fontes e da bibliografia consultada, a Formação dos Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946. O que percebemos é que, desde 1924, vinham sendo instalados, naquela Escola e em outros Estabelecimentos de ensinos militares da América Latina, instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada, num primeiro momento, de candidatos que não se enquadrassem no novo modelo exigido para ser Oficial do Exército, ou seja, indisciplinados e/ou associados à política, caso que estaremos discutindo ao longo desse capítulo, e, num segundo momento, de comunistas, de filhos de estrangeiros, de negros, de judeus e de muçulmanos, grupos considerados subversivos ou inferiores para a formação de uma elite militar, caso que discutiremos com mais profundidade no próximo capítulo.

---

[232] HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997, Introdução, p. 9.

Dentro de um contexto maior, no período analisado, o modelo político do Estado nacional latino-americano transitava do liberalismo para o intervencionismo estatal que culminaria com a instalação do Estado Novo de Getúlio Vargas no Brasil, estabelecendo um regime autoritário de ideais racistas e anti-semitas, com a adoção de padrões de discriminação na formação de elites institucionais no Brasil.

Segundo Alain Rouquié[233], na América Latina houve domínio de regimes autoritários pelo seu estágio de subdesenvolvimento, no qual a estrutura social simples e fraca somada a raras equipes técnicas seria condicionante para que um Exército profissional constitua-se numa força de enquadramento, espaço reservado de capacidade no qual a imagem de competência abriria as portas do poder político para esta forma de regime. O que percebemos nesse livro é que o autor defende a idéia de que sem um governo autoritário talvez não fosse possível o acúmulo capitalista necessário para o desenvolvimento e modernização do Estado.

No entanto, podemos perceber em várias obras analisadas, que desde o fim do século XIX até a crise capitalista mundial de 1929, eram os cientificistas[234] que clamavam pelo processo modernizador do Estado, realizado através de um governo forte e centralizado, que utilizasse as ciências como instrumento de transformação. Somente nos anos 1930 e 1940, sob a influência dos regimes totalitários europeus, o autoritarismo foi se instalando gradativamente no espaço latino-americano, seja sob liderança de governantes civis apoiados pelas suas respectivas forças armadas, seja sob liderança dos militares com o apoio dos civis.

No "Relatório Anual dos Trabalhos do EME", de 1937[235], o novo Chefe do Estado-Maior, General Góes Monteiro, trabalhava com a necessidade de desenvolvimento da indústria nacional, que permitisse a independência na preparação para a guerra. A época era de incerteza e de insegurança na política interna e externa. Esse importante órgão do Exército acompanhava com grande interesse a evolução da política internacional, principalmente a que dizia respeito aos países da Bacia do Prata.

Com relação à preocupação econômica, ela estava inserida no contexto da idéia de guerra total, na qual a nação inteira seria mobilizada para enfrentar um conflito. Em sua análise, o relator observa que o Brasil não estaria livre de ser envolvido num

---

[233] ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Tradução Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

[234] No âmbito da filosofia política buscavam mudar o país para realizar a modernização do Exército. Esse tipo de pensamento foi revelado principalmente dentro da Escola Militar na Praia Vermelha na sua fase republicana, considerada por alguns intelectuais, como Celso Castro, no livro **A Proclamação da República**, o bastião do positivismo no Brasil.

[235] **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.197-199.

conflito armado e que, principalmente, suas condições eram extremamente graves para enfrentar um evento dessa grandeza.

Com relação à Política Exterior, o Chefe do EME registrou naquele relatório a convicção de que, se o Brasil fosse um país forte, senhor de hegemonia política e militar, deixaria de ser presa fácil das apreensões fundadas, que faziam os brasileiros temerem pelo seu desenvolvimento normal. Segundo o relato do General Góes Monteiro, as inquietações não seriam tão absorventes, a ponto de sermos, no fundo, meros caudatários na órbita da política Argentina, já consagradas no continente, e na órbita da supremacia da política dos Estados Unidos da América, sob o escudo em deperecimento da Doutrina Monroe. Atenta ainda para o fato da fragilidade de questões fronteiriças da região, extremamente instável, por conta de guerras como a do *Chaco*, conflito armado, que teve início no dia 15 de junho de 1932, entre a Bolívia e o Paraguai e o desconhecimento dos espaços terrestres.

4.1 – O Regulamento da Escola Militar do Realengo de 1934

Assinado pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, na gestão do Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, o Regulamento de 1934[236] teve como uma das principais mudanças implantadas a ampliação da duração do curso na Escola de três para quatro anos. Segundo Jehovah Motta[237], o objetivo dessa modificação foi favorecer os programas de ensino de maneira a serem ministrados em um tempo maior.

O programa reformulado teve a inclusão das disciplinas Sociologia e Economia Política. Considerava-se, com essa inclusão, que o estudo do fato social passaria a ser peça constitutiva da cultura geral dos oficiais. No entanto, foram cautelosos quanto à disciplina Sociologia, ministrada aos cadetes a partir de esquemas doutrinários rígidos, conservadores, que fizessem apelo à manutenção da ordem. A disciplina Economia Política não era novidade, já havia sido incluída no Regulamento de 1905 e voltava agora no de 1934.

O plano de ensino da Escola Militar compreendia dois momentos: primeiro, com duração de dois anos, o ensino fundamental comum, ministrado a todos os cadetes; segundo, com duração de dois anos, os ensinos especializados, destinados à formação

---

[236] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto 23.994, de 13 de março de 1934, que aprova o Regulamento da Escola Militar, publicado no Diário Oficial da União nº. 70, de 26 de março de 1934.
[237] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 291.

profissional nas diversas Armas conforme a escolha do candidato, forma que vigora nos dias de hoje.

Do ponto de vista do ensino, a Escola Militar se achava na dependência direta do Chefe do Estado-Maior do Exército; no que se relacionava com a administração e a disciplina, subordinava-se ao Ministro da Guerra.

No entanto, o Regulamento de 1934 durou pouco tempo, não chegando a ser aplicado na Escola. Esse estatuto foi suspenso em 1935[238]. As novas determinações do Ministro da Guerra, que entraram em choque com as construções estabelecidas durante a direção do Coronel José Pessoa, determinavam entre outras coisas o retorno do curso de três anos; um novo programa de disciplinas, de onde foram excluídas a Sociologia e a Economia Política; e a competência do comandante da Escola para articular a combinação ou fusão dos Regulamentos de 1929 e 1934 na questão relacionada ao ensino prático e à administração escolar. Este item promoveu uma situação inusitada de ambigüidade, pois o comandante da Escola poderia aplicar ora um Regulamento ora ou o outro. Essa estranha situação durou cerca de quatro anos, quando foi implantado um novo Regulamento no ano de 1940.

No caso da EMR, pelo Regulamento de 1934, as fontes de seleção era: os Colégios Militares (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza), os Institutos secundários de ensino oficiais ou oficializados cujos exames fossem válidos em outras escolas de ensino superior do país; e as organizações militares (praças do serviço ativo), sendo que metade das vagas seria reservada para o concurso de admissão aos civis e aos praças. Na verdade, podemos perceber que o objetivo com a abertura de vagas para os civis foi alargar a base social da seleção para a Escola Militar, que deixava de ser predominantemente endógena e pretendia favorecer o ingresso dos melhores elementos da sociedade brasileira, ou seja, ampliava-se a fonte de seleção dos cadetes, mas mantinha-se o controle sobre a seleção dos indivíduos.

Durante os anos 1930 e 1940, o principal instrumento utilizado para regular a seleção do candidato ao curso de oficial do Exército Brasileiro passou a ser o processo individual[239], em que cada item contemplava as normas instituídas pelo Decreto Nº. 23.994, de 13 de março de 1934 (REM). O candidato solicitava a inscrição no processo de seleção através de um requerimento dirigido ao Comandante da Escola,

---

[238] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto 192, de 20 de junho de 1935, que manda suspender a execução do Regulamento de 1934, declarando que continuava em vigor o Regulamento de 1929.

[239] Achamos importante registrar, e que foi verificado na consulta ao acervo das Escolas Militares do Arquivo Histórico do Exército, que o processo individual era usado desde o ano de 1909, mas no período de 1938 a 1942, ele se tornou peça fundamental na seleção dos candidatos a Escola Militar. Outra observação é que o formato do processo foi sendo alterado ao longo dos anos, conforme o Regulamento para as escolas militares que estava em vigor.

gerando o processo individual que, o acompanhava durante todas as fases do concurso de admissão. Ao final desse processo seria avaliado por uma Comissão formada por Oficiais da EMR, e pelo próprio Comandante, que daria seu parecer positivo ou negativo para o ingresso do candidato.

O processo individual, documento gerado para identificar o candidato, era constituído de: uma capa com a identificação do Ministério da Guerra e da Escola Militar, o nome do candidato, sua data de nascimento, sua procedência (civil ou militar) e o ano da inscrição; um requerimento do candidato[240] ao Comandante da Escola Militar solicitando inscrição no concurso contendo nome, nacionalidade, idade, residência, e uma fotografia, de frente, colada no alto do documento que servia de controle ao Comandante e dos selecionadores sobre o ingresso dos candidatos; um cartão de controle individual do candidato contendo, nome, nº do requerimento, despacho do Comandante da Escola Militar, fotografia do candidato, notas do concurso de admissão, resultado da inspeção de saúde, procedência escolar, condição (civil ou militar), e profissão paterna; recibo de pagamento para inscrição no concurso de admissão à Escola Militar, no valor de trinta mil réis; uma ficha individual com dados pessoais: nome, nacionalidade, lugares onde residiu a partir dos 10 anos de idade, residência atual, profissões exercidas, religião, nome e dados dos pais (profissão, nacionalidade, residência, religião, estado civil); certidão de nascimento ou cópia autenticada desta, no caso de militares; uma declaração da condição civil e de honorabilidade indispensável à situação de futuro oficial do Exército Brasileiro expedida por uma autoridade militar ou judicial; em caso de menor de idade, consentimento do pai para que o candidato se inscrevesse no concurso e, se aprovado, ingressasse na Escola Militar; atestado de conduta passado pelo diretor do último estabelecimento de ensino secundário que tivesse freqüentado; atestado de boa conduta firmado por autoridade policial (no caso de candidato civil); e, atestado de vacina contra a varíola e boa saúde, firmado preferencialmente por médico militar, pelo qual se tomava conhecimento de que o candidato não sofria de nenhuma moléstia infecciosa ou lesão física que o incapacitasse para o serviço do Exército, e altura mínima de 1,60 m.

Como observamos na análise de algumas Fichas Individuais dos anos 1938, 1939, 1940, 1941, e 1942 o novo sistema de seleção dos candidatos à Escola Militar não se contentando mais com a honorabilidade para o oficialato, passa a exigir bons

[240] No caso dos candidatos oriundos de Escolas Preparatórias de Cadetes, de Colégios Militares, e de outras Organizações Militares do Exército o requerimento era encaminhado pelo próprio comandante da Instituição militar, dando seu parecer sobre o candidato.

antecedentes do candidato e de sua família. A partir de 1938[241], a estrutura física da Ficha Individual que registrava informações sobre os candidatos e seus pais, teve como objetivo limitar a entrada na Escola Militar de filhos de pais desquitados, de origem modesta, pela cor, pela falta de religião, ou daqueles que possuíssem um sobrenome que delatasse uma nacionalidade indesejável para aquele momento histórico que o Brasil estava vivendo.

Outros instrumentos adotados pela nova Instrução para matrícula na Escola Militar, de 05 de julho de 1937, no processo seletivo foram: exame médico e dentário eliminatórios, (cada item a ser avaliado constava da Ficha de Inspeção de Saúde adotada para o concurso); testes físicos (corrida de cem e oitocentos metros, salto em altura e em distância, transporte e lançamento de peso), que tinham por objetivo selecionar os candidatos que apresentassem as melhores condições físicas para o ingresso no curso de formação de oficiais. O teste físico foi adotado como parte do processo seletivo dos candidatos à Escola Militar, e a própria Educação Física, relacionada aos exercícios físicos, inserida no currículo escolar, como modelo disciplinador do corpo e de melhoramento das atividades físicas do cadete.

Além dos instrumentos já citados na seleção dos alunos da Escola Militar, era exigida, em uma das fases do concurso de admissão, a realização de prova escrita e prova oral para avaliar os conhecimentos intelectuais dos candidatos. A prova de conhecimento era composta por questões de português (redação e gramática), matemática (aritmética, álgebra, geometria plana e espacial, e trigonometria retilínea) e desenho geométrico (com instrumentos)[242].

Ao analisarmos outras fontes, principalmente a documentação produzida pelo Ministério da Guerra[243], pela Inspetoria Geral de Ensino[244] e pela Escola Militar do Realengo, referente aos anos de 1930 a 1944, percebemos que ideologicamente uma grande parcela dos militares do Exército Brasileiro sofreu mudanças facilmente

---

[241] AHEx. Boletim do Exército Nº. 37, de 5 de Julho de 1937. Instruções para matrícula na Escola Militar.
[242] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Regulamento da Escola Militar. Capítulo XII, do Decreto Nº. 23.994, de 13 de março de 1934.
[243] Fato importante a ser ressaltado é que, pela Lei de Organização do Exército de 1934, ao Estado-Maior do Exército (EME) era atribuída a função de comando do Exército e o Ministério da Guerra continuava a ser um elo político com a presidência da república. A partir da Lei de Organização do Exército de 1938, o EME passa a ser um órgão consultivo do Ministro da Guerra, e o comando do Exército passa a ser exercido pelo Ministério da Guerra, revelando uma transição centralizadora dentro da força.
[244] Até o ano de 1937, o ensino militar (programas de disciplinas e o modo de execução) era regulamentado pela 2ª Sub-Seção da 2ª Seção do EME, chefiada por um Oficial Superior, enquanto as questões administrativas e disciplinares eram de competência do Ministério da Guerra. Esse modelo de subordinação didática ao EME pode ser constatado no Regulamento das Escolas Militares de 1905 e 1913. A partir de 1937 é criada a Inspetoria Geral de Ensino do Exército (Decreto Nº. 1.833, de 24 de julho de 1937) subordinada diretamente ao Ministro da Guerra, comandada por um Oficial General, que coordenaria e fiscalizaria todo o sistema de ensino no Exército, ao que parece como parte de um modelo de centralização política que vinha sendo instalado pela política brasileira.

perceptíveis. No período que se inicia com a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, que fora apoiado por militares como o General Pedro Aurélio Góes Monteiro[245] e posteriormente pelo General Eurico Gaspar Dutra até 1937, paira no Exército um forte sentimento anticomunista contextualizado pelo momento histórico do surgimento dos regimes nazi-fascistas na Europa. Em 1934 o governo colocou à frente da pasta da Guerra o General Góes Monteiro, o qual foi o responsável pelas ações imediatas de reestruturação do Exército[246] que, teve pouco tempo de duração, pois com a entrada do General Eurico Gaspar Dutra na pasta da Guerra, em 1937, observamos nova mudança na estrutura do Exército, já em 1938. Dentre as principais leis orgânicas instituídas no período de 1934 podemos destacar:

1. Lei de organização geral do Exército[247];
2. Lei de organização do Ministério da Guerra;
3. Lei de Quadros e efetivos.

Essas leis tinham como ponto principal a definição do Estado-Maior do Exército como mais alto órgão da defesa nacional, com prerrogativas de autonomia e de responsabilidades, seu chefe exerceria a direção do Exército no que dissesse respeito à preparação técnica da guerra.

Ainda com relação ao período, analisamos duas correspondências oficiais confidenciais trocadas entre o Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, e o Comandante da Escola Militar, o General José Pessoa, em 1934, que se encontram no acervo da EMR[248].

---

[245] Segundo McCann, talvez Góes Monteiro fosse praticamente o mais habilidoso oficial, segundo a teoria do soldado corporativo. Conceituado oficial do Estado-Maior, merecedor de grandes elogios dos instrutores franceses quando estudante da Escola do Estado-Maior. Para McCann, Góes Monteiro via o papel do Exército num contexto mais amplo. As Instituições militares eram as únicas organizações nacionais, devendo, portanto desenvolver sua própria orientação, sua própria política. O Exército era um instrumento essencialmente político cuja consciência coletiva devia produzir uma política do Exército para evitar a política no Exército. Ele via o Exército, o povo e, nos anos 1930, o regime de Vargas como participantes de uma "cruzada da regeneração nacional" que incluía desenvolvimento da saúde corporal e espiritual do nosso povo através da melhoria da educação, tanto técnica como moral, da construção de rodovias e estradas de ferro como finalidades estratégicas e econômicas, e encorajando a colaboração da indústria privada na obra de nossa defesa. A eficiência do Exército estava intimamente ligada ao desenvolvimento harmônico de todas as forças vivas da Nação. McCANN, Frank D. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982, p. 126.

[246] Fato importante a ser ressaltado é que, pelo Regulamento do Estado-Maior do Exército, Decreto Nº. 93, de 15 de outubro de 1934 (e de acordo com a Lei de Organização Geral do Exército, Decreto Nº. 23.977, de 8 de março de 1934), ao EME era atribuída a função de Comando do Exército e ao Ministro da Guerra a função política como um dos elementos do Poder Executivo, o de coordenador da ação de comando e dirigente dos negócios da administração federal relativos ao Exército. A partir do Regulamento do Estado-Maior do Exército de 1938, o EME passa a ser um órgão consultivo do Ministro, e o controle do Exército passa para o próprio Ministério da Guerra, revelando uma transição centralizadora dentro da força.

[247] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Nº 23.976 (Lei de Organização Geral do Exército), de 8 de março de 1934.

[248] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Escola Militar do Realengo, documentação relativa ao ano de 1934.

A primeira carta é a do Ministro da Guerra, que escreve como se fosse uma resposta a outra carta que não encontramos na documentação, mas que podemos ter uma idéia do que se tratava por conta do discurso registrado na correspondência.

Essas cartas permitem, conhecer um pouco melhor o pensamento político do General Góes Monteiro analisado na tese *A doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30: o intelectual do partido fardado e a dinâmica das intervenções militares*. O autor tentou demonstrar como a "Doutrina Góes" significou o aprimoramento de uma corrente militar que, pelas características e fundamentação teórica, apresentou-se como uma expressão da vertente autoritária do pensamento político brasileiro, influindo na política dos anos 1930.

As correspondências trocadas entre o General José Pessoa, Comandante da EMR e General Góes Monteiro, revelam outra face diferente da que seria uma vertente autoritária do pensamento político, pois o Ministro critica os procedimentos radicais e elitistas em relação ao aproveitamento dos cadetes impostos pelo General José Pessoa.

Considera como base de sustentação de suas idéias contrárias à do Comandante da Escola a condição de deficiência no desenvolvimento do povo e da nação. Entende como ponto essencial as condições históricas e geográficas que dificultam a aceleração do passo e da manifestação da civilização no Brasil alcançada por povos mais adiantados, particularmente, no domínio da educação e da instrução. Dentro desse contexto, o General Góes registra em suas cartas serem as Forças Armadas instituições passíveis das mesmas doenças, vícios e anomalias, que assaltariam o organismo nacional.

A questão que deu origem à discussão entre os dois militares através de correspondências estava relacionada a uma carta que fazia a indicação de um meio para renovação de matrículas de ex-alunos que atendesse: primeiro, à insuficiência das vagas existentes e à sua capacidade de internar mais cadetes; segundo, às precedências, no aproveitamento dos que ainda existem por aqueles aos quais o regulamento não proíbe a rematrícula.

Segundo Góes Monteiro, os problemas tratados na primeira carta enviada pelo Comandante da EMR deveriam ser considerados como casos comuns e não, como questão de direito, de crítica, ou de hermenêutica, senão como questões de lógica e de moral. Crítica mais contundente é feita à outra correspondência enviada, em que o General José Pessoa refere-se a cadetes <u>fracassados</u>, diante do que o General Góes Monteiro indaga em correspondência enviada ao General José Pessoa. "O que é um fracassado"? A resposta de Góes Monteiro na carta em forma de crítica diz que não seria preciso grande esforço imaginativo ou de raciocínio para chegar-se à conclusão

de que fracassado, segundo o ponto de vista do Comandante da EMR, teria pouca significação, tal a rigidez da concepção de José Pessoa.

Para o General Góes Monteiro pensar em jovens iniciantes e inexperientes na EMR, cujas pretensões e aptidões definitivas ainda não poderiam estar desenvolvidas e conhecidas, que sofreram um primeiro insucesso no curso escolar com uma reprovação intelectual, com uma punição disciplinar ou por motivo de doença, não seria motivo para afastá-los da Escola, sem uma segunda chance. Introduz na correspondência como comentário, o que foi passado pelas gerações anteriores, e mesmo por sua geração, que poderia ser considerado por gente tendenciosa como casos perdidos, quer moralmente, quer intelectualmente, quer profissionalmente.

Coloca ainda a injustiça, que o General José Pessoa parece atribuir a outros propósitos inexistentes, esquecendo-se que havia quem estudasse e meditasse sobre os problemas relativos à sinceridade e patriotismo, deixando de lado que fatos sociais não se realizavam pela simples vontade dos homens senão arrastados pelo curso dos acontecimentos, sujeitos a relações de causa e efeito, tão verdadeiros nos domínios psicológicos e sociais como em matemática e astronomia.

Segundo o General Góes Monteiro, o ponto que causou impressão mais penosa foi a respeito do preenchimento quantitativo das vagas do primeiro posto, parecendo tratar-se de obra de previsão relativa às possíveis surpresas e deficiências que o futuro poderia reservar ao Exército, alegando que o Comandante da EMR confundiu quantidade com qualidade e, ao final de tudo, atraía para a Escola Militar uma culpa que ninguém formulara.

Diz ainda que o General José Pessoa complicou essa questão simples, mergulhando-a em intransigência que facilmente não seria defensável. Comandar importa administrar, instruir, educar, conduzir aglomerados humanos. Para tanto era preciso, antes de tudo, incutir nos comandados a consciência de que deveriam obedecer ao chefe em favor do bem comum. Só haveria superioridade efetiva do chefe, se fosse real e não artificial e fictícia. Segundo Góes Monteiro, “a brutalidade não educa, abastarda”. Ninguém em ânimo rebaixado e temeroso será capaz de sacrificar-se pelo interesse coletivo, nem seguirá o seu chefe fora das ocasiões em que for compelido pela força. Não se obtém disciplina consentida que leve ao sacrifício sem a solidariedade e a obediência.

De acordo com o Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, os ex-cadetes, aos quais se poderiam fazer concessões para recuperarem aos cursos perdidos, seriam classificados segundo os critérios, pela ordem:

a) Os inabilitados primários em exames parciais;

b) Os desligados por faltas disciplinares não reincidentes;
c) Os afastados por moléstia;
d) Os atingidos por medida de clemência governamental;
e) Alguns reincidentes em faltas de aplicação, ainda não julgados completamente fracassado.

Por fim, alega que seria justo selecionar entre eles os que pudessem continuar seus cursos. Essa benevolência não traria conseqüências prejudiciais ao Exército. Nestes termos, tomava o Ministro decisão, determinando a expedição de Avisos que a traduzissem.

A resposta do General José Pessoa veio na forma de outra correspondência oficial e reservada, bastante contundente, enviada ao Ministro Góes Monteiro.

A carta começa revelando que a leitura da correspondência do General Góes Monteiro o havia deixado atônito e reticente quanto ao propósito da linha de discussão violenta. A vivacidade de sua linguagem e conceitos davam a impressão perfeita de quem estava possuído de uma idéia fixa e que teria um objetivo em mente.

Dizia o General José Pessoa que não havia razão para tal atitude, pois, não existia na Escola Militar, como dissera anteriormente, lugar para alojar os novos cadetes. Portanto, era de se esperar que estivesse prejudicada qualquer cogitação a respeito de novas matrículas, questão estudada pelo Comandante da Escola e pelo Chefe do EME.

Relata ainda, que sua carta anterior falava de modo impessoal, em doutrina, em teses a serem estudadas por quem de direito.

Segundo o Comandante da Escola Militar, a palavra do Ministro da Guerra emprestava-lhe sentimentos e invertia a significação das suas, fazendo-se defensor da mocidade militar.

Para o General José Pessoa, o significado da palavra “fracassado" estava sendo usado maldosamente pelo seu interlocutor, com significado pejorativo, pois, na gíria dos cadetes, o termo caracterizava qualquer insucesso na vida de um aluno. Apontava ainda que nas gerações do passado os problemas eram de má educação e de defeitos morais; que na vida pública, na vida da responsabilidade, são esses os mesmos militares que possuem o mesmo caráter, a mesma educação, a mesma mentalidade e até gozavam no Exército do mesmo conceito.

Ainda segundo o General José Pessoa, a correspondência do General Góes Monteiro dizia que o problema era tão somente de educação, mas, no entender do Comandante da Escola, a missão dessa organização militar de ensino era o de aprimorar qualidades e não de corrigir defeitos. Para isso, alegava que era necessário

compreender que, dos tempos passados para os novos momentos, o Brasil havia evoluído sob todos os aspectos; criou-se uma grande consciência nacional e jurídica, e o homem aprendera a defender os seus direitos. O General José Pessoa chegava à conclusão de que o grau de civilização brasileira não comportava mais aquela Escola Militar do passado.

O General José Pessoa conclui seu pensamento na carta dizendo que concordava plenamente que a brutalidade não educava, abastardava, e sendo assim, ao assumir o comando da EMR, arrancou as grades de ferro que encerravam todas as portas e janelas daquela organização militar de ensino; acabou com o humilhante xadrez que servia de prisão aos cadetes; rasgara, contra a vontade de censores, o draconiano código disciplinar que condenava os cadetes que caíssem doentes a passar dois anos desligados num Corpo de Tropa e prendia nas fortalezas jovens inexperientes em mistura com soldados indisciplinados. Enfatiza ainda que a Escola passara por problemas que a denegriam frente à sociedade e que sob seu comando ela se tornara um exemplo dignificante e merecedor de louvores e reconhecimento dos cidadãos brasileiros.

O General José Pessoa diz que empenhou esforços para estimular a educação e o saber, o espírito de solidariedade e o respeito às leis na nova geração de cadetes, ao mesmo tempo que procurou afastar da Escola aqueles que mostraram falta de moral, adversidade à disciplina e ao trabalho, tudo isso a fim de alcançar justamente o grau de eficiência a que chegou, como se podia ver, com a nova Escola Militar.

As duas cartas são bastante reveladoras do pensamento político de cada um dos militares. Uma mostrando uma formação ideológica complexa em que se inseria o General Góes Monteiro, por demais inclinado a defender a coisa pública articulada à defesa das Forças Armadas, mesmo que o interesse levasse a interferir em um dos processos seletivos do núcleo formador profissional do Exército Brasileiro. Outra, revelando o interesse de formar a base de uma nova elite militar por meio de uma nova educação dos indivíduos e das coletividades isenta de problemas políticos, de problemas da educação, e principalmente, de problemas morais. Todas essas qualidades, apenas deveriam ser melhoradas na Escola Militar e não adquiridas naquela organização militar de ensino responsável pela formação de oficiais.

Embora os escritos do General Góes Monteiro demonstrem um profundo envolvimento com as questões internas, outros discursos demonstram também uma preocupação com a disciplina ou com qualquer coisa que impeça a apresentação de uma frente unida à sociedade.

Seguindo o pensamento do General José Pessoa, e segundo o relatório de trabalhos do EME[249], de 1935, o General Pantaleão da Silva Pessoa, chefe do órgão, mostrava grande preocupação com a instrução dos Quadros, apontando, inclusive, a necessidade de uma acentuada melhoria na moral militar, que, segundo ele, não atendia ao princípio do dever e ao espírito de sacrifício.

Para o Chefe do EME, o principal problema do Exército, com primazia mesmo sobre o material que lhe faltava, era a reeducação dos seus quadros, compreendendo, assim, a modificação da mentalidade dos oficiais do Exército ativo; o aperfeiçoamento dos processos de seleção para o recrutamento e acesso; o exame continuado e rigoroso do quadro de sargentos; e a real eficiência profissional das unidades do Exército e dos seus Institutos de Educação.

O relator registra o fato de que não havia Institutos que pudessem resistir à doutrina da preferência pelos interesses individuais. Para ele, a boa moral militar instituía a prioridade do dever, isto é, a precedência da Instituição sobre o indivíduo. Acredita que, sem aquele trabalho prévio, os motins, os pronunciamentos, as revoltas continuariam a proliferar como um dos aspectos da liberdade individual, como o exercício de um direito conscientemente exercido. Também seria possível, por meio de um trabalho de reeducação esclarecido e dirigido com serena energia, a transformação da mentalidade militar decadente, apaisanada, dissolvente, elevando os espíritos da mocidade que estavam recrutando e que estaria se iludindo demasiadamente com o seu próprio valor e com a ousadia que podia exercitar diante da indiferença contemplativa dos que preferem a popularidade.

O Chefe do EME conclui seu relatório, registrando que muito tem contribuído para o grande mal a que se tem discutido no Exército Brasileiro, a multiplicidade, a inconstância e a minuciosidade dos regulamentos. Seria quase impossível para a um Chefe militar conhecer e manter em dia todos os regulamentos produzidos e reformulados constantemente.

4.2 – O “Grande Medo” nos Anos 1930

Neste momento da nossa pesquisa, pretendemos analisar como o medo do movimento comunista nacional e internacional interferiu na construção do Estado

[249] **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p. 169-171.

autoritário ao longo dos anos 1930 e estabeleceu alguns padrões de discriminação na Escola de Formação de Oficiais estendidos por todo Exército Brasileiro.

Articulando apoio para conduzir seu projeto político de fortalecimento do Estado que se estava construindo, o Presidente Getúlio Vargas alinhou-se aos interesses do Exército. O interesse do Ministro Góes Monteiro de se fazer a política do Exército e não a política no Exército passou a confluir com os interesses do Presidente eleito pela Constituição de 1934. Essa política implicava reprimir os freqüentes movimentos de rebeldia e indisciplina ocorridos na Instituição, provocados pelos grupos de baixa hierarquia (Capitães, Tenentes e Sargentos) e que levavam a instabilidade para dentro do Exército.

Com a eleição indireta de 14 de outubro de 1934, disputada entre Getúlio Vargas e Augusto Borges de Medeiros, tivemos o retorno da ordem legal e o estímulo à participação política que fortaleceu os movimentos sociais. Diversas greves eclodiram naquele momento, e o processo político radicalizava de tal forma que o medo ia tomando conta da sociedade e era aproveitado pelas instituições que controlavam essa mesma sociedade e os indivíduos, como poderemos verificar mais à frente com a discussão de alguns casos registrados nessa pesquisa. Tanto à direita como à esquerda, surgiram organizações políticas não-partidárias com abrangência nacional e que se tornaram bastante expressivas.

Essa radicalização da política brasileira nos anos 1930 tem de um lado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada no Estado de São Paulo, em 1932, e dirigida por Plínio Salgado. Inspirada no fascismo italiano, estabeleceu uma estrutura organizacional paramilitar. Sua base era pautada no nacionalismo exacerbado e no moralismo, o que atraiu muitos adeptos entre os militares.

Os devastadores efeitos da crise de 1929 não se resumiram à esfera da economia. O desemprego em massa e a incapacidade dos governos de apresentarem soluções rápidas e eficazes determinaram um enorme descrédito da filosofia liberal. Os mecanismos liberal-democráticos de regulação social passaram a ser vistos como antiquados e inadequados aos novos tempos. Os governos necessitavam da formulação de alternativas viáveis. Entre as apresentadas, despontava o fascismo, defendendo os princípios do Estado forte e intervencionista, o nacionalismo e o anticomunismo. Seus protótipos eram a Itália, governada por Mussolini desde 1922, e, depois de 1933, a Alemanha, onde Hitler alcançara o poder liderando o Partido Nazista. No Brasil, organizou-se um movimento de extração social da camada média urbana que chegou a atrair destacados intelectuais como Miguel Reale, San Tiago Dantas, Augusto

Frederico Schmidt, Hélio Viana, Gustavo Barroso, Américo Jacobina Lacombe e o prelado Helder Câmara.

Do outro lado, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Inspirou-se no modelo das frentes populares surgidas na Europa, reunindo comunistas, socialistas, líderes trabalhistas e sindicais e uma parcela de militares que participaram do tenentismo para impedir o avanço nazi-fascista. Foi criada em 12 de março de 1935 no Rio de Janeiro e fechada em julho do mesmo ano.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em Niterói a 25 de março de 1922, foi base para a formação da Aliança Nacional Libertadora. O PCB implementou a orientação traçada pelo *Comintern* de Moscou, em outubro de 1934, na reunião preparatória para o VII Congresso Internacional Comunista, o qual veio a se realizar em julho de 1935. Nessa reunião os comunistas anteciparam a conclusão apresentada por Giorgi Dmitrov, em julho, segundo a qual o fascismo não era um mero fenômeno passageiro do capitalismo em crise final, tal como haviam analisado no VI Congresso, em 1928. Daí a necessidade de alterar a linha política seguida pelos Partidos Comunistas. Verificava-se que seria suicídio político conservar a linha de classe contra classe, acreditando que esta conduziria ao umbral da revolução proletária. Dado o fascismo ter-se revelado capaz de revitalizar a economia capitalista e de calar todos os oponentes, fazia-se necessário e urgente, então, unir todas as forças políticas dispostas a endossar um programa democrático antifascista. A palavra de ordem passava a ser formação de frentes populares.

Nesse sentido, a ANL representava a tradução brasileira da frente popular antifascista, cujo objetivo era conter o avanço do movimento integralista. Sua existência legal, no entanto, foi de curta duração. Em julho de 1935, em virtude do Manifesto de Prestes conclamando a formação de um governo popular nacional revolucionário, a ANL foi fechada pelo governo e colocada na ilegalidade com base na Lei de Segurança Nacional[250], que funcionou como um instrumento de repressão aprovado pelo Congresso, em abril de 1935, por conta das várias greves que vinham ocorrendo no país.

Na clandestinidade, em agosto de 1935, a ANL intensificou os preparativos para a deflagração de um movimento armado com o objetivo de derrubar Getúlio Vargas do poder e instalar um governo popular, o qual seria chefiado por Luís Carlos Prestes. O levante militar seria iniciado em diversas regiões e contaria com o apoio do

[250] Projeto de Lei de Segurança Nacional, em 30 de março de 1935. Convertida na Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935, que definia os crimes contra a ordem política e social, o texto dava ao Governo Federal poderes especiais para reprimir atividades políticas ditas subversivas.

movimento operário, que desencadearia greves em todo território nacional. O Movimento iniciou-se no Rio Grande do Norte, em 23 de novembro. Conseguida a vitória sobre a polícia, os militares do 21º Batalhão de Caçadores formaram o Conselho de Operários e Soldados, que dominou Natal por quatro dias. No dia 25, foi o 29º Batalhão de Caçadores de Recife que se levantou contra o governo.

No dia seguinte, após alguns combates contra tropas locais e de outros Estados, a insurreição na cidade é vencida. No entanto, foi na cidade do Rio de Janeiro que o movimento teve maior amplitude. Começou no dia 27, na Escola de Aviação, mas foi derrotado no mesmo dia pelas tropas da Guarnição da Vila Militar, em Deodoro. Enquanto isso, o Capitão Agildo Barata e outros lideravam a insurreição do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Apesar de maior resistência, foram vencidos pela tropa legal comandada pelo general Eurico Gaspar Dutra.

A repressão do governo veio de forma enérgica. Em 03 de dezembro o Decreto N º 465, do Presidente Getúlio Vargas, dissolveu o 21º BC, o 29º BC, e o 3º RI, considerando ser um ato de justiça, a fim de que perdurasse nos anais militares estigmatizando o crime de rebeldia que cometeram. Foram criados, em substituição, os 30º e 31º Batalhão de Caçadores, e o 14º Regimento de Infantaria, que deveriam ser imediatamente organizados para conservar sem alteração o efetivo consignado na Organização do Exército.

Além disso, o Presidente já havia declarado, no dia 26 de novembro, o Estado-de-Sítio[251] em todo o território nacional. E, em 18 de dezembro, obtém do Congresso a aprovação das Emendas Constitucionais 1, 2 e 3. A primeira dava ao Presidente da República o poder de declarar estado de guerra. As outras duas tirava dos militares e funcionários civis a estabilidade nas funções (perda de posto e de patente). Além disso, poderiam ser demitidos, quando envolvidos em atos subversivos. Milhares de pessoas foram presas em todo o país, incluindo deputados, senadores e o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, um dos articuladores da Revolução de 1930. Centenas de oficiais, sargentos, cabos e soldados foram expulsos do Exército. O ano de 1935 significou mais um momento de depuração da elite civil e militar que saiu vitoriosa em

[251] Pelo Art 175, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, o Poder Legislativo, na iminência de agressão estrangeira, ou na emergência de insurreição armada, poderia autorizar o Presidente da República a declarar em estado de sítio qualquer parte do território nacional, o qual não seriam decretado por mais de noventa dias, podendo ser prorrogado, no máximo, por igual prazo, de cada vez, admitindo-se as seguintes medidas de exceção: a) desterro para outros pontos do território nacional, ou determinação de permanência em certa localidade; b) detenção em edifício ou local não destinado a réus de crimes comuns; c) censura de correspondência de qualquer natureza, e das publicações em geral; d) suspensão da liberdade de reunião e de tribuna; e) busca e apreensão em domicílio.

1930. Apesar do fracasso, o Levante Militar serviria de pretexto para o fechamento do regime em 1937.

No contexto dos acontecimentos ocorridos em novembro de 1935, o ano de 1936, dentro e fora do Exército, significou também o movimento de radicalização anticomunista. Os Grandes Comandos do Exército reagiram de maneira a se aproveitarem do "Grande Medo" que se instalava na sociedade e nas organizações militares para conseguir benefícios e mudanças importantes com o novo panorama político nacional.

Com base nos acontecimentos de Novembro de 1935, no ofício reservado 120, do Comandante da 1ª Região Militar/1ª Divisão de Infantaria, do Rio de Janeiro, ao Ministro da Guerra, de 26 de março de 1936, era solicitada a criação de um depósito de munição próprio na zona urbana, nas proximidades de sua sede, com o objetivo de assegurar aos Corpos de Tropa que se achavam aquartelados fora da Vila Militar o seu remuniciamento.

O documento registra que, se não fosse a existência de uma quantidade apreciável de munição armazenada eventualmente no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, o remuniciamento das tropas que atacaram o extinto 3º RI, não poderia ter sido feita com a presteza que a situação exigiu, e isto porque as dificuldades de transporte, agravadas pela distância até a Estação de Trem de Deodoro, não permitiriam, ainda que a estrada estivesse livre de interferência dos rebeldes. O pedido foi atendido em parte com o fornecimento de munição suplementar[252].

Outro caso que podemos analisar nessa discussão é o pedido do Comandante da 9ª Região Militar, do Mato Grosso, feito através do Ofício 34 B (Secreto) ao Ministro da Guerra, de 27 de abril de 1936, que solicita cinqüenta contos de réis para atender ao Serviço de Vigilância.

O Comandante do Destacamento do Oeste (9ª RM) alegava que a anormalidade do momento exigia, por toda a parte, uma vigilância severa, vigilância essa que teria de ser exercida quer sobre as linhas de penetração dos países estrangeiros quer sobre aquelas que ligavam interiormente os Estados. O Comandante da Região registrou no documento o perigo da fronteira com o Paraguai, país considerado minado pelo comunismo e que circundava grande parte do território centro-oeste brasileiro. Registra ainda, o fato de que são consideradas linha de acesso fácil às estradas que ligam as cidades de Ponta Porã, Bela Vista, Porto Murtinho a Campo Grande, via

[252] AHEx. Acervo do Ministério da Guerra. Documentação do Gabinete do Ministro da Guerra. Ofício Reservado Nº. 132 (SMB), do Comandante da 1ª RM/1ª DI, ao Ministro da Guerra, sobre o fornecimento de munição suplementar.

Margarida, Nioaque e Aquidauana e as estradas que ligam diretamente a fronteira Sul aos portos sobre o rio Paraná.

Além disso, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil oferecia fácil escoamento quer para os elementos que quisessem penetrar no país pelo rio Paraguai quer para os que viessem do interior do Estado do Mato Grosso e de São Paulo.

Por fim, registrava a necessidade de se vigiarem dentro da cidade as ligações de elementos de fora com o pessoal militar da Região. Em última análise, tratava-se de preservar a tropa da propaganda comunista e evitar qualquer atuação surpresa.

O pedido foi atendido pelo Diretor de Fundos do Exército através da abertura de crédito extraordinário, que foi estendido a todo o Exército[253].

Em conseqüência, o EME baixaria instruções reservadas sobre o Serviço de Vigilância Regional[254] que coordenaria os serviços de repressão ao extremismo e à espionagem e determinaria a confecção de relatórios relativos a essas atividades consideradas subversivas.

Outra instrução baixada pelo EME dizia respeito à confecção de um relatório trimestral feito pelos Comandantes das unidades militares do Exército sobre Educação Moral e Cívica, o qual deveria esclarecer tudo sobre o assunto e o que se havia feito na unidade para se assegurar o bom desempenho das ações contra as operações ditas subversivas, esclarecer o estado disciplinar e as medidas que, a critério do Comandante, deveriam ser tomadas para melhorar o nível moral da tropa.

O "Grande Medo" trouxera benefícios também para alguns Estados da federação. O Governador Maranhão solicitara a verba de 724:717$000 ao Ministro da Guerra como forma de auxílio federal para indenização das despesas feitas por aquele Estado com a repressão ao comunismo[255] para segurança e estabilidade do regime, conforme o quadro de demonstração abaixo:

DESPESAS EFETUADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO COM O SERVIÇO DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO SURTO DE CARÁTER COMUNISTA, NO PERÍODO DECORRIDO DE AGOSTO DE 1935 A MARÇO DE 1936, CONFORME DISCRIMINAÇÃO ABAIXO:

1 Delegado Auxiliar	2:800$000
1 Comissário de Polícia	3:600$000
10 Investigadores	20:000$000

[253] AHEx. Acervo do Ministério da Guerra. Informação nº. 40 – G – do Diretor de Fundos do Exército, de 15 de maio de 1936, ao Ministro da Guerra.
[254] AHEx. Acervo do Ministério da Guerra. Ofício Reservado nº. 83 (2ª Seção/SEM), do Comandante da 2ª Região Militar/2ª Divisão de Infantaria, em São Paulo, de 11 de maio de 1936, ao Comandante da 4ª Brigada de Infantaria.
[255] AHEx. Acervo do Ministério da Guerra. Ofício nº. 174, do Dr. Achilles de Faria Lisboa, Governador do Maranhão, de 12 de maio de 1936, ao Ministro da Guerra.

100 Agentes Policiais (Serviço Secreto).	80:000$000
Diligências policiais na Capital e no interior.	101:300$000
Transportes de força para vários pontos do interior deste Estado e do Estado do Piauí.	41:614$000
Transporte de presos	9:428$600
1 Comandante do Serviço de Segurança	2:700$000
2 Inspetores	5:400$000
2 Guardas de 1ª Classe	4:500$000
44 Guardas de 3ª Classe	79:200$000
Telegramas	7:328$000
Alimentação, medicamentos e lavagem de roupas de presos comunistas.	52:004$000
Despesas extraordinárias com a Guarda Civil, inclusive rancho, durante o período de prontidão.	24:816$000
Rancho para 60 praças no interior do Estado.	21:600$000
Diárias e transporte com oficiais da Polícia Militar do Estado, no interior.	25:626$000
Aquisição de um veículo para transportes.	24:000$000
Diárias dos funcionários da Polícia Civil por serviços extraordinários prestados em noites consecutivas.	61:300$000
Rancho para as praças da Polícia Militar do Estado, durante 121 dias de prontidão.	157:500$000
TOTAL DAS DESPESAS	724:717$000

Chefatura de Polícia do Maranhão, em São Luiz, 04 de abril de 1936.

Como podemos perceber com a documentação acima analisada, o medo do comunismo foi se consolidando nas principais Instituições do país. No entanto, o Exército Brasileiro parece ser a Instituição que mais fácil absorveu a idéia do "Grande Medo", talvez com o objetivo de articular os interesses políticos internos à política de Estado que vinha se estabelecendo. Não é por menos que, em 29 de Junho de 1937, o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, baixa uma Circular Reservada, a qual deveria alcançar todos os comandantes de Corpos e Chefes de repartições militares, para que fosse dado conhecimento a todos os oficiais, conforme o texto abaixo transcrito:

> No momento de appreensões e surpresas que o Brasil atravessa, decorrente da transição brusca do estado de guerra para o mais amplo regimen constitucional, phenomeno político que se opera em plena campanha em prol da sucessão presidencial; quando as paixões políticas se desencadeiam e inflammam o interesse público sob os mais variados aspectos; no instante preciso em que se confunde liberdade com licença, justiça com tolerância; neste momento em que o nevoeiro envolve os que retém maior ou menor parcella de autoridade – impõe-se ao Exército adoptar uma posição serena, mas articulado e vigilante, em condições de se não deixar surpreender e vencer.
>
> Detentor de responsabilidades que se avolumam à medida que elle sobe no conceito nacional, com essas responsabilidades crescem-lhe as obrigações e deveres, assim como se multiplicam as forças que contra elle se levantam, porque nelle percebem o anteparo ao surto de ambições e ideologias incompatíveis com a organização social de que é o mais sólido sustentáculo.
>
> De todos os perigos que ameaçam as forças armadas, e com ellas

envolvem a Nação, é, sem a menor dúvida, o communismo o mais temível por ser organizado e pertinaz, o mais nefasto porque é a subversão de tudo quanto se tem construído em séculos de civilização, o mais digno de repulsa porque attinge os sagrados e invulneráveis dogmas da moral em que erigimos nossos santuários domésticos.

Os processos de que elle se serve, revelados pelo que nos chega do exterior, evidenciados nossos olhos perplexos na trágica jornada de novembro de 1935, não devem por nós ser esquecidos nem descurados.

É preciso relembrar o vandalismo desencadeado naquelle dia, a attitude affrontosa com que saiam das ruínas do 3º Regimento de Infantaria os autores daquelle crime, a maneira ostensiva com que alardeavam os processos traiçoeiros e infames com que abateram os compnheiros que conseguiram dominar pelo terror.

Não fosse a attitude enérgica, disciplinada e decisiva das forças que lhe foram oppostas, e a Capital Federal, assim como outras regiões do paiz, teriam soffrido as conseqüências trágicas daquelle vandalismo sem moral e sem escrúpulos. Certo a malfadada intentona soffreria a repulsa da maioria da Nação e seria esmagada pelo próprio povo que ella procurava ludibriar; mas até lá quantos males irreparáveis teriam ocorrido!..

Relembrar estes factos é certamente doloroso. Mas é preciso relembrar, porque a maior virtude do brasileiro é o esquecimento e essa maior virtude é quase sempre o seu maior defeito.

Perdoar é a nossa tendência em face dos factos consumados. As nossas crises políticas segue-se systematicamente a annistia ampla. Mas é preciso não confundir as agitações políticas, mais ou menos intensas, que vêm assignalando a evolução do regimen democrático que adoptamos, com a subversão desse regimen por ideologias que não encontram guarida em nossa organização social, em nossos costumes, nas religiões em que fomos educados, no edifício moral que herdamos de nossos antepassados remotos e em cujas muralhas encerramos as virtudes domesticas de que nos orgulhamos.

Perdoar é a nossa tendência em face dos factos consumados. Perdoar erros será uma virtude; mas perdoar crimes não é justiça. A verdadeira justiça deve ser inflexível ás lamurias e fingidas lagrimas do criminoso.

É preciso não esquecer. Aquelles que um dia trahiram a confiança de seus chefes e companheiros, voltarão amanhã a feril-o pelas costas, com maior perfídia e mais requintada indignidade.

Abertas as portas das prisões, em conseqüência de processos judiciários defeituosos e falhos, ou por um sentimentalismo ingênuo e incauto, vão elles arrogantemente passeiando a impunidade que lhes foi concedida, affrontando com gestos ostensivos a mesma sociedade que elles tentaram ha bem pouco enxovalhar com a pratica de suas ambições condemnaveis.

Ás autoridades que os retiveram elles procuram cobrir de ridículo e de escarneo, sem respeito a postos e funções honestamente desempenhadas.

A outras mostram-se submissos, insinuam-se como victimas, argúem perseguições e injustiças, despem a camisola dos galés para vestirem a túnica dos martyres. E, procuram explorar o sentimentalismo tão nosso, para alçar sob os nossos próprios olhos e talvez sob nossa protecção a tenda de suas actividades solertes e traiçoeiras.

Percebendo os perigos que nos ameaçam, sob fórmas ostensivas aqui, tendenciosas além, enganadoras mais longe e muitas vezes sob a falsa apparencia de aspirações respeitáveis – percebendo esse perigo imminente, cumpre ao Exercito não se deixar colher de surpresa. E cumpre aos chefes – que serão as primeiras victimas da própria incúria – intensificar os meios de defesa que estão a seu alcance.

Impõe-se a vigilância constante sobre os elementos suspeitos; a caracterização precisa de suas actividades; repressão immediata e impiedosa de qualquer acção de propaganda ou conquista; a denuncia desassombrada ás autoridades e o afastamento dos que assim tenham se manifestado. E quanto aos que tentarem perturbar a disciplina e demolir o prestigio da autoridade, cumpre fazer sentir que á força só se oppõe a força, immediata, inexorável.

É, porém, necessário não dar guarida a accusações, cumpre proceder energicamente contra o criminoso; mas, verificada falsidade ou improcedência da informação, impõe-se responsabilizar o denunciante ou pérfido. Do sereno e imparcial critério do chefe virá o acto de justiça que lhe consolidará a autoridade e o cercará de acatamento e respeito.

> Por outro lado impõe-se aos chefes, em todos os gráos da hierarchia, exercerem a nobre e nobilitante missão de educadores. Trabalho, instrucção, disciplina, justiça, abnegação, desvelo pelos commandados, conselhos aos incautos, prédicas opportunas e sinceras, lições de civismo, de educação e de moral, e – acima de tudo e sempre, como o melhor e o mais convincente ensinamento – o exemplo de commandantes a commandados.
>
> Nessa constante e ininterrupta tarefa é preciso fazer sentir aos que se deixam fanatizar por ideologias que se dizem avançadas, que ellas não são mais do que novos surtos de velhas doutrinas que a civilização tem repellido por se mostrarem nefastas e incompatíveis com organização social em constante aperfeiçoamento. É preciso fazer sentir que, si o communista civil é condennado pelas leis que nos regem, o communismo, sob qualquer aspecto ou modlidade, é incompatível com a condição do militar, e aquelle que o pratica ou delle se mostra adepto, official ou soldado, enxovalha a farda que veste, é indigno de ostentar o uniforme e conduzir as armas que a Nação lhe confiou para defesa das instituições que aquella ideologia se propõe demolir.
>
> Taes são os avisos e conselhos que me considero no indeclinável dever de transmitir aos altos chefes que me secundam na laboriosa missão que me foi confiada, certo de que elles saberão interpretar, desdobrar e multiplicar, em acertadas medidas e sábios ensinamentos, o que eu apenas relembro como observador attento dos acontecimentos que nos envolvem sob as mais variadas modalidades.
>
> Da nossa união e solidariedade virá energia e a pujança do organismo que dirigimos; da nossa sinceridade e da nossa justiça surgirá confiança dos nossos commandados; da nossa discreção e firmeza de acção nascerá a estima e o acatamento da sociedade que observa e acompanha os nossos menores gestos; dos nossos propósitos e das nossas acções virá tranqüilidade dos poderes publicos: em tudo isso, em summa, repousará a ordem interna e a segurança externa por que somos os primeiros e maiores responsáveis.
>
> Rio de Janeiro, 29 de junho de 1937.
>
> (Ass.) General Eurico G. Dutra,
> Ministro da Guerra

Fato também observado diz respeito ao primeiro boletim interno da recém-criada Inspetoria Geral de Ensino do Exército (IGEE), de cinco de novembro de 1937, subordinada diretamente ao Ministro da Guerra, que tem como tema principal instruções aos comandantes e diretores dos estabelecimentos de ensino e unidades subordinadas, relativas a medidas que deveriam ser tomadas em vista da repressão ao comunismo.

Nos registros, o General Inspetor Pedro de Alcântara Cavalcante de Albuquerque diz que, tendo em vista manter as tradições nacionais e para assegurar a existência das instituições liberais[256] no Brasil contra a invasão traiçoeira das ideologias que ameaçavam o mundo, tentando lançar as nações na desordem e na anarquia e cuja investida já tinha o Brasil, em outro momento experimentado, os Diretores e Comandantes, deveriam tomar as medidas acauteladoras que se seguem:

1º) Medidas de caráter educativo[257]:

---

[256] Com relação ao discurso em referência as instituições liberais do documento, acreditamos que no momento inicial, após o estabelecimento do Estado Novo, o discurso contra o liberalismo era apresentado de maneira um pouco mais branda, sofrendo, posteriormente ao ano de 1938, uma virada para a ênfase nos discursos autoritários de combate ao modelo político liberal.

[257] Para o desenvolvimento das medidas de caráter educativo, a IGEE aconselhava o uso do livro de autoria do Major Nilo Guerreiro Lima, *Cathecismo cívico e moral do soldado*.

a) Desenvolver e estimular o sentimento de civismo dos seus comandados;

b) Esclarecer os seus espíritos sobre os perigos das ideologias exóticas.

Para consecução dessas finalidades, deveriam ser realizadas:

1. Pequenas palestras de caráter cívico – pelos professores e instrutores, ao iniciarem seus trabalhos ou ao terminá-los;

2. Conferências especiais, também de caráter moral e cívico, pelos oficiais, professores, instrutores ou elementos do Corpo Administrativo, em datas previamente marcadas;

3. Artigos especiais publicados em seus Boletins diários, pelos Diretores e Comandantes, aproveitando todas as oportunidades[258].

4. Além do que acima ficou previsto, deveria ainda ser, semanalmente, por ocasião da revista do recolher[259], cantada conjuntamente por todos os alunos e praças em voz alta, a oração do soldado, conforme letra abaixo:

> Deante do altar da minha querida Pátria, eu soldado Brasileiro, ajoelho-me contricto, cheio de fé nos destinos do Brasil e orgulhoso da grandesa da minha terra e da minha gente. Minha alma, também genuflexa, implora a Deus que me guie pelo caminho do bem – que fortaleça o caráter – e me evite a estrada do mal que abastarda a consciennncia.
> Eu, me penitencio das más acções que desdoiram e envergonham e prometto perseverar na pratica dos gestos nobres que dignificam e elevam.
> Desejo com todas as forças do meu coração tornar-me digno da minha farda, cultivando com civismo e carinho as virtudes militares e prometto contribuir, com sacrifício de todos os meus interesses, para a gloria do meu Exercito e para a honra do meu Brasil.

2º) Medidas de caráter preventivo:

Tais medidas visariam:

a) rigorosa vigilância sobre as tendências dos seus comandados;

b) fiscalização rigorosa:

b.1) da forma como professores e instrutores cumpriam suas respectivas tarefas;

b.2) da bibliografia existente no Estabelecimento, quer na Biblioteca, quer de propriedade particular dos alunos e praças, de modo a impedir o envenenamento e a subversão dos espíritos;

---

[258] As palestras diárias, as conferências e os artigos dos Boletins, deveriam versar sobre os seguintes assuntos: amor à pátria; devoção a Bandeira; respeito sagrado ao hino nacional; sentimento do dever (disciplina); culto aos antepassados; necessidade de fé nos destinos do Brasil; democracia; regime republicano federativo; poder público e voto; respeito as autoridades; o Exército nacional como elemento de unidade e coesão no organismo nacional; deveres morais e cívicos do cidadão (soldado); problema social do Brasil; contraste existente entre as tradições e aspirações dos brasileiros e as ideologias exóticas; e a mistificação comunista e o perigo que ela representa para a existência do regime que livremente foi escolhido e, ainda, para a integridades da pátria.

[259] A revista do recolher é uma rotina realizada todos os dias no pessoal de serviço e nos internos dos estabelecimentos de ensino, às vinte e uma horas, para verificar se todos os militares que deveriam lá estar, não se ausentaram da unidade ou estabelecimento.

b.3) da procedência de livros ou publicações inconvenientes ou tendenciosas acaso encontrada no Estabelecimento, ou Unidade, de modo a auxiliar as autoridades competentes na sua apreensão;

b.4) das ligações acaso existentes entre seus comandados e elementos suspeitos, dentro ou fora do Estabelecimento, de modo a preservar a corrupção dos espírito e, ao mesmo tempo, dar, para os devidos fins, conhecimento de tais ligações às autoridades competentes.

3º) Medidas de caráter repressivo[260]:

Teriam por finalidade:

a) expurgar o estabelecimento ou unidade dos elementos orientados no sentido do comunismo;

b) limpar a bibliografia existente no estabelecimento de ensino pela apreensão de todos os livros tendenciosos ou inconvenientes.

Em conseqüência, o "Grande Medo" revelou na sociedade brasileira uma característica, inerente a esses momentos e criada em Instituições públicas ou privadas por civis ou militares: a cultura do denuncismo.

De acordo com a documentação que analisamos a seguir, podemos observar como foi se instalando a cultura do denuncismo nos anos 1940.

O primeiro caso que analisamos foi a denúncia do civil Sr. Ercílio Ferreira Pinto relatada ao auxiliar do Oficial de Dia, da EMR, no dia 22 de março de 1942. A comunicação gerou um documento reservado[261] que fora no dia seguinte remetido ao Sub-Comandante da Escola para que fossem apurados os fatos mencionados.

O comunicante civil declarara que o Sr. Manoel Antônio da Silva lhe havia dito que alguns filhos de italianos, funcionários da Fábrica de Realengo, um sargento reformado da Armada, integralista, e o chefe de cozinha do 2º RI, lhe disseram, entre outras coisas, *serem os brasileiros burros e idiotas*, tanto assim que a Fábrica de Realengo deixaria de funcionar no dia em que assim entendesse o alemão, técnico da Fábrica em cujas mãos se encontrava, praticamente, o funcionamento do estabelecimento.

No dia seguinte, cópia da documentação com a denúncia foi remetida ao Diretor da Fábrica do Realengo pelo Comandante da Escola Militar, Coronel Alcio Souto,

---

[260] As medidas, sobretudo repressivas tomadas pelos Diretores ou Comandantes dos Estabelecimentos de ensinos e Unidades deveriam ser comunicadas com maior brevidade ao General da IGEE.

[261] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Documentação da Escola Militar do Realengo (Documentos de 1942). Parte Especial Reservada, de 23 de março de 1942, do 1º Tenente Francisco de Assis Araújo Bezerra, Oficial de Dia, ao Sub-Comandante da Escola Militar.

para que fossem apurados os fatos constantes da parte especial e o Comandante da Escola informado dos resultados, com a devida urgência[262].

Na primeira resposta[263], o Diretor da Fábrica, Coronel Carlos Germack Possollo, depois de apurado o caso em apreço, lamentou ter que concordar em parte com o conceito emitido por "alguns filhos de italiano, um Sargento reformado integralista e o chefe de cozinha do 2º R. I.", quanto à "burrice e idiotice", não de todos os brasileiros, mas apenas destes dois civis, Ercílio Ferreira Pinto e Manoel Antônio da Silva, indivíduos que ele considerava de idoneidade moral desconhecida e que na falta do que fazer viviam inventando casos sem fundamento, visando menos servir ao país, que espalharem a desconfiança entre aqueles que trabalhavam e serviam de fato ao Exército. Declara ainda que, naquele estabelecimento não existiam estrangeiros, todos eram brasileiros natos ou naturalizados, sendo que estes últimos tinham mais de vinte e cinco anos de permanência no país, alguns serviam no Exército ativo, outros eram reservistas de primeira categoria. Quanto ao fato de que a Fábrica deixaria de funcionar no dia em que o entendesse um dito alemão, técnico do estabelecimento, a simples admissão desta hipótese seria um insulto aos Oficiais Técnicos, aos quais estavam confiados todos os assuntos desta natureza e que de modo algum permitiriam que tal fato acontecesse.

Na segunda resposta[264], o Diretor da Fábrica informa que, em aditamento ao documento anterior enviado ao Comandante da Escola, chegou à conclusão precisa de que se tratava de uma vingança da parte do Sr. Manoel Antônio da Silva, quitandeiro, domiciliado na Rua Princesa Imperial 191, contra o funcionário da Fábrica, o Senhor Domingos Vicente Tucci e contra um indivíduo de nome Caetano, ex-marinheiro e sem profissão. O primeiro, por causa de uma briga antiga e o segundo, por causa de umas pimentas que o mesmo não pagara.

O fato, conforme deduziu o Diretor da Fábrica pelas declarações dos implicados que vieram à sua presença, se deu após uma conversa de um grupo no qual se encontravam o funcionário Vicente e o tal Sr. Mendonça sobre a Grande Guerra. O Sr. Manoel Antônio da Silva intrometeu-se na palestra para declarar que se fosse

---

[262] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Documentação da Escola Militar do Realengo (Documentos de 1942). Ofício Reservado (Urgente) C9-G, de 24 de março de 1942, do Comandante da Escola Militar, ao Diretor da Fábrica do Realengo.

[263] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Documentação da Escola Militar do Realengo (Documentos de 1942). Ofício Reservado Nº. 86-Sec/135, de 24 de março de 1942, do Diretor da Fábrica de Realengo, ao Comandante da Escola Militar do Realengo.

[264] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Documentação da Escola Militar do Realengo (Documentos de 1942). Ofício Reservado Nº. 94-Sec/135, de 27 de março de 1942, do Diretor da Fábrica de Realengo, ao Comandante da Escola Militar do Realengo.

autoridade do Brasil mandava degolar todos os filhos de italianos, alemães e japoneses que existissem nesta terra.

Isto foi dito com o intuito de provocar o funcionário Vicente, que protestara dizendo-lhe que, pelo fato de ser filho de italiano, não deixava de ser brasileiro nato, reservista de primeira categoria e funcionário do Estado há mais de sete anos. Como foi secundado pelos demais presentes, o Sr. Manoel Antônio acovardou-se se retratando, mas resolvido a tomar uma atitude que o desafrontasse. Receoso, porém das conseqüências, pedira a um de seus fregueses, devedor da quitanda, que fosse levar a denúncia mentirosa.

O segundo caso analisado foi o relacionado à sindicância instalada na EMR que deveria apurar a veracidade da acusação feita ao Ministro da Guerra sobre a filiação e data de nascimento do Cadete Alesio Silva Lima.

No relatório da sindicância procedida pelo Capitão Argemiro Souto, e enviado ao Ministro da Guerra[265] consta que o Cadete em questão era, de fato, filho legítimo de Artur Gonçalves Amarante e Deusedina Gonçalves Amarante, nascido em 22 de janeiro de 1919, em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Em 25 de fevereiro de 1934, fora novamente registrado por seu padrasto, como sendo filho legítimo do segundo casamento de sua mãe, chamada então de Deusedina Pereira Lima e dele declarante, o Sub-Oficial da Armada Egídio da Silva Lima, como nascido em 5 de abril de 1922, no Distrito Federal.

No mesmo ano de 1934, fora matriculado no Colégio Militar apresentando a nova certidão de registro que, segundo o sindicante, fora feita com o objetivo especial não só de satisfazer a idade exigida naquele estabelecimento, como também de encontrar amparo na matrícula por ser filho de um Sub-Oficial da Armada.

Em virtude do seu primeiro registro, fora sorteado, convocado e declarado, pela 2ª Circunscrição de Recrutamento, insubmisso da classe de 1919. O sindicante julga em seu relatório que ao Cadete Alesio nenhuma responsabilidade poderia ser imputada, de vez que a nova declaração de seu nascimento fora feita quando ainda era menor de idade e na qual não tomou parte ativa, além do que, o Cadete, que cursava em 1942 o terceiro ano da Escola Militar, ter tido sempre bom aproveitamento nos seus estudos, conduta exemplar e reveladas qualidades morais à altura do Corpo de Cadetes a que pertencia.

---

[265] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Documentação da Escola Militar do Realengo, Ofício Reservado C17.G., de 19 de maio de 1942, do Comandante da Escola Militar, ao Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra.

Segundo o sindicante, a denúncia levada ao conhecimento do Ministro da Guerra, apesar de verdadeira, tinha por objetivo prejudicar o jovem, pois, por um simples exame da oportunidade e da forma como fora feito, já se via que se tratava de uma vingança que o denunciante, covarde e calculadamente, procurou executar quando sua vítima atingia quase o fim do curso militar.

Quanto ao crime de insubmissão (deixar de apresentar-se o convocado à incorporação designada), é lógico que, tomando o fato consumado e vivendo a situação que lhe havia sido criada, e, já tendo o mesmo assentado Praça na Escola Preparatória de Cadetes[266], se desinteressasse pela situação militar, fato do qual, aliás, demonstrara inteiro desconhecimento durante a apuração feita.

Analisando o segundo caso, podemos perceber que, apesar de toda tentativa dos Altos Escalões Militares quanto à formação de um tipo militar superior, distante dos estigmas raciais e ideológicos, com a moral e o civismo acima do padrão exigido para outras categorias da sociedade, fora realizado neste processo judicial, uma flexibilização da situação, com um julgamento favorável ao Cadete. Podemos estabelecer algumas razões para o ocorrido. Primeiro por já se encontrar no terceiro ano da Escola Militar, e haver construído uma relação de amizade com outros alunos, instrutores e demais integrantes da Escola; segundo, por ser um bom Cadete, inserido na estrutura de formação de oficiais, e que na falta de bons candidatos, pela radicalização do processo seletivo e pelo contexto mundial da Segunda Grande Guerra, levara o sindicante a um julgamento favorável ao acusado. Não podemos esquecer que esse clima de denuncismo não era bem aceito por alguns militares, como podemos perceber no primeiro caso, os quais normalmente destacaram-se como casos de vingança pessoal que se estabeleciam nos momentos de grande tensão política.

CAP V – PADRÕES DE DISCRIMINAÇÃO: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1937 A 1945.

Já no período entre 1937 e 1945, o Estado brasileiro tornou-se autoritário de fato, eliminando o sistema federalista e o regime liberal-democrático, consolidando o

[266] A origem da Escola Preparatória de Cadetes do Exército remonta ao ano de 1939, com a transformação do Colégio Militar de Porto Alegre em "Escola de Formação de Cadetes", através do Decreto-Lei Nº 1.123, de 27 de fevereiro. Pelo Decreto-Lei nº 2584, de 17 de setembro de 1940, surgiu a Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo. A Escola deveria preparar os alunos para ingressarem na Escola Militar do Realengo.

ideal de um Estado centralizador. Dentro do contexto de um Estado forte, a EMR terá como desdobramento do pensamento político do período anterior (1930-1937) a restrição ao ingresso de negros, judeus e mulçumanos, com o objetivo de se construir uma elite Institucional. O Exército passaria por nova reorganização, muito diferente da ocorrida em 1934.

O Ministro de Estado da Guerra, em 1937, era o General Eurico Gaspar Dutra, um dos articuladores do Golpe de Estado de 1937. A organização do Exército, de 1938[267], teve como ponto central a retirada do Estado-Maior do Exército da posição de mais alto órgão da defesa nacional, sendo que, naquele momento, a direção do Exército passaria a ser exercida pelo Presidente da República, chefe supremo da Instituição, representado pelo Ministro da Guerra, que passou a dispor de órgãos de comando e de inspeção, tanto administrativa como técnico-militar. Na prática, o Ministro da Guerra voltava a exercer as funções de direção, e o Estado Maior do Exército a ser apenas um órgão auxiliar de consulta.

No entanto, podemos perceber pelo discurso de posse do General Góes Monteiro no Estado-Maior do Exército, em 02 de julho de 1937, que havia a pretensão de manter o órgão na sua condição anterior de direção do Exército, função bem mais importante do que ser apenas um órgão consultivo. Pensava o novo Chefe do EME em empenhar a responsabilidade do órgão, como "oficina espiritual do Exército", como observamos nas palavras utilizadas e grifadas pelo autor do discurso abaixo:

> O E.M.E. é a oficina espiritual do Exército. Neste laboratório de pesquisas, de análise e de cálculos continuados não há lugar para a rotina, camada isolante que obstrue o sistema respiratório no organismo, impedindo as transformações vivificadoras. Órgão central e propulsor de toda a engrenagem complexa do Exército, nele se elaboram todos os elementos subjetivos e objetivos da decisão para a direção suprema da guerra e das operações de campanha, isto é, a preparação lenta, metódica, cuidadosa e completa, a execução tão rápida e poderosa quanto possível...
>
> No Estado-Maior do Exército reside a célula mater – o coração, o cérebro do Exército. Ele gera, orienta e mantém a vida orgânica e de relação. O corpo de oficiais do Estado-Maior é então uma partícula de escol na formação geral dos quadros do Exército. Não se compreende que ele possa ser constituído fora de um regime de rigorosa seleção intelectual, moral e física. Não se compreende que hajam deslizes de procedimentos que firam a dignidade funcional, pois de uma simples indiscrição podem resultar prejuízos de alcance incalculável para a

[267] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto Lei Nº 413, de 6 de maio de 1938 (Lei de Organização do Exército).

> segurança da Nação. A traição ronda os refúgios aonde se encerram os dados secretos que são utilizados na preparação da defesa nacional e quem os revelar a qualquer pretexto e sob qualquer forma, comete o delito de que se guarda a mais fulminante e abjeta repulsa...
>
> A missão genérica de todo oficial é servir com o complemento para oficial do Estado-Maior de servir de uma maneira multiforme e policrômica, além da simples obediência mecânica do ato, mas, com a obediência definitiva e luminosa da consciência e da razão...[268]

5.1 – De elite institucional a elite social: construção dos padrões de discriminação no processo seletivo dos oficiais do Exército Brasileiro.

Já nas instruções para a matrícula na Escola Militar de 1937[269], assinada pelo General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, observamos que o processo seletivo dos candidatos ao oficialato do Exército Brasileiro sofrera alterações que facilitaram, nos anos seguintes, as condições para estabelecer discriminações contra certos indivíduos da sociedade e também a base para a formação de uma elite militar iniciada no Comando do Coronel José Pessoa na EMR em 1931.

Pelo Artigo primeiro da instrução para inscrição no concurso de admissão, seria necessário satisfazer as seguintes condições: ser brasileiro nato, solteiro e ter idade compreendida entre 16 anos feitos e 22 anos incompletos, referidos esses limites ao dia primeiro de abril do ano de matrícula (para os sargentos diplomados de aviação pelo menos com quatro anos de praça e no mínimo dois anos de serviço de aviação, o limite máximo era de 25 anos); ter antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem à Escola e ao Corpo de Oficiais de que iria fazer parte; apresentar consentimento dos pais ou tutores se for menor, para os civis: apresentar atestado de que possuia as condições de honorabilidade indispensáveis à situação de futuro oficial (tal atestado poderia ser passado por dois oficiais do Exército ativo ou por uma autoridade judiciária do local onde residisse o candidato); para as praças: juízo favorável do Comandante do corpo ou Chefe do estabelecimento onde servisse; ter o curso secundário fundamental ou dos Colégios Militares; apresentar declaração dos pais ou tutores, responsabilizando-se pelas exigências regulamentares quanto aos objetos e roupas de uso pessoal; pagar a taxa de inscrição (30$000) de que eram dispensadas somente as praças.

---

[268] DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p. 186-193.
[269] AHEx. Boletim do Exército Nº 37, de 5 de julho de 1937.

O primeiro item, ser brasileiro nato, queria dizer que não seria permitido em hipótese alguma na Escola de Formação de Oficiais o concurso de estrangeiros ou mesmo de naturalizados, como forma de evitar a entrada de indivíduos de outras nacionalidades considerados estranhos aos interesses do Exército e do novo Estado. Isto que, em parte, era reflexo do momento político vivido, do estabelecimento de políticas nacionalistas e da formação de Estados autoritários. Na questão relacionada a antecedentes, e predicados (honorabilidade) poderia se tratar de condições necessárias para formação de uma elite institucional, junto com o atestado de honorabilidade, que seria afiançado por uma autoridade civil ou militar. Por fim, o valor da taxa paga poderia restringir em grande parte o número de candidatos, principalmente aqueles oriundos de grupos sociais mais baixos que não pudessem pagar o valor estipulado.

A inscrição dos candidatos ao concurso de admissão[270] civis e praças seria feita mediante um requerimento ao comandante da EMR, devendo esse requerimento ser instruído com os seguintes documentos: recibo da taxa de inscrição paga na Tesouraria da Escola (dispensado às praças); certidão de idade; ficha individual (conforme modelo anexo à instrução); atestado de conduta no último estabelecimento de ensino; atestado de honorabilidade (para os civis), ou juízo do comandante ou Chefe (para as praças); atestado de vacina; consentimento paterno ou do tutor (dispensado para os maiores); e, carteira de identidade.

Um item proposto pela instrução referia-se ao parecer positivo para a aceitação dos candidatos no processo seletivo. O Art. 4º desse documento previa que não seriam admitidos no concurso candidatos que, a juízo do Comandante da Escola, não satisfizessem as condições de bons antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem para a Escola. Para tanto, o juízo desfavorável do comandante seria expresso pelo despacho no requerimento – ***Arquive-se*** – sendo que o despacho era rigorosamente reservado e não caberia recurso do candidato contra o parecer desfavorável. Os requerimentos arquivados ficariam em cofre da Escola Militar durante dois anos, devendo ser incinerados no fim desse prazo. Com relação a esses documentos é importante registrar que a ordem para destruição dos requerimentos não foi cumprida, o que estimulou pelo ineditismo o nosso trabalho de pesquisa, pois parte da documentação encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, na Divisão de História.

O concurso de admissão à Escola Militar constaria, ainda, de classificação psicológica; de seleção médica; de exame físico; e de exame intelectual.

---

[270] Por essa instrução, eram reservadas 50% das vagas aos candidatos provenientes dos Colégios Militares e 50% das vagas eram disputadas entre os civis e praças.

A classificação psicológica tinha por objetivo apenas reunir observações que serviriam de base de estudos do Estado-Maior, não tendo nenhuma influência na admissão do candidato ou na matrícula.

A seleção médica seria feita por uma Junta Médica composta por três médicos e um dentista, da Formação Sanitária da Escola, designados pelo Comandante. O Presidente da Junta Médica seria um Oficial Superior médico, indicado pelo Diretor de Saúde do Exército e posto à disposição da Escola Militar pelo Ministério da Guerra. A Junta Médica procederia à seleção de saúde de acordo com as Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde e das Juntas Militares de Saúde, aprovadas pela Portaria Ministerial Nº. 12, de 28 de janeiro de 1937 e de acordo com a Ficha de Inspeção de Saúde, dando seu parecer sob a forma de ***Apto*** ou ***Inapto*** para a matrícula na Escola Militar.

A seleção médica visava eliminar os candidatos que fossem incapazes, no que se refere às doenças, afecções e síndromes que motivassem a isenção definitiva, a baixa ou a reforma do Exército; ou apresentassem as seguintes condições: acuidade visual inferior a meio grau para cada olho; não ter acuidade auditiva normal para ambos os lados; não possuir, pelo menos 22 dentes naturais, dos quais 08 molares opostos dois a dois, devendo qualquer cárie estar obturada, item modificado[271] nas instruções para a matrícula de 1940 pelo Ministro da Guerra, em virtude de ter sido verificado na seleção de 1939, uma grande percentagem de inaptidões temporárias proveniente de deficiência dentária; qualquer indício de tuberculose; altura inferior a 1,60 m; perímetro toráxico inferior a 74 cm; não ter peso em correspondência com a altura.

A Ficha de Inspeção de Saúde para admissão na Escola Militar era disposta no formato de uma ficha de informação complexa do candidato, apresentando fatos concretos para poder proceder-se a uma meticulosa avaliação do conjunto a ser selecionado. Para tanto, ela possuía cerca de 30 itens, divididos em dados pessoais: cor, antecedentes mórbidos hereditários, antecedentes mórbidos pessoais, hábitos alcoólicos, hábitos tabacinos e um exame geral do hábito externo (exame da pele e mucosa); dados biométricos: tipo morfológico, altura, peso, perímetro torácico, capacidade vital, perímetro abdominal e índice de robustez; exames com aparelhos.

---

[271] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Documentação da Escola Militar do Realengo. Ofício Reservado Nº. 1, de 12 de janeiro de 1940, do Comandante da Escola Militar ao Presidente da Junta Militar de Saúde. Instruções para a Matrícula na Escola Militar de 1940 (Letra c do Art. 8). A seleção médica visa eliminar os candidatos que apresentem menos de vinte dentes naturais, entre esses, seis (6) molares opostos dois a dois e que não sejam do mesmo lado, devendo qualquer cárie estar obturada. Os molares poderão não ser opostos, em casos excepcionais e a critério da Junta, desde que esta falta não ocasione perturbações mórbidas e coincida com a existência de bons elementos (indicadores de apreciável desenvolvimento físico) contidos na ficha do exame médico. Conforme determinações do Ministro da Guerra, publicadas no Aviso Nº. 127, de 9 de janeiro de 1940.

O exame físico (que teria peso um no concurso) visava eliminar os candidatos cujo vigor físico fosse incompatível com os trabalhos da Escola e, futuramente, com o desempenho das funções de oficial do Exército. Para esse exame seria nomeada uma comissão constituída por oficiais especializados e pertencentes, de preferência, ao Departamento de Educação Física da Escola Militar.

Para o exame intelectual (que teria peso três no concurso) previa-se prova de Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria Retilínea e Desenho. Todas as provas seriam escritas, com exceção da de Desenho, que seria gráfica. Os alunos que terminassem o curso dos Colégios Militares e que tivessem obtido médias finais iguais ou superiores a seis, seriam dispensados do exame intelectual, ficando obrigados à classificação psicológica, seleção médica e exame físico. Com relação a esse ponto específico, devemos registrar que identificamos na documentação analisada, uma tolerância com relação aos exames intelectuais de 1940. No Ofício Reservado Nº. 05, de 18 de março de 1940, do Comandante da Escola Militar, Coronel Álvaro Fiúza de Castro, ao Inspetor Geral de Ensino do Exército, foram prestados como informação os seguintes resultados na prova de português:

- 381 candidatos habilitados com grau três e maiores do que três;
- 22 candidatos inabilitados com grau dois e meio;
- 79 candidatos inabilitados com grau dois e menores que dois.

Em conseqüência do exposto acima e como nas demais provas realizadas fora adotado um critério de tolerância na prova de português, aproveitando-se provas de dois e meio para considerar os candidatos como habilitados com grau três. Desse modo, foram considerados habilitados 403 candidatos e inabilitados 79 no processo de seleção da Escola Militar para o ano de 1940.

Essa tolerância acontece no momento em que o processo seletivo encontra-se na sua fase mais radical contra estrangeiros e indivíduos de cor. A necessidade de se preencher o total de vagas da Escola Militar (403 alunos[272]) fez com que o Comandante abrisse uma exceção para a entrada de alguns candidatos inabilitados na prova de português, que seria um importante momento do concurso de admissão para verificação da relação entre a língua nacional e os candidatos, evitando-se a entrada de "alguns indesejáveis".

Para construirmos o pensamento político autoritário e discriminatório, tomamos por base a análise de alguns documentos oficiais, porém reservados, produzidos pelo General Dutra à frente do ministério.

[272] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Acervo da Escola Militar. Ofício Reservado Nº. 7, de 01 de abril de 1940, do Comandante da Escola Militar, ao Inspetor Geral de Ensino do Exército.

O primeiro documento analisado foi o Relatório Secreto das principais atividades do Ministério da Guerra, durante o ano de 1941, encaminhado ao Presidente da República. Na seção sobre o ensino militar e o recrutamento dos chefes, Dutra registra que a finalidade de toda educação moderna é a formação da unidade espiritual da nação, do melhor dirigente nacional e a seleção dos chefes. Seria toda uma obra de autoridade e de respeito, fundada em critério severo e conduzido com justiça, carinho e energia.

Para Dutra, haveria, em matéria de educação, dois sistemas presentes que se contrariavam: o sistema autoritário e o sistema liberal. Com relação ao segundo, observa que já havia sido feita uma experiência no domínio público e que o resultado fora o mais desastroso possível. Criticava ainda o que chamava de ensino liberal, o qual pregava publicamente o desacato à disciplina e o descaso à autoridade, tornando a educação artificial, pois não atingia a alma do futuro cidadão.

Segundo o General Dutra, o modelo ideal era fundado nos princípios psicológicos e autoritários, calcado nas regras da disciplina social, cujo fim era formar valores reais e positivos que em todos os domínios fossem úteis e socialmente aproveitáveis. Tornar negligentes as normas da disciplina seria estragar completamente o caráter do adolescente; seria enfraquecer-lhe a vontade, entregá-lo ao acaso dos caprichos, deixá-lo vacilar entre o bem e o mal, torná-lo incapaz de jamais tomar uma forte resolução, de praticar sólidas virtudes e de fixar-se invariavelmente no bem.

O Ministro da Guerra coloca ainda que, na vida, as qualidades de caráter representam um papel preponderante. A iniciativa, o julgamento, a perseverança, a precisão, a energia, o domínio de si mesmo, o sentimento do dever são aptidões sem as quais todos os dons da inteligência não são senão inúteis. Para Dutra, essas qualidades de caráter desenvolvem-se pela educação no sistema autoritário e disciplinado, em que a personalidade infantil é cuidadosamente guiada para os fins sociais a que se destina. Era em última análise, a formação da unidade moral dos espíritos, isto é, a criação da comunidade conduta.

O general Dutra conclui seu pensamento, registrando que, por causa da diversidade de educação adotada no Brasil, o quadro de oficiais e graduados do Exército não possuía uma doutrina uniforme de conduta que tornasse seus elementos constitutivos solidários e coesos, imunes de certas idéias exóticas e de certos desvios que tanto pesar e abalo já tinham ocasionado à Instituição.

Por si sós, os trechos analisados acima do relatório do Ministro respondem pelo seu pensamento autoritário articulado a idéia da educação como fator de preparação

dos jovens para a vida nacional, para exercer funções determinadas dentro da sociedade estabelecida. A moral e a disciplina seriam as bases dessa educação, que formaria jovens sadios espiritualmente, isentos de avanços ideológicos contrários ao regime daquele momento.

Analisamos também as Instruções constantes na Nota Reservada Nº. 1.101[273], de 28 de outubro de 1937, do Ministro da Guerra, que colocava o Exército empenhado na defesa das instituições nacionais e de sua própria existência, na campanha contra os princípios exóticos que tentariam solapar o organismo nacional, articulados aos processos de infiltração nos vários setores da administração pública.

O Ministro Dutra, de forma contundente, registra críticas contra a excessiva liberalidade das leis brasileiras e da tolerância dos nossos costumes que propiciavam os trabalhos de demolição do regime, concluindo, no primeiro trecho, a necessidade das altas autoridades militares realizarem o expurgo de elementos cuja permanência no meio do Exército não se harmonizasse com as legítimas finalidades da Instituição.

Nos trechos seguintes, o General Dutra afirma que não se poderia admitir que indivíduos portadores de estigmas ideológicos e raciais em conflitos com as Instituições políticas e sociais a que as Forças Armadas montam guardam, fossem por elas mesmas alimentados, preparados para ingressar em suas fileiras ou nelas mantidos, para o seu próprio desprestígio e como constante ameaça. Registra que oficiais, sargentos e praças, apanhados em atitudes subversivas, foram afastados do seio do Exército, e que em outros setores da atividade pública procurava-se praticar o necessário saneamento. E a essa profilaxia social não poderiam escapar os Institutos de Ensino Militar, para onde deveriam estar voltados os olhares vigilantes.

No contexto desse empenho foi criada, nas Instruções para matrícula na Escola Militar de 1937, a Ficha Individual em que seriam anotadas informações referentes aos pais dos candidatos. Essa ficha tornou-se poderoso meio de defesa de que dispunha o Comandante da Escola Militar na seleção dos candidatos.

Na parte final das instruções contidas na Nota Reservada, o Ministro da Guerra associa seu pensamento com o momento vivido pelo país articulado com a decretação de um novo estado de guerra[274], a necessidade de se tomar providências radicais, enérgicas e imediatas. O General Dutra considerava de bom aviso, baseado nas razões

[273] AHEx. Acervo das Escolas Militares. Acervo da Escola Militar. Ofício Sem Número, Reservado, de 5 de novembro de 1937, do Inspetor Geral do Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar.

[274] De acordo com Art 161, da Constituição Federal do Brasil de 1934, o estado de guerra implicaria a suspensão das garantias constitucionais que pudessem prejudicar direta ou indiretamente a Segurança Nacional. Em dezembro de 1935, uma emenda constitucional abriu a possibilidade de se equiparar a "comoção intestina grave", com finalidades subversivas das Instituições políticas e sociais, ao estado de guerra. Foi com essas características que o estado de guerra foi decretado no Brasil nos anos de 1936 e 1937.

expostas no documento, que fossem executadas as seguintes disposições destinadas a assegurar a ordem nos Institutos de ensino militar e observar, sem deslizes, as finalidades que lhe seriam impostas como órgãos mantidos pelo Exército e subordinados à orientação precípua da instrução neles ministrada:

1. Na Escola Militar seria procedida uma rigorosa sindicância visando apurar com precisão quais os alunos que, nela matriculados, eram portadores de estigmas raciais e ideológicos concernentes ao judaísmo[275] e ao comunismo, condição que os incompatibilizaria com o cumprimento irrestrito das obrigações da carreira militar. Para tanto, seria nomeada pelo Comandante da Escola uma Comissão para fazer o exame dos casos que fossem presentes, e os alunos, por ela indicados, seriam convidados a trancar matrícula. Os que se recusassem, seriam desligados como inconvenientes à ordem e à disciplina do Exército.

2. Idêntica sindicância deveria ser procedida nos Colégios Militares, cabendo às respectivas comissões indicarem ao EME os alunos que, pelas considerações anteriores, não deveriam ser matriculados na Escola Militar. Tais alunos poderiam terminar o curso dos Colégios, mas não seriam admitidos na matrícula da Escola Militar.

3. Não seriam submetido às provas de admissão à Escola Militar os candidatos que incidissem nas prescrições referidas no Nº. 1 destas disposições.

As disposições acima deveriam ser imediatamente postas em execução e os resultados seriam, com presteza, comunicados ao Ministério da Guerra depois de apreciados pelo Estado Maior do Exército.

Outro documento analisado foi a Nota Ministerial Reservada nº. 956[276], de 20 de setembro de 1937, relativa à seleção física e moral dos candidatos à matrícula na Escola Militar. O Ministro da Guerra, tomando por base o fato constatado em 1935, em que sessenta e dois tenentes que, por efeito da Lei de Promoções, ao se submeterem à inspeção de saúde exigida, trinta e oito eram portadores de diferentes moléstias, fato agravado ainda mais pela circunstância de que, naquele momento, ano de 1937, se achavam hospitalizados no Sanatório Militar de Itatiaia vários cadetes, fisicamente insuficientes. Declarava que, no sentido de corrigir tão grave anormalidade, fossem as provas de seleção médica e do exame físico, no próximo concurso de admissão, procedidas com mais rigor, para que, pela total observância das Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde e das Juntas Militares de Saúde, não se

[275] Os grifos são nossos.
[276] AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Nº. 03057, de 12 de Novembro de 1937, do Comandante da Escola Militar ao Diretor do Ensino Fundamental.

reproduzissem às irregularidades encontradas e se evitasse qualquer recurso de apelação, tão freqüente em anos anteriores.

Finaliza suas observações declarando que igualmente se procedesse a rigorosa seleção moral dos candidatos por comissão de três oficiais nomeados pelo Comandante da Escola Militar.

Como resultado dos primeiros momentos de radicalização no processo seletivo dos candidatos à Escola Militar vividos no ano de 1938, podemos observar que o processo seletivo para os anos seguintes não foi nada ameno.

O Ofício Reservado Nº. 222[277], de 31 de outubro de 1938, do Inspetor Geral do Ensino Militar dirigido ao Comandante da Escola Militar, referente ao Aviso Nº. 246 (Reservado) de 20 de outubro de 1938 e à Nota Reservada Nº. 2.101 de 28 de outubro de 1937, do Ministro da Guerra, recomendava e reiterava os atos oficiais baixados com o propósito de vedar a entrada na Escola Militar dos candidatos de certas origens ou procedências.

Registra que segura observação revelava o empenho de elementos estrangeiros em se infiltrarem nos quadros do Exército através dos seus descendentes nascidos no Brasil, os quais recebiam influxo educativo do espírito paterno e ficavam fiéis ao fanatismo das suas ideologias ou das suas seitas de caráter social, político ou religioso. No seu entender, o Exército, naquele momento mais do que nunca, deveria ser essencialmente brasileiro, pois se não fosse assim não se poderia garantir que a Nação não se fragmentasse e se dissociasse sob as influências de fora.

Coloca ainda que o trabalho estrangeiro era grande e persistente para amortecer nos espíritos o sentimento de amor ao berço natal. Nesse sentido, alega como medida preliminar evitar a todo custo a entrada, no seio do Exército de candidatos ao oficialato que, pela sua ascendência paterna, se tornassem indesejáveis ou suspeitos.

No documento analisado[278], o General de Brigada Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque, Inspetor Geral de Ensino do Exército, afirma que o Brasil realmente só possui um elemento de coesão nacional: o Exército. Este se espalha por todos os rincões dessa terra e é, em cada ponto do Brasil, uma escola de educação militar, cívica e moral. Para o General, as demais classes não têm nenhuma influência sobre o povo.

Assim, entende que os quadros do Exército não poderiam refletir, por mínima que fosse, qualquer tendência exótica. Como quebra total da distribuição dos poderes,

---

[277] AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Nº. 222 – Reservado, de 31 de outubro de 1938, do Inspetor Geral do Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar.

[278] AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Nº. 222 – Reservado, de 31 de outubro de 1938, do Inspetor Geral do Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar.

registra que o conceito de justiça internacional desaparece, e o direito estaria, naquele momento, na força, como em outras potências mundiais.

Todo esse contexto revelaria como deveria ser cada vez mais rigoroso o recrutamento dos quadros do Exército. A qualquer preço, não se deveria consentir que neles se infiltrassem aqueles que pela voz ancestral do sangue viessem, mais tarde, ante a realidade cruel, mostrar que não houve o devido cuidado na seleção dos quadros e na prevenção a tempo, como foi o caso de um candidato que teve o seu processo individual aceito, apesar de ser filho de sírios, contrariando a regra imposta pelo sistema burocrático da Instituição militar. O General Dutra autorizou a matrícula do candidato por conta das circunstâncias estabelecidas, uma vez que o candidato logrou boa classificação no processo seletivo. No entanto, o Ministro alertou o Comandante da Escola de que, no futuro, não se reproduzissem tais irregularidades prejudiciais à necessária e taxativa seleção de valores dos candidatos à Escola Militar, local de formação dos oficiais[279].

Analisando a próxima documentação, acreditamos que os anos de 1940 e 1941 foram os mais críticos com relação à discriminação no processo seletivo dos candidatos à Escola de Formação de Oficiais.

Com base na análise da Nota Secreta[280], de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, ao Comandante da Escola Militar, observamos que o Comandante do Exército saía da forma velada para ser direto nas suas instruções com relação ao preconceito de cor.

No documento, o Ministro começa registrando que o recrutamento de candidatos ao oficialato, fundamental para o Exército, deveria requerer o melhor dos cuidados e a mais severa vigilância das autoridades por ele responsáveis, dadas as graves e, por vezes, irremediáveis conseqüências para o patrimônio moral do Exército que, um descuido, incompreensão ou fraqueza poderia acarretar. Reforça, que os alunos daquele momento seriam os oficiais do amanhã e os chefes do futuro, sobre cujos caracteres, repousariam a direção do Exército e a defesa do país. O General fecha sua contextualização, afirmando que aquela estrutura, formada por excelência pelos quadros de oficiais, teria que ser constituída, lenta e tenazmente, através de uma rigorosa e harmônica seleção de valores físicos, intelectuais e moralmente fortes, que fortaleceriam profissionalmente aqueles que, por impulsos de sentimentalismo ou

[279] AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Reservada, de 14 de março de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.
[280] AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta, de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.

preconceitos doutrinários, abrissem os portões das escolas do Exército aos que não a devessem transpor sem prejuízos graves para a solidez do mesmo.

O General Dutra declara na Nota que o recrutamento dos futuros oficiais deveria ser feito em meio homogêneo, fundamentalmente brasileiro, a fim de que diversidades de raças, de mentalidades, de pigmento, ou quaisquer outras características não peculiares à maioria de nossa gente, jamais pudessem transmudar o quadro de nossos oficiais num amontoado amorfo de indivíduos sem uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos que os solidarizassem numa fraternal comunidade de idéias e sentimentos.

Posteriormente temos trechos da Nota que o General Dutra utiliza para justificar a discriminação com relação à cor e à nacionalidade estrangeira, em especial aos judeus.

Em relação à questão da cor, ele esclarece que a restrição em causa de modo algum pode desmerecer os patrícios que a tenham e cujas qualidades pessoais caberia reconhecer a abonar, porém objetiva de modo exclusivo evitar, para o futuro e quando se formassem oficiais, situações de constrangimento para eles próprios e seus comandados, em face das convenções sociais que não poderiam contornar ou abolir, pois constituiam normas e praxes de uso corrente na sociedade e às quais teriam de se amoldar.

Quanto às restrições impostas aos semitas, não há necessidade de justificativas. Considera raça desradicada a terra, desafeita por credo e sentimentos à noção objetiva de pátria tal qual era concebida, não teriam seus membros as credenciais para o exercício da profissão militar, embora, individualmente, não merecessem quaisquer prejulgamentos depreciativos.

Em conseqüência do exposto, determinava o Ministro da Guerra que, na seleção preliminar dos concorrentes à matrícula na Escola Militar ou na Escola Preparatória de Cadetes, fossem rigorosamente observadas as seguintes condições fundamentais para qualquer candidato:

1. ser brasileiro nato[281] e filho legítimo de brasileiros também natos;
2. pertencer à família organizada e de bom conceito;
3. ser física e mentalmente sadio;
4. não ser de cor;

[281] Conforme o Decreto-Lei 3.084, de 01 de março de 1941 (Estatuto dos Militares), para admissão nas escolas e cursos de formação de oficiais, além das condições de idade, aptidão intelectual, idoneidade moral e capacidade física, era necessário que o candidato fosse brasileiro nato e que as condições de ambiente social e doméstico (nacionalidade, religião, orientação política e condições morais e profissionais dos pais) não colidissem com as obrigações e deveres impostos aos militares, nem fossem suscetíveis de obstar a um perfeito e espontâneo sentimento patriótico.

5. não ser – nem seus pais – judeu, maometano ou ateu confesso.

Com relação ao último item, deveria ser observada rigorosa sindicância toda vez que houvesse dúvida da procedência do candidato, não sendo justificada qualquer negligência que favorecesse matrículas indevidas de candidatos que incidissem nas prescrições expressas.

Para não haver dúvida com relação ao processo seletivo, o General Dutra determinou através da Nota Secreta Nº. 325-52[282], de 16 de outubro de 1941, ao Comandante da Escola Militar que os casos especiais fossem resolvidos diretamente pelo próprio Ministro da Guerra, com o envio ao gabinete dele, da documentação pertinente ao candidato. Além de tentar evitar erros no processo seletivo dos candidatos ao oficialato, o Ministro da Guerra tomava essas decisões centralizadoras, revelando, pelo documento, um perfil que é pouco discutido pela historiografia que trata do General Dutra.

Em relação ao grande acúmulo de serviço ocasionado pela radicalização das Instruções para Matrícula na Escola Militar, podemos nos ater a outra análise. Essa situação poderia ter como conseqüência uma fragilidade no processo seletivo, deixando passar despercebida a entrada, na Escola Militar, de alguns casos indesejáveis, ou mesmo deixando entrar elementos que seriam considerados indesejáveis, mas que por algum motivo foram considerados aptos para continuar o processo seletivo, transgredindo as ordens impostas pelo Ministro da Guerra.

Com relação a esse processo de radicalização do processo seletivo dos candidatos a oficiais, podemos dizer que ele seria amenizado somente em 1946, quando da instituição de uma nova Constituição brasileira, em 18 de setembro.

Ao analisar o Ofício Circular Reservado Nº. 359[283], do Diretor de Ensino do Exército, General Francisco Borges Fortes de Oliveira, ao Comandante da Escola Militar de Resende, verificamos que conforme registro no documento o preconceito da cor, que as disposições de referências e outros levantavam no recrutamento dos candidatos ao oficialato do Exército ativo, não encontravam mais sustentação naquele novo momento, mesmo sob forma velada, contrária à essência do regime democrático.

Registra ainda que, após entendimento pessoal com o Ministro da Guerra, ficara acertado que a pigmentação da pele em si e por si não tornaria inapto nenhum brasileiro a se candidatar a qualquer dos estabelecimentos militares de ensino. No

[282] AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta Nº. 325-52, de 16 de outubro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.
[283] AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Circular Reservado Nº. 359, de 27 de Novembro de 1946, do Diretor de Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar de Rezende.

entanto, nada impediria os Comandantes das Escolas Militares, e o Diretor de Ensino recomendava que o exame dos demais requisitos legais, no tocante aos postulantes, fossem feitos com toda atenção e máxima severidade, pois a experiência tinha demonstrado maiores e mais freqüentes deslizes na vida profissional e privada dos homens de cor e seus derivados próximos.

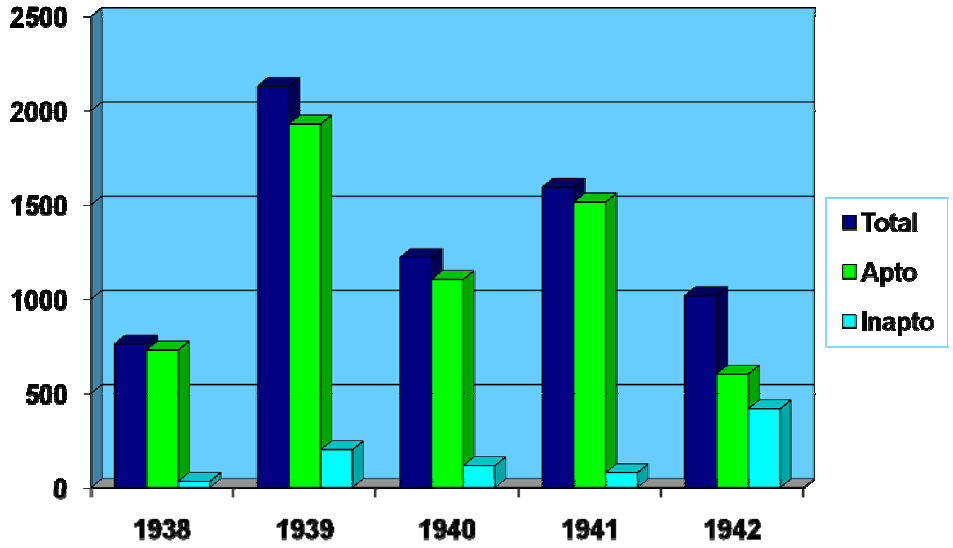
5.2 – Processos individuais para seleção da Escola Militar: coleta e análise de dados através de pesquisa empírica

Nesta parte da tese apresentamos os resultados da pesquisa quantitativa e da análise dos dados coletados dos processos individuais dos candidatos à seleção para a EMR nos anos de 1938, 1939, 1940, 1941, e 1942. O recorte temporal escolhido teve por objetivo comprovar os padrões de discriminação observados na documentação produzida pela Instituição no período de 1937 a 1946. A partir de 1942, conforme a nova Lei do Ensino Militar[284], os candidatos à Escola de Formação de Oficiais só deveriam ser admitidos na Escola Militar se proviessem das Escolas Preparatórias de Cadetes, que se tornaram o principal espaço de seleção dos futuros oficiais do Exército.

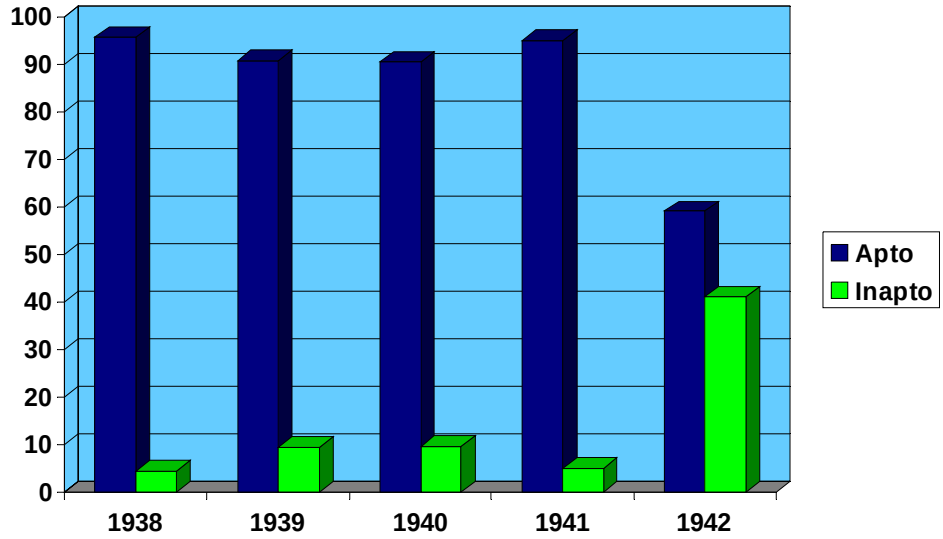
A média de processos individuais produzidos para o recorte temporal estabelecido (1938-1942) foi de 2.000 (dois mil) a 2.200 (dois mil e duzentos), anualmente, correspondendo ao número de candidatos inscritos. O número total de processos individuais analisados nesta pesquisa foi de 6.725 (seis mil setecentos e vinte e cinco), variando entre 700 (setecentos) e 2.200 (dois mil e duzentos), de acordo com a existência do corpus documental no AHEx, pois muitos processos podem ter sido perdidos nas diversas mudanças de guarda da documentação, destruídos por pessoas ou pela ação do tempo. O número de vagas no curso de formação de oficiais para a época era cerca de 400 (quatrocentas).

[284] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto-Lei N. 4130, de 26 de fevereiro de 1942.

PROJEÇÃO ANUAL DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO



TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS: 6.725

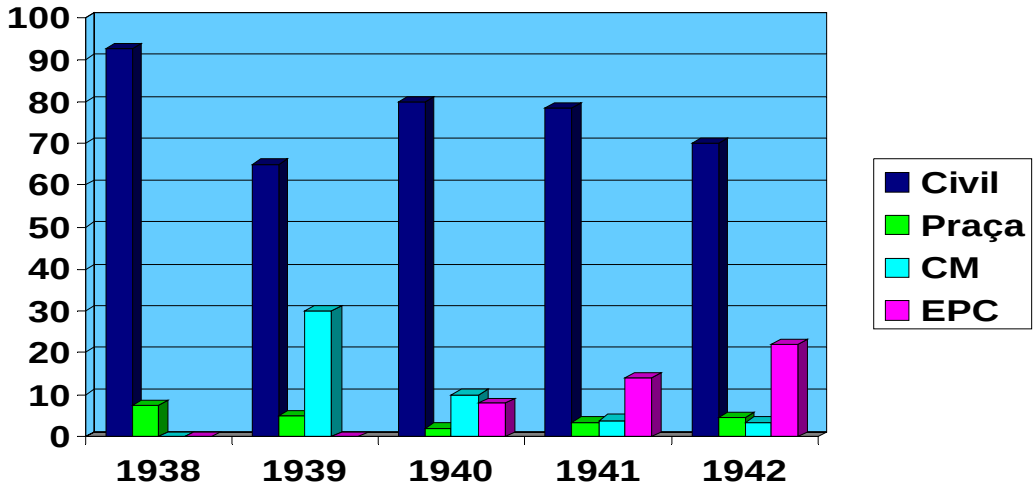


Com relação às constâncias observadas após as análises dos processos individuais, verificamos que:

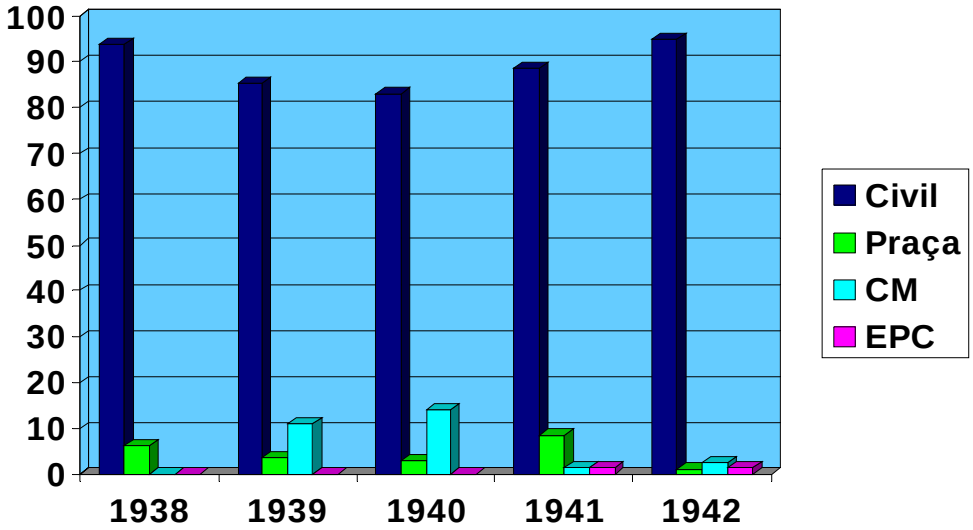
1) Com relação à procedência dos candidatos, do universo de inscritos para o concurso em todos os anos observados, a grande maioria vinha do meio civil. No ano de 1938, não houve candidato oriundo das EPC e dos Colégios Militares. No ano de 1939, apresentou-se um número considerável de candidatos dos Colégios Militares e nenhum das EPC. No ano de 1940, diminuiu o número de candidatos oriundo dos Colégios Militares e aumentou o número de candidatos oriundos das EPC em relação

ao ano anterior. Nenhum candidato das EPC foi considerado inapto. Nos anos de 1941 e 1942, continuou em crescimento o número de candidatos oriundos das EPC e diminuindo o número de candidatos dos Colégios Militares. Tecnicamente podemos observar que a Instituição caminhava para uma seleção mais endógena em relação a outras Escolas Militares, que deveriam preparar e homogeneizar os futuros candidatos para o curso de formação de oficiais.

CANDIDATOS APTOS

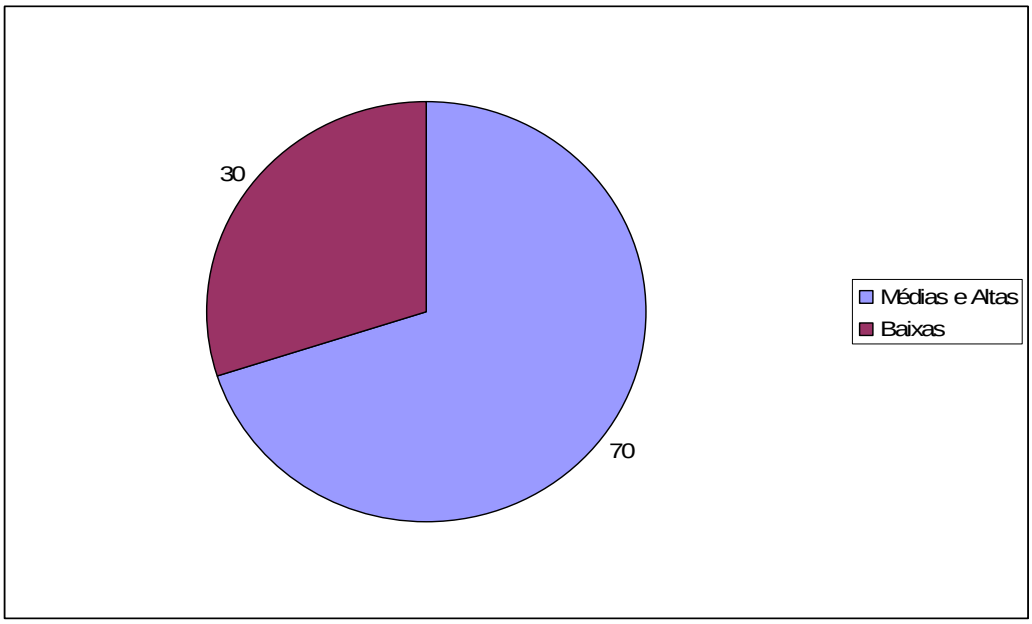


CANDIDATOS INAPTOS

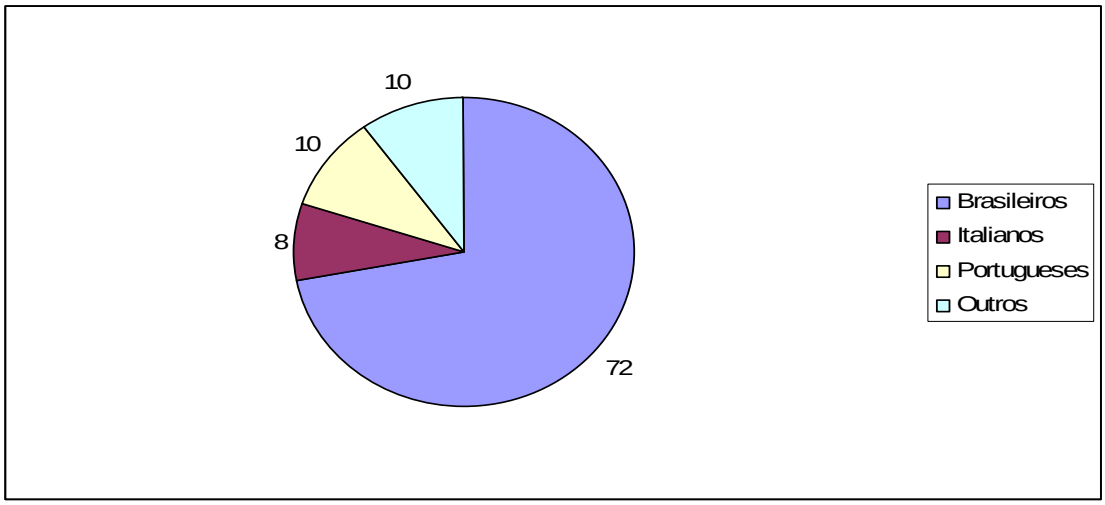


2) Com relação à origem social dos pais dos candidatos, observamos que no período analisado (1938-1942), mais da metade tinha profissões ligadas às camadas sociais médias e altas, formadas principalmente, por profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados) e comerciantes. Cerca de trinta por cento dos pais dos

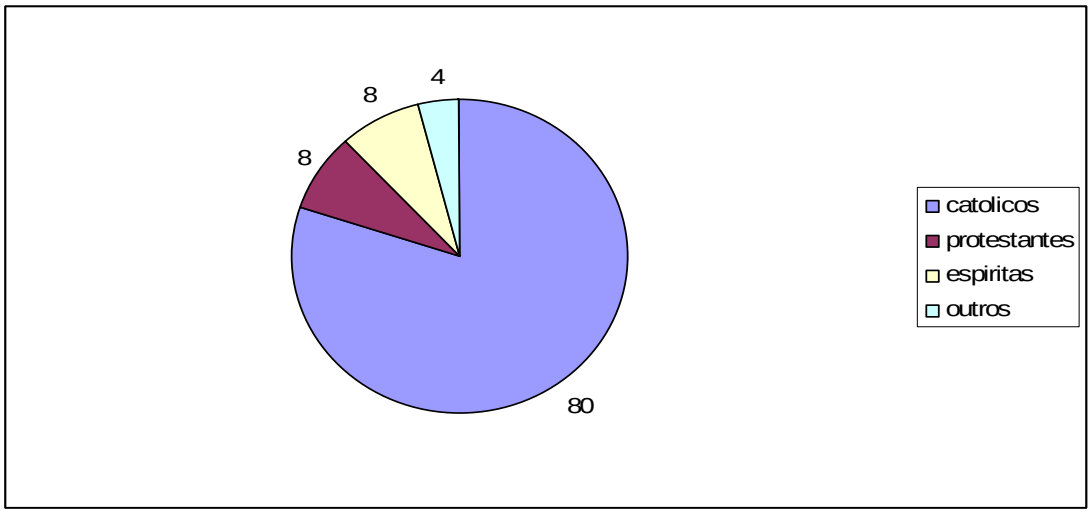
candidatos eram de profissões características de camadas sociais mais baixas, tais como: domésticas, profissões técnicas, operários, camponeses etc. A análise demonstra o crescente interesse da sociedade brasileira pela profissão de Oficial do Exército, que passava a atrair indivíduos de camadas sociais mais altas. O resultado dessa parte da pesquisa comprova a nossa análise com relação ao questionamento da posição da Instituição que a partir de 1930 passou a adotar uma política cujo interesse era formar uma elite militar.



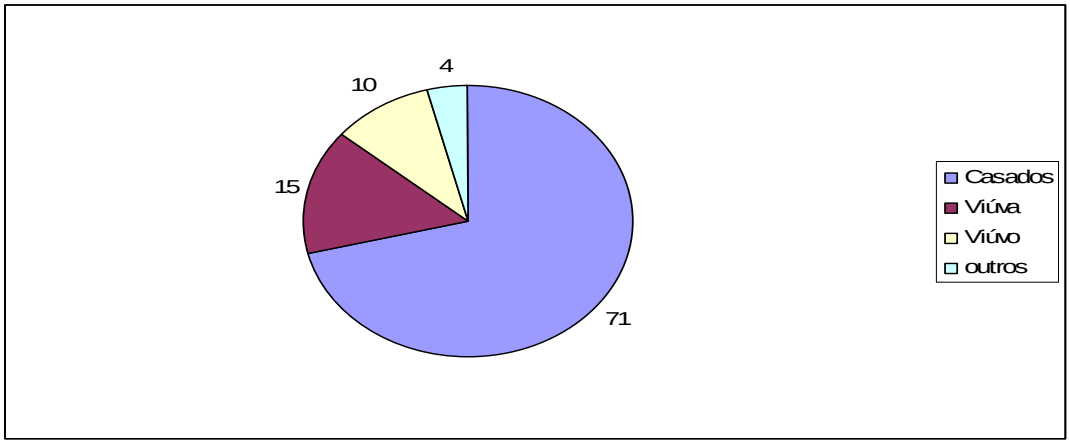
3) Com relação à nacionalidade dos pais dos candidatos, observamos que no período analisado, predominaram os brasileiros em mais de setenta por cento dos inscritos, seguidos de portugueses e italianos. Nos dois últimos casos, podemos vincular análise desse grupo de estrangeiros ao processo de imigração para o Brasil. Com relação à origem islâmica atribuída a um determinado grupo, percebemos em nossa análise que havia na sociedade brasileira um senso comum ao enquadrar sírios, libaneses e turcos como muçulmanos, erro do qual os militares não escaparam.



4) Com relação à religião dos candidatos, observamos que no período analisado, predominou os católicos, em mais de oitenta por cento dos inscritos, seguidos de protestantes e espíritas.



5) Com relação à situação familiar dos pais dos candidatos, observamos que no período analisado, predominou os casados, em mais de setenta por cento dos inscritos, seguidos dos casos de viúvas e de viúvos.



A seguir passaremos à análise mais detalhada dos dados da pesquisa empírica, conforme os quadros abaixo:

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A EMR – ANO DE 1938		
TOTAL: 763	**APTOS**: 730	**INAPTOS**: 33
I – CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS AO PROCESSO SELETIVO		
1.1 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO): 1.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: xxx 1.1.2 – Colégio Militar: xxx 1.1.3 – Praças: 54 1.1.4 – Civil: 676		
1.2 – ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA): 1.2.1 – Funcionário Público: 124 1.2.2 – Industrial: 18 1.2.3 – Médico: 36 1.2.4 – Dentista: 17 1.2.5 – Farmacêutico: 20 1.2.6 – Engenheiro: 20 1.2.7 – Comerciante: 220 1.2.8 – Comerciário: 14 1.2.9 – Professor (a): 12 1.2.10 – Advogado: 27 1.2.11 – Bancário: 13 1.2.12 – Promotor Público: 01 1.2.13 – Militar/Oficial: 57 1.2.14 – Militar: 18 1.2.15 – Contador: 15 1.2.16 – Fazendeiro: 09 1.2.17 – Lavrador: 05 1.2.18 – Construtor: 02 1.2.19 – Doméstica: 16 1.2.20 – Magistrado: 04 1.2.21 – Operário: 04 1.2.22 – Artista: 02 1.2.23 – Jornalista: 02 1.2.24 – Ourives: 01 1.2.25 – Despachante aduaneiro: 03 1.2.26 – Ferroviário: 10		

1.2.27 – Rádio-telegrafista: 02 1.2.28 – Hoteleiro: 01 1.2.29 – Mestre-de-obras: 01 1.2.30 – Garagista: 01 1.2.31 – Despachante comercial: 04 1.2.32 – Escrivão de órfãos: 01 1.2.33 – Agricultor: 18 1.2.34 – Tipógrafo: 01 1.2.35 – Marítimo: 01 1.2.36 – Fiscal de consumo: 01 1.2.37 – Ferreiro: 01 1.2.38 – Alfaiate: 04 1.2.39 – Carteiro: 01 1.2.40 – Comissário de Polícia: 01 1.2.41 – Marceneiro: 01 1.2.42 – Fotógrafo: 02 1.2.43 – Marcador da Leopoldina: 01 1.2.44 – Desenhista: 01 1.2.45 – Guarda-fios de linhas e telégrafos: 01 1.2.46 – Escriturário: 02 1.2.47 – Arquiteto: 01 1.2.48 - Fiscal de Imposto de Renda: 03 1.2.49 – Motorista: 01 1.2.50 – Governador de Estado: 01 1.2.51 – Corretor de imóveis: 01 1.2.52 – Pecuarista: 02 1.2.53 – Costureira: 01 1.2.54 – Cabeleireiro: 01 1.2.55 – Reitor: 01 1.2.56 – Delegado de Polícia: 01 1.2.57 – Guarda civil: 01
1.3 – NACIONALIDADE DO PAI/MÃE: 1.3.1 – Brasil: 613 1.3.2 – Portugal: 62 1.3.3 – Suíça: 01 1.3.4 – Brasileiro naturalizado: 05 1.3.5 – Itália: 29 1.3.6 – Argentina: 03 1.3.7 – Espanha: 14 1.3.8 – Inglaterra: 02 1.3.9 – França: 01
1.4 – RELIGIÃO DO CANDIDATO: 1.4.1 – Católico: 672 1.4.2 – Espírita: 17 1.4.3 – Protestante: 34 1.4.4 – Nenhuma: 04 1.4.5 – Livre Pensador: 01 1.4.5 – Positivista: 01
1.5 – SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS: 1.5.1 – Casados: 578 1.5.2 – Viúva: 103 1.5.3 – Viúvo: 39 1.5.4 – Ambos falecidos (tutoria): 05

1.5.5 – Desquitados: 03
1.5.6 – Mãe solteira: 02

II – CANDIDATOS CONSIDERADOS INAPTOS AO PROCESSO SELETIVO

2.1 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO):
2.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: xxx
2.1.2 – Colégio Militar: xxx
2.1.3 – Praças: 02
2.1.4 – Civil: 31

2.2 – PROCESSOS ARQUIVADOS – MOTIVOS:
2.2.1 – Cor da pele com base na fotografia (negro): xxx
2.2.2 – Pai/mãe (Judeu): 04
2.2.3 – Pai/mãe estrangeiros (Islâmico): 13
2.2.4 – Pai/mãe estrangeiros (outros): 07
2.2.5 – Excede a idade: 01
2.2.6 – Má conduta militar: xxx
2.2.7 – Inapto em inspeção de saúde: xxx
2.2.8 – Falta de documentação: 06
2.2.9 – Mãe solteira: 02

2.3 - ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA):
2.3.1 – Militar: 01
2.3.2 – Comerciante: 22
2.3.3 – Funcionário Público: 01
2.3.4 – Militar/Oficial: 01
2.3.5 – Dentista: xxx
2.3.6 – Industrial: xxx
2.3.7 – Advogado: xxx
2.3.8 – Médico: xxx
2.3.9 – Professor: 01
2.3.10 – Construtor: 01
2.3.12 – Doméstica: 02
2.3.13 – Modista: 01
2.3.14 – Padeiro: 01
2.3.15 – Engenheiro: 01
2.3.16 – Contador: 01

2.4 - NACIONALIDADE DO PAI:
2.4.1 – Brasil: 10
2.4.2 – Portugal: 01
2.4.3 – Rússia: 03
2.4.4 – Brasileiro naturalizado: 01
2.4.5 – Itália: 02
2.4.6 – Síria: 10
2.4.7 – Turquia: 01
2.4.8 – Egito: 01
2.4.9 – Líbano: 01
2.4.10 – Alemanha: 01
2.4.11 – Ucrânia: 01
2.4.12 – Romênia: 01

2.5 - RELIGIÃO DO CANDIDATO:
2.5.1 – Católico: 28
2.5.2 – Espírita: xxx
2.5.3 – Protestante: xxx
2.5.4 – Nenhuma: 01
2.5.5 – Israelita: 04

2.6 - SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS: 2.6.1 – Casados: 22 2.6.2 – Viúva: 06 2.6.3 – Viúvo: 03 2.6.4 – Ambos falecidos (tutoria): xxx 2.6.5 – Desquitados: xxx 2.6.6 – Mãe solteira: 02

Com relação ao ano de 1938, analisando a documentação observamos que houve poucos casos de inaptidão contrariando as medidas administrativas secretas estabelecidas pelo General Dutra, Ministro da Guerra, para o controle dos elementos considerados indesejáveis para compor o quadro de oficiais do Exército Brasileiro e que o número total de processos existentes no AHEx é um pouco menor do que nos anos seguintes que iremos analisar. Achamos importante registrar que, com relação à documentação que compunha o processo individual, observamos que a maioria não estava completa em relação à lista de itens que obrigatoriamente deveriam compor o processo de inscrição para a seleção da EMR. No caso da fotografia, mais de noventa por cento dos processos não apresentavam foto, o que não aconteceria nos anos seguintes, tornando-se o principal item para identificar os casos de candidatos indesejáveis por causa da cor (negros).

Dos poucos casos de candidato considerados inaptos, e que tiveram seus processos arquivados, verificamos que houve uma grande flexibilização com relação aos filhos de estrangeiros portugueses, espanhóis e italianos, grupos radicados no Brasil a longo tempo, o que normalmente não ocorreu com os filhos de estrangeiros sírios, turcos, libaneses, russos e religiosamente identificados com o judaísmo (israelitas).

O final dos anos 1930 representa momento de indefinição quanto ao alinhamento político do Estado brasileiro. Em jogo estava os interesses norte-americanos na defesa continental da América, e do outro lado, a aproximação econômica do Brasil com a Alemanha através da compra de material bélico.

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A EMR – ANO DE 1939		
TOTAL: 2129	**APTOS**: 1929	**INAPTOS**: 200
I – CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS AO PROCESSO SELETIVO		
1.2 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO): 1.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: XXX 1.1.2 – Colégio Militar: 577 1.1.3 – Praças: 98 1.1.4 – Civil: 1254		

1.2 – ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA):
- 1.2.1 – Funcionário Público: 398
- 1.2.2 – Industrial: 42
- 1.2.3 – Médico: 91
- 1.2.4 – Dentista: 44
- 1.2.5 – Farmacêutico: 29
- 1.2.6 – Engenheiro: 61
- 1.2.7 – Comerciante: 527
- 1.2.8 – Comerciário: 47
- 1.2.9 – Professor (a): 18
- 1.2.10 – Advogado: 68
- 1.2.11 – Bancário: 32
- 1.2.12 – Administrador: 01
- 1.2.13 – Militar/Oficial: 198
- 1.2.14 – Militar: 95
- 1.2.15 – Contador: 36
- 1.2.16 – Fazendeiro: 30
- 1.2.17 – Lavrador, agricultor, pecuarista: 61
- 1.2.18 – Construtor: 00
- 1.2.19 – Doméstica: 39
- 1.2.20 – Magistrado: 29
- 1.2.21 – Operário: 16
- 1.2.22 – Artista: 08
- 1.2.23 – Jornalista: 08
- 1.2.24 – Carregador: 01
- 1.2.25 – Agrônomo: 02
- 1.2.26 – Ferroviário: 16
- 1.2.27 – Rádio-Telegrafista: 02
- 1.2.28 – Comissário Inspetor: 01
- 1.2.29 – Despachante aduaneiro: 08
- 1.2.30 – Motorista: 01
- 1.2.31 – Desembargador: 02
- 1.2.32 – Oficial da Marinha Mercante: 01
- 1.2.33 – Pastor evangélico: 02
- 1.2.34 – Corretor de imóveis: 02
- 1.2.35 – Protético: 01
- 1.2.36 – Funcionário de Companhia Telefônica: 00
- 1.2.37 – Confeiteiro: 01
- 1.2.38 – Alfaiate: 01
- 1.2.39 – Fotógrafo: 01
- 1.2.40 – Carpinteiro: 01
- 1.2.41 – Conferente de Cais do Porto: 01
- 1.2.42 – Químico: 01
- 1.2.43 – Fotógrafo: 01
- 1.2.44 – Tropeiro: 01
- 1.2.45 – Cabeleireiro: 01

1.3 – NACIONALIDADE DO PAI:
- 1.3.1 – Brasil: 1734
- 1.3.2 – Portugal: 149
- 1.3.3 – Bélgica: 01
- 1.3.4 – Brasileiro naturalizado: 05
- 1.3.5 – Itália: 22
- 1.3.6 – Síria: 03

1.3.7 – Espanha: 07
1.3.8 – Argentina: 01
1.3.9 – Polônia: 01
1.3.10 – Uruguai: 04
1.3.11 – Paraguai: 01
1.3.12 – França: 01

1.4 – RELIGIÃO DO CANDIDATO:
1.4.1 – Católico: 1825
1.4.2 – Espírita: 41
1.4.3 – Protestante: 46
1.4.4 – Nenhuma: 09
1.4.5 – Livre Pensador: 05
1.4.6 – Maçonaria: 01
1.4.7 – Positivista: 02

1.5 – SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS:
1.5.1 – Casados: 1563
1.5.2 – Viúva: 214
1.5.3 – Viúvo: 100
1.5.4 – Ambos falecidos (tutoria): 45
1.5.5 – Desquitados: 05
1.5.6 – Mãe solteira: 02

II – CANDIDATOS CONSIDERADOS INAPTOS AO PROCESSO SELETIVO

2.2 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO):
2.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: XXX
2.1.2 – Colégio Militar: 22
2.1.3 – Praças: 07
2.1.4 – Civil: 171

2.2 – PROCESSOS ARQUIVADOS – MOTIVOS:
2.2.1 – Cor da pele com base na fotografia (negro): 52
2.2.2 – Pai/mãe (Judeu): 03
2.2.3 – Pai/mãe estrangeiros (Islâmico): 03
2.2.4 – Pai/mãe estrangeiros (outros): 96
2.2.5 – Excede a idade: 06
2.2.6 – Má conduta militar: 05
2.2.7 – Inapto em inspeção de saúde: 07
2.2.8 – Pais separados/filho ilegítimos/mãe solteira: 15
2.2.9 – Nenhum motivo aparente: 07
2.2.10 – Falta de documentação: 06

2.3 - ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA):
2.3.1 – Militar: 10
2.3.2 – Comerciante: 97
2.3.3 – Funcionário Público: 28
2.3.4 – Militar/Oficial: 09
2.3.5 – Dentista: 02
2.3.6 – Fazendeiro: 01
2.3.7 – Advogado: 07
2.3.8 – Artista: 06
2.3.9 – Ferroviário: 01
2.3.10 – Bancário: 01
2.3.11 – Industrial: 03
2.3.12 – Contador: 03
2.3.13 – Professor (a): 03
2.3.14 – Lavrador: 04

2.3.15 – Engenheiro: 06
2.3.16 – Fazendeiro: 02
2.3.17 – Doméstica: 11
2.3.18 – Tipógrafo: 01
2.3.19 – Magistrado: 01
2.3.20 – Médico: 02
2.3.21 – Farmacêutico: 01
2.3.22 – Empreiteiro: 01
2.3.23 – Litógrafo: 01

2.4 - NACIONALIDADE DO PAI:
2.4.1 – Brasil: 91
2.4.2 – Portugal: 07
2.4.3 – Irlanda: 01
2.4.4 – Brasileiro naturalizado: 01
2.4.5 – Itália: 39
2.4.6 – Síria: 13
2.4.7 – Alemanha: 03
2.4.8 – França (marroquino): 02
2.4.9 – Líbano: 08
2.4.10 – Argentina: 02
2.4.11 – Espanha: 10
2.4.12 – Polônia: 02
2.4.13 – Rússia: 07
2.4.14 – Suíça: 01
2.4.15 – Áustria: 02
2.4.16 – Romênia: 01
2.4.17 – Israelita: 02
2.4.18 – Alemanha: 01
2.4.19 – Uruguai: 02
2.4.20 – Japão: 01
2.4.21 – Armênia: 01
2.4.22 – Romênia: 01
2.4.23 – Peru: 01
2.4.24 – Inglaterra: 01

2.5 - RELIGIÃO DO CANDIDATO:
2.5.1 – Católico: 179
2.5.2 – Espírita: 01
2.5.3 – Protestante: 09
2.5.4 – Nenhuma: 05
2.5.5 – Hebraico/Israelita: 04
2.5.6 – Ortodoxo: 01
2.5.7 – Adventista do 7º Dia: 01

2.6 - SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS:
2.6.1 – Casados: 140
2.6.2 – Viúva: 33
2.6.3 – Viúvo: 08
2.6.4 – Ambos falecidos (tutoria): 05
2.6.5 – Desquitados: 03
2.6.6 – Mãe solteira: 11

Com relação ao ano de 1939, observamos que o principal caso entre os processos arquivados se dava por conta da cor da pele (negros[285]), e da origem estrangeira.

Com relação aos estrangeiros, destacamos um processo[286] que foi arquivado por motivo de o pai (falecido) ser estrangeiro (Russo), e a mãe brasileira e o próprio candidato professarem a religião dos judeus. No interior do processo, existe um bilhete com informações sobre o candidato e de seus progenitores, além de existir uma fotocópia da certidão de óbito que confirma a naturalidade do pai falecido, conforme está escrito na ficha individual do candidato. Na fotocópia da certidão de óbito que consta no processo, a naturalidade do pai (russo) está marcada em vermelho. A Ficha Individual além de identificar a procedência russa do pai e a religião israelita da progenitora e do candidato, foi marcada por letras em vermelho e em tamanho que sobressaem sobre na ficha.

Outro caso encontrado, o candidato era filho de russo, mãe italiana e, com relação à religião, nem o pai, nem o candidato registraram uma religião. O Oficial avaliador da Escola Militar registrou na ficha individual declaração cogitando a hipótese de que a certidão de nascimento do candidato seria falsa, concluindo de que o indivíduo era considerado também estrangeiro.

Já com relação aos candidatos inaptos por motivo da cor (negros), observamos um processo em que o candidato teve sua documentação arquivada com base na análise da certidão de nascimento. Segundo o oficial selecionador o documento foi feito de acordo com um processo de justificação, concluindo que parecia fraude. No entanto, ao analisarmos a fotografia da ficha do requerimento, vimos que a foto está marcada a vermelho, e que o candidato que era negro utilizou uma fotografia em que estava fardado, de quando era aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Além disso, o candidato era filho de um Capitão do Exército (falecido). Com relação à foto usando farda, deduz-se que o candidato conhecendo da sua condição racial junto à sociedade, se utiliza da indumentária militar e de sua condição de ex-aluno do CMRJ para atrair o bom senso dos selecionadores da Escola Militar e conseguir ultrapassar possíveis barreiras impostas pela Instituição.

Em outro caso observado de candidato inapto por motivo da cor (negro), consta na ficha individual que o pai do candidato era Oficial da Marinha de Guerra, o que achamos duvidoso por conta da própria condição histórica da Instituição, conservadora

[285] Ver anexo J - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar contendo uma folha do processo com fotografia.
[286] Ver anexo R – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: um bilhete, uma folha do processo com foto, fotocópia da certidão de óbito, e uma ficha individual (o4 imagens).

e discriminadora. Por outro lado, o pai do candidato poderia ser branco, e era casado com uma negra, pois, na fotografia o candidato não parece ser de cor muito escura.

No entanto, observamos um caso, em que a fotografia do candidato está circulada em vermelho, dando a nítida impressão de se tratar de um candidato negro que foi inicialmente considerado inapto por algum membro da comissão de seleção, mas o Chefe da Comissão, revendo o caso, considerou-o apto, ao ver que na certidão de nascimento constava como branco e escreveu: "*não é o que parece no retrato*". Podemos observar, com esse caso, a disputa de duas verdades, a da realidade e a jurídica. A primeira, baseada na imagem, e a segunda, baseada no documento produzido pelo próprio Estado que, em princípio, não deveria conter erros. Nos anos seguintes, pudemos verificar que casos como esse não passariam mais, pois a verdade absoluta ficaria a cargo da realidade, daquilo o que se vê e não daquilo que se lê.

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A EMR – ANO DE 1940		
TOTAL: 1220	**APTOS**: 1104	**INAPTOS**: 116
I – CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS AO PROCESSO SELETIVO		
1.3 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO): 1.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: 97 1.1.2 – Colégio Militar: 114 1.1.3 – Praças: 19 1.1.4 – Civil: 873 1.1.5 – Oficial temporário: 01		
1.2 – ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA): 1.2.1 – Funcionário Público: 172 1.2.2 – Industrial: 38 1.2.3 – Médico: 48 1.2.4 – Dentista: 27 1.2.5 – Farmacêutico: 14 1.2.6 – Engenheiro: 48 1.2.7 – Comerciante: 309 1.2.8 – Comerciário: 41 1.2.9 – Professor (a): 13 1.2.10 – Advogado: 49 1.2.11 – Bancário: 19 1.2.12 – Previdência social: 01 1.2.13 – Militar/Oficial: 107 1.2.14 – Militar: 44 1.2.15 – Contador: 27 1.2.16 – Fazendeiro: 17 1.2.17 – Lavrador, pecuarista: 32 1.2.18 – Construtor: 04 1.2.19 – Doméstica: 10 1.2.20 – Magistrado: 11 1.2.21 – Operário: 07 1.2.22 – Artista: 04 1.2.23 – Jornalista: 02 1.2.24 – Joalheiro: 03		

1.2.25 – Despachante aduaneiro: 07
1.2.26 – Ferroviário: 10
1.2.27 – Rádio-telegrafista: 04
1.2.28 – Fiscal de Impostos: 05
1.2.29 – Corretor de imóveis: 03
1.2.30 – Agente de Seguro: 01
1.2.31 – Diplomata: 01
1.2.32 – Professor catedrático: 01
1.2.33 – Pastor evangélico: 02
1.2.34 – Escriturário: 01
1.2.35 – Enfermeiro: 01
1.2.36 – Funcionário de Companhia Telefônica: 01
1.2.37 – Marchant (Comerciante de obras de arte): 01
1.2.38 – Alfaiate: 03
1.2.39 – Padeiro: 01
1.2.40 – Agrônomo: 01
1.2.41 – Tipógrafo: 01
1.2.42 – Escriturário: 01
1.2.43 – Delegado de Polícia: 01
1.2.44 – Oficial de Justiça: 02
1.2.45 – Mestre de Obras: 01
1.2.46 – Eletrotécnico: 01
1.2.47 – Gráfico: 01
1.2.48 – Ministro do STF: 01
1.2.49 – Agricultor: 03
1.2.50 – Desembargador: 01
1.2.51 - Fotógrafo

1.3 – NACIONALIDADE DO PAI:
1.3.1 – Brasil: 964
1.3.2 – Portugal: 81
1.3.3 – Suíça: 01
1.3.4 – Brasileiro naturalizado: 08
1.3.5 – Itália: 28
1.3.6 – Síria: 04
1.3.7 – Espanha: 08
1.3.8 – Turquia: 01
1.3.9 – Grécia: 01
1.3.10 – Inglaterra: 01
1.3.11 – Uruguai: 01
1.3.12 – Suíça: 01
1.3.13 – Bélgica: 01
1.3.14 – Argentina: 01
1.3.15 – Dinamarca: 01
1.3.16 – França: 01

1.4 – RELIGIÃO DO CANDIDATO:
1.4.1 – Católico: 1052
1.4.2 – Espírita: 12
1.4.3 – Protestante: 22
1.4.4 – Nenhuma: 13
1.4.5 – Livre Pensador: 03
1.4.6 – Materialista: 01
1.4.7 – Positivista: 01

1.5 – SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS:

1.5.1 – Casados: 929
1.5.2 – Viúva: 103
1.5.3 – Viúvo: 53
1.5.4 – Ambos falecidos (tutoria): 13
1.5.5 – Desquitados: 06

II – CANDIDATOS CONSIDERADOS INAPTOS AO PROCESSO SELETIVO

2.3 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO):
2.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: XXX
2.1.2 – Colégio Militar: 16
2.1.3 – Praças: 03
2.1.4 – Civil: 97

2.2 – PROCESSOS ARQUIVADOS – MOTIVOS:
2.2.1 – Cor da pele com base na fotografia (negro): 32
2.2.2 – Pai/mãe (Judeu): 00
2.2.3 – Pai/mãe estrangeiro (Islâmico): 00
2.2.4 – Pai/mãe estrangeiro (outros): 13
2.2.5 – Excede a idade: 13
2.2.6 – Má conduta militar: 02
2.2.7 – Inapto em inspeção de saúde: 15
2.2.8 – Falta de documentação: 43

2.3 - ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA):
2.3.1 – Militar: 12
2.3.2 – Comerciante: 31
2.3.3 – Funcionário Público: 23
2.3.4 – Militar/Oficial: 08
2.3.5 – Dentista: 03
2.3.6 – Industrial: 08
2.3.7 – Advogado: 02
2.3.8 – Médico: 01
2.3.9 – Professor: 05
2.3.10 – Bombeiro: 01
2.3.12 – Doméstica: 03
2.3.13 – Operário: 01
2.3.14 – Artista: 01
2.3.15 – Engenheiro: 02
2.3.16 – Ferroviário: 01
2.3.17 – Farmacêutico: 01
2.3.18 – Desembargador: 01
2.3.19 – Comerciário: 01
2.3.20 – Lavrador/pecuarista: 02
2.3.21 – Magistrado: 04
2.3.22 – Bancário: 02
2.3.23 – Motorista: 01
2.3.24 – Desenhista: 01
2.3.25 – Carpinteiro: 01

2.4 - NACIONALIDADE DO PAI/MÃE:
2.4.1 – Brasil: 93
2.4.2 – Portugal: 10
2.4.3 – Rússia: 02
2.4.4 – Brasileiro naturalizado: XXX
2.4.5 – Itália: 04
2.4.6 – Síria: 02
2.4.7 – Alemanha: 01

2.4.8 – Turquia: 01 2.4.9 – Líbano: 01 2.4.10 – Polônia: 01 2.4.11 – Ucrânia: 01
2.5 - RELIGIÃO DO CANDIDATO: 2.5.1 – Católico: 110 2.5.2 – Espírita: 03 2.5.3 – Protestante: 01 2.5.4 – Nenhuma: 01 2.5.5 – Deísta: 01
2.6 - SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS: 2.6.1 – Casados: 97 2.6.2 – Viúva: 14 2.6.3 – Viúvo: 03 2.6.4 – Ambos falecidos (tutoria): XXX 2.6.5 – Desquitados: 02 2.6.6 – Mãe solteira: XXX

Com relação ao ano de 1940, observamos que continuou havendo um processo seletivo flexível em relação aos anos posteriores. Verificamos que muito dos casos de filhos de estrangeiros, normalmente foram considerados aptos para realizar o processo seletivo. Com relação aos estrangeiros, devemos ressaltar que essa flexibilização diminuía com relação aos filhos de pais islâmicos e judeus, apesar de termos encontrado alguns casos de pais islâmicos que foram considerados aptos. Nos casos de processos arquivados por motivo da cor (negro), foi mantido o padrão de discriminação, sendo normalmente, considerados inaptos.

Em um dos casos de filho de estrangeiro analisados, os pais do candidato eram originários da Síria e ele foi considerado apto por conta do tempo de permanência dos pais no Brasil. Em outro caso, o candidato foi considerado apto, porque seu pai, apesar de ter nascido na Síria, já estava naturalizado brasileiro.

Caso interessante observado foi o de um candidato considerado apto, que se declarou católico, embora na ficha individual estivesse registrado que seu pai tinha como religião o Hebraico, além do nome revelar ser ele de origem judaica, o que não prejudicou o filho no processo seletivo. Podemos entender essa atitude como uma fase ainda flexível com relação às orientações do Ministro da Guerra, em relação aos candidatos considerados “indesejáveis”, pois a palavra “Hebraica” não foi marcada em vermelho como verificamos em anos posteriores.

Observamos também, que a situação familiar de pais desquitados em alguns casos, não influenciou na inaptidão para o processo seletivo do candidato.

Verificamos que alguns candidatos oriundos das Escolas Preparatórias de Cadetes haviam realizado concurso no ano anterior como civis, sendo reprovados. Na

situação de reprovados, esses candidatos entravam nas EPC, talvez para obter um melhor estudo e tentar conseguir êxito em concurso seguinte.

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A EMR – ANO DE 1941		
TOTAL: 1594	**APTOS**: 1515	**INAPTOS**: 79
I – CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS AO PROCESSO SELETIVO		
1.4 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO): 1.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: 211 1.1.2 – Colégio Militar: 63 1.1.3 – Praças: 51 1.1.4 – Civil: 1190		
1.2 – ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA): 1.2.1 – Funcionário Público: 249 1.2.2 – Industrial: 38 1.2.3 – Médico: 74 1.2.4 – Dentista: 33 1.2.5 – Farmacêutico: 22 1.2.6 – Engenheiro: 68 1.2.7 – Comerciante: 333 1.2.8 – Comerciário: 91 1.2.9 – Professor (a): 32 1.2.10 – Motorista: 03 1.2.11 – Bancário: 33 1.2.12 – Oficial da Marinha Mercante: 12 1.2.13 – Militar/Oficial: 123 1.2.14 – Militar: 67 1.2.15 – Contador: 34 1.2.16 – Fazendeiro: 38 1.2.17 – Lavrador, agricultor, pecuarista: 41 1.2.18 – Construtor: 11 1.2.19 – Doméstica: 75 1.2.20 – Magistrado: 19 1.2.21 – Carpinteiro: 01 1.2.22 – Jornalista: 06 1.2.23 – Funcionário de Companhia Telefônica: 02 1.2.24 – Alfaiate: 03 1.2.25 – Costureira: 01 1.2.26 – Ferroviário: 12 1.2.27 – Rádio-Telegrafista: 06 1.2.28 – Coletor de Impostos: 02 1.2.29 – Corretor de Publicidade: 02 1.2.30 – Artista/Músico: 02 1.2.31 – Porteiro: 01 1.2.32 – Agrônomo: 03 1.2.33 – Artífice/mecânico: 02 1.2.34 – Viajante: 06 1.2.35 – Linotipista: 01 1.2.36 – Eletricista: 02 1.2.37 – Advogado: 69 1.2.38 – Gerente de Companhia de Seguro: 01 1.2.39 – Escrivão de Paz: 04 1.2.40 – Garagista: 02		

1.2.41 – Protético: 01
1.2.42 – Corretor de Imóveis: 03
1.2.43 – Relojoeiro: 01
1.2.44 – Despachante Aduaneiro: 05
1.2.45 – Ourives: 01
1.2.46 – Pastor Evangélico: 01
1.2.47 – Promotor: 01
1.2.48 – Exportador de Café e Algodão: 01

1.3 – NACIONALIDADE DO PAI/MÃE:
1.3.1 – Brasil: 1319
1.3.2 – Portugal: 113
1.3.3 – Suíça: 02
1.3.4 – Brasileiro naturalizado: 17
1.3.5 – Itália: 39
1.3.6 – Síria: 08
1.3.7 – Espanha: 09
1.3.8 – Bélgica: 01
1.3.9 – Líbano: 02
1.3.10 – Estados Unidos da América: 01
1.3.11 – Inglaterra: 01
1.3.12 – Grécia: 01
1.3.13 – Áustria: 01
1.3.14 – Uruguai: 01

1.4 – RELIGIÃO DO CANDIDATO:
1.4.1 – Católico: 1408
1.4.2 – Espírita: 42
1.4.3 – Protestante: 42
1.4.4 – Nenhuma: 20
1.4.5 – Maçonaria: 01
1.4.5 – Livre Pensador: 02

1.5 – SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS:
1.5.1 – Casados: 1191
1.5.2 – Viúva: 191
1.5.3 – Viúvo: 97
1.5.4 – Ambos falecidos (tutoria): 31
1.5.5 – Desquitados: 04
1.5.6 – Mãe solteira: 01

II – CANDIDATOS CONSIDERADOS INAPTOS AO PROCESSO SELETIVO

2.4 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO):
2.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: 01
2.1.2 – Colégio Militar: 01
2.1.3 – Praças: 07
2.1.4 – Civil: 70

2.2 – PROCESSOS ARQUIVADOS – MOTIVOS:
2.2.1 – Cor da pele com base na fotografia (negro): 46
2.2.2 – Pai/mãe (Judeu): 01
2.2.3 – Pai/mãe estrangeiros (Islâmico): 16
2.2.4 – Pai/mãe estrangeiros (outros): 07
2.2.5 – Excede a idade: 06
2.2.6 – Aluno do Colégio Militar / Escola Preparatória de Cadetes excluídos por questão de ordem moral ou por não ter revelado pendor para a carreira de oficial: 01
2.2.7 – Incapaz definitivo em inspeção de saúde: 02

2.3 - ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA): 2.3.1 – Militar: 06 2.3.2 – Comerciante: 24 2.3.3 – Funcionário Público: 21 2.3.4 – Militar/Oficial: 03 2.3.5 – Alfaiate: 01 2.3.6 – Industrial: 03 2.3.7 – Contador: 03 2.3.8 – Médico: 01 2.3.9 – Agricultor/lavrador/pecuarista: 03 2.3.10 – Exportador: 01 2.3.11 – Comerciário: 01 2.3.12 – Doméstica: 08 2.3.13 – Nada consta: 02 2.3.14 – Oficial da Marinha Mercante: 01 2.3.15 – Farmacêutico: 01
2.4 - NACIONALIDADE DO PAI/MÃE: 2.4.1 – Brasil: 48 2.4.2 – Portugal: 03 2.4.3 – Polônia: 01 2.4.4 – Brasileiro naturalizado: 01 2.4.5 – Itália: 04 2.4.6 – Síria: 09 2.4.7 – Espanha: 02 2.4.8 – Bélgica: 01 2.4.9 – Líbano: 06 2.4.10 – Grécia: 01 2.4.11 – Nada consta: 02
2.5 - RELIGIÃO DO CANDIDATO: 2.5.1 – Católico: 71 2.5.2 – Espírita: nenhum 2.5.3 – Protestante: 04 2.5.4 – Nada consta: 02 2.5.5 – Israelita: 01 2.5.6 – Ortodoxa: 01
2.6 - SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS: 2.6.1 – Casados: 57 2.6.2 – Viúva: 15 2.6.3 – Viúvo: 03 2.6.4 – Ambos falecidos (tutoria): 01 2.6.5 – Desquitados: 02 2.6.6 – Mãe solteira: 01

Em relação ao ano de 1941, observamos que a maioria dos candidatos era de origem civil e de família que possuía uma boa condição financeira, no momento em que a Instituição consolidava a abertura de seu espaço a essa parcela da sociedade com claros objetivos de fundamentar sua elitização.

Com relação à análise dos elementos que compuseram o universo dos candidatos, observamos que os pais de nacionalidade portuguesa, síria e libanesa, trabalhavam como comerciantes proprietários de seus estabelecimentos comerciais.

Outra observação considerada importante e que também foi percebida no ano anterior é que a maioria dos candidatos procedentes das EPC havia tentado ingressar na EMR em anos anteriores na condição de civis. Logo, chegamos à conclusão de que, sendo reprovados no processo seletivo, entravam para EPC para melhor se prepararem ou servirem-se do privilégio de já estar numa organização militar. No entanto, nesse momento, ser da EPC não significava garantia de vaga, como foi o caso de vários processos individuais arquivados, oriundos da EPC de Porto Alegre, e outros dois casos de candidatos que ainda deveriam provar a naturalidade do pai, caso contrário seus processos seriam arquivados[287].

Verificamos alguns casos que não seguiram as normas estabelecidas pelo Ministério da Guerra para arquivamento dos processos dos elementos considerados indesejáveis, principalmente com relação a filhos de pais estrangeiros. Tivemos o caso de um filho de libanês que foi considerado apto, talvez pela condição do seu pai ser comerciante, viúvo, e constar na certidão de nascimento do candidato como sendo de cor branca. Em outro caso, o candidato teve inicialmente seu processo arquivado, por conta do sobrenome, mas, posteriormente, o seu processo foi desarquivado, após retificação do despacho do Comandante da Escola, visto ter sido esse desarquivamento proposto pela própria Comissão de Sindicância, após revisão do processo. Neste caso, o único fator flexibilizador era o pai do candidato ser militar. Outro caso analisado foi de um filho de sírio que não teve restrições para realizar o concurso. No processo estava marcada em vermelho, a profissão do pai, proprietário, residente no Brasil desde 1912.

Em nossas análises, observamos outros casos de sírios e libaneses que não tiveram seus processos arquivados. Em um caso, um filho de sírio foi considerado apto para o concurso, sem restrições. Vimos que o atestado de honorabilidade foi assinado por um Capitão do Exército e que o candidato apresentou, ainda, um atestado de que estava matriculado no curso *Freycinet*, preparatório para o concurso à Escola Militar, dirigido pelo Dr. Sinésio de Farias, engenheiro militar e professor Catedrático da EMR, que assinava o documento. Também outro filho de sírio, cujo pai vivia há cinqüenta anos no Brasil e que teve seu atestado de honorabilidade assinado por um Tenente-Coronel Professor, foi considerado apto para o concurso. Em um dos últimos casos analisados de filho de estrangeiro considerado apto, o pai era dentista e tinha um processo de naturalização em andamento. No entanto, na frente do processo estava

[287] AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Reservado 51-G, do Comandante da Escola Militar do Realengo ao Comandante da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre.

registrado que se atrasasse ao máximo sua chamada, para esperar o resultado do processo de naturalização.

De maneira geral, as normas para evitar a entrada dos indesejáveis foram seguidas a risca, principalmente, nos casos de cor da pele (negros) e de judeus, como observamos na tabela (Relação dos Inaptos) confeccionada com base na coleta de dados dos processos individuais para a seleção da EMR.

Os casos, cujos sobrenomes pudessem deixar dúvida com relação à nacionalidade dos pais, eram sublinhados em vermelho e analisados através de sindicância.

No ano de 1941, todos os casos de inaptidão devido à cor da pele (negros) constavam na certidão de nascimento como brancos, morenos ou pardos, juridicamente, uma maneira de burlar o preconceito racial codificado pela sociedade brasileira. Alguns casos de inaptos pela cor (negros) eram filhos de militares da ativa, militares aposentados, ou militares falecidos. Alguns desses candidatos eram filhos de oficiais de baixa patente (Capitães e Tenentes), outros eram filhos de oficiais superiores (Majores e Tenentes-Coronéis), o que não os isentava da discriminação estabelecida. No entanto, na maioria dos casos, os candidatos eram filhos de funcionários públicos de baixo escalão ou de domésticas.

Em relação aos estrangeiros, vários filhos de italianos tiveram seus processos arquivados. Em alguns casos de filhos de sírios e libaneses que tiveram seus processos arquivados seus pais viviam no Brasil há mais de vinte anos e em outros, já estavam naturalizados como brasileiros. Registramos um caso de um candidato, filho de italiano, que foi considerado apto, pois seu pai vivia há cinqüenta anos no Brasil e era casado com uma “brasileira branca”. A declaração de que o pai do candidato vivia no Brasil foi assinada pelo Coronel Chefe da 1ª Circunscrição Regional. Outro caso, de filho de italiano e mãe brasileira, considerado apto, tinha registrado à mão, na ficha, que o pai residia no Brasil desde 1897.

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A EMR – ANO DE 1942		
TOTAL: 1019	**APTOS**: 602	**INAPTOS**: 417
I – CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS AO PROCESSO SELETIVO		
1.5 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO): 1.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: 137 1.1.2 – Colégio Militar: 21 1.1.3 – Praças: 28 1.1.4 – Civil: 416		
1.2 – ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA): 1.2.1 – Funcionário Público: 112 1.2.2 – Industrial: 15		

1.2.3 – Médico: 25 1.2.4 – Dentista: 11 1.2.5 – Farmacêutico: 09 1.2.6 – Engenheiro: 24 1.2.7 – Comerciante: 164 1.2.8 – Comerciário: 32 1.2.9 – Viajante: 01 1.2.10 – Ferroviário: 05 1.2.11 – Bancário: 11 1.2.12 – Jornalista: 04 1.2.13 – Militar/Oficial: 42 1.2.14 – Militar: 12 1.2.15 – Contador: 11 1.2.16 – Fazendeiro: 17 1.2.17 – Lavrador, pecuarista: 27 1.2.18 – Alfaiate: 01 1.2.19 – Doméstica: 04 1.2.20 – Magistrado: 12 1.2.21 – Advogado: 27 1.2.22 – Corretor de imóveis: 02 1.2.23 – Despachante Aduaneiro: 04 1.2.24 – Jornalista: 01 1.2.35 – Nada consta: 15 1.2.36 – Músico: 01 1.2.37 – Agrônomo: 01 1.2.38 – Professor: 03 1.2.39 – Construtor: 03 1.2.40 – Hoteleiro: 01 1.2.41 – Fiscal de comerciários: 01 1.2.42 – Escrivão da Justiça: 01 1.2.43 – Corretor de navios: 01 1.2.44 – Diplomata: 01 1.2.45 – Corretor comercial: 01
1.3 – NACIONALIDADE DO PAI/MÃE: 1.3.1 – Brasil: 514 1.3.2 – Portugal: 46 1.3.3 – Brasileiro naturalizado: 12 1.3.4 – Estados Unidos da América: 01 1.3.5 – Itália: 07 1.3.6 – Uruguai: 01 1.3.7 – Espanha: 01 1.3.8 – Síria: 01 1.3.9 – Nada consta: 15 1.3.10 – Argentina: 04
1.4 – RELIGIÃO DO CANDIDATO: 1.4.1 – Católico: 568 1.4.2 – Espírita: 05 1.4.3 – Protestante: 08 1.4.4 – Nenhuma: 06 1.4.5 – Nada consta: 15
1.5 – SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS: 1.5.1 – Casados: 482 1.5.2 – Viúva: 62

1.5.3 – Viúvo: 26
1.5.4 – Ambos falecidos (tutoria): 09
1.5.5 – Desquitados: 07
1.5.6 – Mãe solteira: 01
1.5.7 – Nada consta: 15

II – CANDIDATOS CONSIDERADOS INAPTOS AO PROCESSO SELETIVO

2.5 – PROCEDÊNCIA DO CANDIDATO (RECRUTAMENTO):
2.1.1 – Escola Preparatória de Cadetes: 06
2.1.2 – Colégio Militar: 10
2.1.3 – Praças: 05
2.1.4 – Civil: 396

2.2 – PROCESSOS ARQUIVADOS – MOTIVOS:
2.2.1 – Cor da pele com base na fotografia (negro): 53
2.2.2 – Pai/mãe (Judeu): 03
2.2.3 – Pai/mãe estrangeiros (Islâmico): 12
2.2.4 – Pai/mãe estrangeiros (outros): 84
2.2.5 – Excede a idade: 08
2.2.6 – Falta documentação: 141
2.2.7 – Inapto em inspeção de saúde: 17
2.2.8 – Nenhum motivo aparente: 59
22.9 – Filho ilegítimo/pais desquitados/mãe solteira: 17
2.2.10 – Parecer desfavorável de comandante de OM por má conduta: 04
2.2.11 – Baixa condição social: 19

2.3 - ORIGEM SOCIAL DO PAI OU DA MÃE (NO CASO DE VIÚVA):
2.3.1 – Militar: 07
2.3.2 – Comerciante: 116
2.3.3 – Funcionário Público: 67
2.3.4 – Militar/Oficial: 29
2.3.5 – Alfaiate: 04
2.3.6 – Industrial: 14
2.3.7 – Contador: 13
2.3.8 – Médico: 05
2.3.9 – Lavrador: 13
2.3.10 – Prefeito: 01
2.3.11 – Comerciário: 28
2.3.12 – Doméstica: 24
2.3.13 – Advogado: 07
2.3.14 – Fazendeiro: 12
2.3.15 – Farmacêutico: 02
2.3.16 – Engenheiro: 17
2.3.17 – Ferroviário: 06
2.3.18 – Professor: 06
2.3.19 – Magistrado: 02
2.3.20 – Motorista: 03
2.3.21 – Construtor: 07
2.3.22 – Agrônomo: 01
2.3.23 – Rádio-telegrafista: 01
2.3.24 – Fotógrafo: 01
2.3.25 – Geólogo: 01
2.3.26 – Funcionário da Companhia Telefônica Brasileira: 06
2.3.27 – Dentista: 02
2.3.28 – Leiloeiro: 01
2.3.29 – Bancário: 07

2.3.30 – Mestre de tecelagem: 01
2.3.31 – Desenhista: 01
2.3.32 – Farmacêutico: 02
2.3.33 – Corretor de imóveis: 01
2.3.34 – Vendedor de jornais: 01
2.3.35 – Barbeiro: 01
2.3.36 – Padeiro: 01
2.3.37 – Torneiro mecânico: 01
2.3.38 – Agricultor: 01
2.3.39 – Procurador: 01
2.3.40 – Operário: 01
2.3.41 – Nada consta: 01
2.3.42 – Linotipista: 01
2.3.43 – Comprador de café: 01
2.3.44 – Marinha Mercante: 01
2.3.45 – Fiscal de imposto: 01
2.3.46 – Carpinteiro: 01
2.3.47 – Alfaiate: 01
2.3.48 – Escriturário: 01

2.4 - NACIONALIDADE DO PAI/MÃE:
2.4.1 – Brasil: 316
2.4.2 – Portugal: 51
2.4.3 – França (marroquino): 02
2.4.4 – Brasileiro naturalizado: 04
2.4.5 – Itália: 19
2.4.6 – Síria: 07
2.4.7 – França: 04
2.4.8 – Alemanha: 03
2.4.9 – Estados Unidos da América: 02
2.4.10 – Turquia: 01
2.4.11 – Líbano: 02
2.4.12 – Espanha: 04
2.4.13 – Nada consta: 01
2.4.14 – Inglaterra: 01

2.5 - RELIGIÃO DO CANDIDATO:
2.5.1 – Católico: 398
2.5.2 – Espírita: 05
2.5.3 – Protestante: 09
2.5.4 – Nenhuma: 01
2.5.5 – Livre-Pensador: 02
2.5.6 – Israelita: 01
2.5.7 – Nada consta: 01

2.6 - SITUAÇÃO FAMILIAR DOS PAIS:
2.6.1 – Casados: 331
2.6.2 – Viúva: 44
2.6.3 – Viúvo: 26
2.6.4 – Ambos falecidos (tutoria): 04
2.6.5 – Desquitados: 07
2.6.6 – Mãe solteira: 04
2.6.7 – Nada consta: 01

Em relação ao ano de 1942, observamos que houve mudanças com relação a procedimentos internos da Escola relacionados à identificação da profissão dos pais. As profissões registradas foram acompanhadas de registros a lápis do local onde o indivíduo trabalhava, principalmente, com o nome do estabelecimento. No caso de profissões dos pais que pudessem deixar dúvidas quanto à relevância social, também houve o registro de qual era o cargo exercido. No caso de militares, anotava-se o posto (Oficial) ou a graduação (Praças) e a unidade militar em que servia o pai do candidato. Em relação ao sistema de ensino, no ano de 1942 podemos observar que representa o auge do controle centralizador do General Dutra, com maior intervenção sobre as ações de seus subordinados diretos e indiretos. Apesar de ser o momento em o Estado brasileiro rompe as relações diplomáticas com os países do Eixo e define seu apoio político aos Estados Unidos da América.

Registra-se também, um aumento muito grande no número de candidatos civis considerados inaptos, sem motivos aparentes ou pela simples falta de algum documento necessário para inscrição, o que não foi observado nos anos anteriores. Praticamente, houve uma aproximação do equilíbrio no número de aptos e inaptos, pelo menos, de acordo com os processos analisados do período.

Outra prática observada em 1942 de controle centralizados foi a dupla seleção dos casos considerados como "indesejáveis"[288]. Os processos dos candidatos considerados duvidosos pela comissão de seleção na Escola Militar eram encaminhados ao Ministro da Guerra com um bilhete manuscrito anexado sobre os motivos da dúvida que inabilitariam o candidato e retornavam à Escola com a resposta e a assinatura do general Dutra, em papel oficial e timbrado do Ministério da Guerra anexado ao processo.

Destacamos também que no período houve o aumento crescente de candidatos aprovados oriundos das EPC, local que o Ministro da Guerra passou a considerar como o primeiro espaço para seleção dos melhores tipos para compor o oficialato. Os mesmos parâmetros utilizados na EMR deveriam ser utilizados nas Escolas Preparatórias, em relação à entrada de negros, de judeus, de islâmicos, e de outros estrangeiros. A partir de 1942, praticamente todos os que vinham dessas Escolas eram considerados aptos para o processo seletivo da Escola Militar. É importante registrar que a parte principal da documentação que compunha o processo individual, e que estamos utilizando para análise dos padrões de discriminações, acabou ficando na

[288] AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta, 352-52, de 16 de outubro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar. Determinava que os casos especiais fossem resolvidos diretamente pelo próprio Ministro da Guerra.

posse das secretarias das EPC, diminuindo com isso o universo dos documentos que pudéssemos analisar.

Como observamos anteriormente, o número de candidatos inaptos aumentou muito, chegando quase ao nível de quarenta por cento dos processos analisados. Por tanto, resolvemos destacar dois grupos de análises: casos de candidatos considerados aptos, e casos de candidatos considerados inaptos, com as devidas considerações possíveis em cada caso.

Com relação aos candidatos considerados aptos, encontramos casos de estrangeiros que foram naturalizados (alemães, italianos, portugueses, estadunidenses, sírios); filhos ilegítimos de pais desquitados, mas que o pai era Capitão-Tenente e Professor da Marinha; filho de sírio em processo de naturalização.

Um dos casos de candidatos aptos traz registrado no bilhete escrito pelo Chefe da Comissão de Seleção, que era de cor, de pigmentação relativamente claro-amarelada, tendo todos os traços característicos dos pretos, inclusive o cabelo. O pai era Capitão de Corveta da Escola de Guerra Naval. O general Dutra considerou-o apto, o mesmo acontecendo com um candidato negro, filho de um Capitão Veterinário do Exército.

Ocorreram vários casos de sargentos e civis que excediam a idade para o concurso em meses e por isso foram considerados inaptos pela comissão de seleção da EMR, mas, considerados aptos pelo Ministro da Guerra.

Nos casos de cor (negro) que normalmente eram considerados inaptos, deparamos com algumas exceções. Um caso considerado inapto pela comissão pelo fato do candidato ser de cor e filho de portugueses foi considerado apto pelo General Dutra, sem nenhum motivo aparente que justificasse sua decisão. Em alguns casos de candidatos considerados inaptos pela comissão por serem de cor, e que foram aprovados pelo Ministro, na fotografia, parecem indivíduos cuja pigmentação era mais clara. Entretanto, em outro caso semelhante, o General deu parecer negativo para realizar o concurso e justificou que os pais do candidato eram estrangeiros (portugueses) e que não apresentariam em tempo o resultado positivo do processo de naturalização.

O outro caso de negro considerado apto pelo Ministro foi de um 3º Sargento do 7º Batalhão de Caçadores, cujo pai era ignorado. Observamos que o candidato possuía ótimo conceito de seus comandantes.

Com relação aos estrangeiros, o sistema de seleção também foi bastante rígido, mas teve seus desvios da regra geral. Um dos casos analisados foi considerado inapto pela comissão da EMR, pois a mãe era paraguaia, mas foi considerado apto pelo

General Dutra. No bilhete está registrado que o pai do candidato era Major do Exército e servia no 17º Batalhão de Caçadores. Outro caso parecido, a mãe era austríaca, o pai brasileiro, Major da Força Pública do Estado do Pará, e o irmão 1º Tenente de Infantaria do Exército. Observamos que houve outros casos parecidos, em geral, mãe estrangeira, casada com um oficial das forças armadas ou forças auxiliares (serviço de polícia e bombeiro).

Um candidato, filho de pai sírio e mãe brasileira, foi considerado inapto pela comissão e pelo Ministro da Guerra, em um primeiro momento. Posteriormente, em face de nova investigação, o General Dutra mudou seu parecer, pois o pai do candidato era desaparecido.

Nos casos de pais estrangeiros naturalizados, principalmente portugueses e italianos que viviam há muito tempo no Brasil, o Ministro da Guerra normalmente aprovava suas inscrições, como foi o caso de um pai italiano naturalizado pela Constituição de 1891 e que vivia no Brasil há mais de cinqüenta anos.

As sólidas condições familiares perante a sociedade também foram importantes para determinar a aprovação dos candidatos ao oficialato. No entanto, observamos alguns casos de exceção, em que se inclui a situação de pais desquitados. Em um dos casos, o pai era um coronel de infantaria da reserva do Exército. Outros casos foram considerados aptos, desde que houvesse a avaliação da situação familiar perante a sociedade em que viviam. Nestes casos, deveriam ser respeitados e respeitáveis. Normalmente, nesses casos, vinha anexado um bilhete ou uma carta do tipo declaração, registrando a situação correspondente às exigências do Art. 116 do Estatuto dos Militares e assinado por uma autoridade civil ou militar.

Com relação aos casos considerados inaptos podemos observar que houve muitos casos motivados pela cor da pele (negros) que vinham identificados pelo bilhete anexado ao seu processo. Em alguns casos, eram filhos de Oficias Superiores do Exército (Tenente-Coronel), e em outros casos, filhos de civis, mas de boa colocação na sociedade brasileira (dono de joalheria, médicos, industriais etc.). Também houve casos clássicos de filhos de famílias pobres ou pais separados: domésticas, operários, filhos ilegítimos, casais desquitadas, mães solteiras, e outros.

Em um dos casos de inaptidão por motivo da cor, no bilhete enviado ao Ministro da Guerra, o candidato está identificado como negro, de pigmentação não muito escura, mas com, todos os traços característicos do preto. A Comissão de seleção da

EMR o identifica como um tipo que se aproximava do vulgarmente conhecido por "sarará"[289].

Outro caso discriminatório diz respeito a um candidato considerado inapto pela Comissão de Seleção por ter sido classificado como um tipo "abobalhado", não indicado para o oficialato, apesar do candidato ser filho e irmão de Oficiais do Exército.

Os estrangeiros formaram outro grupo extremamente reprimido durante o Estado Novo pelo processo seletivo para o ingresso nas Escolas Militares, como foi o caso, de um candidato cuja mãe portuguesa era casada com um condutor de trem; de um filho de turco e mãe paraguaia; de um candidato, filho de uma estadunidense e pai brasileiro, que era Professor do Colégio Pedro II; de um filho de mãe francesa, falecida; o filho de pai português, desquitado, e de mãe costureira; e muitos outros casos semelhantes. Como observamos, os casos relacionados à situação familiar (moral) também pesavam bastante na seleção do candidato, sendo que os casos de separação dos pais (desquitados), de mães solteiras, de filhos ilegítimos, articulados à origem menos abastadas justificavam a inaptidão para carreira de oficial junto aos oficiais selecionadores da EMR e junto ao Ministro da Guerra, que claramente objetivava manter altos padrões na seleção social dos candidatos.

Outro caso de estrangeiro observado, traz no bilhete enviado ao Ministro da Guerra, que o pai do candidato era brasileiro, descendente de alemães e que a mãe (falecida) era brasileira. Entretanto, o pai havia se casado novamente, há dez anos, com uma alemã. A comissão de seleção da EMR chegou à conclusão que a provável criação do candidato não tivesse o cunho de brasilidade suficiente, pela influência da madrasta e mesmo do pai[290].

Há ainda dois casos de candidatos filho de franceses nascidos no Marrocos que foram considerados inaptos: no primeiro caso, mais interessante, embora o candidato fosse circunscisado, se declarava católico. No entanto, a comissão de seleção da EMR considerou-o inapto por classificá-lo como judeu e o General Dutra apoiou o parecer da comissão. Em outro caso, o candidato declarava-se protestante, e foi inabilitado por ser filho de estrangeiro.

Tivemos um caso de candidato considerado inapto pela comissão e pelo Ministro, por ser filho de um russo naturalizado e já ter sido declarado Aspirante a

[289] Ver anexo Q - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.
[290] Ver anexo P - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.

Oficial da Reserva. No bilhete está destacada em letras maiúsculas e sublinhada em vermelho, a palavra RÚSSIA.

Um caso bastante interessante foi o do candidato considerado inapto pela comissão e pelo General Dutra. No bilhete anexado constava como sendo mulato escuro e filho de pai operário. Nesse caso, encontramos ainda, uma correspondência, de um civil amigo do comandante da EMR, solicitando rever os procedimentos na seleção do indivíduo desclassificado, por achar ter havido um "equívoco", uma falha ou insuficiência na leitura da documentação, o que talvez, o tivesse impedido de fazer os exames.

Durante a coleta de dados, observamos que a relação da sociedade com a Instituição foi bem comum, como podemos comprovar em outros processos que possuíam documentos de correspondência com militares envolvidos na seleção dos candidatos ao oficialato. Para um dos casos escolhidos[291], consta na ficha individual do candidato, que o pai nascera na Hungria, fora naturalizado brasileiro, se declarara livre-pensador, e a mãe, brasileira, nascida em São Paulo. Junto à documentação existe um telegrama de um civil, endereçado ao comandante da EMR, seu amigo, solicitando que estudasse melhor o caso do candidato, por ser filho de família distintíssima, integrada na alta sociedade paulista. O pai do candidato era radicado no Brasil há mais de trinta anos e a mãe, professora formada no país estava disposta a responder qualquer indagação da Escola Militar. Anexado ao processo, o bilhete da comissão de seleção da EMR registrou que o pai do candidato era húngaro, naturalizado, levando a crer que se tratava de judeu que não revelava sua religião e se dizia livre-pensador. Os nomes e apelidos dos seus ascendentes eram considerados bastante característicos pela comissão: Mor, Aron, Kaufmann, Jelichenski. O pai, não estabelecido, era comerciante de jóias ou gravador, profissão típica de judeus. A mãe, ora era polonesa (ficha individual de 1941), ora era filha de São Paulo (ficha individual de 1942) e descendente de ingleses, segundo declaração do candidato. A comissão chegou à conclusão de que estas duas declarações divergentes da mãe já não o recomendavam ao oficialato, parecer que foi confirmado pelo Ministro da Guerra.

Nesse período, observamos que todos os casos de candidatos considerados incapazes definitivamente por problemas de saúdes foram inabilitados pela comissão e pelo General Dutra.

Os casos seguintes analisados, respondem a um questionamento observado durante a coleta de dados dos processos seletivos para a EMR. Em um dos casos, o

[291] Ver anexo L - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: 02 (duas) fichas individuais, um radiograma, e 02 (dois) bilhetes.

filho de italianos foi considerado inapto principalmente, pela sua origem social[292]. No bilhete encaminhado pelo oficial selecionador da Escola, está registrado que os pais do candidato eram italianos sem significação social, pois o pai do candidato tinha uma banca de jornal e o padrasto era vendedor de peixe no mercado e nas feiras livres. Nesse caso, observamos o interesse da Instituição em selecionar os filhos de uma "boa sociedade", ou seja, os de melhores condições sociais, articulado a um projeto político de elitização da força.

Outro caso parecido faz referência ao pai do candidato, que é barbeiro a bordo do navio Almirante Jaceguay[293]. O oficial encarregado da seleção registra no bilhete encaminhado ao Ministro da Guerra que a profissão de barbeiro, embora honesta, era servil e a gorjeta regulava sua situação econômica, sendo que, em tal ambiente não era de se esperar uma formação moral sólida como a que deve ter um oficial, apesar da carta anexada de um General da ativa atestar a sólida formação moral do candidato. O General Dutra concordou com a posição do oficial selecionador e manteve o candidato inapto.

Em outro caso de relevância social observado, apesar de constar como filho legítimo, o candidato foi considerado inapto, pois seus pais eram separados, e seu pai trabalhava como servente no serviço público.

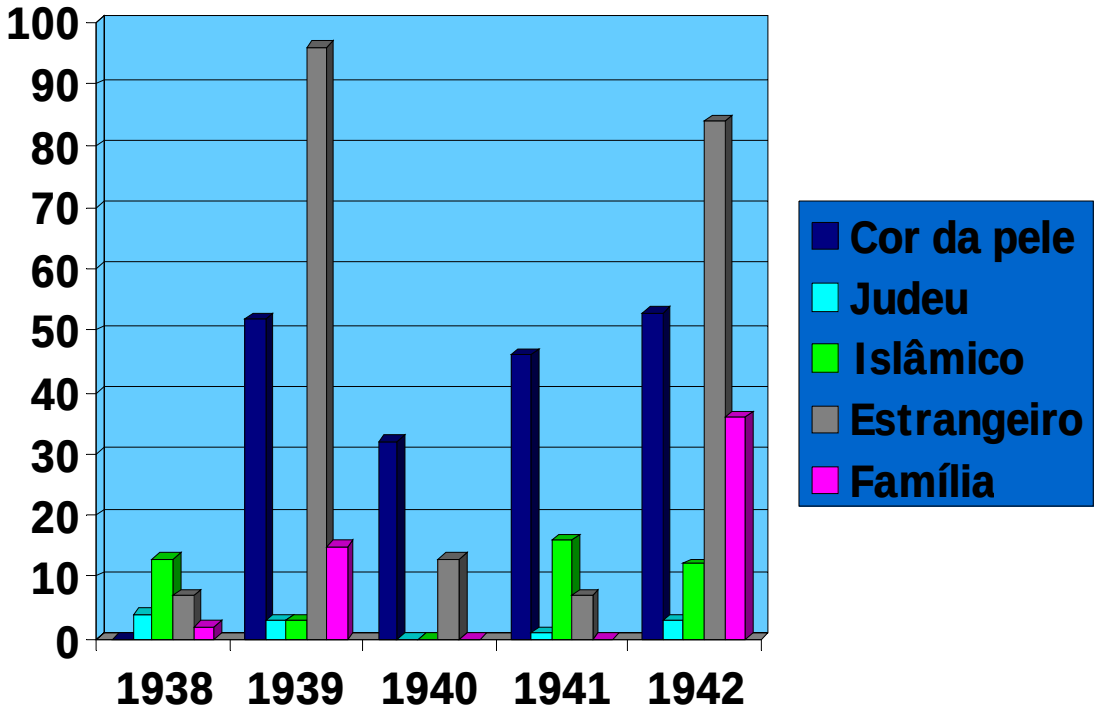
Para fechar esse quadro, analisamos o caso de um candidato de cor (negro) que era filho de um cabo da polícia. No bilhete está registrado que era uma força auxiliar[294]. Nesse caso, além de negro, havia agravante de ser filho de Praça de uma força auxiliar, o que reforçou a decisão do Ministro da Guerra de considerar o candidato inapto.

Ao final desta pesquisa analítica podemos perceber como os casos de inaptidão no acesso a EMR variou do racismo, ao anti-semitismo, passando pela xenofobia e pela condição social do candidato, e, a cada ano tínhamos uma realidade diferente, de acordo com o momento político vivido pelo Estado brasileiro. Com certeza os negros e judeus foram os principais alvos da gestão autoritária do Ministro da Guerra, como podemos verificar com os dados estatísticos descriminados abaixo através da projeção anual dos candidatos considerados inaptos:

Motivo de Inaptidão / Ano	**1938**	**1939**	**1940**	**1941**	**1942**

[292] Ver anexo N - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.
[293] Ver anexo K - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: 02 (dois) bilhetes, uma ficha individual, e uma carta de recomendação.
[294] Ver anexo O - Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.

Cor da pele (negro)	**0**	**52**	**32**	**46**	**53**
Pai / mãe estrangeiro (judeu)	**04**	**03**	**0**	**01**	**03**
Pai / mãe estrangeiro (islâmico)	**13**	**03**	**0**	**16**	**12**
Pai / mãe estrangeiro (outros)	**07**	**96**	**13**	**07**	**84**
Excede a idade	**01**	**06**	**13**	**06**	**08**
Falta de documentação	**06**	**06**	**43**	**0**	**141**
Inapto em inspeção de saúde	**0**	**07**	**15**	**02**	**17**
Condição familiar (separados, mãe solteira)	**02**	**15**	**0**	**0**	**36**
Nenhum motivo aparente	**0**	**07**	**0**	**0**	**59**
Má conduta militar	**0**	**05**	**02**	**01**	**04**
TOTAL	**33**	**200**	**116**	**79**	**417**



5.3 - O Regulamento das Escolas Militares de 1940 e 1942

Em 1940 é implantado novo Regulamento[295] para as Escolas Militares, nessa época o país vivia sob o regime do Estado Novo e o Exército sob a gestão do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, que segue basicamente o previsto nas instruções para a matrícula na Escola Militar de 1937.

[295] AHEx. Decreto 5.543, de 25 de abril de 1940, publicado no Boletim do Exército Nº. 18, de 4 de maio de 1940.

No contexto dessa mudança desenvolvia-se a Segunda Guerra Mundial, que havia começado a cerca de um ano, com a rápida derrota da França perante uma Alemanha forte e expansionista. As diversas inovações tecnológicas davam novo ritmo nos campos de batalha e nas estatísticas sobre o quantitativo de mortos.

Segundo Jehovah Motta[296], o contexto da Grande Guerra na Europa não influenciou a nova mudança no Regulamento de ensino militar, pois as modificações introduzidas no currículo, no regime didático e na administração escolar foram frutos do contexto interno.

O principal ponto a ser registrado foi o retorno do curso de formação de oficiais para quatro anos. Mais uma vez a idéia provocou debates e dividiu opiniões. Os adeptos do curso de três anos não concordavam com a crítica ao ensino apressado e regime de trabalho excessivo. O curso da Escola Militar abrangia duas partes divididas em instrução geral, ministrada nos dois primeiros anos com os conhecimentos básicos, fundamentais e científicos necessários ao preparo do futuro oficial; e uma instrução profissional, ministrada nos dois últimos anos, tendo, por fim habilitar o cadete ao exercício das funções de oficial subalterno e de capitão na tropa.

O novo currículo retornou ao que vinha sendo feito desde 1924, a partir de um curso de quatro anos que permitia as seguintes possibilidades: reinclusão dos estudos de Sociologia e de Geografia Militar; maior realce aos estudos da Administração e da Legislação Militar; e melhoramento do ensino de Física e Química, com uma programação de trabalhos práticos laboratoriais.

Como já dissemos anteriormente, do ponto de vista do ensino e da disciplina, a Escola Militar passou a ser subordinada diretamente a Inspetoria Geral de Ensino do Exército; no que se relacionava à administração, subordinava-se ao Ministro da Guerra, por intermédio da Secretaria Geral.

Outra preocupação inerente ao Regulamento de 1940 foi a de esmiuçar as diretrizes de ensino para que não se perdessem na inoperância das formulações gerais que vinham sendo estabelecidas desde 1913.

Com relação aos programas de ensino, o Regulamento de 1940 estabelece as seguintes formulações, em relação aos professores e instrutores[297]: o ensino não poderia ser especulativo, mas objetivo, porque se destinava à formação de oficiais, homens de ação; a eficiência do ensino não dependeria da quantidade de matérias dos programas, senão de sua qualidade e do modo por que fosse ministrado; os programas

---

[296] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 293.
[297] MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998 p. 295.

das aulas afins deviam ser organizados segundo um critério de cooperação didática, de modo a evitar a perda de tempo com repetições dispensáveis; e os programas deveriam constituir um todo orgânico, em que as diferentes partes se ligassem e se completassem mutuamente como planos de trabalho e deveriam ser realizáveis em condições predeterminadas de tempo.

O que se percebe é que a execução do programa do regulamento de 1940 passa a ser realizado por uma técnica de ensino inovadora. Na obra de J. Motta[298], essa inovação é analisada a partir da influência da Missão Militar Americana (MMA) que foi contratada em 12 de novembro de 1936[299] para cooperar com o EME, com a Inspetoria de Defesa de Costa e com Oficiais do Exército Brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, superintender os cursos e auxiliar de instrução. A Missão, chefiada pelo General de Brigada Allen Kinberly (USA), tinha a seu cargo os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na Escola Técnica do Exército, onde a MMA deveria auxiliar as respectivas instruções. Abaixo podemos verificar, na transcrição das prescrições do Regulamento de 1940 itens que consagram o modelo de ensino norte-americano: preparos cuidadosos das lições, visando o rendimento do trabalho; utilização de linguagem clara e precisa, à altura dos discípulos; criação de clima de cooperação entre professor e discípulos; permissão para que os discípulos levantem questões sobre a matéria, visando esclarecimentos; lançamento de vistas retrospectivas sobre os assuntos dados, para que os discípulos adquiram uma visão do conjunto da matéria; ação visando criar hábitos de trabalho mental, de atenção e de reflexão, espírito de ordem e método, espírito de análise e de síntese; cuidado permanente com o aproveitamento do discípulo e com o rendimento do ensino.

As prescrições acima levam ao que ficou conhecido como “escola ativa”, local onde não poderia haver lições improvisadas, discursos muito eloqüentes, nem distâncias quase intransponíveis entre o aluno e o professor.

Um novo Regulamento para as Escolas Militares vai aparecer em 1942[300]. Não se tratava de um novo texto, mas quase uma repetição do Regulamento de 1940. A única inovação foi o retorno do curso de três anos, cujos adeptos tomavam como base de sustentação dos seus interesses razões econômicas, sustentando que mais um ano de curso era um desperdício de tempo, além de sustentarem a necessidade de completar o mais rápido possível os claros de tenentes na tropa.

---

[298] Ibid, p. 297.
[299] **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p. 212-213.
[300] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto 8.918, de 4 de março de 1942.

Essa mudança foi realizada após um estudo feito no programa de ensino na EMR e enviado ao Inspetor Geral de Ensino do Exército[301]. No documento analisado, o Comandante da Escola apresenta os resultados e pareceres dos Subdiretores de Ensino, Instrutores e Professores que participaram do estudo.

Foi feito o estudo para redução do curso, baseado nas seguintes considerações: naquele momento era grande o déficit de oficiais subalternos nos quadros das Armas e a tendência era haver o crescimento desse déficit, uma vez que a turma de Aspirantes a Oficial que deixaria a Escola no fim de 1941 não chegaria a 80; o curso de 04 anos, praticamente acrescido de um a dois anos que os candidatos perdiam entre o término de seu curso secundário e o ingresso na Escola, pelas dificuldades e mesmo reprovações no concurso, seja enfrentando o mesmo por dois a três anos sucessivos ou recorrendo à Escola Preparatória de Cadetes, acarretava a formação de oficiais saídos da Escola, com idade média, de 23 a 25 anos, quando nos demais Exércitos (particularmente no argentino) o problema era resolvido de modo que, aos 21 anos, saíssem Aspirantes aptos para as funções de Oficial subalterno nos Corpos de Tropa; o contexto mundial da Segunda Grande Guerra exigia maior previsão no sentido de colocar a força armada em condições de agir rapidamente na defesa do país, sendo de todo possível que o Exército viesse a ser total ou parcialmente mobilizado, caso em que a Escola Militar seria solicitada a intensificar o seu rendimento, que já era insuficiente para as necessidades de paz.

No entanto, fora registrado no estudo feito no programa de ensino da Escola Militar a existência de um conflito de interesses por conta da redução e revisão dos programas, no sentido de ser dado o essencial para evitar sobrecarga aos educandos, pois entendiam que estudar parte de uma disciplina era quebrar-lhe a unidade, destruindo-lhe os valores lógicos, levando a que se formasse dela um juízo errôneo.

Segundo o Comandante da Escola Militar, na realidade do conflito de interesses havia de um lado, a necessidade de formar Oficiais dotados de elevados níveis intelectuais, cujo valor não se discutia quando se tratava de países jovens, de nacionalidades em formação, em que o militar deveria forçosamente desempenhar um papel importante como educador e mesmo parte da elite dirigente; de outro lado, as exigências da técnica profissional acarretando, dia a dia mais, a formação progressiva do Oficial, de acordo com as etapas de sua carreira e os setores diversos de especialização.

[301] AHEx. Acervo da Escola Militar do Realengo, Ofício Reservado Nº. 27 C. G, de 18 de junho de 1941, do Comandante da Escola Militar do Realengo, ao Inspetor Geral do Ensino do Exército.

Os professores tinham a sua mentalidade influenciada naturalmente pelo primeiro aspecto da questão e daí não poderem aceitar qualquer redução ou simplificação dos programas, o que eles consideravam um rebaixamento do nível intelectual do futuro Oficial. Entretanto, dessa intransigência resultava sobrecarregados os alunos com os programas e solicitados pelos instrutores para os ramos profissionais, que naturalmente lhes despertavam maiores interesse, estudavam desordenadamente e com desprezo as cadeiras teóricas, das quais não chegavam a compreender mesmo o que era essencial e básico. A conseqüência de tudo isso era que o nível intelectual do futuro Oficial não correspondia ao desenvolvimento dos programas.

Percebemos ainda, com essas diversas mudanças relacionadas ao tempo de duração do curso, uma forte resistência a mudanças no quotidiano da Escola, tanto pela administração militar quanto pelo corpo docente (instrutores militares) que se habituaram ao curso de três anos.

A mudança teve como conseqüência a alteração do plano de ensino. No entanto, o fato mais importante seria que o Regulamento de 1942 foi o último a ser aplicado na EMR. Em 1943[302], um decreto determinava o fim da Escola em 31 de dezembro de 1944, sendo que já o 1º Ano do Curso de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro passaria a ser feito na Escola Militar de Resende, com funcionamento previsto para 1º de janeiro de 1944, em concomitância com a antiga Escola.

CONCLUSÃO

No ano de 2004, passava à função de pesquisador da seção de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército e assumia a função de apoio à pesquisa na seção de Acervo Institucional, cujo *corpus* documental é constituído, principalmente, de fontes manuscritas e impressas oficiais do Exército Brasileiro desde o período colonial, e que fazem parte das ações por ele desenvolvidas ao longo da História do Brasil. Essa mudança de setor influenciaria por demais a continuação de minha formação acadêmica, pois estava no final do Mestrado e levou-me a refletir sobre um novo caminho a perseguir, diante das novas fontes documentais que estavam a meu alcace. As imagens fotográficas ficariam restritas à minha dissertação de Mestrado, intitulada, ***Um olhar diferente sobre Rondon: imagens do processo civilizador do sertão centro-oeste e norte brasileiro na primeira república,*** defendida no ano de 2005, e entrariam

[302] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto-lei 6.012, de 19 de novembro de 1943.

para estudos paralelos em Instituições de Ensino Superior, principalmente, através de projetos de iniciação científica.

Um novo momento era vislumbrado. Além da mudança de setor no AHEx, passei a integrar efetivamente o Laboratório de Estudo sobre os Militares na Política (LEMP), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), sob coordenação do Professor Doutor Renato Luís do Couto Neto e Lemos, participando, de janeiro a dezembro de 2005, dos diversos debates teórico-metodológicos e também historiográficos. Durante esse curto mas proveitoso período, iniciei a elaboração do projeto de pesquisa, aprovado no Programa de Pós-Graduação em História, curso de Doutorado, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A partir desse momento saía do LEMP e ingressava no doutorado sob orientação da Profª. Drª. Maria Teresa Toríbio Lemos, aquela que me conduziria nessa nova empreitada.

Com relação ao Projeto de Pesquisa inicial utilizado para o processo seletivo do Doutorado desta Universidade, verificamos ao longo do desenvolvimento do curso e das orientações, a necessidade de ampliação do quadro temporal que inicialmente se dava no período de 1931 a 1944, período considerado pela construção dos padrões de discriminações no Exército Brasileiro, em virtude da complexidade de informações que seriam necessárias para melhorar a explicação da problemática do meu tema, e que foi estendido, para o período de 1905 a 1946.

Nesta tese, desenvolvemos uma análise mais profunda dos documentos internos do Ministério da Guerra, do Estado Maior do Exército e das Escolas Militares. Ostensivos ou secretos, vários documentos não haviam ainda sido utilizados para pesquisas acadêmicas. Na análise da documentação da Escola Militar do Realengo, espaço de formação da elite profissional, pudemos comprovar os padrões de discriminações estabelecidos contra negros, judeus, pobres e islâmicos na seleção dos seus candidatos, ao analisar principalmente, as fichas individuais daqueles que foram impedidos de entrar na escola, ou simplesmente, aqueles que foram classificados como “indesejáveis” para a Instituição.

A formação dos oficiais do Exército Brasileiro na primeira metade do século XX e a própria Instituição passaram a ser um ponto importante na política de configuração e consolidação do Estado republicano, na qual a Instituição desempenhou papel de primeira grandeza. O Exército conformava-se à configuração do Estado, assegurando as aspirações republicanas. O investimento no ensino militar, buscando a melhor qualificação profissional do Corpo de Oficiais, conseguida

principalmente com a ajuda das missões militares estrangeiras, transformou os oficiais em atores políticos, situação incompatível com o ideal de neutralidade atribuída à função dos servidores públicos dos altos escalões administrativos dos países capitalistas avançados.

Nos países subdesenvolvidos da América Latina dos anos 1930, parte dos Oficiais foram movidos por impulsos modernizadores conservadores, pelos quais apoiaram movimentos golpistas e revolucionários centralizadores do poder político do Estado, por encararem com receio ou suspeita a política democrática e os projetos de reformas sociais avançadas. Ao desempenharem funções na estrutura burocrático-administrativa do Estado, apoiaram as mudanças políticas ocorridas.

Na condição de servidores do Estado, esses oficiais desempenharam papéis importantes nas reformas sociais, econômicas, administrativas e militares, fortalecendo a ordem social estabelecida.

Na transição do regime liberal para o regime autoritário intervencionista, a reestruturação da Instituição foi a resposta para formar uma nova elite institucional mais homogênea, que junto à evolução do sistema de seleção dos candidatos ao curso de formação de oficiais estabeleceu, nos países latino-americanos uma escolha pouco democrática dos perfis sociais e étnicos dos candidatos. A influência das teorias racista importadas da Europa que defendiam a necessidade do embranquecimento do povo para torná-lo capaz de construir a nação foi importante para consolidar a formação de um pensamento autoritário no Brasil.

O processo de formação do pensamento autoritário brasileiro correspondeu ao momento de avanço das idéias revolucionárias de direita e a implantação de regimes totalitários na Europa, contextualizado pelo medo dos movimentos radicais de trabalhadores urbanos e pelo medo do comunismo nacional e internacional.

O segundo capítulo dessa tese comporta a análise da Escola Militar do Realengo no período de 1905 a 1917, contextualizada pela sedição militar de novembro de 1904, e pela Revolta da Vacina, fatos que influenciaram no fechamento da antiga escola na Praia Vermelha e a mudança de regulamento do ensino militar, que ainda transitava do modelo teórico-cientificista do século XIX para um modelo profissional mais prático, desejo de uma parcela dos oficiais do Exército Brasileiro. Além disso, o momento foi marcado pela Lei de Reorganização do Exército de 1908, do Ministro da Guerra, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca; pela influência do movimento de modernização profissional do Exército, consequência do estágio de oficiais no Exército da Alemanha (Jovens Turcos) no período de 1910 a 1912; pela influência doutrinária da Primeira Guerra Mundial; e pela busca de solução da problemática do

Serviço Militar Obrigatório no Brasil, o qual possibilitou importantes mudanças no Exército Brasileiro e facilitou a expansão do papel da Instituição na sociedade e na política.

O início do século XX é marcado pelas críticas contundentes do Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo, ao modelo de ensino teórico-cientificista desenvolvido na Escola Militar, que formava oficiais inteiramente estranhos a verdadeira profissão militar, mantendo-os "apaizanados", indisciplinados, e insubordinados em relação aos oficiais e praças arregimentados nos Corpos de Tropa. Distantes das questões militares, esses oficiais preferiam mais a participação na política ao interesse pela carreira institucional. Argollo acreditava que só uma radical transformação moral e intelectual do indivíduo poderia mudar esse quadro que ele considerava caótico e desestabilizador da condição profissional do militar.

O novo Regulamento organizado em 1905 para os Institutos Militares de Ensino, após o fechamento da Escola Militar do Brasil e a abertura de quatro novas escolas militares que substituíram a anterior, foi uma tentativa de abandonar o modelo teórico-cientificista que existia e tentar introduzir um modelo mais prático e objetivo. O Exército tentava selecionar indivíduos que tivessem uma verdadeira aptidão para a carreira militar, e tentava corrigir o que considerava como graves vícios e defeitos do regime de ensino em vigor no passado, relacionados à instrução e a educação militar.

No contexto desse movimento de renovação ocorrido no início do século XX, tivemos o desencadeamento de uma repressão enérgica do Estado contra aqueles que participaram da Revolta de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, tais como: repressão policial da massa popular; limpeza social do centro do Rio de Janeiro; abertura de Inquéritos e de Conselho de Investigação e de Guerra contra os militares envolvidos na Revolta, que culminou com a exclusão a bem da disciplina de 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos da EMB; abertura de duas Escolas Militares no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz), uma em Rio Pardo, e uma em Porto Alegre, afastando seus alunos das intensas atividades políticas desenvolvidas na região. Todas essas ações podem ser tomadas como civilizadoras desse espaço considerado vital para a política brasileira e visavam eliminar os elementos que poderiam concorrer na agitação contra o governo.

A organização do Regulamento da Escola Militar de 1913 tinha como objetivo continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, apesar de esbarrar na tradição do modelo teórico-cientificista. O novo Regulamento foi repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa da Alemanha, pela renovação da cultura

militar. Em 1914, o Regulamento de 1913 sofreu algumas alterações em seus artigos, estabelecendo o ensino teórico-prático ou prático unicamente, ou seja, significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, e se possível, sempre seguida de exemplos práticos.

No terceiro capítulo destacamos a análise das renovações e revoltas que houve na EMR no período de 1918 a 1930, influenciadas pela chegada da "Missão Indígena" no Realengo, com o claro objetivo de uniformizar a instrução de todo o Exército a partir da Escola Militar; pelo final da Primeira Guerra Mundial, como momento específico para reavaliação dos ensinamentos doutrinários militares; pela influência doutrinária da Missão Militar Francesa na Escola a partir de 1924; pelo movimento de revolta dos seus alunos em 1922; e pelas mudanças ocorridas, após a reorganização do Regulamento de ensino militar de 1918, 1919, 1924, e 1929.

Os Regulamentos de 1918 e 1919, muito próximos no tempo, eram também muito parecidos nas idéias e objetivos. A reforma do ensino, nesse momento, pretendeu ser uma atualização do Regulamento de 1913, tendo como ponto central o predomínio dos conhecimentos práticos sobre os teóricos na preparação dos seus alunos para desempenhar a função de oficial de tropa e afastá-los das questões políticas.

No entanto, no ano de 1922, o início dos levantes militares em alguns quartéis de tropa do Rio de Janeiro e Mato Grosso e na EMR deu sinais que o modelo de ensino proposto não respondeu aos interesses quanto à formação profissional dos oficiais, ou seja, afastá-los da política. Os anos 1920 representam o momento de uma nova crise política na História do Brasil. Como em outros momentos de instabilidade política, o Movimento Tenentista na EMR foi reprimido energicamente pela Instituição, com a abertura de Inquérito e a conseqüente expulsão de todos os alunos envolvidos no acontecimento, com o afastamento do comandante da Escola, e de todos os instrutores vinculados a "Missão Indígena", o que facilitou a aceitação e o recebimento da MMF em 1924, na gestão do Ministro da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho.

Em 1924, tivemos a organização de um novo Regulamento para as Escolas Militares repensando os antigos Regulamentos que pretendiam dar mais ênfase ao modelo de ensino prático que ao modelo de ensino teórico, os quais deveriam afastar seus alunos de movimentos políticos, mas que não conseguiu evitar o levante militar de 1922, na EMR, quebrando novamente, a ordem interna estabelecida nos Institutos Militares após 1905. O novo Regulamento estabelecera um ponto de equilíbrio entre o ensino prático e o teórico, com o retorno das disciplinas de cultura geral.

No ano de 1929, houve a reorganização de um novo Regulamento para as Escolas Militares baseado nas disposições da primeira Lei do Ensino Militar, de 1928. O novo Regulamento em quase nada modificou o Regulamento de 1924, com exceção da homogeneização de todos os cursos em três anos, da criação da função de Diretor do Ensino Militar, que deveria orientar, planejar, coordenar e controlar o ensino na EMR e a regulamentação sobre os candidatos à Aviação Militar.

O quarto capítulo apresenta a análise da EMR no período de 1931 a 1937, quando foram observadas as bases para formação de uma elite institucional nacional articulada à construção de uma nova cultura política no Exército Brasileiro a partir da criação de tradições como o culto a Caxias e pelo medo do comunismo nacional e internacional, que acabou gerando uma prática de denúncias dentro da Instituição e da sociedade brasileira. No contexto da formação de um novo pensamento político, analisamos também a dialética do pensamento do General Góes Monteiro e do General Dutra durante o governo Vargas, a partir de uma disputa institucional pelo poder.

Nesse momento foi possível detectar padrões de discriminação política no processo de seleção dos candidatos a EMR, local de formação do oficial do Exército Brasileiro, que posteriormente, seriam estendidos a negros, judeus, pobres e islâmicos, considerados como pertencentes a grupos de inferiores prejudiciais à formação de uma elite militar. As discriminações seguiam as diretrizes políticas e ideológicas estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército, órgão institucional responsável pela direção, organização e fiscalização do ensino militar. O ensino militar foi modificado para seguir na direção da modernização e da profissionalização com o objetivo construir uma nova elite militar que agiria como vanguarda dos interesses do novo Estado que se instalou após a Revolução de 1930 e procurar afastar os jovens oficiais de atividades políticas revolucionárias desestabilizadoras da ordem e de movimentos subversivos, como o comunismo.

O Regulamento das Escolas Militares, organizado em 1934, teve como principal mudança implantada, a questão do tempo de duração do curso na EMR, que passou de três para quatro anos. No novo curso considerou-se ponto importante o estudo do fato social no Brasil, através da inclusão de disciplinas como Sociologia e Economia Política, disciplinas essas limitadas a esquemas doutrinários rígidos, conservadores, que fundamentassem o apelo à manutenção da ordem. No entanto, o Regulamento de 1934 teve vida curta, não chegando a ser aplicado na Escola, pois foi suspenso em 1935. Por determinação do Ministro da Guerra, o curso retornou para três anos e foram excluídas as disciplinas de Sociologia e Economia Política. Na prática, o comandante da Escola deveria articular a fusão dos Regulamentos de 1929 e 1934.

A partir de 1934, o principal instrumento utilizado para regular a seleção dos candidatos ao curso de formação de oficiais da EMR passou a ser o processo individual, documento gerado para identificar o candidato, que continha dados importantes para determinar a origem social, a condição da família, e a origem racial, dos futuros oficiais.

No último capítulo destacamos a análise da formação do oficial do Exército Brasileiro na EMR, no período de 1937 a 1946, articulando a idéia de formação de uma elite institucional nacional à instalação de padrões de discriminação social e racial no processo de seleção dos candidatos à Escola Militar no contexto de um governo centralizador e autoritário liderado por Getúlio Vargas, a partir de 1937 com a vigência do Estado Novo, que tinha como Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, que também utilizou do mesmo modelo centralizador e autoritário para chefiar a Instituição de que estava à frente.

A partir de 1938, o Exército foi reorganizado, a fim de atender ao momento político que o Brasil atravessava. Para tanto, a nova organização teve como ponto central a retirada do EME da posição de mais alto órgão na estrutura da defesa nacional, passando a ser apenas um órgão de consultoria. Naquele momento, a direção do Exército passou a ser exercida pelo Presidente da República, que seria representado pelo seu Ministro da Guerra, o qual atuaria como órgão de direção e inspeção, articulado com o movimento centralizador que a política brasileira vinha assumindo. O EME do General Góis Monteiro era deslocado do centro do poder político para a periferia, abrindo espaço para o domínio centralizador do General Dutra, elemento importante na configuração do novo governo.

No Estado Novo, a política brasileira tornou-se autoritária de fato, eliminando o sistema federalista e o regime liberal, consolidando o ideal de Estado forte. Na EMR, observamos o desdobramento do pensamento político anterior, com relação à discriminação política contra alguns candidatos, à restrição ao ingresso de negros, judeus, pobres, e islâmicos, com o objetivo de fundamentar a construção de uma elite institucional homogênea e nacional.

Como observamos, a passagem do ano de 1937 para o ano de 1938 representa bem o momento de radicalização na seleção dos futuros oficiais do Exército Brasileiro. Enquadrado em um governo autoritário (Estado Novo), o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, mostrou, através dos documentos produzidos e com suas decisões ministeriais, a feição autoritária e discriminatória da pasta da guerra, principalmente contra judeus e negros, considerados portadores de estigmas ideológicos e raciais. O Ministro da Guerra justificava a discriminação, pelo fato de o

judeu ser considerado raça desradicada à terra, e o negro, por conta das convenções sociais estabelecidas que a Instituição não poderia abolir, pois constituíam normas e praxes do uso corrente na sociedade. Essa postura discriminatória pode ser considerada por nós a real base para uma postura autoritária dentro da Instituição articulada à política de força existente em um grupo armado.

A análise dos padrões de discriminação observados no quinto capítulo pode ser confirmada através da pesquisa empírica feita nos processos individuais dos candidatos a seleção da EMR, no período de 1938 a 1942. Nas fontes analisadas foram encontradas as respostas para identificar o racismo seletivo do Ministro da Guerra durante o Estado Novo. É importante frisar que, as restrições impostas aos candidatos a escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro correspondiam a política nacional estabelecida pelo Estado varguista com relação à entrada de imigrantes. Durante os primeiros momentos do governo Vargas, após a Revolução de 1930, leis[303] foram decretadas com o objetivo de limitar a entrada de estrangeiros no Brasil, leis que iam de encontro a política de Estado estabelecida no final do século XIX e início do XX, que percebia na imigração fator essencial para o processo político de embranquecimento da população brasileira considerada demasiadamente mestiça.

Através de leis foi estabelecida ainda, que no mínimo dois terços dos postos de trabalho deveriam ser ocupados por brasileiros. Com a inclusão dessa matéria, o Estado varguista fundamentava parte dos seus interesses políticos nacionalistas e a sua busca de apoio dos trabalhadores. O discurso de proteção ao trabalhador nacional criava em contrapartida uma política de ataque ao estrangeiro, considerado culpado pelo desemprego e pelos conflitos sociais que o Brasil vivia. O estrangeiro tornou-se sinônimo de problema, de subversão, do elemento responsável por ter trazido o comunismo para o Brasil, por tanto, era justificada as medidas repressivas adotadas contra eles pelo Estado.

E quanto ao negro? O negro pertencia a uma “raça inferior”, era em parte culpado pela miscigenação e o enfraquecimento do povo brasileiro. Por outro lado, as codificações sociais já haviam determinado a sua não inclusão no meio das elites sociais brasileiras, no máximo serviriam como mão-de-obra barata para os interesses capitalistas, mas, para isso era necessária também, a sua inclusão como parte da nação, tentativa organizada a partir dos intelectuais dos anos 1930 e 1940.

---

[303] AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Constituição Federal do Brasil de 1934 (Com relação a imigração foi estabelecida cotas por nacionalidades para entrada de estrangeiros) e o Decreto-Lei Nº 406, de 04/05/1938 (Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional).

Neste clima de elitização social, através do domínio da raça branca, em detrimento do judeu e do negro, crescia o interesse na construção da identidade nacional. O contexto internacional articulava-se às tradições brasileiras racistas e religiosas que, impregnadas pelo nacionalismo crescente, apoiaram as práticas discriminatórias. Os ideais liberais foram logo substituídos pelo culto à força, à ordem, a disciplina, a personificação do chefe político, a raça pura e aos heróis nacionais, que estimularam um novo imaginário popular, bloqueando qualquer crítica contra o sistema estabelecido. A sociedade reorganizada pelo Estado Novo agia de acordo com este e parecia que nada sabia a respeito das políticas segregacionistas. A elite social procurava manter as suas conquistas e o domínio sobre o povo. E o governo interagia com todos, e com tudo, para manter a estabilidade do poder instituído.

Os resultados da pesquisa feita com as fichas individuais e os dados estatísticos elaborados mostraram que, com relação à procedência dos candidatos, a maioria vinha do meio civil, numa tentativa institucional de se criar uma elite militar que correspondesse à elite social do país. No entanto, o ano de 1942 representou o momento mais intenso das restrições contra negros, judeus, pobres e estrangeiros, e o grosso do processo seletivo com a finalidade de formar uma elite foi deslocado para as EPC que adotaram os mesmos padrões de discriminação utilizados na EMR. Politicamente, o ano de 1942, foi o momento que o Brasil alinhou-se definitivamente aos interesses dos Estados Unidos da América.

Com relação à origem social da família dos candidatos, observamos que cerca de setenta por cento dos pais dos candidatos que participaram do processo seletivo tinham profissões ligadas às camadas médias e altas, formada por profissionais liberais, funcionários públicos (civis e militares) e proprietários, o que permite afirmar que ocorria então um interesse da sociedade pela carreira de oficial do Exército, talvez pela mudança de função do Exército dentro do Estado e pela aproximação do poder instituído, ou, talvez, pelo desemprego fruto da crise econômica vivida pelo mundo durante os anos 1930. A confirmação da pesquisa do processo seletivo e da formação continuada dos oficiais do Exército, provavelmente, poderá nos dar respostas mais concretas em relação aos grupos que participaram da intervenção política, em 1964, e no processo de radicalização subseqüente.

Com relação à nacionalidade dos pais dos candidatos, predominou a brasileira, o que correspondeu ao interesse da política nacionalista do governo Vargas que foi estabelecendo restrições ao ingresso de estrangeiros no Brasil. As restrições variaram em cada momento político vivido pelo Estado brasileiro. Em um primeiro momento, adotou-se uma política de restrição contra russos ou qualquer estrangeiro que se

identificasse com a ideologia comunista. Em um segundo momento, adotou-se uma política de maior restrição, contra judeus, italianos, alemães, japoneses, grupos considerados desestabilizadores da política interna nacional.

Com relação à religião, predominou a católica, base do conservadorismo que impregnou a formação social brasileira. O Estado Novo trazia como principal proposta à construção de um consenso coletivo, uma comunidade moral, que não deveria agir como um mero e pragmático articulador de grupos com interesses diferentes e dispersos. Esta comunidade moral - a nação - era concebida como superando o individualismo e o partidarismo liberais e expressava-se como uma totalidade que não é redutível às partes. A ênfase dada pela Igreja Católica à ordem, ao nacionalismo e o espírito anticomunista coincidiam com a orientação do regime varguista.

Os dois últimos Regulamentos implantados na EMR, o de 1940 e 1942, demonstraram a necessidade de se adaptar às novas realidades e dão sinais do fim desse estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro, que seria transferido para Resende. O Brasil vivia a Segunda Guerra Mundial, e a possibilidade de participar do conflito. Já era clara a influência dos Estados Unidos da América na política militar brasileira e na construção do modelo de ensino institucional. Através da documentação analisada, observamos que se desenvolveu um processo de construção de um novo pensamento doutrinário no Exército brasileiro, tomando por base a chegada da Missão Militar Americana em 1936, que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados na Itália, como não poderia de ser, mostrou a necessidade de profunda reorganização e modernização do Exército Brasileiro. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando para o fato de se adotar a organização e a doutrina militar norte-americana, toda baseada na motomecanização.

Durante o desenvolvimento da tese, analisamos o acesso à Escola Militar, Instituição de Ensino Superior responsável pela formação dos oficiais do Exército Brasileiro, contextualizada por suas diversas reformas no modelo de ensino, com base nos interesses organizacionais e doutrinários do Exército e por suas diversas mudanças de localização, quando pudemos comprovar que: a partir de 1931, após o movimento revolucionário de 1930, a seleção para admissão nas Escolas Militares fez parte de um projeto de transmissão do pensamento elitista da sociedade brasileira, e que a política discriminatória contra negros, judeus, pobres, e estrangeiros, implantada no acesso da Escola Militar do Realengo, a partir de 1938, na gestão do General Eurico Gaspar

Dutra, então Ministro da Guerra, não correspondeu às propostas profissionalizantes e modernizadoras do Coronel José Pessoa, implantadas quando era Comandante dessa Escola no período de 1931 a 1934, o qual pretendeu mudar hábitos e costumes com o objetivo de formar uma elite institucional.

O racismo e o anti-semitismo, manifestado durante o Estado Novo na seleção dos oficiais do Exército Brasileiro, pode ser caracterizado como político e cultural, dissimulado sob os interesses nacionalistas do Estado. Não há dúvida a respeito do posicionamento do Brasil contra judeus, negros, pobres e outros grupos de estrangeiros constantes da documentação institucional analisada e da própria historiografia da época que tentava fundamentar o novo Estado que se estava organizando: um Estado forte, centralizador, católico, elitista, branco, e autoritário. Constatamos que o racismo e o anti-semitismo seletivo do General Dutra foi endossado pela política do Estado como uma prática de bastidores e fundamentado por um conjunto de normas impostas através de documentos institucionais secretos (Instruções, Ofícios, Circulares) e Decretos-leis.

Por fim, pudemos observar que a redemocratização, com o retorno ao modelo político liberal e representativo no país, após o afastamento de Vargas do poder, marcada pela promulgação da Constituição Brasileira em 18 de setembro de 1946, não representou o afastamento total com relação à restrição da entrada de negros nas Escolas de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro, sendo mantido o padrão discriminatório imposto durante o Estado Novo, resultado de mais uma das benesses deixadas pelo governo autoritário do Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

REFERÊNCIAS:

FONTES PRIMÁRIAS

1. Fontes Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Almanaque de Oficiais do Exército, de 1930 a 1945.

Boletins do Exército, de 1909 a 1946.

Boletins Reservados do Exército, de 1917 a 1946.

Documentos diversos da Escola Militar do Realengo, de 1913 a 1946: (Ostensivos, reservados, e sigilosos).

Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Compilado pelo Coronel R/1 Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996.

Ordens do Dia do Exército, de 1904 a 1908.

Processo de aspirantes para ingresso na Escola Militar do Realengo (período de 1938 a 1942).

Relatórios do Ministério da Guerra, de 1903 a 1946.

Série Ministério da Guerra, documentos do período de 1905 a 1946: relatórios, boletins ostensivos e reservados, correspondências.

Série Estado-Maior do Exército documentos do período de 1904 a 1946: relatórios, boletins.

Série Inspetoria Geral de Ensino do Exército do período de 1938 a 1946.

ARQUIVO NACIONAL

Fundo Agência Nacional, de 1935 até 1979.

Fundo Série Educação – Ensino Superior (IE3), de 1813 até 1961. Livros registro da Academia Militar.

2. Acervos Pessoais

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Acervo do General Pedro Aurélio Góes Monteiro.

Acervo do General Eurico Gaspar Dutra.

Acervo do General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

CPDOC/FGV/RJ

Documentos privados do General Pedro Aurélio Góes Monteiro.

Documentos privados do General Eurico Gaspar Dutra.

Documentos privados do General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

Documentos privados do presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

3. Fontes Impressas

Revistas

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Revista Nação Armada. (1939 – 1945)

Revista A Defesa Nacional. Nº. 1, Editorial, de 10 de outubro de 1913.

Revista da Escola Militar, de 1938 a 1945.

Revista do Clube Militar. Número especial dedicado o Sesquicentenário da AMAN. Jan-Mar de 1961, nº. 158.

Leis, decretos, regulamentos, relatórios, anuários.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Anuário da Escola Militar de 1914.

Regulamentos para os Institutos Militares de Ensino (Decreto 5.698, de 02 de outubro de 1905).

Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913).

Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918).

Regulamento para a Escola Militar (Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919).

Regulamento de ensino da Escola Militar de 1924 (Decreto 16.394, de 27 de fevereiro de 1924).

Regulamento de ensino da Escola Militar de 1929 (Decreto 18.713, de 25 de abril de 1929).

Regulamento da Escola Militar (Decreto 23.994, de 13 de março de 1934).

Instruções para a matrícula na Escola Militar de 1937 (Dec. 1729, de 22 de junho de 1937).

Instruções para prova de seleção eliminatória para concurso de admissão a Escola Militar de 1938 (Aviso 361, de 06 de outubro de 1938).

Instruções Reguladoras do emprego da relação das doenças; afecções e síndromes que motivam a isenção definitiva, a baixa ou a reforma no Exército e das condições especiais de incapacidade para a Arma de Aviação (Secreto), 1934.

Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde e das Juntas Militares de Saúde do Exército, 1937.

Regulamento Interno do Corpo de Cadetes, de 1932.

Regulamento da Escola Militar de 1934 (Dec. 23.994, de 13 de março de 1934).
Regulamento da Escola Militar de 1940 (Dec. 5543, de 25 de abril de 1940).
Regulamento Militar da Escola de Estado-Maior, 1934.
Regulamento Interno e dos Serviços Gerais de 1939, 1940, 1942, 1943.
Regulamento Disciplinar do Exército de 1938, 1942.
Regulamento de Continências, Sinais de Respeito e Honras Militares de 1915, 1934, 1937, 1942.
CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Constituições do Brasil.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989.

FONTES SECUNDÁRIAS

Discussão Historiográfica

ACHILLES, Paula. **O Brasil em Marcha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
ARAGÃO, Campos de. **Cadete do Realengo**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.
A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O EXÉRCITO BRASILEIRO: 1930-1940. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941. (Discursos do Presidente da República e do Ministro da Guerra).
BANHA, Paulo da Motta (coord.). **História do Estado-Maior do Exército.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.
BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. Volume V. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2002.
CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder. **Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.
CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945).** São Paulo: Brasileiro, 1988.
CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, tomo1, 1961.
CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de História e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.
___. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
___. **As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**. In: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

___. **Forças armadas e política, 1930 – 1945**. In: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

___. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). **O Exército na História do Brasil**. Rio de Janeiro/Salvador: Bibliex/Odebrecht, 1998.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

___. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

___. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrindo o Brasil).

___. "Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar". **Revista de Estudos Históricos**, vol. 7, nº. 14, jul - dez / 1994, p. 231-240.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945).** 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

___. **O Tenentismo.** São Paulo: Difel, 1975.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

___. **A revolução de 1930**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente**. *Livro 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. *Livro 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro.** São Paulo: Annablume, 2005.

GOMES, A. M. da C. Construção de Homem Novo. In: **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 151-166.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUNENNVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo.** Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.

LAFER, Celso. O Significado de Republica. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 2, nº. 4, p. 214 – 224, 1989.

LESSER, Jeffrey Howard. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito.** Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LINS, João de Abreu Lins. **Memórias do Realengo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1981.

McCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945**. Tradução Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

___. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro.** Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

___. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAES, João Quartim de. O Argumento da Força. In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de {et. al.}. **As forças armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEDROSO, Raul. **Cadetes em desfile (Escola Militar do Realengo)**. Rio de Janeiro: Pongetti, s/d.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias. São Paulo: USP, 1999.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Exército**. Brasília: ENAP, Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 1, nº. 2, 1988.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil / 1930-1954.** Tradução: Anna Olga Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

___. **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SADER, Emir. **A militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e Poder: o Exército e a construção da nação (1930-1937)**. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

___. **Estado Novo, um auto-retrato.** Brasília: Ed. UnB, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

___. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SODRÉ, Nélson Werneck. **História Militar do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

___. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SUANO, Marcelo José Ferras. **A doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30: o intelectual do partido fardado e a dinâmica das intervenções militares.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

<u>Discussão Teórico-Metodológica</u>

AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

BARROS, José D'Assunção**. O Campo Histórico: as especialidades e abordagem da História.** 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Cela, 2002.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América, 1965.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

___. **Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política.** 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico.** Brasília: Senado Federal, 2001.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927 – 1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DA MATTA, Roberto. Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando; uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 58–85.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945.** São Paulo UNESP, 2005.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus. Ensayo sobre el sistema de castas**. Madri: Aguilar, 1970.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de janeiro: UFRJ, Minas Gerais: UFMG, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classe. O legado da ¨Raça Branca¨.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Heloísa R. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, s/d.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

___. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

___. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária/Editora da USP, cap. IV- "Pretorianismo e decadência política", p. 204-273.

LENHARO, Alcyr. **A sacralização da política**. 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1986.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

JAPIASSU, Hilton. A Origem pseudo-científica do racismo. In*:* **As Paixões da Ciência, estudos da história da ciência.** São Paulo: Letras & Letras, 1991.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia Volta Volver**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 313-328.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4ª edição. São Paulo: Brasileira.

PASQUINO, Gianfranco. **Militarismo**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferrreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco. Raça e nacionalidades no pensamento brasileiro**. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TREVISAN, Leonardo N. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: 1920.

Anexo A

DISCURSO DE ASSUNÇÃO DE COMANDO DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO PELO CORONEL JOSÉ PESSOA EM 1931.

Comando da Escola Militar. – Quartel em Realengo, 15 de Janeiro de 1931.

BOLETIM ESCOLAR N. 13

Para o conhecimento desta Escola e devida execução, publico o seguinte:

I COMANDO DA ESCOLA

Assumo nesta data o Comando deste Estabelecimento, para o qual fui nomeado por Decreto de 19 de Novembro do anno findo, de accôrdo com o artigo do R.E.M.

CADETES:

O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. Disso sabeis, perfeitamente, pela contribuição que vos coube na jornada de abnegação e renúncia que culminou com a gloriosa arrancada de 24 de outubro.

Vossa contribuição, nos moldes da feição technico-profissional da Escola Militar do presente, traduziu a medida justa do vosso valor, em nada menor ao da Escola Militar do passado. Si dentro de vossos muros não há mais logar para especulações philosophicas e políticas, representaes, entretanto, notável potencia combativa a serviço das mais altas virtudes cívicas emanentes do dever profissional militar quando cumprido a rigor, como o tendes feito.

Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exacto. A República está salva, resta salvar a Nação.

Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim.

Revalidada a forma de governo, cumpre restaurar-se o Brasil.

Aquella tarefa foi relativamente simples. Esplendida renuncia, mas num curto praso e á sombra da unanimidade dos brasileiros.

Essoutra é mil vezes mais difficil. Será a renuncia duradoira, a compressão systhematica de todos os interesses pessoaes e, pro isso, só terá a apoial-a a consciência dos patriotas de escol.

Assim é que a Revolução ainda não terminou. Esperam-nos luctas das mais tremendas, desde as luctas intimas de consciência até as mais encarniçadas luctas de forças políticas e sociaes de toda a espécie. Sob a forma de Revolução, teremos todos de combater não mais os inimigos da Republica porém os inimigos da Pátria, aquelles, que por desastrada miopia e apesar de tudo, só podem ver deante de si os propios interesses. Reedução dos indivíduos e das collectividades, das elites e das massas eis de como a Revolução continuará.

Desses conceitos, que exprimem toda a verdade, é que espero, deveis estar convencidos vós que em todos os tempos vos destes generosamente aos superiores ideaes da nacionalidade.

Ainda mais. Assim como o Exercito foi o factor decisivo da Revolução, outro papel essencial caber-lhe-há no período de Renovação, na phase de Reeducação que se vae iniciando.

Os processos é que vão variar. Enquanto que para fazer a Revolução o Exercito teve que sahír da órbita rigorosamente traçada por seus attributos, para o novo período, para a nova phase revolucionaria, sua melhor actuação será no âmbito preciso daquella órbita.

É que, victoriosa a Revolução, preciso se torna que todos os valores voltem ás respectivas zonas de ação que lhes são normaes.

Só desse modo se tornará valida a finalidade reconstructora, o que representará a consolidação da própria Victoria.

O Exercito, como instituição democrática por excellencia, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua efficiencia.

Urge remodelal-o, apparelhal-o, sobretudo, retomar em mão os seus quadros, tarefas que todos esperamos do Exmo. Snr. General Ministro da Guerra e do Estado Maior. Desse conjunto resalta a revalidação dos quadros, questão a que está estreita e directamente ligada a Escola Militar, como fonte geradora de nossos officiaes.

É nosso dever fazer a mais rigorosa seleção dos homens aos quaes o Brasil confiará a defesa de sua integridade no exterior e a manutenção de suas leis no interior.

Cadetes: da certeza de vosso relevo na vida nacional, assim condicionado, isto é, atravez o Exercito, cujos quadros ireis per lustrar, mais do que tudo é do que desejo fiqueis profundamente convencidos.

Vede bem como sei estimar a importância da immensa tarefa que nos compete. Não me escapam as difficuldades da jornada, mas, como chefe e até mesmo por temperamento, cultivo o gosto pelas missões difficeis.

Não me faltaram honrosos convites para postos de relevância, para funções brilhantes e menos afanosas. Dentre todas preferi o commando da Escola Militar que hoje assumo e que será a maior honra de toda a minha vida.

Desde que nomeado, apesar de solicitado por innumeros mistéres relativos ainda ao advento da Revolução – crêde que um só instante não me sahiste do pensamento.

Pensei e agi. A escolha de meus auxiliares directos e daquelles que por diversas actividade terão de contribuir para vossa formação de official, foi meu primeiro cuidado. E fil-o de modo que cada um possa considerar-se designado por seus propios merecimentos. Outro critério não segui senão o da capacidade para as funcções, desde que erigida sobre normas dignas de conducta pessoal.

Em seguida, reuni a necessária documentação para fundamentar remodelação integral por que passará a Escola Militar. WEST-POINT, SAINT-CYR, SANDHURST, serão os moldes de onde sahirão as linhas geraes da reforma dos processos de vossa formação militar.

Disto já vos posso dizer alguma coisa.

A formação do official brasileiro em seu primeiro lance na Escola Militar, terá como base a educação physica, como meio a cultura geral scientifica e como fim a mais rigorosa preparação profissional. Desse tríplice aspecto resultarão, seguramente, as qualidades Moraes indispensáveis ao officialato e que deveis cultivar desde já.

"A guerra é uma arte toda de execução" e do que o Exercito precisa é de officiaes aptos ao serviço, officiaes robustos, energicamente conhecedores da profissão, convictos de sua missão militar, social e política, como officiaes de verdade.

Minha gestão não vae ser outra coisa senão prever e prover medidas e os meios para attingir plenamente essa soberba realisação, apoiado como estou pela vontade do Governo Provisório expressa pela palavra do Exmo. Snr. General Leite de Castro, Ministro da Guerra.

- - : - -

A complexidade dessas medidas e desses meios não permitirá uma solução instantânea. Estudos e ensaios deverão ser feitos, para que passo a viver em vosso ambiente. Créditos especiaes devem ser destinados á execução material do emprehendimento.

Basta considerar-se a escolha de um novo local para a Escola Militar, em que ao par de clima apropriado á vida intensa dos alunnos se lhes assegure meio social condigno; a construção de installações que proporcionem aos alunnos o conforto necessário a sua vida laboriosa, physica e intellectual; a organisação do estabelecimento como modelar instituto de ensino; os numerosos e variados recursos materiaes para garantir o Maximo de rendimentos ao ensino militar, tudo isso representa um mundo de energias e de recursos financeiros que se não podem jogar de chofre no taboleiro ingrato das realidades.

Estou certo, porém, que havemos de realisal-o. Não sou dos que pretendem para si todas as glorias. Basta-me a honra de dirigir a definitiva remodelação da Escola Militar, de coordenar o esforço que todos deverão fazer para tornar a Escola Militar a verdadeira propulsora do Exercito Nacional, como fonte de recrutamento do primeiro posto que é.

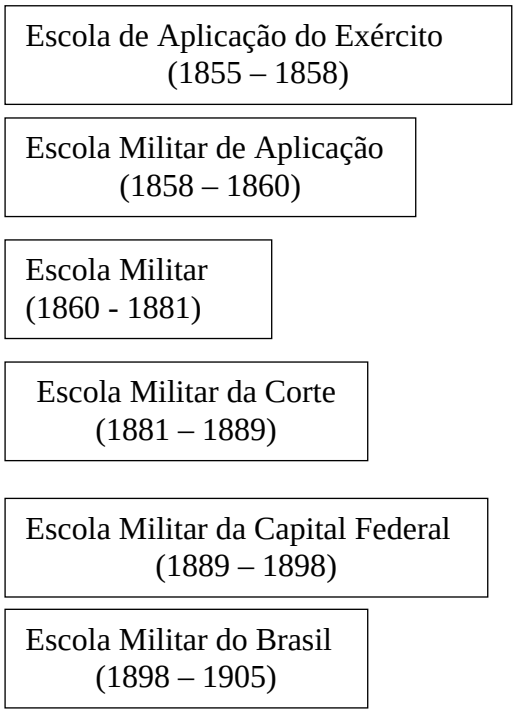
Principalmente de vossa collaboração é que muito espero.

A grande obra que temos a realisar comporta, como é natural, extenso plano, cuja execução requerá alguns annos. Entretanto, sem que tomemos o emprehendimento como um ideal, na mais ampla acepção do termo, nada se fará. O plano de remodelação ficará inerte se não lhe insulflarmos a vida de no enthusiamo, de nossa fé, dos nossos innumeros sacrifícios, pequenos e grandes, como num verdadeiro ideal.

Cadetes: a partir de hoje, vivamos a mentalidade na nova Escola Militar, da Escola Militar que vamos construir.

Anexo B

DIAGRAMA DE EVOLUÇÃO DA ESCOLA MILITAR SITUADA NA PRAIA VERMELHA DESDE O IMPÉRIO ATÉ SUA FASE FINAL NA REPÚBLICA:



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158.

Anexo C

REGULAMENTO PARA OS INSTITUTOS MILITARES DE ENSINO DE 1905 (Artigos extraídos):

1. Matrícula exclusiva de praças de prét na Escola inicial (Escola de Guerra), que já tivessem pelo menos seis meses de serviço na tropa;
2. Ter revelado aptidão para o serviço militar e ser de conduta irrepreensível, o que seria atestado pelo respectivo comandante de corpo;
3. Ter a precisa robustez física, provada em inspeção de saúde a que seria submetido na Escola antes da matrícula;
4. Ter mais 17 e menos de 22 anos de idade;
5. Ser solteiro ou viúvo sem filhos;
6. Apresentar atestados válidos de aprovação nas seguintes doutrinas: Desenho Linear, Português, Francês, Inglês ou Alemão, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Elementos de mecânica e astronomia, Física e Química, História Natural, Geografia do Brasil e História do Brasil;
7. Não seria mais permitida a matrícula de oficiais;
8. Extinção do título de alferes-aluno (Art. 205, do R.E.M. de 1905);
9. Criação da patente de Aspirante-a-Oficial, elo entre a escola e a tropa, cuja ordem hierárquica dentro do quadro de oficial do Exército seria disposta ao aluno que concluísse a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, por ordem de merecimento intelectual;
10. Supressão das Escolas Preparatórias e de Tática do Realengo e de Porto Alegre;

11. Eliminação dos estudos de Estado-Maior, que passaram a ser feitos em uma Escola à parte.

Anexo D

DIAGRAMA SOBRE A EVOLUÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS EM PORTO ALEGRE

Escola Militar Preparatória da Província do Rio Grande do Sul
(1858 – 1860)

Escola Auxiliar da Escola Militar
(1860 – 1863)
Obs. Subordinada à Escola Militar da Corte.

Escola Militar Preparatória da Província São Pedro do R S
(1863 – 1874)

Curso de Infantaria e Cavalaria
(1874 – 1881)

Escola Militar do Rio Grande do Sul
(1881 – 1889)

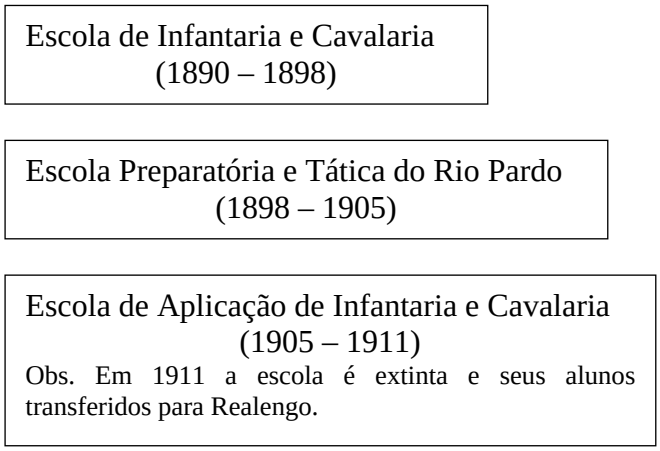
Escola Militar de Porto Alegre
(1889 – 1898)
Obs. Extinta em 1898 e os alunos transferidos para Rio Pardo.

Escola de Guerra de Porto Alegre
(1905 – 1911)

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158.

Anexo E

DIAGRAMA SOBRE A EVOLUÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS EM RIO PARDO:



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158.

Anexo F

RELAÇÃO DOS OFICIAIS QUE ESTAGIARAM NA ALEMANHA EM 1910:

Militar	Organização Militar de Origem
1º Tenente de Cavalaria Arnaldo Brandão	Quadro Suplementar Auxiliar G..3 (Departamento da Guerra)
1º Tenente de Artilharia Bertholdo Klinger	Parque da 2ª Brigada Estratégica
1º Tenente de Artilharia César Augusto Parga Rodrigues	Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Artilharia Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá	Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Artilharia Epaminodas de Lima e Silva	1º Batalhão de Artilharia de Posição
2º Tenente de Infantaria Estevão Leitão de Carvalho	11º Regimento de Infantaria
2º Tenente de Cavalaria Evaristo Marques da Silva	15º Regimento de Cavalaria
2º Tenente de Cavalaria Euclides de Oliveira Figueiredo	6º Regimento de Cavalaria
Capitão de Artilharia Francisco Jorge Pinheiro	Quadro Suplementar Auxiliar - 1ª Seção G.4 (Depto da Guerra)
2º Tenente de Infantaria Joaquim de Souza Reis Netto	14º Regimento de Infantaria
2º Tenente Jerônymo Furtado do Nascimento	5º Regimento - Instrutor da Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Infantaria José Antônio Coelho Ramalho	6º Regimento de Infantaria
2º Tenente José Bento Thomaz Gonçalves	5º Regimento
Capitão de Infantaria José Carlos Vital Filho	13ª Companhia Isolada
1º Tenente de Engenharia José Pinheiro de Ulhôa Cintra	Quadro Suplementar Auxiliar - 2ª Seção G.5 (Depto da Guerra)
Capitão de Infantaria Luís Furtado	1º Regimento de Infantaria

Fonte: DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718.

Anexo G

DIAGRAMA SOBRE A EVOLUÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS EM REALENGO:

Escola Prática do Exército
(1890 – 1898)

Escola Preparatória e Tática
(1898 – 1905)

Escola de Artilharia e Engenharia /
Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia
(1905 – 1913)
Obs. As duas escolas funcionaram juntas sob um mesmo comando.

Escola Militar do Realengo
(1913 – 1944)

Fonte: Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158.

Anexo H

EVOLUÇÃO DA ESCOLA MILITAR

Local	Praia Vermelha							
Ano	1855	1859	1860	1880	1881	1888	1889/97	1898 1904
Situação	ativa	extinta	Ativa	extinta	ativa	extinta	ativa	ativa
Escola	Escola Militar de Aplicação	Escola Militar de Aplicação	Escola Militar	Escola Militar	Escola Militar da Corte	Escola Militar da Corte	Escola Militar da Capital Federal	Escola Militar do Brasil

Porto Alegre		Rio Pardo		Realengo				
1906	1910	1898	1905	1898	1905	1906 á 1912	1912	1944
Ativa	extinta	ativa	Criada	ativa	extinta	ativa	ativa	extinta
Escola de Guerra	Escola de Guerra	Escola Prep. e Tática	Escola Prep. e Tática	Escola Prep. e Tática	Escola Prep. e Tática	Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia	Escola Militar do Realengo	Escola Militar do Realengo

Fonte: Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan – mar de 1961, nº. 158.

Anexo I

RELAÇÃO DOS OFICIAIS GENERAIS REFORMADOS ADMINISTRATIVAMENTE PELA REVOLUÇÃO DE 1930 POR ORDEM DE ANTIGUIDADE NO ALMANAQUE DE 1930:

Posto	Militar	Organização Militar de Origem
General-de-	Cândido Mariano da Silva Rondon	Diretor Geral do SPI

Divisão		
General-de-Divisão	Alexandre Henrique Vieira Leal	Chefe do EME
General-de-Divisão	Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu	Inspetoria da 2ª G. Rs.
General-de-Divisão	Hastimphilo de Moura	Comandante da 2ª R. M.
General-de-Divisão	Nestor Sezefredodos Passos	Ministro da Guerra
General-de-Divisão	Tertuliano de Albuquerque Potyguara	Deputado Federal
General-de-Divisão	João Nepomuceno da Costa	Membro da Comissão de Compras e Requisições e da Comissão de Promoções.
General-de-Divisão	Octavio de Azeredo Coutinho	Comandante da 1ª R. M.
General-de-Divisão	João Álvares de Azevedo Costa	Comandante da 4ª R. M.
General-de-Brigada	Eduardo Monteiro de Barros	Comandante Interino da 5ª R. M.
General-de-Brigada	Candido José Pamplona	Nada consta
General-de-Brigada	Estanislau Vieira Pamplona	Chefe doa D. G.
General-de-Brigada	Marçal Nonato de Farias	Nada consta
General-de-Brigada	Francisco de Borja Pará da Silveira	Agregado por motivo de moléstia
General-de-Brigada	Nicolau Ramos de Andrade Neves	Diretor de Mat. Bel. e membro da Comissão de Promoção
General-de-Brigada	Alberto Lavenère Wanderley	Comandante da 7ª R. M./10ª Bda Inf

Anexo J – Folha do processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, com fotografia.

644

Exmo. Sr. General Comandante da Escola Militar

[redacted], brasileiro nato, solteiro, filho de [redacted], com 19 anos de idade, residente á rua S. José nº [redacted], requer a V. Ex. vos digneis mandar inscrevê-lo na relação dos candidatos à matricula no Curso Preparatorio dessa Escola, juntando para isso os documentos regulamentares exigidos.

Nestes termos

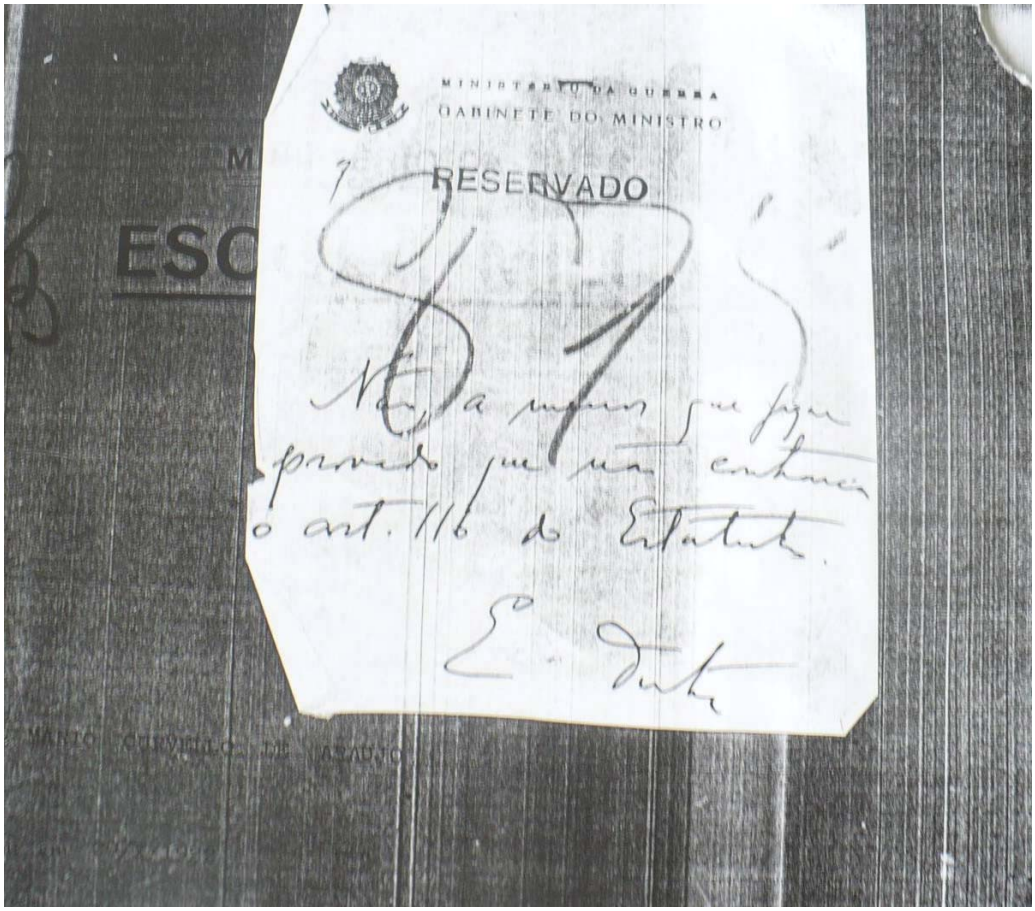
P. Deferimento.

Capital federal 14 de Outubro de 1938

ESCOLA MILITAR
PROTOCOLO Nº 760
Em 15 de 10 38
PORTARIA

Retrato.
Em 29/XI/938
Cap. Meirelles
Sec.

Anexo K – Processo de matrícula para o concurso, composto por: dois bilhetes, uma ficha individual, e uma carta.


MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
RESERVADO
Não, a menos que fique
provado que não contraria
o art. 116 do Estatuto.
E. Dutra
MARIO CURVELLO DE ARAUJO

ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato(por extenso) [redacted]
Lugar de nascimento Rua da Estancia nº335, Aracajú - Sergipe
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade) Olaria, Vila Isabel, Ramos e Piedade (Distrito Federal)
Residência atual Rua Joaquim Meastins - Piedade
Profissões exercidas Estudante
Religião Católica Apostólica Romana

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Sim, tenho
Nome do pai (por extenso) [redacted]
Lugar do nascimento Aracajú - Sergipe
Profissão Artista. Barbeiro a bordo d. Paquete Jaceguay
Residência Rua Joaquim Meastins - Piedade
Nacionalidade Brasileira
Religião Católica Apostólica Romana
Estado civil Casado

A PROGENITORA

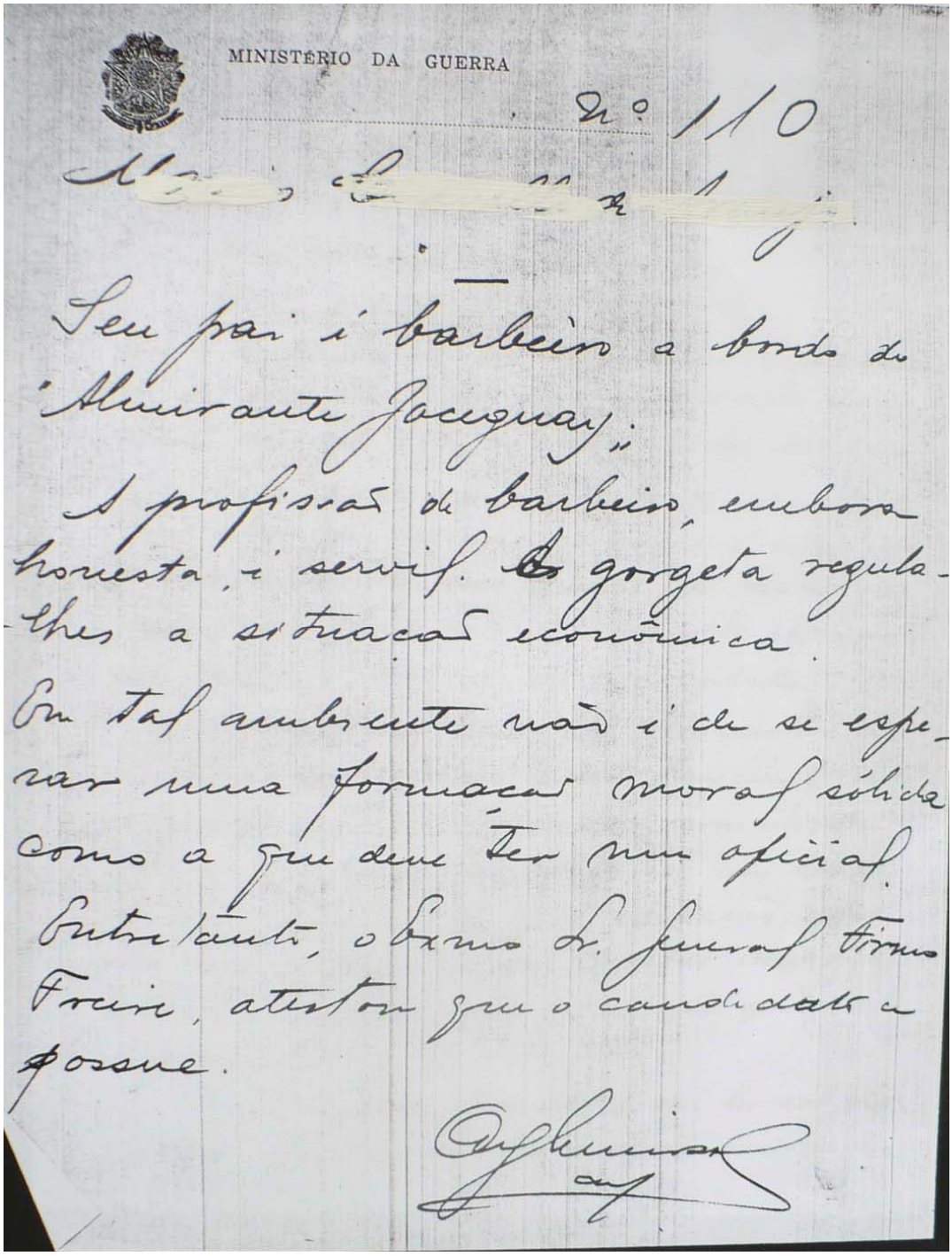
Tem mãe viva? Sim, tenho
Nome da mãe(por extenso) [redacted]
Lugar do nascimento Laranjeiras - Sergipe
Profissão Doméstica
Residência Rua Joaquim Meastins - Piedade
Nacionalidade Brasileira
Religião Católica Apostólica Romana
Estado civil Casada

O TUTOR

Nome do tutor(por extenso)
Lugar do nascimento
Profissão
Residência
Nacionalidade
Religião
Estado civil

(Data) - [redacted]

Assinatura do candidato



MINISTÉRIO DA GUERRA

Nº 110

[redacted]

—

Seu pai é barbeiro a bordo do "Almirante Jacguay".

A profissão de barbeiro, embora honesta, é servil. A gorgeta regula-lhes a situação econômica.

Em tal ambiente não é de se esperar uma formação moral sólida como a que deve ter um oficial.

Entretanto, o Exmo Sr. Juiz de Direito, atesta que o candidato a possue.

Sinesio de Farias

Rio, 22/12/1941

Prezado colega Cel Alcio Souto

Meus cordiais cumprimentos.

O candidato [redacted] tem o despacho de seu requerimento dependendo de um atestado de que preenche as condições do art. 116 do Estatuto dos Militares.

Esse rapaz, como estudante, é distinto, pois alem de assíduo ás aulas é estudioso e cumpridor de seus deveres, de modo que, seja qual fôr a sua origem, ele representa um valor e merece ser aproveitado.

Durante um ano ele freguentou as minhas aulas no Curso Freycinet, onde mantive contácto permanente com êle, de modo que posso afirmar ser um rapaz de bons costumes, de fina educação, o que me leva a concluir que os seus ascendentes souberam dar-lhe uma educação que muito os recomenda.

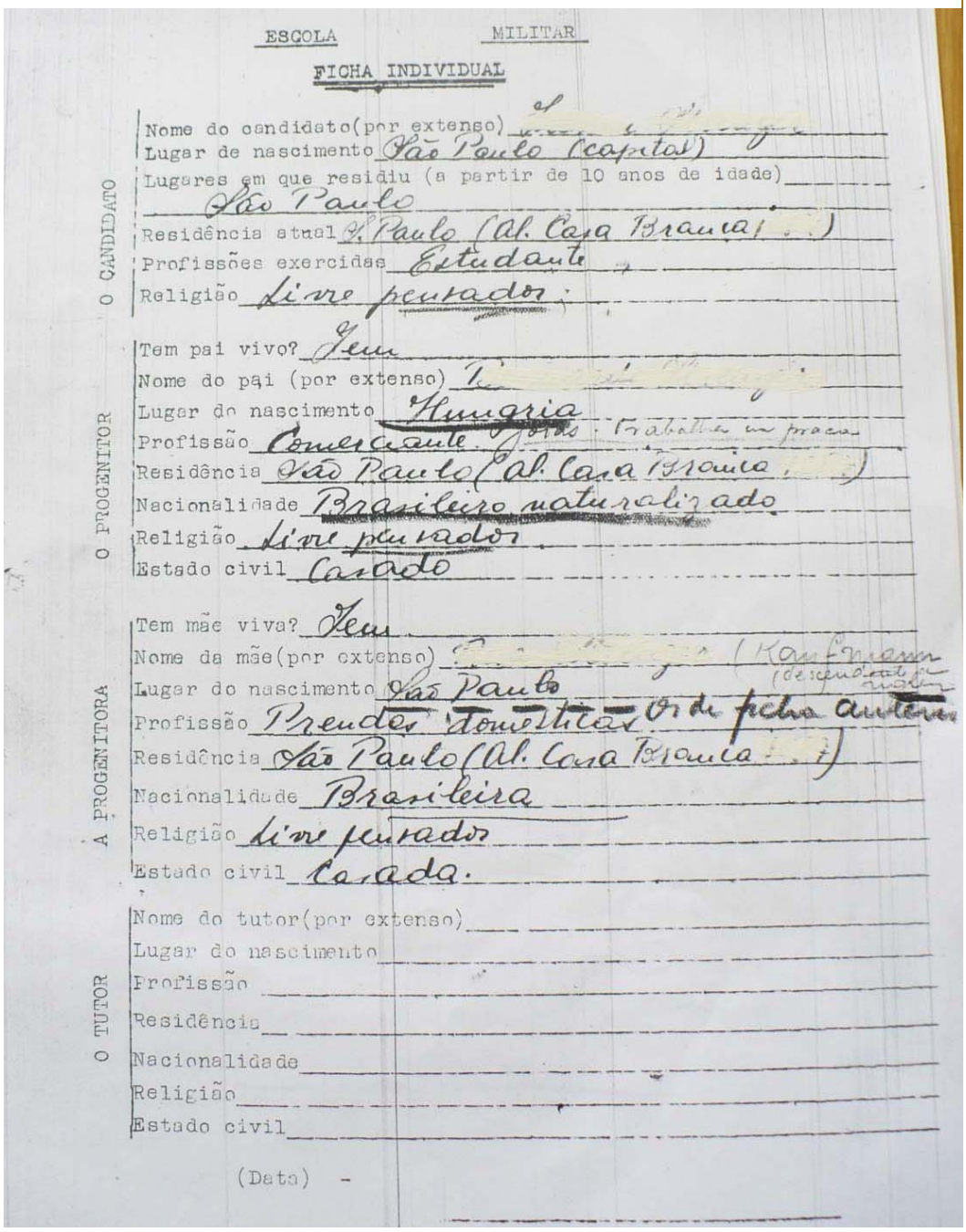
Por tudo isso, peço-lhe tomá-lo sob sua proteção, favorecendo-lhe a oportunidade de se encaminhar para a nobre profissão que abraçamos, onde tantos de humilde origem brilharam com grande fulgor.

Um cordial abraço do

Velho prof.

Sinesio

Anexo L – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: duas fichas individuais, um radiograma, e dois bilhetes.



ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato(por extenso) [illegible]
Lugar de nascimento São Paulo (capital)
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade)
São Paulo
Residência atual S. Paulo (Al. Casa Branca [illegible])
Profissões exercidas Estudante
Religião Livre pensadora

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Sem
Nome do pai (por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Hungria
Profissão Comerciante. Foi. Trabalha em praça
Residência São Paulo (Al. Casa Branca [illegible])
Nacionalidade Brasileiro naturalizado
Religião Livre pensador
Estado civil Casado

A PROGENITORA

Tem mãe viva? Sem
Nome da mãe(por extenso) [illegible] (Kaufmann (descendente [illegible]
Lugar do nascimento São Paulo
Profissão Prendas domésticas Vr de ficha anterior
Residência São Paulo (Al. Casa Branca [illegible])
Nacionalidade Brasileira
Religião Livre pensadora
Estado civil Casada.

O TUTOR

Nome do tutor(por extenso)
Lugar do nascimento
Profissão
Residência
Nacionalidade
Religião
Estado civil

(Data) -

ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

Nome do candidato--- [redacted]

Lugar do nascimento-São Paulo

Lugares em que residiu(a partir de 10 anos de idade) São Paulo

Residencia atual- S.Paulo(Avenida 9 de Julho [redacted])

Profissões exercidas- Estudante

Religião- Livre Pensador

Tem pae vivo?- Tem

Nome do pae- [redacted]

Lugar do nascimento- Krakovia

Profissão- Cravador de brilhantes

Residencia- S. Paulo(avenida 9 de Julho [redacted])

Nacionalidade- Brasileiro Naturalisado

Religião- Livre Pensador

Estado civil- Casado

Tem mãe viva? Tem

Nome da mãi [redacted]

Lugar do nascimento- Polonia

Profissão Dona de casa

Residencia- S. Paulo(avenda 9 de Julho [redacted])

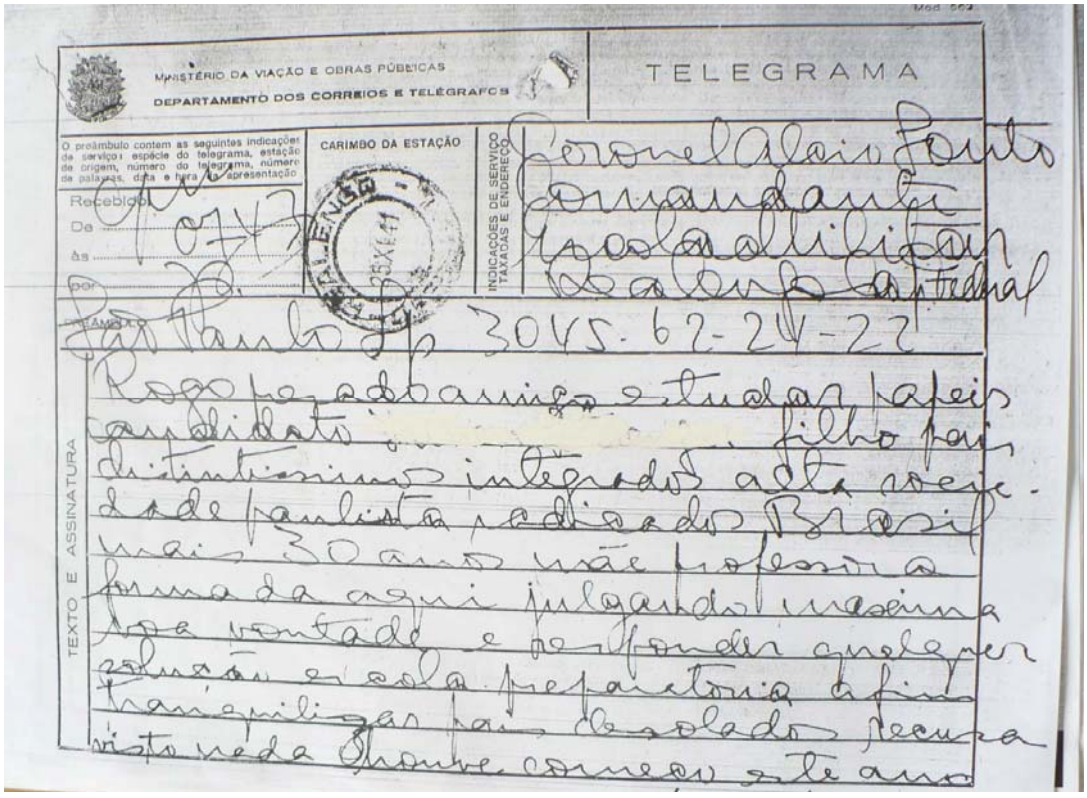
Nacionalidade- Brasileira por Naturalisação

Religião- Livre pensador

Estado civil - Casada.

São [redacted] 14 de Outubro 1940

Mod. 562



MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

O preâmbulo contem as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação

CARIMBO DA ESTAÇÃO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

Coronel Alcio Souto
Comandante
Escola Militar
Realengo Capital

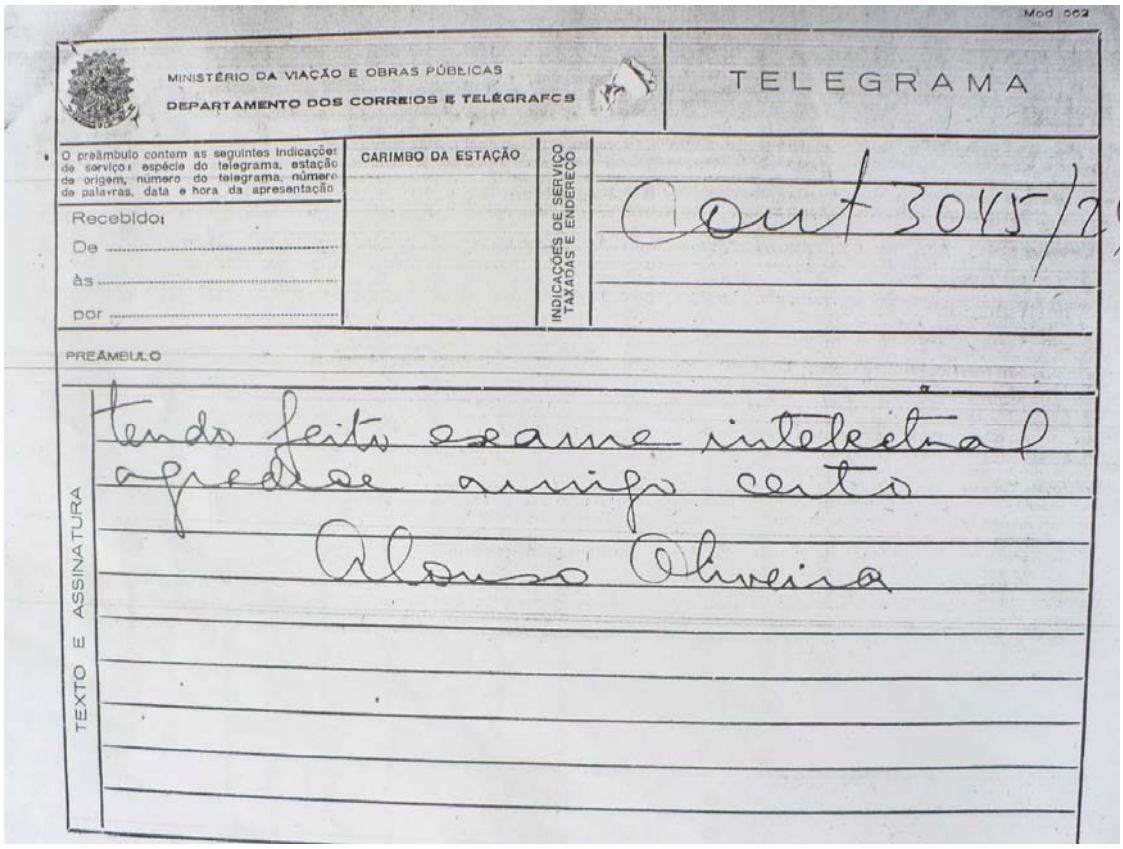
Recebido:
De 0747
às
por

PREÂMBULO

São Paulo Sp 3045-62-24-22

TEXTO E ASSINATURA

Rogo pesado amigo estudar papeis candidato filho pais distintissimos integrados alta sociedade paulista radicados Brasil mais 30 anos mãe professora formada aqui julgando maxima boa vontade e responder qualquer solução escola preparatoria afim tranquilizar pais desolados recusa visto nada houve começo este ano



Mod. 562

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

O preâmbulo contem as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação

CARIMBO DA ESTAÇÃO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

Cont 3045/2

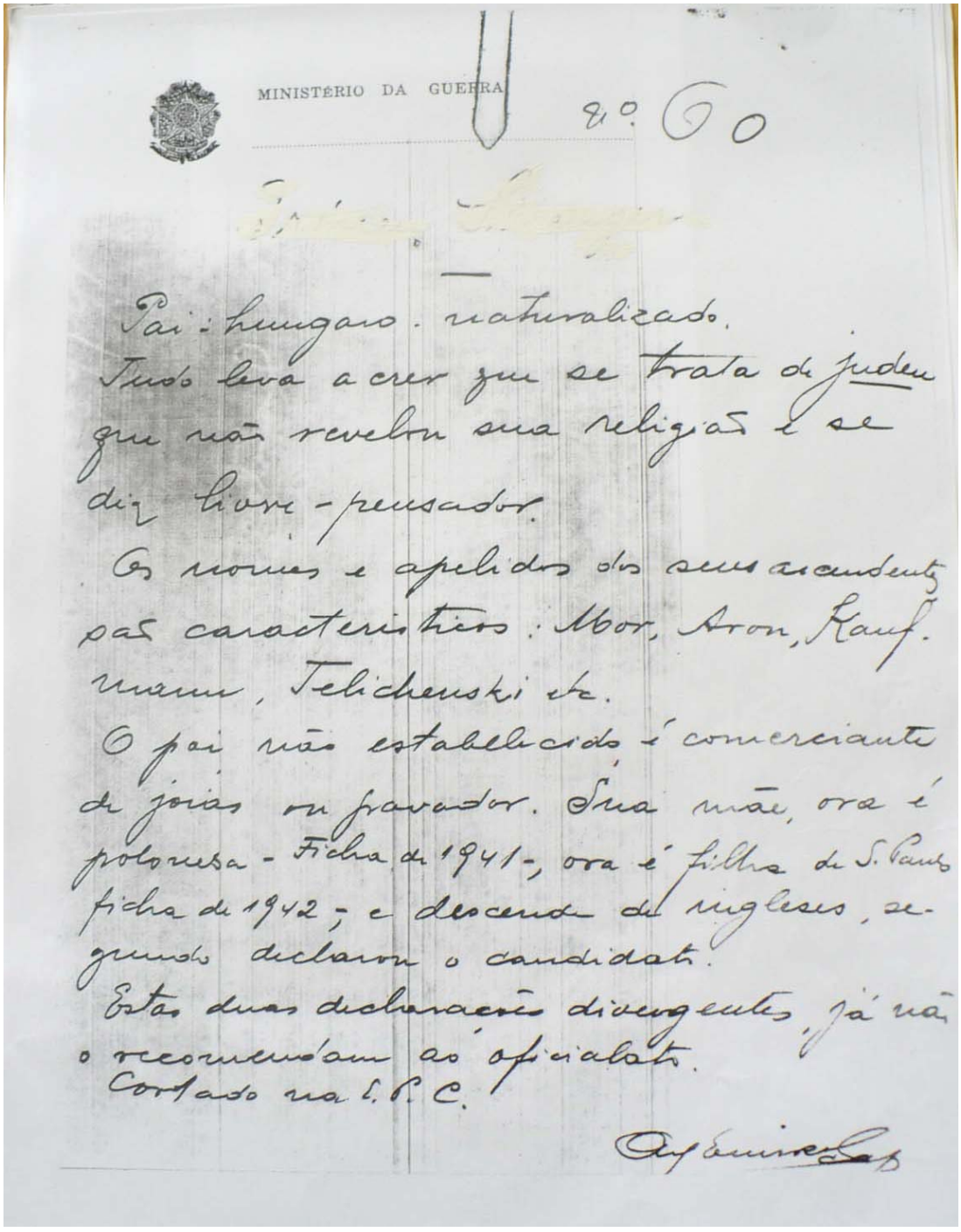
Recebido:
De
às
por

PREÂMBULO

TEXTO E ASSINATURA

tendo feito exame intelectual agradece amigo certo
Alonso Oliveira

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO
RESERVADO



MINISTÉRIO DA GUERRA

nº 60

[illegible]

Pai: hungaro - naturalizado.
Tudo leva a crer que se trata de judeu que não revelou sua religião e se diz livre-pensador.
Os nomes e apelidos dos seus ascendentes são caracteristicos: Mor, Aron, Kaufmann, Telichenski etc.
O pai não estabelecido é comerciante de joias ou gravador. Sua mãe, ora é polonesa - Ficha de 1941 -, ora é filha de S. Paulo ficha de 1942 -, e descende de ingleses, segundo declarou o candidato.
Estas duas declarações divergentes, já não o recomendam ao oficialato.
Cortado na E. P. C.

[illegible]

Anexo M – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.

ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato (por extenso) [illegible]

Lugar de nascimento Distrito Federal

Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade) Rua José de Alencar nº 69 e rua Dr. Agra nº 76

Residência atual Rua Dr. Agra nº 76

Profissões exercidas estudante

Religião Católica Apostólica Romana

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Não / 14 anos.

Nome do pai (por extenso) [illegible]

Lugar do nascimento Itália

Profissão Empregado no comércio | Teve ponto de jornais

Residência

Nacionalidade Italiana

Religião Católica Apostólica Romana

Estado civil casado

A PROGENITORA

Tem mãe viva? Sim

Nome da mãe (por extenso) [illegible]

Lugar do nascimento Itália

Profissão Doméstica

Residência Rua Dr. Agra nº 76

Nacionalidade Italiana

Religião Católica Apostólica Romana

Estado civil viúva

O TUTOR

Nome do tutor (por extenso)

Lugar do nascimento

Profissão

Residência

Nacionalidade

Religião

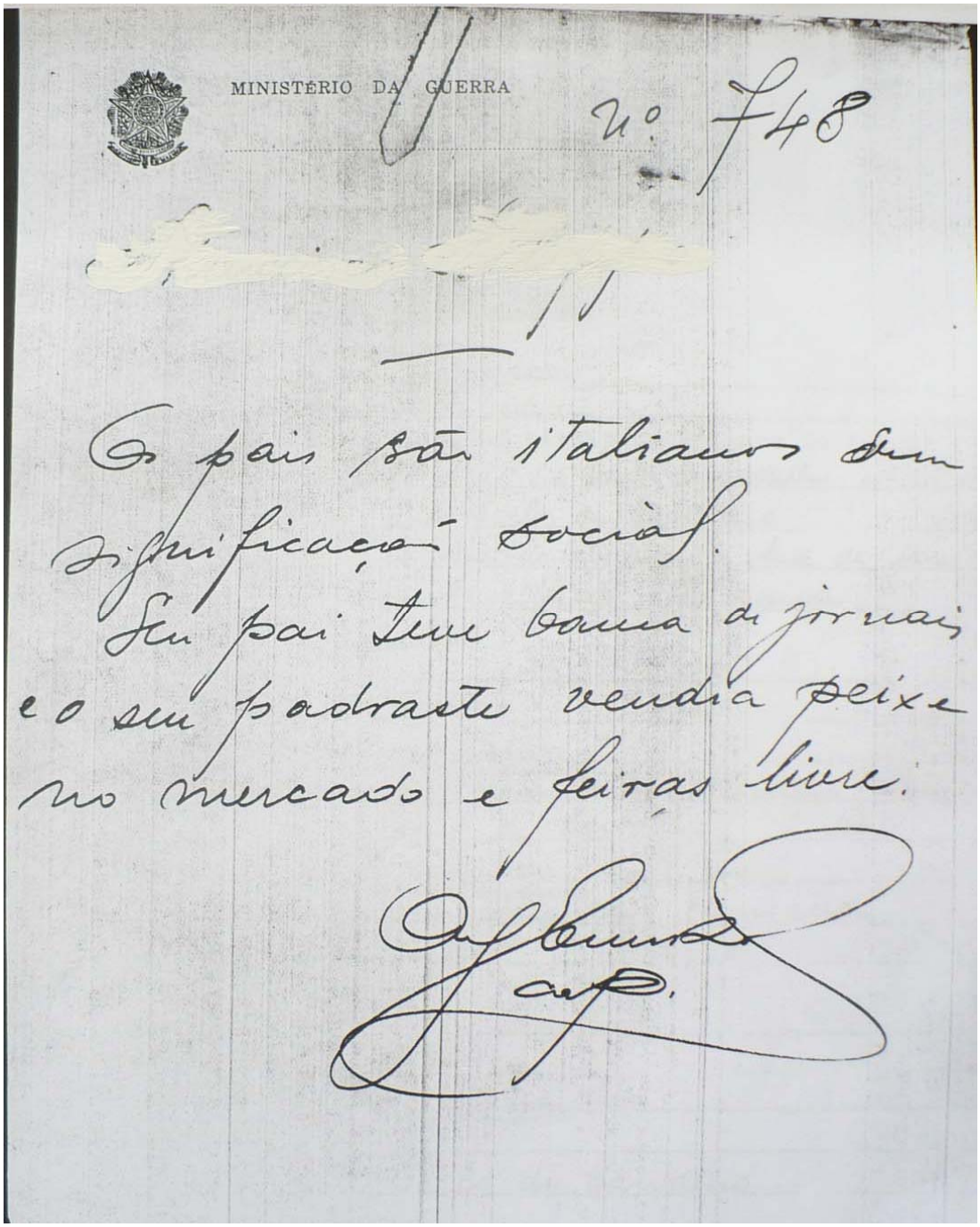
Estado civil

(Data) – Rio de Janeiro 16 de outubro de 1941

[illegible] Filippo

Assinatura do candidato

Teve padrasto Vicente Perrotta. Italiano. Prof. (com. pizza - mercado - feira livre).

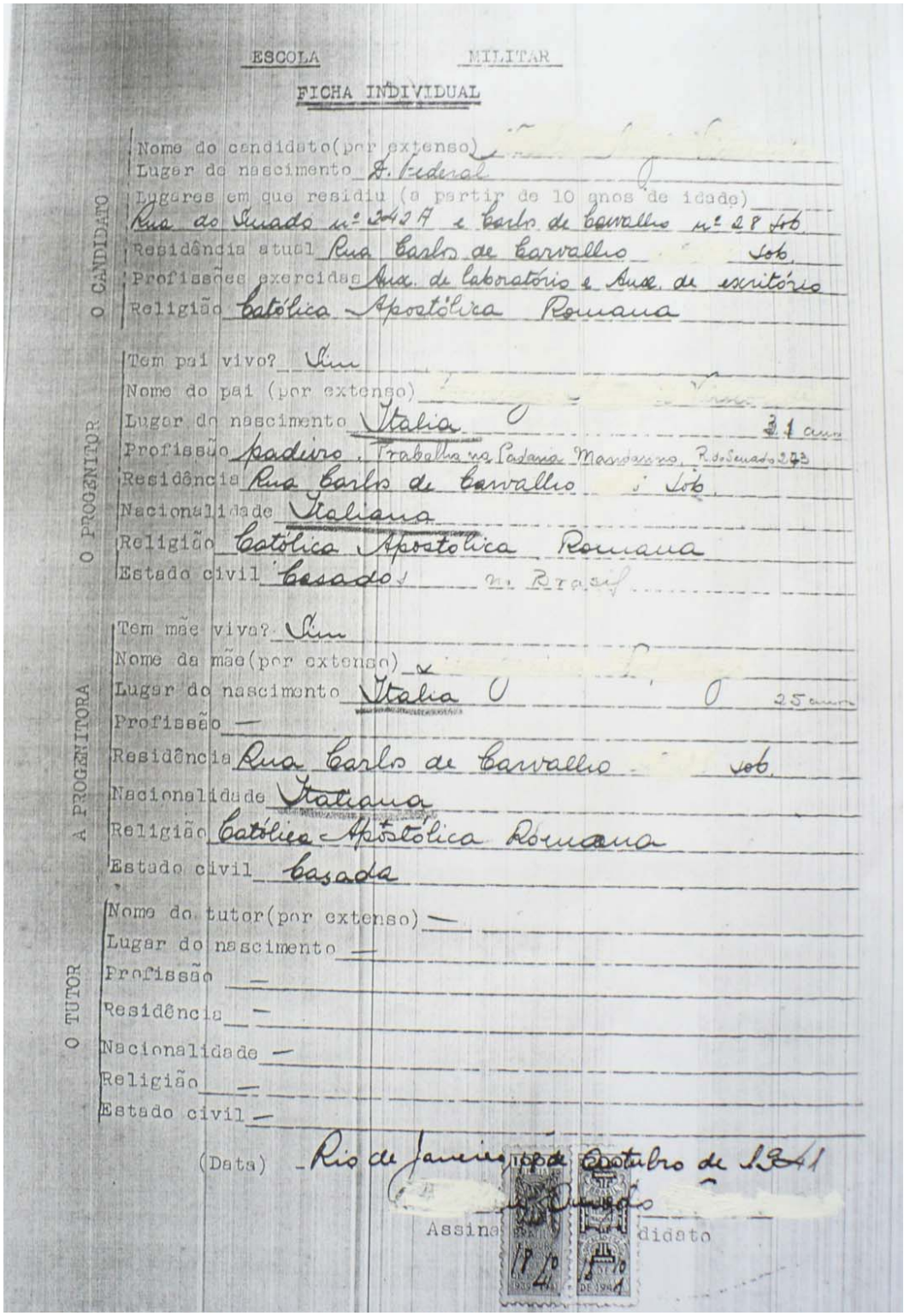


MINISTÉRIO DA GUERRA

nº 748

Os pais são italianos sem significação social.
Seu pai teve banca de jornais e o seu padraste vendia peixe no mercado e feiras livre.

Anexo N – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.



ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato(por extenso) [illegible]
Lugar de nascimento D. Federal
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade)
Rua do Senado nº 243 A e Carlos de Carvalho nº 28 Sob.
Residência atual Rua Carlos de Carvalho Sob.
Profissões exercidas Aux. de laboratório e Aux. de escritório
Religião Católica Apostólica Romana

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Sim
Nome do pai (por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Italia 21 anos
Profissão padeiro. Trabalha na Padaria Mascarenhas, R. do Senado 243
Residência Rua Carlos de Carvalho Sob.
Nacionalidade Italiana
Religião Católica Apostólica Romana
Estado civil casado no Brasil

À PROGENITORA

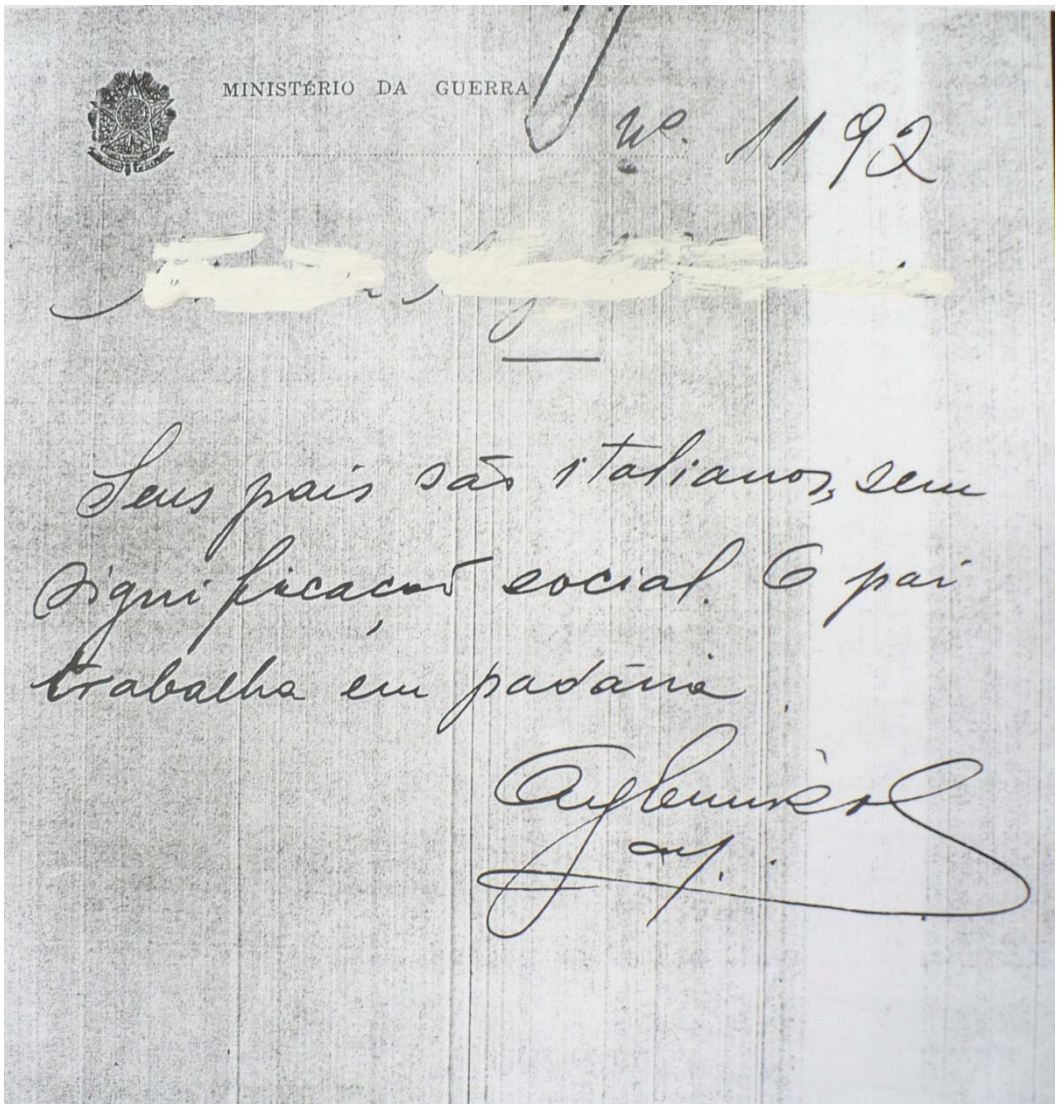
Tem mãe viva? Sim
Nome da mãe(por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Italia 25 anos
Profissão —
Residência Rua Carlos de Carvalho Sob.
Nacionalidade Italiana
Religião Católica Apostólica Romana
Estado civil casada

O TUTOR

Nome do tutor(por extenso) —
Lugar do nascimento —
Profissão —
Residência —
Nacionalidade —
Religião —
Estado civil —

(Data) Rio de Janeiro 1 de Outubro de 1941

Assinatura do candidato



MINISTÉRIO DA GUERRA

Nº 1192

[redacted]

Seus pais são italianos, sem
significação social. O pai
trabalha em padaria.

Anexo O – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.

ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato(por extenso) [illegible]
Lugar de nascimento Realengo (Distrito Federal)
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade)
Sempre em Bangú
Residência atual Rua Visconde de Ouro Preto, (Bangú)
Profissões exercidas Estudante
Religião Católica

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Sim
Nome do pai (por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Estado de Alagôas
Profissão Militar. Cabo da P. M. Comp. auxiliar
Residência Rua Visconde de Ouro Preto (Bangú)
Nacionalidade Brasileiro
Religião Católica
Estado civil Casado

A PROGENITORA

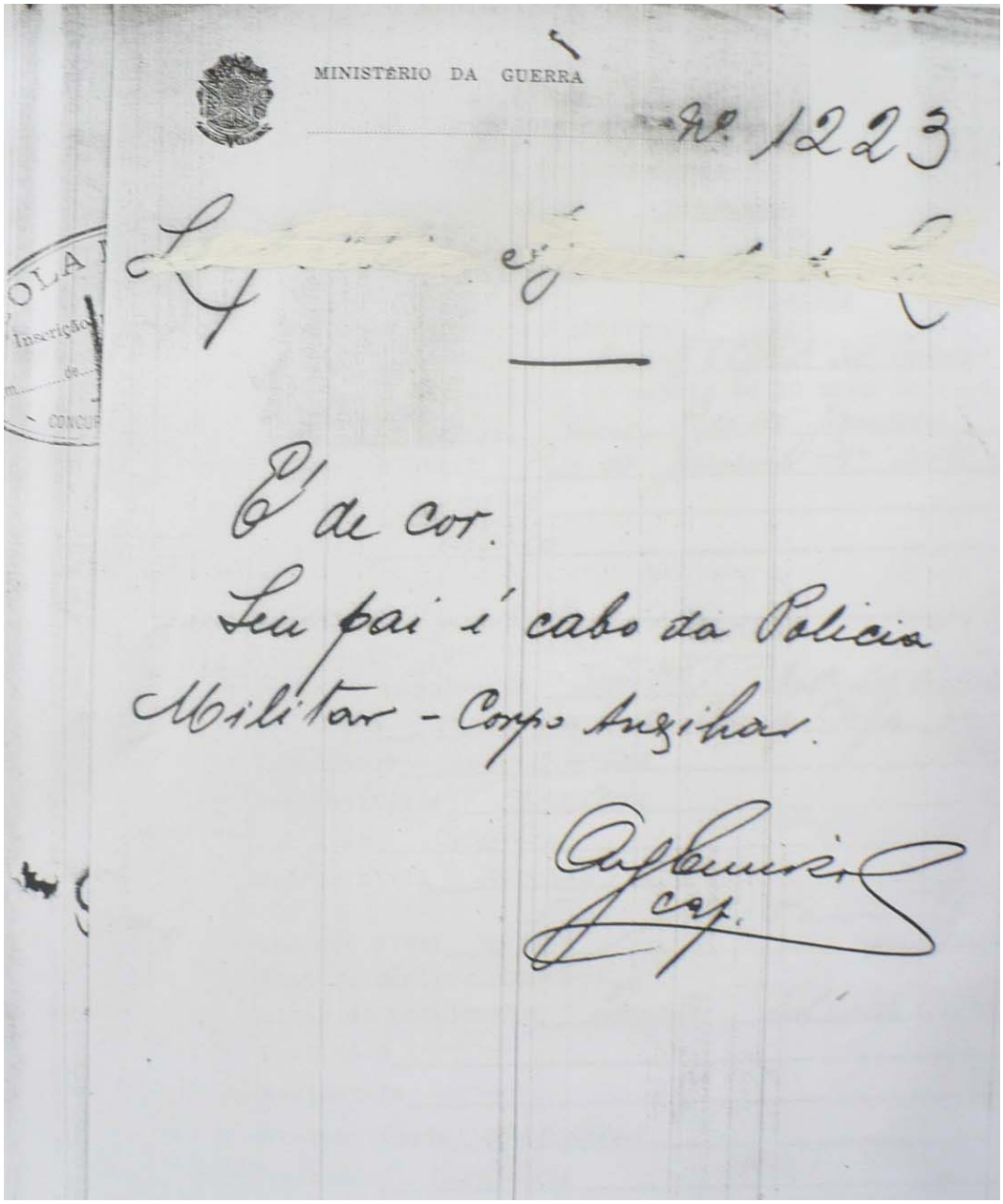
Tem mãe viva? Sim
Nome da mãe(por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Estado do Paraná
Profissão Doméstica
Residência Rua Visconde de Ouro Preto (Bangú)
Nacionalidade Brasileira
Religião Católica
Estado civil Casada

O TUTOR

Nome do tutor(por extenso)
Lugar do nascimento
Profissão
Residência
Nacionalidade
Religião
Estado civil

(Data) - Rio de Janeiro 17 de Outubro de 1944

Assi[illegible] candidato



MINISTÉRIO DA GUERRA

Nº 1223

É de cor.

Seu pai é cabo da Policia Militar - Corpo bugrinhas.

Cap.

Anexo P – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: uma ficha individual, e um bilhete.

ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato (por extenso) [illegible]
Lugar de nascimento Santos (Est. São Paulo)
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade) Santos, Sales Oliveira, Luis, Rio de Janeiro.
Residência atual Rio de Janeiro Av.ª Paula Souza
Profissões exercidas
Religião Catolico

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Tem
Nome do pai (por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Santos (Est. São Paulo)
Profissão Comerciante. Comp. Cafe Escritorio Sales Oliv.
Residência Sales Oliveira
Nacionalidade brasileiro
Religião Catolico
Estado civil casado

A PROGENITORA

Tem mãe viva? Não +15 a
Nome da mãe (por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Santos (Est. São Paulo)
Profissão —
Residência —
Nacionalidade brasileira
Religião Catolica
Estado civil casada

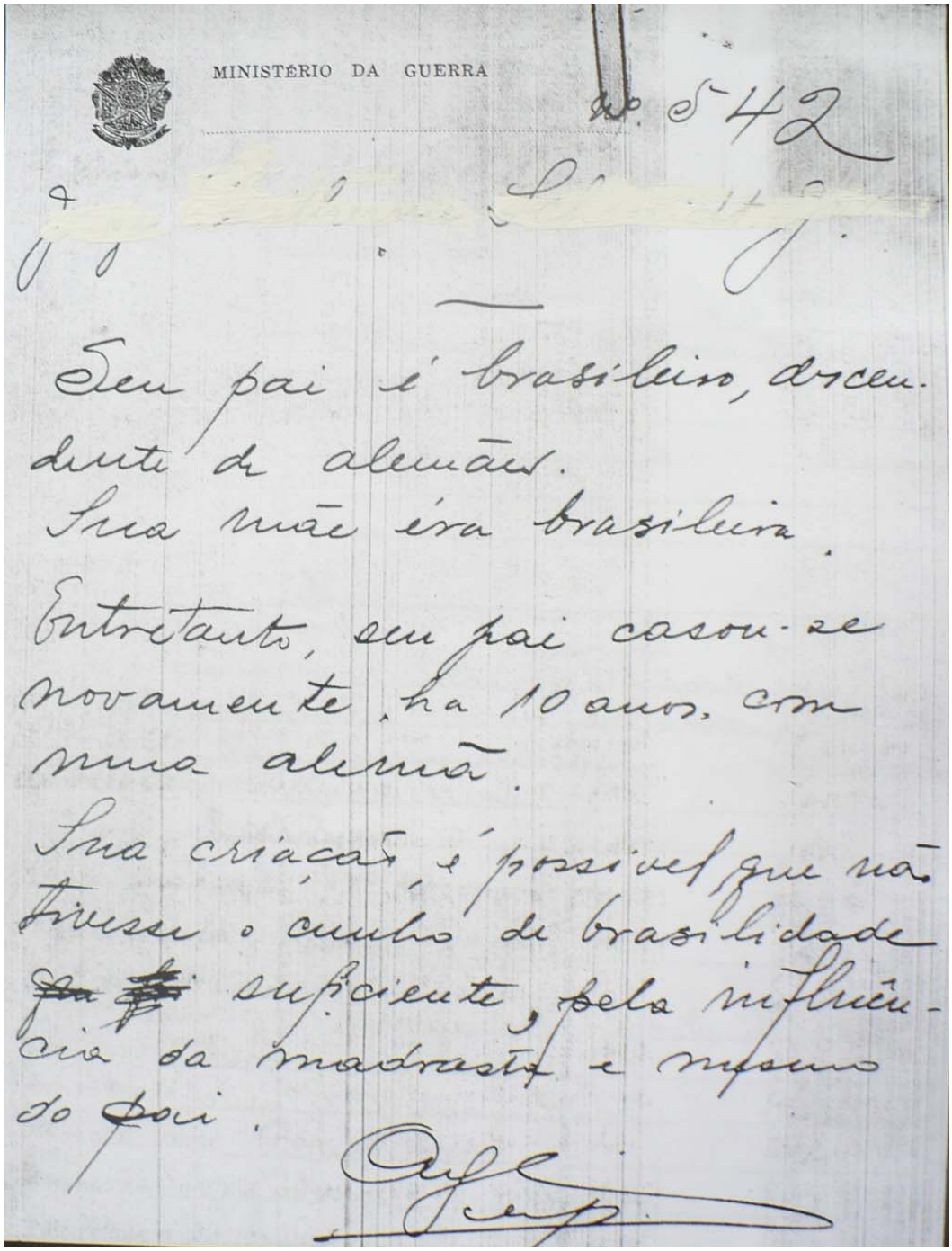
O TUTOR

Nome do tutor (por extenso)
Lugar do nascimento
Profissão
Residência
Nacionalidade
Religião
Estado civil

(Data)

Madrasta (10 anos).
Maria Ely. Polina Schmidt.
Alemã

Rio de Janeiro 15 de Outubro 1941
Assinatura do candidato
Jorge Guilherme Schmidt

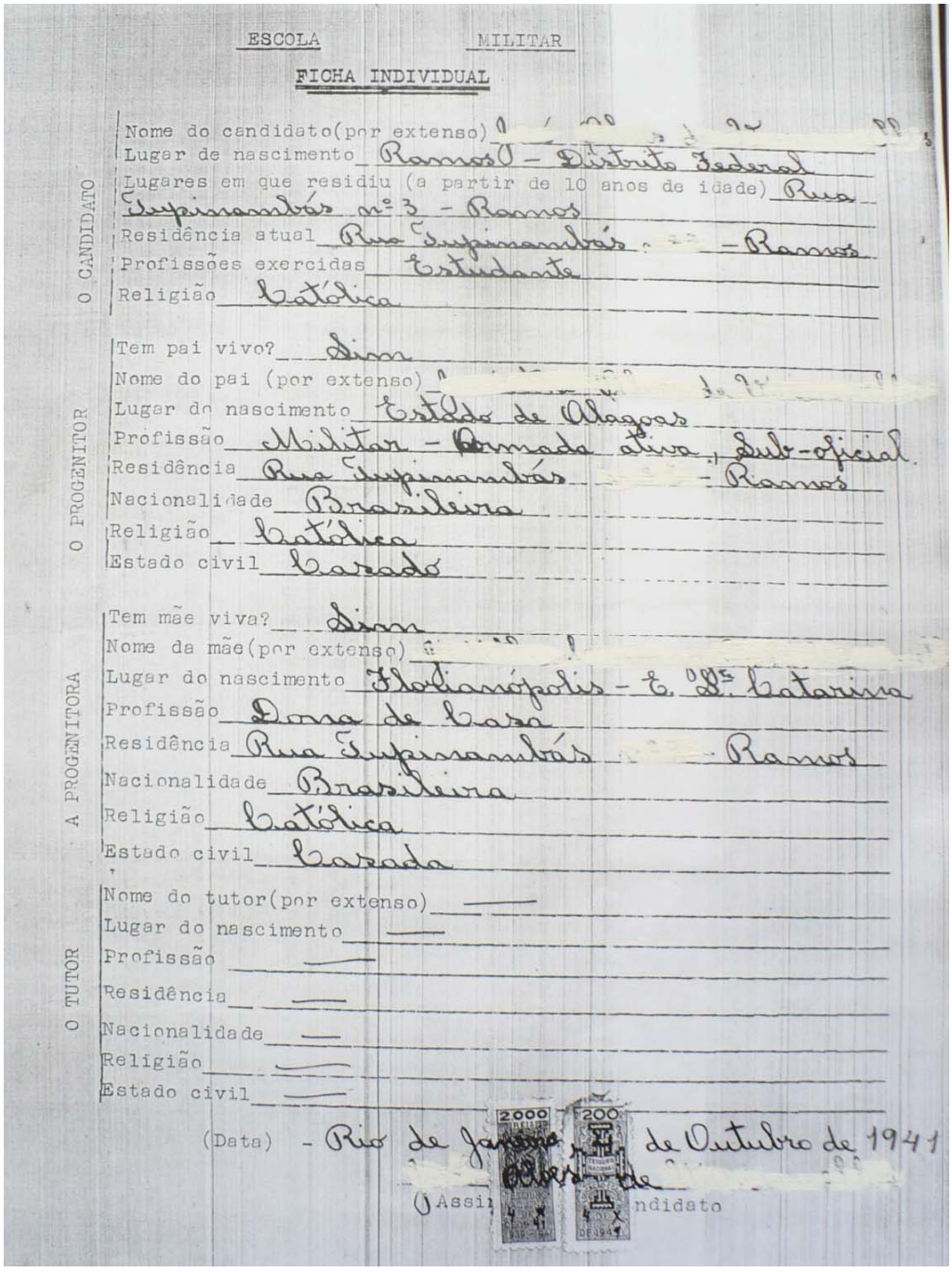


MINISTÉRIO DA GUERRA

Nº 542

Seu pai é brasileiro, descendente de alemães.
Sua mãe era brasileira.
Entretanto, seu pai casou-se novamente, ha 10 anos, com uma alemã.
Sua criação, é possivel que não tivesse o cunho de brasilidade ~~da~~ ~~de~~ suficiente, pela influencia da madrasta e mesmo do pai.

Anexo Q – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar.



ESCOLA MILITAR

FICHA INDIVIDUAL

O CANDIDATO

Nome do candidato(por extenso) [illegible]
Lugar de nascimento Ramos - Distrito Federal
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade) Rua Tupinambás nº 3 - Ramos
Residência atual Rua Tupinambás [illegible] - Ramos
Profissões exercidas Estudante
Religião Católica

O PROGENITOR

Tem pai vivo? Sim
Nome do pai (por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Estado de Alagoas
Profissão Militar - Armada ativa - Sub-oficial
Residência Rua Tupinambás [illegible] - Ramos
Nacionalidade Brasileira
Religião Católica
Estado civil Casado

A PROGENITORA

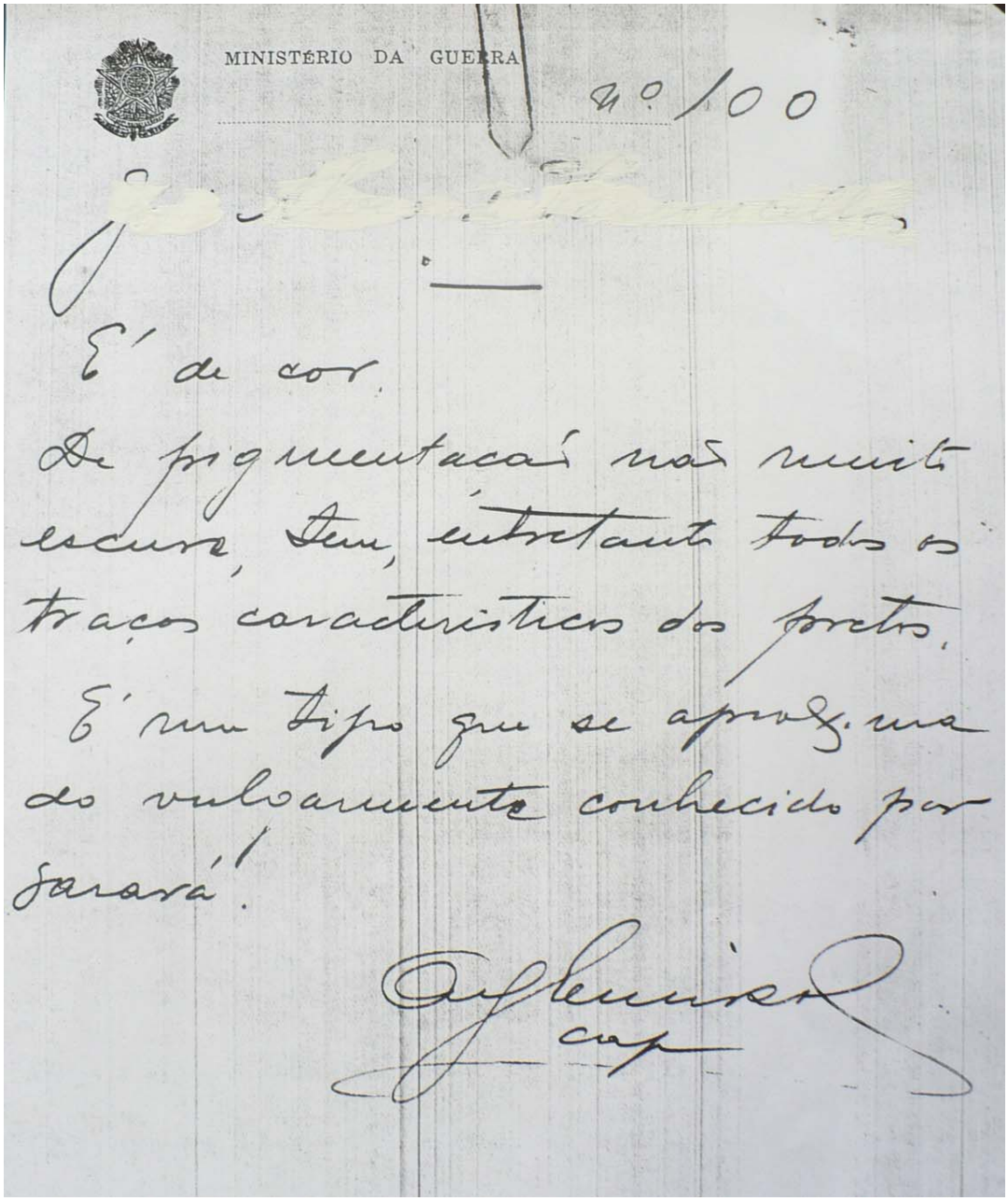
Tem mãe viva? Sim
Nome da mãe(por extenso) [illegible]
Lugar do nascimento Florianópolis - E. dos Sts. Catarina
Profissão Dona de Casa
Residência Rua Tupinambás [illegible] - Ramos
Nacionalidade Brasileira
Religião Católica
Estado civil Casada

O TUTOR

Nome do tutor(por extenso) ——
Lugar do nascimento ——
Profissão ——
Residência ——
Nacionalidade ——
Religião ——
Estado civil ——

(Data) - Rio de Janeiro [illegible] de Outubro de 1941

(Assi[illegible]ndidato



MINISTÉRIO DA GUERRA

Nº 100

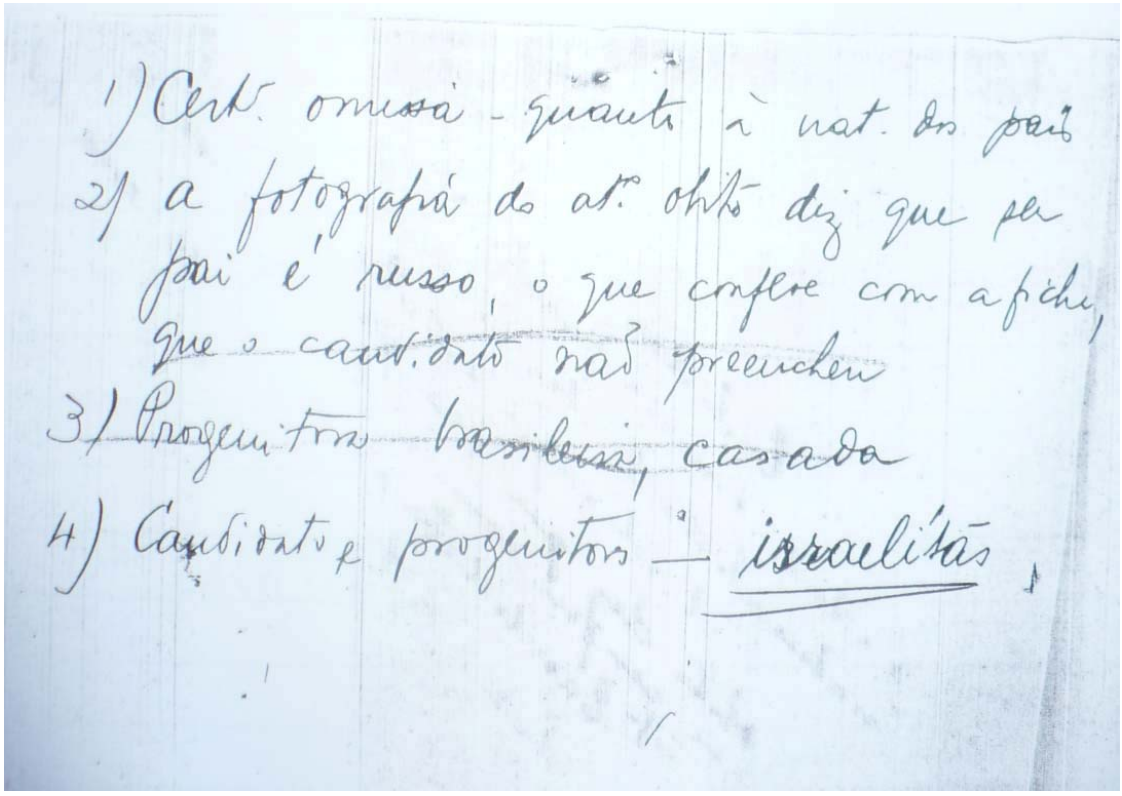
É de cor.

De pigmentação não muito escura, tem, entretanto todos os traços caracteristicos dos pretos.

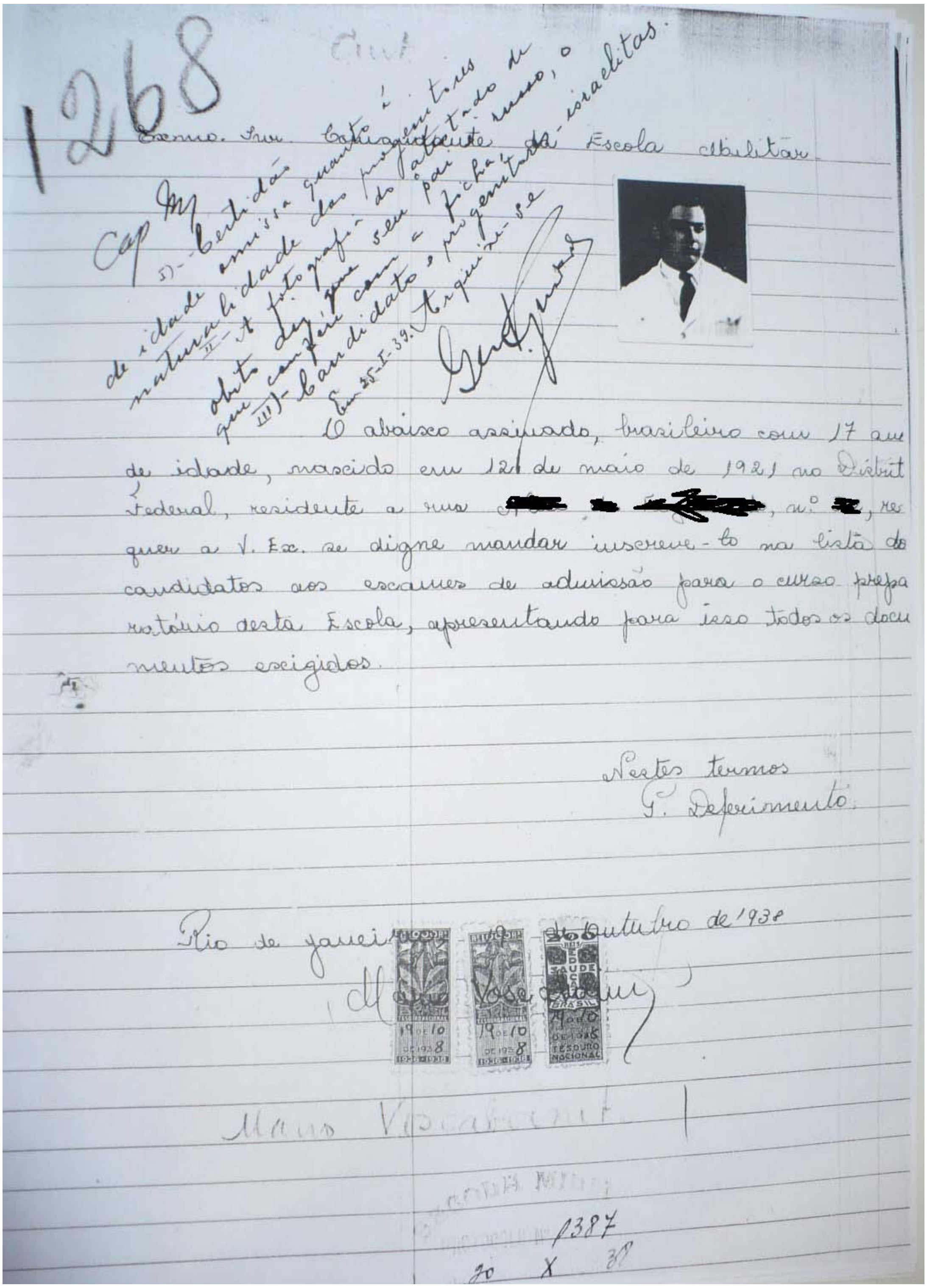
É um tipo que se aproxima do vulgarmente conhecido por Sarará!

Cap

Anexo R – Processo de matrícula para o concurso da Escola Militar, composto por: um bilhete, uma folha do processo com fotografia, fotocópia de certidão de óbito, e uma ficha individual.



1) Certª omissa - quanto à nat. dos pais
2) a fotografia do atº obito diz que seu pai é russo, o que confere com a ficha, que o candidato não preenchen
3) Progenitora brasileira, casada
4) Candidato e progenitora — israelitas.



1268

Exmo. Snr. Comandante da Escola Militar

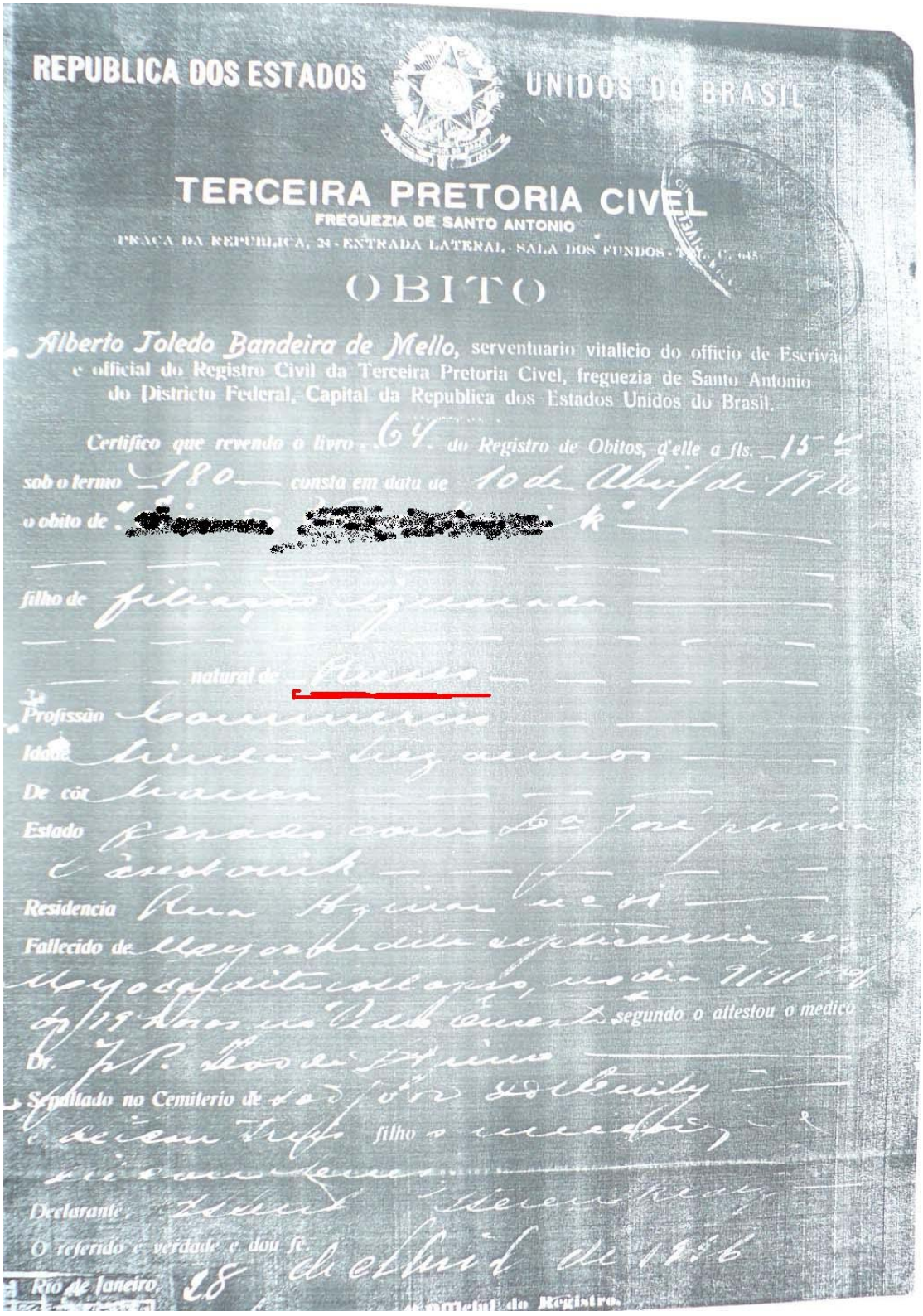
Cap Ml
I) – Certidão de idade omissa quanto a naturalidade dos progenitores de
II) – A fotografia do atestado de obito diz que seu pai é russo, o que confere com a ficha da
III) – Candidato, progenitores israelitas. Exija-se.
Em 25-I-39.

O abaixo assinado, brasileiro com 17 anos de idade, nascido em 12 de maio de 1921 no Distrito Federal, residente a rua [redacted], nº [redacted], requer a V. Exa. se digne mandar inscrevê-lo na lista dos candidatos aos escames de admissão para o curso preparatório desta Escola, apresentando para isso todos os documentos escigidos.

Nestes termos
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938

Escola Militar
Protocolo nº 1387
20 X 38



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TERCEIRA PRETORIA CIVEL

FREGUEZIA DE SANTO ANTONIO

PRAÇA DA REPUBLICA, 34 - ENTRADA LATERAL - SALA DOS FUNDOS - T[illegible]

OBITO

Alberto Toledo Bandeira de Mello, serventuario vitalicio do officio de Escrivão e official do Registro Civil da Terceira Pretoria Civel, freguezia de Santo Antonio do Districto Federal, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Certifico que revendo o livro 64 do Registro de Obitos, d'elle a fls. 15 sob o termo 180 consta em data de 10 de Abril de 1916 o obito de [redacted]

filho de [redacted]

natural de [redacted]

Profissão [redacted]

Idade [redacted]

De côr [redacted]

Estado [redacted]

Residencia [redacted]

Fallecido de [redacted] segundo o attestou o medico Dr. [redacted]

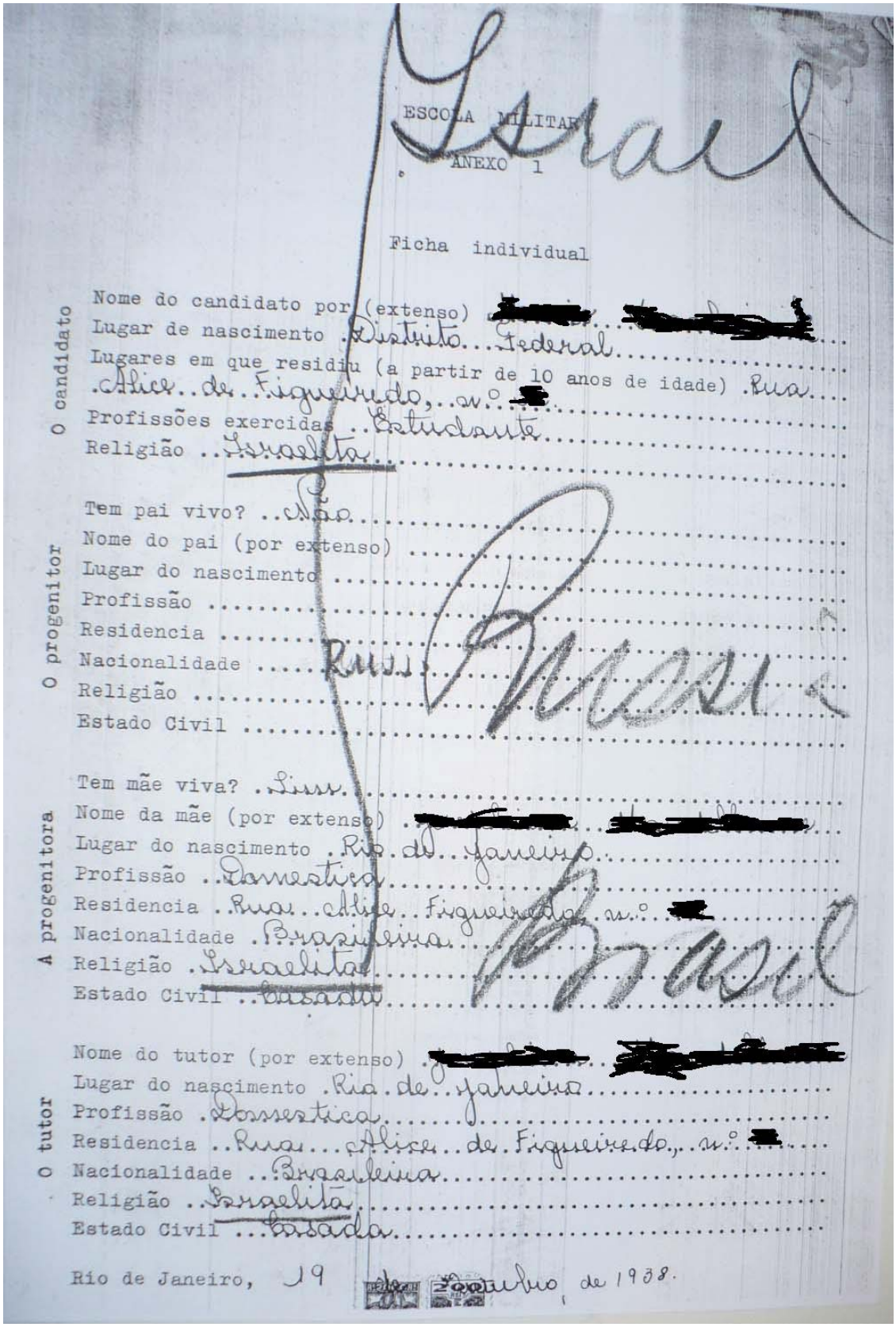
Sepultado no Cemiterio de [redacted] filho [redacted]

Declarante [redacted]

O referido é verdade e dou fé.

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1916

[illegible] do Registro.



ESCOLA MILITAR

ANEXO 1

Ficha individual

O candidato

Nome do candidato por (extenso) [redacted]
Lugar de nascimento .Distrito...Federal.....
Lugares em que residiu (a partir de 10 anos de idade) .Rua....
.Alice..de..Figueiredo,..n.º [redacted]
Profissões exercidas ..Estudante.....
Religião ..Israelita.....

O progenitor

Tem pai vivo? ..Não.....
Nome do pai (por extenso) .....
Lugar do nascimento .....
Profissão .....
Residencia .....
Nacionalidade .....Russo.....
Religião .....
Estado Civil .....

A progenitora

Tem mãe viva? ..Sim.....
Nome da mãe (por extenso) [redacted]
Lugar do nascimento .Rio..de..Janeiro.....
Profissão ..Domestica.....
Residencia .Rua..Alice..Figueiredo..n.º [redacted]
Nacionalidade .Brasileira.....
Religião .Israelita.....
Estado Civil ..Casada.....

O tutor

Nome do tutor (por extenso) [redacted]
Lugar do nascimento .Rio..de..Janeiro.....
Profissão .Domestica.....
Residencia ..Rua...Alice..de..Figueiredo,..n.º [redacted]
Nacionalidade ..Brasileira.....
Religião ..Israelita.....
Estado Civil ...Casada.....

Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1938.